

CUIDAR, VERBO COLETIVO

diálogos sobre o cuidado na pandemia da Covid-19

Bruna Angotti
Regina Stela Corrêa Vieira
(Organizadoras)

com:

Amelinha Teles
Ana Flávia P. L. D'Oliveira
Angelo Soares
Anna Bárbara Araujo
Bárbara Castro
Daniel Groissman
Elda C. A. Bussinguer
Helena Hirata
Helena Pontes dos Santos
Louisa Acciari
Luiza Batista Pereira
Mariana M. Marcondes
Nadya Araujo Guimarães
Paula Gabriela S. Pinto
Patrícia T. M. Bertolin
Pedro A. G. Nicoli
Renata (Tica) Moreno
Shirlei do Carmo

editora
unoesc

PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO E DOUTORADO

Editora Unoesc

Coordenação

Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Bianca Regina Paganini
Projeto gráfico e diagramação: Simone Dal Moro
Capa: Thereza Nardelli

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C966 Cuidar, verbo coletivo: diálogos sobre o cuidado na
pandemia da Covid-19 / Bruna Angotti, Regina Stela
Corrêa Vieira, (organizadoras). – Joaçaba: Editora Unoesc,
2021.

256 p. ; 23 cm

ISBN: 978-65-86158-60-1

ISBN e-book: 978-65-86158-59-5

Inclui bibliografia.

1. Cuidados pessoais com à saúde. 2. Hábitos de
saúde. 3. Pandemias. I. Angotti, Bruna, (org.). II.
Vieira, Regina Stela Corrêa, (org.).

CDD 613

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor

Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó

Carlos Eduardo Carvalho

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Ildo Fabris

Campus de Xanxerê

Genesio Téo

Pró-reitora Acadêmica

Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Administração

Ricardo Antonio De Marco

Conselho Editorial

Jovani Antônio Steffani

Tiago de Matia

Sandra Fachineto

Aline Pertile Remor

Lisandra Antunes de Oliveira

Marilda Pasqual Schneider

Claudio Luiz Orço

Ieda Margarete Oro

Silvio Santos Junior

Carlos Luiz Strapazzon

Wilson Antônio Steinmetz

César Milton Baratto

Marconi Januário

Marceli Maccari

Daniele Cristine Beuron

A revisão linguística é de responsabilidade das autoras e autores.

Sumário

| | |
|--------------------------|----------|
| Apresentação..... | 5 |
|--------------------------|----------|

Trabalho e cuidado

| | |
|--|-----------|
| Os múltiplos fios que tecem as relações de cuidado..... | 11 |
|--|-----------|

Nadya Araujo Guimarães

| | |
|---|-----------|
| Cuidado: teorias e práticas..... | 31 |
|---|-----------|

Helena Hirata

| | |
|--|-----------|
| O trabalho de cuidar e as emoções nos tempos da Covid-19..... | 41 |
|--|-----------|

Angelo Soares

| | |
|--|-----------|
| A falta e o excesso de trabalho na vida das mulheres..... | 57 |
|--|-----------|

Bárbara Castro

Cuidado em movimento

| | |
|--|-----------|
| Mulheres, violência e pandemia..... | 83 |
|--|-----------|

Amelinha Teles

| | |
|---|-----------|
| Cuidar da vida na pandemia: trabalhos, desigualdades e sobrecargas (in)visíveis..... | 89 |
|---|-----------|

Renata (Tica) Moreno

| | |
|--|------------|
| Cuidar e mudar as coisas: reconhecendo e transformando a partir do trabalho de cuidado não remunerado e do cuidado LGBT+..... | 105 |
|--|------------|

Pedro Augusto Gravatá Nicoli

| | |
|--|------------|
| Uma multidão de mulheres trabalhadoras exaustas, umas mais do que outras..... | 127 |
|--|------------|

Helena Pontes dos Santos

Trabalhadoras domésticas

| | |
|--|------------|
| Trabalhadoras domésticas na pandemia e a atuação da Fenatrad..... | 137 |
|--|------------|

Luiza Batista Pereira

| | |
|---|------------|
| Uma luta que não pode parar nunca: as trabalhadoras domésticas defendem seus direitos em tempos de pandemia..... | 145 |
| Louisa Acciari | |

Cuidado e profissionais de saúde

| | |
|--|------------|
| Cuidado, saúde e violência na pandemia..... | 157 |
| Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira | |
| Enfermagem agora! Enfermagem já!..... | 169 |
| Elda Coelho de Azevedo Bussinguer | |
| Reflexões sobre saúde mental, pandemia e autocuidado..... | 183 |
| Paula Gabriela de Souza Pinto | |

Cuidado infantil e políticas públicas

| | |
|---|------------|
| Gênero, cuidado e creches..... | 193 |
| Mariana Mazzini Marcondes | |
| Cuidado infantil na pandemia: perspectivas de uma educadora da periferia de São Paulo..... | 211 |
| Shirlei do Carmo | |

Cuidado de pessoas idosas

| | |
|--|------------|
| Quem cuida de quem cuida? As cuidadoras de pessoa idosa diante da pandemia de Covid-19..... | 221 |
| Daniel Groisman | |
| Cuidado de idosos e emoções na pandemia..... | 235 |
| Anna Bárbara Araujo | |

Considerações Finais

| | |
|---|------------|
| Cuidar, verbo coletivo: um ano depois..... | 245 |
| Bruna Angotti Regina Stela Corrêa Vieira | |
| Posfácio..... | 251 |



Apresentação

Em abril de 2020, fazia aproximadamente um mês que Organização Mundial da Saúde declarara que a infecção por Covid-19 era uma pandemia global e que, no Brasil, haviam sido decretadas as primeiras medidas de isolamento ou *lockdown*, com o fechamento do comércio, dos serviços não essenciais e a redução máxima da circulação de pessoas para a diminuição do contágio e a circulação do vírus. Nesse contexto, depois de algumas semanas dentro de casa e aflitas pelo cenário de incertezas que parecia que ainda se estenderia por outros meses – não sabíamos ainda que perduraria por mais de um ano – uma parte do que era pautado na mídia e que circulava nas redes sociais nos chamou a atenção.

Na medida em que crescia o número de infectados, o “cuidado” ganhou um crescente espaço no cotidiano das pessoas, enquanto expressões como “cuide de si” ou “cuide de sua família” tornaram-se motes da pandemia. No entanto, esses usos e percepções pareciam ser tratados como um problema de momento, como *slogans* que desapareceriam tão logo os riscos do vírus fossem controlados. Desse incômodo surgiu a ideia de fazermos algo para debater o cuidado em todas as suas dimensões e complexidades e para refletir sobre ele na pandemia, mas algo que fosse além de nossa atuação acadêmica, buscando apresentar os estudos do cuidado de forma zelosa e também leve, profunda mas acessível, pois a realidade pedia menos artigos e mais conversa, devido ao dia a dia cada vez mais sobrecarregado, especialmente para as mulheres.

Assim chegamos à ideia do *podcast Cuidar, Verbo Coletivo*¹, no formato de uma série composta por dez episódios. Diante da pluralidade

¹ O *podcast Cuidar, verbo coletivo* pode ser acessado em diversas plataformas agregadoras de podcasts. No Spotify, o link é: <https://spotify.fi/35P6n15>.


Apresentação

de perspectivas pelas quais o cuidado pode ser analisado, optamos por levar em consideração as esferas acadêmica, militante e profissional, garantindo que essa multiplicidade de olhares estivesse presente nos debates que pretendíamos registrar. Assim, os episódios foram compostos por entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores advindos de diferentes áreas do conhecimento, militantes de movimentos sociais, profissionais que atuam no dia a dia do cuidado e com pessoas que se enquadram em todas essas categorias. Eles foram ao ar entre 1º de maio de 2020 e 12 de julho do mesmo ano.

Para perenizar as importantes reflexões sobre o cuidado que pudemos registrar naqueles primeiros meses de pandemia, decidimos organizar este livro contendo as entrevistas em formato de capítulos. A cada pessoa entrevistada – e tivemos a sorte de entrevistar pessoas incríveis e generosas –, novos absurdos eram revelados, novas reflexões apresentadas e novas centelhas de esperança se acendiam. Essas entrevistas foram transcritas na íntegra, incluindo trechos que, dada a limitação de tempo do *podcast*, acabaram suprimidos na versão editada do episódio. Também foram adaptadas à linguagem escrita, mas optamos por manter a fluidez e certa informalidade aos textos, características do formato que escolhemos para esses registros.

Além disso, importante explicar que as entrevistas foram realizadas entre abril e junho de 2020, com uso de plataforma digital de áudio e vídeo, em respeito às orientações sanitárias de distanciamento. Decidimos não atualizar os dados e impressões das entrevistadas e entrevistados a respeito daquele momento, com a finalidade de que o livro, em certa medida, sirva como registro histórico desses tempos e desses encontros, ainda que virtuais. Como nos disse Nadya Araújo Guimarães na entrevista que abre este livro, a ideia é criar portas por onde possam circular os conhecimentos sobre cuidado – que estão na





Universidade, nos movimentos, na vida das mulheres, no cotidiano das profissões –, buscando tecer compreensões amplas da realidade e compor munição certa para transformá-la.

O livro está dividido em seis partes, além desta apresentação e das considerações finais. A primeira parte do livro se chama *Trabalho e cuidado*, contendo as entrevistas de Nadya Araújo Guimarães, Helena Hirata, Angelo Soares e Bárbara Castro. A segunda parte, *Cuidado em movimento*, agrega as entrevistas de Amelinha Teles, Renata (Tica) Moreno, Pedro Augusto Gravatá Nicoli e Helena Pontes dos Santos. A terceira parte é voltada às *Trabalhadoras Domésticas*, com as entrevistas de Luiza Batista Pereira e Louisa Acciari. A quarta parte é sobre *Cuidado e profissionais de saúde*, somando as entrevistas de Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira, Elda Coelho de Azevedo Bussinger e Paula Gabriela de Souza Pinto. *Cuidado infantil e políticas públicas* é a quinta parte do livro, composta pelas entrevistas com Mariana Mazzini Marcondes e Shirlei do Carmo. A sexta parte é intitulada *Cuidado de pessoas idosas*, com as entrevistas de Daniel Groissman e Anna Bárbara Araujo. As considerações finais são compostas por um capítulo de reflexões sobre o ano que se passou entre a estreia do *podcast* e a edição desta coletânea e pelo Posfácio de Patrícia Tuma Martins Bertolin.

Agradecemos imensamente cada entrevistada e entrevistado, por terem aceitado integrar este projeto. Vocês nos ajudaram a refletir sobre o cuidado, convidaram-nos a conhecer novas perspectivas e vivências, contribuíram para que levássemos a temática a outras pessoas e cuidaram de nós durante esse período. Agradecemos também: Renan Quinalha, Marco Aurélio Braga, Giovana Romana Sanchez, Arthur Doca e Renato de Vitto, pelo apoio na concepção, gravação e edição do *podcast*; Andresa Muller e Paulo Pereira da Silva, pela transcrição das entrevistas; Thereza Nardelli, pela identidade visual do projeto e pela

Apresentação

capa do livro; Patrícia Tuma Martins Bertolin por ter aceitado o convite para prefaciar este livro; Unoesc, em nome de Robison Tramontina; Editora Unoesc, em nome de Simone Dal Moro, pela editoração e publicação.

Esperamos que a leitura inspire, tal como nos inspirou.

São Paulo, junho de 2021


Bruna Angotti

Regina Stela Corrêa Vieira



An abstract illustration featuring several stylized houses in various colors: a large blue house at the top, a brown house on the left, and a red house at the bottom right. Green foliage, including leaves and stems, is scattered throughout the scene. The background is a light beige color with white outlines for the buildings and plants.

Trabalho e cuidado



Os múltiplos fios que tecem as relações de cuidado

Nadya Araujo Guimarães

Doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (1983), Livre Docente em Sociologia do Trabalho pela Universidade de São Paulo (2002) e Professora Titular em Sociologia do Trabalho na Universidade de São Paulo (2008), Nadya Araujo Guimarães é atualmente Professora Sênior do Departamento de Sociologia da USP, Pesquisadora do CNPq associada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências.

Organizadoras: Aproveitando a oportunidade de entrevistar uma das nossas referências nos estudos do cuidado, gostaríamos de começar com a pergunta: o que é cuidado?

Nadya: É difícil e até certo ponto engraçada essa pergunta. Especialmente quando a gente se inteira de um tema, às vezes vai ficando difícil falar sobre o mesmo sem abrir uma multiplicidade tão grande de portas, que o falar deixa de ser algo simples e facilmente resolvido. Fazendo agora esse exercício, o que me parece mais interessante, o que mais me atrai como socióloga interessada na conexão entre trabalho e vida econômica (uma conexão negociada no cotidiano das relações sociais) é a invisibilidade do cuidado. O cuidado é aquele fenômeno que está no coração da vida social, mas que tem sido deixado invisível apesar da multiplicidade das suas formas. Ele é um fenômeno plural que pauta a vida cotidiana das mais diferentes formas.

Se adotar o olhar da literatura em voga, você se deparará com a ideia de que o cuidado está associado ao sentido de vulnerabilidade. Todos nós somos vulneráveis, no sentido de que seremos vulneráveis em algum momento da nossa vida; ou seja, iremos nos sentir vulneráveis

mais dia, menos dia. Mais ainda, seremos tratados como “naturalmente vulneráveis”, como duradouramente vulneráveis, depois de transcorrido certo tempo de vida, tal como o fomos no começo da vida. Então, a ideia da vulnerabilidade é a contraface do cuidado, ou seja, a vulnerabilidade nos põe diante da necessidade de ser cuidado.

O cuidado é central porque ele toca a todos em algum momento, mas, mais do que isso, em certos momentos do ciclo de vida ele é a condição definidora de um indivíduo. Quando pensamos em uma criança, ou em um idoso, correntemente os entendemos como pessoas que são, antes de tudo, demandantes de cuidado. Estou colocando dessa forma para salientar que o cuidado é algo central quando se pensa o tempo da existência do indivíduo, a natureza das relações sociais tece; mas, e paradoxalmente, ele é um dos fenômenos da vida social que mais foi tornado invisível.

O que é interessante nessa pandemia, nessa experiência de vulnerabilidade coletiva, é a notável visibilidade que o fenômeno do cuidado adquiriu. Isso se expressa, por exemplo (e eu adoro usar a linguagem, o modo de falar como uma maneira de rastrear os fenômenos), no fato de que a gente não se despede hoje em dia dizendo “tchau”, a gente se despede dizendo “se cuide”; a gente se cumprimenta dizendo “oi, tudo bem, você está se cuidando? Como está você?”. Nas mais diferentes línguas, nesse momento, as pessoas aludem (antes e ao final das suas interações) às relações do cuidado, ao autocuidado, ao cuidado dos seus. É interessante porque, como o cuidado enlaça outras relações sociais, o modo de perguntar também o denota: “como você está, está se cuidando?”, “como estão seus pais, seus avós, seus irmãos?”. O cuidado ganhou essa centralidade.

Assim, eu diria que o cuidado é, antes de tudo, uma dimensão central na vida social, mas, paradoxalmente, uma dimensão que foi



duradouramente tornada invisível. Diria, ainda, que é uma dimensão que se conjuga, se flexiona, de um modo local. Nós, em português, falamos “o cuidado”, enquanto que no espanhol eles falam “*los cuidados*”. Acho fantástico esse plural, porque é como se nele, empiricamente, se intuísse algo que analiticamente foi para nós um achado, qual seja, o de que a ideia de cuidado, do trabalho de cuidado, recobre múltiplas formas de trabalho, feitas de múltiplas relações sociais de cuidado, tecidas em muitos ambientes com diferentes atores e atrizes.

Explico. Quando aludimos ao trabalho de cuidado, estamos falando das atividades que usualmente nomeamos como cuidado, por exemplo, o trabalho das enfermeiras, das auxiliares de enfermagem, dos técnicos de enfermagem hoje na pandemia; ou o trabalho das cuidadoras de idosos. No entanto, há profissionais que trabalham no cuidado, mas que não são usualmente chamadas de “trabalhadoras do cuidado”, como as empregadas domésticas, embora sejam, sem dúvida, trabalhadoras que provêm cuidado. E se hoje, no caso brasileiro, elas são reconhecidas enquanto trabalhadoras, com uma gama de direitos, no entanto não são classificadas nas nossas estatísticas como trabalhadoras do cuidado, embora o façam. Trata-se de uma dimensão dessa invisibilidade: mesmo onde o cuidado existe como trabalho profissional, ele pode não ser institucionalmente reconhecido como tal. E isso vale também para as cuidadoras, que viram o seu pleito de reconhecimento profissional ser brecado pelo veto presidencial em julho de 2019.

Além desse, vemos também o caso do trabalho doméstico de cuidado realizado pelas donas de casa, também absolutamente invisível, não reconhecido como trabalho nem mesmo por elas. Por exemplo, em uma pesquisa de campo, quando você chega em uma casa, bate na porta para entrevistar uma mulher, e pergunta: “a senhora trabalha?”, a resposta é “não, eu sou do lar”, “não, estou parada”. Ora, essa mulher trabalha enormemente em cuidado, mas é invisível, inclusive para ela,


esse trabalho de cuidado. Eu poderia ir abrindo outras camadas para ir mostrando essa multiplicidade, à qual gosto de aludir recorrendo à ideia de “circuitos” nos quais o cuidado se exerce, nos quais as relações de cuidado se tecem e são significadas, de maneiras muito diferentes. Algumas visíveis e outras invisíveis. Às vezes o cuidado é uma profissão, às vezes não é mais que uma obrigação.

Em suma, eu explicaria o que é cuidado recorrendo a esses três elementos: primeiro, o cuidado é um fenômeno social central às nossas vidas; segundo, e paradoxalmente, é algo que, conquanto tão central, tem se mantido duradouramente invisível; terceiro, não se trata de um fenômeno singular em sua manifestação concreta, ele é plural, ou seja, existe uma multiplicidade de relações, de formas pelas quais se estabelece a relação social de cuidado.

Organizadoras: Como o cuidado chegou nos seus estudos, que já somavam gênero e trabalho na sociologia?

Nadya: Essa é uma pergunta bem interessante. Com frequência a gente não olha para trás na nossa própria trajetória. Eu sempre estudei o trabalho, mas comecei focando em estudos nos locais de trabalho que eram reconhecidos como relevantes pela sociologia do trabalho, que estavam no coração da sociologia do trabalho: o trabalho fabril, o trabalho industrial, aquele que costumava ser feito por homens, e que tinha lugar nas fábricas. Nesta trilha explorei uma agenda de pesquisa em torno do trabalho masculino, que se fazia no espaço público. Entretanto, quanto mais eu me inseria nesse mundo, mais me chamava a atenção a seletividade característica do modo como ali se avançava: nem todo mundo entrava, nem todo mundo progredia. E essa seletividade vinha fortemente marcada pela diferença de sexo.





Estudei ambientes industriais masculinos, indústrias (químicas, petroquímicas, metalúrgicas) onde os homens eram 90% dos que estavam nas linhas de produção. Curiosamente, quando ingressava nesses ambientes masculinos, saltava aos olhos como eu passava a ser “masculinizada” por meus interlocutores, que com frequência me apresentavam como “engenheira”, coisa que eu nunca fui e nem disse ser. Isso permite sentir a força do viés do masculino imperante nesse mundo. “As meninas” ficavam na limpeza, “as meninas” ficavam no laboratório, “as meninas” ficavam no trabalho administrativo. Ademais, essas imagens e identidades do masculino e do feminino eram muito importantes no imaginário desses homens. Aquele era um mundo em que todas as conversas giravam em torno da masculinidade, da traição, da temida escapadela das mulheres enquanto os seus maridos e companheiros, longe de casa, trabalhavam em regime de turnos. É interessante perceber que as mulheres, embora ausentes, estavam fortemente presentes naquele imaginário masculino (os melhores resultados desta fase estão no livro “Imagens e identidades do trabalho”, escrito em parceria com Antonio Sergio Guimarães e Michel Agier¹). Foi desse modo que, pouco a pouco, as mulheres começaram a atrair a minha atenção, desafiando-me a entender a disparidade nas carreiras, nos salários, nos modos de contratação e nas chances de demissão (isso já está claro na minha tese de livro docência, publicada como um livro em *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*²).

À medida em que a reestruturação industrial avançava no Brasil e a integração internacional da indústria brasileira progredia, as trajetórias de desemprego das mulheres se tornavam notáveis. Comecei, então, a me interessar pela experiência feminina no desemprego. Quanto mais

¹ GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo; AGIER, Michel; CASTRO, Nadya. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

² GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

eu ouvia minhas informantes, mais me chamava a atenção o fato de que aquilo que lhes impunha sofrimento enquanto estavam desempregadas era o fato de estarem em casa. Eu as ouvia dizer: “estar em casa me aprisiona”, “estar em casa é horrível”, “eu adorava o tempo em que eu trabalhava”, “eu tinha uma vida na rua”, “eu tinha uma vida fora de casa”, “eu tinha amigos para além da família”, “eu tinha uma vida no espaço público”. Essa tensão entre as duas vidas me chamava muito a atenção; e uma dessas vidas era justamente a vida do cuidado, era um insulamento na casa, um sentimento de isolamento intenso, um trabalho (de cuidado) não reconhecido. Falávamos na ausência de reconhecimento, mas ninguém falava de cuidado. Nem eu e nem elas.

Curiosamente, o cuidado apareceu na minha agenda em uma forte interlocução com Helena Hirata pela porta de uma outra questão, a do envelhecimento. Chamava-nos a atenção o fato de que os padrões de envelhecimento eram muito diversos no Japão, na França e no Brasil, onde tínhamos feito juntas (com Kurumi Sugita e Didier Demazière) um estudo comparativo sobre trajetórias e experiências do desemprego (cujos principais resultados estão reunidos em dois livros *Desemprego, uma construção social*, publicado por mim³, e em *Être chômeur à Paris, São Paulo et Tokyo*, publicado pelos quatro membros da equipe⁴). O Japão viveu um rápido processo de envelhecimento, e logo se tornou uma “sociedade super idosa”, como se diz na literatura. A França era também uma sociedade idosa, numa trajetória mais lenta. Já o Brasil, se mantida a tendência demográfica, em 2050 será uma sociedade com o triplo de idosos que tem atualmente.

Diante desse fato, minha pergunta era: como essa previsão convive com o fato de que as mulheres vinham aflorando desde os anos 1970 no

³ GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Desemprego, uma construção social*. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvm, 2009.

⁴ DEMAZIÈRE, Didier; GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. *Être chômeur à Paris, Sao Paulo, Tokyo. Une méthode de comparaison internationale*. Paris: Éditions de Science Po, 2013.



mercado de trabalho brasileiro de uma maneira ultra veloz, muito mais rápido do que qualquer país latino-americano? Se compararmos as taxas de participação feminina, nós éramos parte, nos anos 1950, do bloco de países em que as mulheres estavam pouco presentes no mercado de trabalho; em meio século, conforme os dados do censo de 2010, demos um salto e alcançamos o padrão dos países ditos desenvolvidos. Então, como prover o cuidado numa sociedade que envelhece, se a maioria das cuidadoras “naturalmente vocacionadas para tal”, já não estavam mais disponíveis para o trabalho de cuidado? Foi dessa forma que a problemática tomou de assalto a minha agenda de pesquisas, refletindo as consequências dessas duas novidades – a enorme industrialização do trabalho feminino e o muito rápido envelhecimento da população brasileira – em um país sob condições de extrema desigualdade. Essa foi a porta que me fez chegar ao cuidado.

Organizadoras: A noção de “circuitos do cuidado”, mencionada na resposta anterior, é marcante nos seus estudos. Explique-nos esse conceito e por que ele ajuda a entender melhor as relações em torno do cuidado.

Nadya: Por que precisamos dessa noção, se a própria noção de cuidado parece ser, em si mesma, tão interessante e tão instabilizadora, porque visibiliza algo invisível? Diria que a mim causava um certo incômodo o fato de que a nossa literatura sobre o cuidado era uma literatura que privilegiava o cuidado profissional. Não foi sem razão – olhando retrospectivamente meu próprio trabalho –, que o primeiro livro que Helena Hirata e eu editamos em português nesse tema se chamava *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*⁵. O que nos movia naquele momento era o trabalho profissional de cuidado, mas já nos

⁵ GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena (org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.

incomodava a ideia que ficou consignada no subtítulo, de que haveriam várias faces no trabalho de cuidado. Com isso queríamos interpelar aquela propensão “natural”, na literatura do cuidado, a restringir o olhar ao trabalho profissional de cuidado. Por que eu digo que era “natural”? Porque de certa maneira chamava a atenção a entrada dessas novas profissionais no mercado. Quando as mulheres se retiravam da cena como cuidadoras naturais, nela reapareciam como cuidadoras profissionais. Surgiam as instituições de longa permanência de idosos, nas quais víamos idosos convivendo com outros idosos, sendo estimulados emocional e cognitivamente. Isso passa a pautar a agenda até mesmo dos filmes de sucesso. É claro que tinha que chamar a nossa atenção! Afinal de contas, nas Ciências Sociais a nossa agenda é sempre puxada pela realidade.

Assim, a ideia de “circuito”, a meu ver, responde à necessidade de dar conta dessa heterogeneidade das formas de se apresentar que distingue esse fenômeno, as tais “várias faces do cuidado”. Ou seja, por certo há o trabalho profissional do cuidado, mas ele não esgota todas as faces do trabalho de cuidado. Ao longo da vida dos indivíduos, essas formas de trabalho ficam muito claras. Não raro elas ocorrem ao mesmo tempo. Se eu sou uma mulher de classe média e tenho um filho bebê, ele acorda comigo em casa, ele vai para creche (se eu conseguir entrar na fila e conseguir uma vaga ele vai para creche pública). Agora, se eu não tenho nada disso, eu recorro à vizinha que toma conta dos meninos enquanto as mães vão trabalhar. Logo, as crianças estão parte do tempo comigo, numa relação socialmente pautada como de “obrigação” (“materna”), e movida essencialmente pelo afeto. Eu cuido da minha criança, porque ela é a “minha” criança. Eu tenho uma conexão pessoal, vou vê-la crescer. Noutra parte do tempo, eu cedo a capacidade de cuidar para “profissionais”. Eu uso a palavra profissionais em sentido lato que pode caber desde a vizinha que toma conta, até a creche, lá na outra ponta. Ou seja, eu tenho uma combinação de múltiplas formas de cuidar, mas



afinal, é a mesma criança e o mesmo trabalho –trocar fralda, dar banho, limpar xixi.

A “mãe”, a “vizinha” e a “moça da creche” fazem exatamente a mesma coisa, o que aparece na literatura clássica da sociologia do trabalho com a expressão “o mesmo trabalho concreto”. Mas esse trabalho concreto transcorre sob relações sociais totalmente diferentes, que variam porque variam os seus significados. No primeiro caso, é um ato de amor “de mãe. No segundo caso, a “vizinha” faz isso porque ela sabe que eu estou precisando e eu já a ajudei outras vezes. A “moça da creche” faz isso como um serviço profissional remunerado. Os significados são completamente diferentes. As atrizes que estão envolvidas na execução do cuidado são completamente diferentes, mesmo que a atividade concreta de cuidado seja exatamente a mesmo.

Na minha percepção, a noção de “circuito” dá conta, sistematizando, dessa multiplicidade notável que é o que eu estou chamando, no singular, de cuidado. Visto sob o prisma de uma situação ou de outra, o significado que o ato de cuidado adquire é completamente distinto. Logo, a relação social que sustenta essa significação varia. Tem dinheiro ou não tem dinheiro envolvido? Tem amor, não tem amor? Por isso, acho que a noção de circuito nos permite organizar e entrelaçar algo que a literatura ordinária do cuidado, no começo atraída pelas novas profissões, pouco via. Essas coisas foram tratadas, mas é como se elas estivessem em caixinhas diferentes. Uma coisa era a literatura sobre o trabalho doméstico remunerado, outra coisa era a literatura sobre o trabalho profissional de cuidado.

Nesse sentido, a noção de “circuito” permite entender que essas múltiplas caixinhas fazem parte de uma única cômoda. E a metáfora das caixinhas talvez não seja a melhor, porque enquanto as gavetas se superpõem, os múltiplos circuitos do cuidado se intercomunicam. ○

genial de se ver na pandemia é essa intercomunicação. Quando eu estou na minha casa e não posso mais contar com o trabalho da empregada doméstica – porque se eu a respeito ela tem que ficar protegida na sua casa, e devidamente remunerada para tal –, todo um subconjunto das atividades de cuidado no domicílio que até antes da pandemia era trabalho mercantil internalizado, pago, passa agora a ser gratuito. E todo o conjunto de atividades do cuidado que tinha sido externalizado, numa socialização interinstitucional da divisão de trabalho, cai nas costas da “mãe”, de forma tal que as atividades se embaralham, tal como os estudos de gênero e/ou as análises feministas o farejaram, atentas que estiveram a essa multiplicidade, muito embora não a tivessem (de início) nomeado, conceituado.

É muito elucidativa, para esse meu argumento, a conversa da sociologia do trabalho com a sociologia econômica. A noção de “circuito” vem desse movimento. A presença do dinheiro, das formas de pagamento, o sentido econômico dessas relações varia completamente dependendo das significações que os indivíduos conferem às relações sociais de cuidado que estabelecem. Essa virada ao revés que a sociologia faz ao olhar a vida econômica para mim é muito inspiradora quando você pensa a questão do trabalho. É, assim, desse influxo, que faz convergir a aguda lucidez do pensamento no campo dos estudos de gênero e a profícua inconformidade da sociologia quando pensa a vida econômica, que resulta a minha maneira de pensar o cuidado.

Organizadoras: No seu dossiê *Trabalho, Gênero e Cuidado* da revista *Estudos Avançados*, você e Priscila Pereira Faria Vieira publicaram um artigo⁶ que aborda uma forma de provimento do cuidado que ainda

⁶ GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 7-24, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n98/0103-4014-ea-34-98-7.pdf>.



é pouco estudada, que é o trabalho de cuidado que se reconhece como “ajuda”. Pode nos contar a respeito?

Nadya: Priscila Vieira e eu levamos a discussão do circuito para o que seria o mais heterodoxo: porque eu vou nomear como “trabalho de cuidado” aquilo que as pessoas não o reconhecem enquanto tal? A partir da ideia de “ajuda”, nós resolvemos olhar para as formas assumidas pela relação social de cuidado que não são reconhecidas como cuidado nem como trabalho. Não há a ideia de pagamento monetário envolvido, nem o nome “cuidado” aparece utilizado pelas pessoas. Interessante que mães cuidam dos filhos, é de cuidado que se trata, não é de trabalho naquele sentido profissional. A dona de casa diz: “trabalho, não, eu cuido da casa”, “trabalho, não, eu cuido das crianças”. Quando falamos da “ajuda”, falamos de uma relação social, querendo estender o universo do possível nas relações sociais do cuidado até abarcar aquelas formas que estão assentadas numa relação de reciprocidade, que não se entendem como troca econômica – podem até dar lugar a tais trocas, mas estas não são necessárias para a relação existir. Ao mesmo tempo, podem ser tratadas como cuidado.


Em realidades tão desiguais como a brasileira, a multiplicidade das formas de cuidado se torna ainda maior. Esse é o cerne do nosso argumento. Temos o cuidado que é provido no mercado, que é comprado – o da empregada doméstica ou da cuidadora profissional. da casa de repouso, ou da creche, do hospital. Esse cuidado se resolve no mercado e vimos como isso cresce nas sociedades capitalistas avançadas, como isso é pujante, como isso é importante. Mas há também uma forma de cuidado que se resolve através do Estado, da proteção social. A depender da maneira pela qual se constrói a integração social há formas/regimes de bem-estar social nas quais o Estado tem protagonismo face ao mercado; nesses casos, a política pública chama para si uma pauta com respeito ao cuidado, seja produzindo instituições que cuidam, seja regulando direitos

de quem cuida ou ampliando benefícios das pessoas que temporariamente trabalham com cuidado. Neles, a figura central é a do Estado e isso supõe uma certa arquitetura do regime de bem-estar. Ora, um regime de proteção social frágil, ineficiente, poroso, cobre pouco. São poucos os protegidos. E ali onde se multiplicam as pessoas que são pobres, tampouco há meios materiais/monetários para ir ao mercado comprar serviços de cuidado. Ora, como o cuidado é imperioso – e volto ao meu ponto de partida –, ele tem que se resolver. Em certos grupos sociais ele não se resolve pelo mercado, nem pela política pública.

A mulher precisa ir trabalhar, ela chega no trabalho às oito horas, mas, para isso, tem que sair às quatro horas de casa. Primeiro, o que ela faz com as crianças entre 4h e 8h? Segundo, quem as leva até à creche? Para flagrar as formas sociais de fazer face a essas dinâmicas concretas, cotidianas, os trabalhos etnográficos têm tido um papel muito importante, porque a mensuração estatística a esse respeito é nula. Embora nossas estatísticas sociodemográficas sejam magistrais quando tratam do cuidado como obrigação, do cuidado profissional, elas não acompanham os interstícios da vida social comunitária, dos tecidos sociais mais pobres. Veja bem que quando me refiro ao circuito de “ajuda”, não estou tratando do trabalho solidário que eu, como avó de classe média, dou à minha filha quando ela quer ir ao cinema. Esse é um ato que se enquadra na ideia de “obrigação”; faz parte da minha responsabilidade afetiva com a filha e os netos, das minhas obrigações sociais deferidas ao papel de “avó”. Não é desse tipo de ajuda (sem aspas) de que falo. A palavra pode ser a mesma, mas o significado socioantropológico não é: com a categoria “ajuda” (com aspas), ricamente ilustrada no texto com Priscila Vieira⁷, quero me referir a esse circuito de reciprocidade que marca a vida cotidiana

⁷ Mas também finamente tratada em capítulo da tese de Renata Moreno. Ref.: MORENO, Renata Faleiros Camargo. *Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.





dos mais pobres, em condição de privação do mercado e de desproteção pelo Estado. Esse circuito se constitui, por assim dizer, numa camada que é a mais invisível do mais das vezes invisível trabalho de cuidado. É analiticamente interessante buscar a Antropologia como inspiração, e ela tem fartamente tratado da vida cotidiana dos mais pobres ao longo do tempo. A antropologia brasileira já tratou disso, mas não sob a rubrica do “cuidado”.

Organizadoras: Existem trabalhos atuais na antropologia sobre cuidado?

Nadya: Sim, na antropologia há trabalhos sobre cuidado. Por exemplo, no caso dessa jovem, nova, fulgurante antropologia brasileira, feita por jovens antropólogos hoje. Você tem toda uma reflexão que faz referência ao cuidado. Não só a ele. A “casa” se torna um espaço muito complexo e sobre ela têm se produzido reflexões finas. Quando as mulheres vão para a “rua”, e que somam trabalho de casa de algumas, e trabalho em domicílio de outras, a circulação do dinheiro, em sua relação com a circulação das obrigações do cuidar se torna um fenômeno muito importante e analiticamente desafiador. Nesse movimento há também uma dimensão geracional; sim porque as mães saem e as filhas ficam cuidando dos irmã(o)s menores. Às vezes, como no meu caso, fala-se de “ajuda”; outros trabalhos. na Antropologia falam em “tomar conta” (ver Camila Fernandes, por exemplo⁸). Isso nos deixa entrever que esse trabalho de “tomar conta” (“cuidar”) é fundamental e ele já vem sendo tratado. Trata-se de incorporá-lo, de integra-lo como parte do patrimônio da reprodução intelectual de uma socioantropologia dedicada ao estudo do cuidado.

⁸ FERNANDES, Camila. O tempo do cuidado: batalhas femininas por autonomia e mobilidade. In: RANGEL, E.; FERNANDES, C.; LIMA, F. (org.). *(Des)prazer da norma*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2018.

Há uma larga reflexão sobre as obrigações familiares na literatura da antropologia da família no Brasil⁹. O que me parece mais interessante, nesse momento, é que a literatura do cuidado vá até lá, beber nos achados da Antropologia, apropriar-se e explorar esses resultados finos tendo em vista o seu próprio domínio. Isso é fundamental para entender certos fenômenos aparentemente muito desconexos, como o tema dos chamados “nem, nem”, os jovens que não estudam e não trabalham. Mexa um pouco nessa caixa preta e olhe para as meninas que não estudam e nem trabalham: elas estão fazendo o que? Elas fazem trabalho de cuidado. Quando analisamos as estatísticas do IBGE, vemos que elas estão fazendo o que o IBGE chama de “afazeres domésticos”, ou seja, o cuidado. Se elas estão fora da escola e não podem trabalhar, é porque estão envolvidas, desde muito cedo, no trabalho de cuidado. Alguns estudos qualitativos já mostraram que muitas vezes elas ficam em casa, cuidando da casa e dos irmãos, para que as mães possam sair e assumir responsabilidades no mercado. Mas isso não acontece com os meninos. O que os meninos fazem? Olhando as estatísticas, os meninos que nem estudam e nem trabalham estão procurando trabalho, ou seja, estão no mercado de trabalho na condição de desempregados. Vê-se, assim, a notável segmentação da responsabilidade pelo cuidado expressa nos prismas de classe-sexo-idade, tomados de modo conjugado. Esse é um fenômeno que desafia a política pública. Mas, quando você começa a analisar o fenômeno sob a ótica do cuidado, o que você encontra? O notável reparto intergeracional e intersexos do exercício do cuidado dentro da casa. Ora essa é uma coisa que a antropologia da família há muito já vinha tratando, mesmo se sem nomear como um tema do

⁹ Veja-se a respeito os trabalhos seminais de Claudia Fonseca. Sugere-se: FONSECA, C. Mãe é uma só?: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002. FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, v. 26, jan./jun. 2006. FONSECA, C. Família e parentesco na antropologia brasileira contemporânea. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010.



domínio “do cuidado”. Ora, nós, que estamos nesse campo, temos que estar com os olhos bem abertos para capturar esses sinais, esses achados.

Organizadoras: Pensando no momento de incertezas que vivemos no Brasil, não só pela Covid-19, mas pela conjuntura política, é possível ser otimista e apostar no cuidado como um projeto integrador para o futuro?

Nadya: A conjuntura é muito difícil, porque não se trata somente de uma crise sanitária, de uma pandemia que expôs a questão do cuidado como uma urgência social, como um elemento central à vida ordinária e que não era tão visível até aqui. Não se trata apenas de uma crise sanitária que desafia a capacidade de uma sociedade se fazer solidária, e de um governo vir a comandar essa ideia de solidariedade. O que fica muito claro para o nosso caso, por exemplo, é que, tomando a perspectiva do cuidado, essa crise ocorre pouco tempo depois que a regulamentação da profissão de cuidador se torna um tema que vencera a opinião pública, vencera o protagonismo da oposição das enfermeiras e enfermeiros, vencera os grupos corporativos profissionais e que, depois de uma longa jornada alcançou uma aprovação de uma Emenda Constitucional no Congresso Nacional¹⁰. Entretanto, essa regulamentação foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro. Em nome de que? Em nome da liberdade do mercado – assim o Presidente justificou o seu veto. Não fosse isso, talvez fosse possível pensar em profissões de cuidado melhor definidas e com direitos melhor resguardados. Na ausência desses direitos, o que vemos com a pandemia? Vemos cuidadoras completamente aprisionadas na casa dos idosos de quem cuidam, de onde não podem sair, porque se saem os idosos podem ser contaminados pelo coronavírus. Jornadas sem limite;

¹⁰ O PL 1385/2007 (PLC 11/2016, no Senado), que propunha a regulamentação da profissão de cuidadora e cuidador, tramitou por mais de uma década no Congresso Nacional e foi aprovado em 2019. No mesmo ano, porém, não foi sancionado pelo Presidente da República.

contratos ao arrepio de qualquer direito. Riscos e mortes, de idosos mas também de cuidadoras, na penumbra da invisibilidade das instituições de longa permanência para idosos.

Isso deixa claro que mais do que uma crise sanitária, essa crise atinge o mercado de trabalho, e sob diversas formas (e não apenas pela retração e queima de postos de trabalho); há algo muito relevante que afeta o que se entende como direito do trabalho. Sob o manto da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), houve uma mudança normativa importante. Nesse sentido, a retração econômica que vínhamos experimentando desde 2015, não põe os indivíduos aflitos somente acerca do “como é que eu acho um trabalho?”, mas qual é o trabalho que se pode achar e sob qual relação, sob que forma de proteção. É imperioso observar que se trata de uma conjunção entre a pandemia, a crise econômica aprofundada e uma crise política importante. É na conjunção dessas três crises que se pode entender o alcance do sofrimento que se impõe, às cegas, à maior parcela da população brasileira, as trabalhadoras do cuidado aí compreendidas. Quem dera o mundo fosse cor de rosa para gente pensar que toda crise abre uma janela para novas oportunidades.

Acredito que o prisma do cuidado é central, porque acioná-lo nos faz pensar sobre comportamentos a respeito dos quais nós nunca pensávamos. Tomo outro exemplo. Há uma divisão intergeracional do trabalho que claramente está posta em questão nesse momento. O filho de classe média que não fazia nada em casa, para quem a empregada até forrava a cama e punha a escova de dente de volta no seu lugar, no banheiro, agora tem que fazer algo, pois não dá tempo de a mãe fazer tudo para todos e para si. Se você tomar o ponto de vista da experiência dessas mulheres, é muito interessante porque o confinamento obrigou a, de algum modo, repartir atividades. Isso vai deixar resultados ou não? Não consigo prever, mas foi aberta a caixa de pandora. Foi desvelada uma coisa sobre a qual não se falava, porque era “natural”.



Por outro lado, entre os mais pobres, a ideia de um rendimento mínimo de sobrevivência, que parecia uma pauta sem eco de Eduardo Suplicy¹¹, tornou-se central. Tão central que parte significativa da popularidade do atual Presidente da República veio do auxílio emergencial, conforme indicam pesquisas de opinião; mesmo que este lhe tenha sido imposto pelo Congresso. Passamos a cogitar da ideia de uma renda básica de cidadania, coisa que o Brasil jamais pensou. Colocou-se no espaço do possível a reflexão sobre aspectos que antes nós nem discutíamos. Isso abre novas caixas de pandora.

Em suma, a crise cria condições e possibilidades de ter a realidade transformada, mas não é possível prever desenlaces. Até porque há uma crise política por trás disso. Qual vai ser o desenlace dessa crise política? As condições e possibilidades irão variar muito se um governo fortemente autoritário e de força se impuser ou se um projeto autoritário for vencido. Assim, acho interessante pensar como o cuidado pode ser um deflagrador, de certa forma um catalizador de visibilidades.

Organizadoras: Para encerrar, pedimos sugestões de leituras sobre o cuidado e uma palavra final.

Nadya: Na medida em que essa temática se torna mais importante na literatura sobre o trabalho, sobre os estudos do gênero, mesmo no âmbito da sociologia econômica, há uma proliferação de análises que são inspiradoras que vão para além daquelas que foram as clássicas no campo, que passam por debates sobre a intimidade e o cuidado. Destaco, por exemplo, o campo do cuidado como uma relação que se passa na intimidade, o cuidado como uma relação que supõe, muitas vezes, o contato com o corpo do outro. Por exemplo, o meu trabalho sobre circuitos foi muito inspirado pelo trabalho de Viviana Zelizer, num

¹¹ SUP LIC Y, Eduardo Matarazzo. *Renda básica de cidadania: a resposta dada ao vento*. São Paulo: L&PM, 2006.

livro clássico, em que ela mais se aproxima dessa agenda, chamado *The Purchase of Intimacy*¹².

Há também uma literatura que reflete sobre a questão das emoções e da subjetividade nas relações com o cuidado. É uma literatura ampla, tanto internacional quanto latino-americana que trabalha com isso. A mexicana Marina Ariza¹³ tem um trabalho de compilação de escritos de intelectuais latinoamericanxs muito interessante nesse sentido. Também Angelo Soares¹⁴ deve ser citado.

Além dessas linhas, há coisas novas como o debate sobre o autocuidado, o cuidado de si. As reflexões mais recentes de Pascale Molinier¹⁵ sobre o cuidado de si são muito inspiradoras. Além disso, há os debates sobre as formas de cuidado como nutrientes de identidades. Por exemplo, o trabalho feito por Luz Gabriela Arango, Mara Viveiros Vigolla e pesquisadorxs na Colômbia¹⁶, sobre identidades negras e cuidado, que reverbera o trabalho que já se fazia no Brasil sobre o trato dos cabelos e o cuidado. Aqui vemos uma conjunção entre recuperação identitária e o cuidado de si como uma ferramenta, um nutriente fundamental para se recriar, afirmar identidades.

Nesse momento, tenho me interessado pela conexão entre cuidado e religião. Afinal, cuida-se dos fiéis. No candomblé a ideia do cuidado é fundamental. Alguns estudos sobre comunidades evangélicas são muito importantes para mostrar como o cuidado é central na relação que se

¹² ZELIZER, Viviana A. *The purchase of intimacy*. Princeton: Princeton University Press, 2005.


¹³ Como sugestão: ARIZA, Marina (org.). *Emociones, afectos y sociología: diálogos desde la investigación social y la interdisciplinaria*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

¹⁴ Este livro possui um capítulo de Angelo Soares. Sugerimos, ainda, o seguinte artigo: SOARES, Angelo. As emoções do care. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena (org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 44-60.

¹⁵ MOLINIER, Pascale. Care Amongst ourselves: self-care as a therapeutic and political experience. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena (ed.). *Care and care workers: a Latin American perspective*. Alemanha: Springer, 2021.

¹⁶ VIVEROS, Mara; RUETTE-ORIHUELA, Krisna. Care, aesthetic creation, and anti-racist reparations. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena (ed.). *Care and care workers: a Latin American perspective*. Alemanha: Springer, 2021.





estabelece no interior dessas comunidades. Mas o cuidado sempre foi central para o que a literatura antropológica tratou como as “famílias de santo”, não as “famílias de sangue”. As famílias de santo se assentam na ideia de obrigações e reciprocidade. Há toda uma literatura encantadora nesse campo, que vem de clássicos como o Vivaldo da Costa Lima (1977) que, nem de longe, pensava a questão do cuidado, mas pensava esse outro tipo de relação de família onde o cuidado é fundamental. O cuidar de quem vai ao terreiro, o cuidar das irmãs de santo, o cuidar dos santos e o cuidado que os santos exercem sobre nós.

Percebem como são múltiplas as vias? Há caminhos notáveis se alguém tiver interesse em seguir adiante nos estudos do cuidado, e há reflexão brasileira acessível para trabalhar nesse sentido. Sem falar de uma profusão de estudos latino-americanos acerca do cuidado, do que dão testemunho pelo menos três importantes coletâneas veiculadas recentemente¹⁷.

A palavra final é sobre minha convicção acerca da importância de múltiplas iniciativas e espaços de debate, hoje fundamentais para consolidar um campo. Sim porque um campo de conhecimento não se consolida somente na sala de aula presencial. Vimos isso no campo de estudos de gêneros, onde os movimentos feministas sempre foram gestores, parceiros de boas ideias. Foi assim também com o movimento operário, com o movimento LGBT, com o movimento negro. Quer dizer, há um conhecimento que gira em torno da necessidade do movimento. Às vezes ele não chega à sala de aula. Às vezes ele chega confrontando a sala de aula, sem querer conversar. Isso é muito importante e essa nova relação virtual dá a oportunidade de criar vários e diferentes tipos

¹⁷ GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena (ed.). *Care and care workers: a latin american perspective*. Alemanha: Springer, 2021. GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena (ed.). *El cuidado en América Latina. Mirando a los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay*. Buenos Aires: Fundación Medifé Edita, 2020. BATTHYANY, Karina (org.). *Miradas Latinoamericanas al cuidado*. México: Siglo XXI, 2021.

de conexão. Essas formas de conhecimento são muito importantes. É, portanto, fundamental, nesse momento, criar portas por onde circulem esses conhecimentos, que são todos muito vívidos e que, às vezes, não conversam um com o outro. Se conversassem, eu acho que a qualidade da nossa compreensão da realidade aumentaria muito.





Cuidado: teorias e práticas

Helena Hirata

Socióloga, diretora de pesquisa emérita no CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica) da França e pesquisadora colaboradora do Departamento de Sociologia da USP. Milita no CNDP (Coletivo Nacional de Direito das Mulheres) da França. Áreas de pesquisa: trabalho e divisão sexual do trabalho; gênero e globalização; teorias e práticas do cuidado numa perspectiva comparada. Algumas publicações: “Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade”, *Boitempo*, 2002; “Dicionário Crítico do Feminismo”, coordenação com F. Laborie, H. Le Doaré, D. Senotier. PUF, 2000 (trad. bras. EDUNESP, 2009); “Trabalho flexível, empregos precários”, coordenação com N. A. Guimarães e K. Sugita, EDUSP, 2009; “Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais”, organização com A. Rangel de Paiva Abreu e M.R. Lombardi, *Boitempo*, 2016; “O gênero do cuidado”, com N. Araújo Guimarães, *Ateliê*, 2020.

Organizadoras: O *podcast Cuidar, Verbo Coletivo* e este livro, em grande medida, existem por conta do seu trabalho, porque foi sua disciplina da USP de 2012 que levou a Regina a estudar cuidado no doutorado. Por isso, começamos esta entrevista perguntando como o cuidado se tornou um objeto de estudo para você?

Helena: Na sociologia do trabalho eu me centrei na questão do trabalho e do gênero. Nesse sentido, trabalho, gênero e o cuidado tem tudo a ver porque o cuidado é um ato, uma prática, e é também uma profissão, majoritariamente feminina. Então a questão do gênero incide fortemente na definição de cuidado, que não é só uma atitude, uma atenção ao outro, mas é, ao mesmo tempo, um trabalho. Então, se na área da sociologia do trabalho eu sempre estudei o trabalho doméstico, a questão do cuidado é central, tendo sido um prolongamento natural das minhas pesquisas. Claro que a questão etária, de que minha mãe estava idosa na época tudo isso influenciou no interesse no tema do cuidado e das cuidadoras, sobre o qual comecei a me debruçar no fim de 2009. Eu


já estudei as multinacionais, estudei desemprego, estudei epistemologia feminista, então acho que a idade influi nesse interesse no tema do cuidado nas minhas pesquisas.

Organizadoras: Quase todas(os) as(os) entrevistadas(os) deste livro mencionaram as suas pesquisas como referência nos estudos do cuidado. Pode falar um pouco sobre sua perspectiva em relação ao tema?

Helena: Eu faço comparações internacionais entre três países bastante diferentes do ponto de vista econômico e social, que são França e Japão, países capitalistas avançados, e o Brasil, considerado um país subdesenvolvido. O tema do cuidado eu também declinei estudando os três países. E a maior convergência entre eles foi a questão do salário: as cuidadoras, tanto domiciliares, quanto as cuidadoras em instituições, diziam que o trabalho delas não era reconhecido nem devidamente pago, pois elas ganhavam muito pouco. O curioso é que no Japão há um número relevante de homens que trabalham em instituições de longa permanência para idosos – curioso porque o cuidado é um trabalho majoritariamente feminino –, e esses homens diziam que não podiam casar, criar uma família, com o salário que eles recebiam como cuidadores. Claro que as diferenças entre os países existem e o Brasil é o país onde o salário das cuidadoras é o mais baixo dentre os três; na sequência vem a França; depois o Japão, que é o que tem salários mais altos entre eles.

Outra convergência que vi nos três países que é muito importante é a questão da saúde no trabalho. Cuidadoras e cuidadores se queixavam de dores nas costas, lombalgias, por causa das posições que precisam adotar para cuidar de idosos, para levantá-los da cama, para colocar na cadeira de rodas, para tirar da cadeira de rodas e colocar de novo na cama etc. Essas trabalhadoras e trabalhadores não têm nenhum tipo de política pública ou empresarial para melhorar a situação; os gestores e





administradores de instituições que ofertam cuidado diziam não haver nenhuma medida para prevenir esse tipo de adoecimento. Na realidade, quando cuidadoras começam a ficar doentes são substituídos por outras trabalhadoras mais novas, que não têm problemas nas costas.

Organizadoras: Depois de você falar um pouco sobre o enfoque das suas pesquisas, queremos saber sobre sua compreensão do cuidado. De forma simplificada, o que é cuidado?

Helena: O cuidado não é só uma atitude de atenção em relação a um beneficiário; é também uma prática e um trabalho. Não só um trabalho, mas, como diz Pascale Molinier, é também ética e política, porque todo trabalho de cuidado implica numa relação ética e numa relação que é de caráter político. Eu acho que é possível definir o cuidado dizendo que é um trabalho material, técnico, e ao mesmo tempo um trabalho emocional; além disso, o cuidado se dá dentro de relações sociais nas quais intervêm gênero, raça e classe social, sendo que majoritariamente as cuidadoras ao redor do mundo são mulheres, não homens – embora haja exceções, como nas Instituições de Longa Permanência para Idosos no Japão.


Na França, mais de 80% das trabalhadoras do cuidado são mulheres, segundo pesquisas de 2017-2018. Além disso, as relações de classe, de sexo e de raça são evidenciadas, porque quem executa esse trabalho são mulheres, em sua maioria pobres e negras. Isso é bastante evidente no caso do Brasil e também na França, pois na região de Paris, de *Île-de-France*, há muitas trabalhadoras do cuidado que são imigrantes vindas da África Subsaariana. Portanto, essa relação social entre a pessoa beneficiária do cuidado e a provedora de cuidado é onde se interseccionam relações de classe, de sexo e de raça. Nesse ponto, o conceito de interseccionalidade é fundamental, porque ajuda a pensar o cuidado como sendo algo que está imbricando todas essas relações sociais.

Então, o cuidado é uma prática; é um trabalho material; é um trabalho sujo, de limpar excrementos, dejetos do corpo; além do aspecto prático, o cuidado possui também um aspecto ético, a questão da responsabilidade. A cuidadora ou o cuidador se considera responsável pela vida e pelo bem-estar do outro, daquele que se está cuidando, e essa responsabilidade é sentida em relação ao idoso, ou à criança que está recebendo cuidado. Essa relação não é um trabalho prático, um trabalho físico no sentido estrito, mas é aquilo que a gente chama de ética do cuidado.

Organizadoras: Em janeiro de 2020, no Centre de recherches sociologiques et politiques de Paris, foi organizado um seminário em homenagem à sua obra. Você começou a falar sobre como a interseccionalidade permeia os estudos do cuidado, mas essa perspectiva já estava presente em seus estudos anteriores. Gostaríamos que os relatasse como a imbricação entre gênero, raça e classe tangencia toda a sua obra.

Helena: A questão do gênero no trabalho começou a me interessar porque, pesquisando empresas multinacionais, eu percebi que trabalhadores “tinham um sexo”, ou seja, que trabalhadores não eram trabalhadores “neutros”. Quero dizer que as empresas procuravam um certo tipo de trabalhador, do sexo feminino ou do sexo masculino, com certas habilidades, certas características, e essa relação entre mão de obra e empresa era uma relação permeada pela questão de gênero e de classe. Danièle Kergoat trabalhou bastante com a relação entre classe e gênero e, mais recentemente, com a questão da raça, mas, de fato, o que nos estudos do trabalho aparece de forma clara é que o trabalho tem sexo, o trabalho tem gênero. Não é por acaso que colocamos como título do livro





póstumo que organizamos da Elizabeth Souza Lobo que a classe operária tem dois sexos¹.

O fato de que trabalhadores têm sexo é fundamental, porque coloca a questão de que tipo de trabalho fazem homens e mulheres. Nesse sentido, a grande originalidade do trabalho de Danièle Kergoat é colocar o trabalho doméstico como tão central quanto o trabalho profissional. Logo, quando falamos em “trabalho”, não nos referimos apenas ao trabalho assalariado, formal, profissional, mas também ao trabalho doméstico, não pago, trabalho que as mulheres realizam nas suas casas, incluindo tarefas repetitivas, de limpeza, até o cuidado das crianças e demais pessoas da família. E a centralidade dessa questão ficou mais clara com a pandemia, porque vários estudos têm mostrado que as mulheres estão trabalhando muito mais do que antes no período de isolamento, porque elas não só estão responsáveis pelo trabalho que já faziam antes, como passaram a estudar com as crianças, proporcionar lazer às crianças, cozinhar três refeições por dia. No caso da França, a maioria das mulheres não tinham o hábito de cozinhar na hora do almoço, porque as crianças comem na escola e os adultos nos seus trabalhos, sendo que apenas o jantar era um trabalho adicional; mas com o confinamento, cozinhar também o almoço se tornou um trabalho suplementar que ficou fundamentalmente nas costas das mulheres.

Refletindo sobre tudo isso, parece a mim que a ideia do que “é” o “trabalho” e “o que engloba” o “trabalho” foi uma das questões importantes nas minhas reflexões sobre gênero e trabalho no passado, bem como agora. A incorporação da questão do cuidado reforça como é absolutamente indispensável pensar o trabalho nesse sentido amplo e pensar no trabalho perpassado pelas relações de gênero, de classe e de raça.


¹ O livro citado é *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*, de Elizabeth Souza-Lobo (1991, 2010). Em 2021, o livro ganhou sua terceira edição, publicado pelas Editoras Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular.

Organizadoras: Você mencionou como as cargas de cuidado dentro das casas foram majoradas por conta do isolamento e isso ganhou um certo espaço no debate público. O que fazer para que o interesse pelo cuidado não desapareça depois que a pandemia passar?

Helena: Esse é um grande problema, porque muitas questões foram levantadas com a pandemia e, com o fim do confinamento, parte disso pode voltar atrás, como se não tivesse havido essa tomada de consciência, a reflexão sobre o que representa, por exemplo, a questão da vulnerabilidade. Uma das dicotomias para as quais especialistas chamam atenção é para a questão da autonomia ou dependência, tendo Joan Tronto respondido a controvérsia com a noção de vulnerabilidade. Tanto ela quanto Patricia Paperman diziam que todas as pessoas são vulneráveis em algum momento de suas vidas.

Um exemplo nesse sentido é de Martine Aubry, uma política aqui da França, que era criticada quando dizia “nós queremos uma sociedade do cuidado”. Jornalistas e políticos homens a acusavam de afirmar que as pessoas iriam ser fracas, mas que eles eram autônomos e não precisavam de cuidado. Essa discussão mudou totalmente com a pandemia, porque todo mundo se sentiu em perigo, todo mundo se sentiu vulnerável. Até o atual presidente francês, Emmanuel Macron, em um pronunciamento de abril de 2020, falou que momentos como esse lembram que somos vulneráveis, coisa que “nós sem dúvida tínhamos esquecido”. Claro que ele, um homem branco, jovem, rico tinha se esquecido. E não haveria nenhuma razão para ele dizer que se sentia vulnerável, ele só disse porque a pandemia mostrou que todo mundo precisa de cuidado. Por isso, acredito que essa tomada de consciência de que todos somos vulneráveis é algo que, terminada a pandemia, talvez possa desaparecer, voltando à invisibilidade de antes.





A vulnerabilidade é uma discussão que só aparecia para os especialistas de cuidado, enquanto fora desse universo não se falava que a vulnerabilidade é intrínseca a todas pessoas. Quando começou a pandemia, todo mundo, inclusive nos e-mails, começou a dizer “*take care*”, “tome cuidado”, “cuide-se”. Em todas as línguas vimos que essa era a palavra de ordem central para esse período. O cuidado, de repente, saiu da sua toca de especialistas para se tornar um tema central. O *care* se tornou central nas sociedades. Isso não significa que as pessoas que cuidam, as cuidadoras, as auxiliares de enfermagem, as enfermeiras, tenham reconhecido o seu trabalho. Esse não reconhecimento monetário, esse não reconhecimento simbólico precisa ser cobrado. Na França houve uma grande manifestação em julho de 2020, com milhares de profissionais da saúde pedindo que o governo considerasse aumentos substanciais dos salários – vale dizer que a França é um dos países europeus em que o salário das enfermeiras é mais baixo.

Organizadoras: No Brasil não vimos manifestações de profissionais do cuidado amplas nesse sentido. Houve, sim, mobilização da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), pelo pagamento de salários para trabalhadoras durante o lockdown, mas sabemos a dificuldade de organização coletiva das cuidadoras.


Helena: É verdade, inclusive pelo fato de que as cuidadoras não são nem reconhecidas como profissionais, já que Bolsonaro vetou o projeto de lei que regulamentava a profissão que tramitava há muito tempo na Câmara e no Senado. A ausência de profissionalização impede, inclusive, que as cuidadoras se organizem em sindicatos. Já a Fenatrad tem feito uma campanha muito importante em relação ao direito das trabalhadoras domésticas de interromperem o seu trabalho e terem a sua remuneração garantida durante a pandemia.

Organizadoras: Pensando na necessidade de nos organizarmos para tentar mudar o estado das coisas hoje no Brasil, nossa inspiração é a sua história, que é indissociável à história do feminismo no Brasil. Você atuou no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que era um grupo de imigrantes e exiladas brasileiras na época da ditadura do qual você fez parte; você desenvolveu o conceito de divisão sexual do trabalho, formulado por Danièle Kergoat, e o trouxe para o Brasil; você atuou diretamente no diálogo com os movimentos de mulheres e nos espaços de formação sindical brasileiros nos anos 1980, sendo uma das grandes responsáveis por trazer ideias, traduções e materiais feministas para dentro dessas organizações por aqui; e até hoje sua referência e suas contribuições são incalculáveis. Então, gostaríamos que você contasse um pouco desses seus passos e que você falasse sobre a importância dessas pontes entre academia e ação política, que você fez tão bem ao longo da vida.

Helena: Essa relação entre academia e política continua e um exemplo disso é o Círculo de Mulheres Brasileiras, que 40 anos depois se reformou e tem um núcleo importante no Rio de Janeiro, mas também em outros estados, como Rio Grande do Sul e São Paulo. Elas, ao mesmo tempo, organizam e participam de manifestações e têm relação com a academia, com as fontes do feminismo, do movimento feminista, do pensamento feminista.

Sobre a minha história, acho que eu não era feminista quando militei no Brasil no fim dos anos 1960, porque não havia feminismo nas organizações políticas e as mulheres que participavam das organizações políticas não eram feministas, inclusive porque não havia essa possibilidade considerando-se que a repressão justificava, por exemplo, que se dissesse que as mulheres não deveriam ter filhos. O feminismo





foi algo que me veio, sobretudo, quando eu cheguei na França, quando conheci organizações de esquerda como a Liga Comunista Revolucionária. As mulheres nessas organizações pertenciam a organizações feministas e ocorreram discussões bastante intensas sobre organizações políticas e feminismo. E as grandes pesquisadoras francesas se beneficiaram dessas discussões, inclusive em termos de análises teóricas, como Christine Delphy, que falava das relações patriarcais partir das relações de produção, que é uma categoria marxista.

Isso evidencia a importância da relação entre movimento e teoria, porque um irriga o outro. Sem o movimento, a teoria fica vazia e sem sentido. Eu acho que fiz tudo que eu pude fazer no Brasil, chegando depois da anistia. No ABC paulista, por exemplo, onde havia mulheres que trabalhavam dentro de uma perspectiva feminista para poder discutir modelos produtivos, levei o aprendizado que eu tive fazendo a minha pesquisa comparativa entre Brasil, França e Japão. Foi uma experiência bastante interessante que eu pude realizar dentro desse período, de 1980 até hoje em dia.

Organizadoras: Para encerrarmos, perguntamos se você tem sugestões para quem quer continuar conhecendo mais sobre o cuidado.

Helena: Em relação a sugestões, sugiro um vídeo da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), com uma conversa sobre gênero, trabalho e isolamento social com Nadya Araújo Guimarães, Bila Sorj e Barbara Castro². Indico também o artigo de Flávia Biroli, na Folha de São Paulo de 8 de abril de 2020, chamado *Novo coronavírus, responsabilidade e precariedade*. Claro que eu não poderia deixar de citar o Dossiê *Trabalho, gênero e cuidado*, da edição 98 da Revista Estudos Avançados, com cinco

² O vídeo está no canal do YouTube SBS tv, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ILv-vWumn8pA>.

artigos que abordam o tema sob diferentes óticas, colocando em evidência a questão da resistência e das mobilizações.

Também vale a pena voltar ao livro *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*, que eu organizei com Nadya Araújo Guimarães em 2012, porque há toda uma série de traduções de pesquisadoras como Arlie Hochschild, Miriam Glucksmann, Florence Weber que são difíceis de encontrar em português. Outro livro que destaco, disponível para download gratuito é *El trabajo del cuidado*, de 2018, organizado por Natacha Borgeaud-Garciandía, que traz uma série de artigos mais recentes, inclusive um meu sobre sexualidade e trabalho de cuidado, que é uma questão bastante importante e pouco trabalhada até hoje.

O que eu poderia dizer a mais é que o *podcast Cuidar, Verbo Coletivo* foi muito importante para alimentar as reflexões sobre o trabalho de cuidado e também para divulgar, para além das pessoas especialistas no assunto, o interesse em pensar mais amplamente o cuidado como uma questão política, como uma questão ética e como uma questão relacionada aos estudos do trabalho.





O trabalho de cuidar e as emoções nos tempos da Covid-19

Angelo Soares

Sociólogo do Trabalho, Professor Titular do Departamento de Organização e Recursos Humanos da Université du Québec à Montréal (UQAM), Canadá. Conduz pesquisas sobre assédio psicológico no trabalho, emoções e saúde mental no trabalho, qualidade de vida no trabalho, 'burnout', estresse laboral e saúde das mulheres.

Organizadoras: Temos visto na pandemia um aumento da demanda por cuidado, o que tornou o tema mais evidente. Imaginamos as emoções, essas demandas mentais de quem cuida e de quem precisa de cuidado também ganham proporções diferentes nesse contexto. O que você está pensando a respeito dessas correlações atualmente?

Angelo: Há muitas perguntas dentro dessa pergunta, então, temos que compreender que o vírus, essa pandemia, ela nos coloca, de uma maneira mais brutal, face a face com a nossa vulnerabilidade. Quer dizer, todo mundo pode pegar esse vírus e morrer, então somos todos vulneráveis. O que é importante nessa questão da vulnerabilidade é que todo mundo é vulnerável, então só vamos conseguir resolver quando todos estiverem em segurança, enquanto não estiverem todos em segurança ninguém vai estar seguro. É um problema coletivo, é uma dimensão importante pois ela coloca em questão um individualismo brutal que existe nas sociedades contemporâneas, como nos mostra o sociólogo Zygmunt Bauman¹.

Na realidade, esse vírus é democrático, ele pega todo mundo. Entretanto, constatamos que embora ele seja um problema coletivo, para

¹ Ver por exemplo: BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada*. São Paulo: Zahar, 2008. BAUMAN, Zygmunt. *A individualidade numa época de incertezas*. São Paulo: Zahar, 2018.

todos, os contextos sociais e organizacionais amplificam assustadoramente as desigualdades e os problemas existentes. Por exemplo, todas as desigualdades que existem na sociedade, com essa pandemia, aparecem com cores muito mais vivas. A mesma coisa, quando o vírus chega nas organizações, elas já têm um contexto de desigualdades, de organização do trabalho, uma tecnologia organizacional que é geradora de violências, de injustiças, então quando o vírus chega, ele vai reforçar as cores desta organização do trabalho, desta tecnologia organizacional com cores fauvistas.

Essas maneiras de organização da sociedade e do trabalho devem ser repensadas a fundo, porque é preciso sair do individualismo e compreender que só vamos estar seguros quando todo mundo estiver seguro. Mesmo se você tiver uma vacina hoje, se você tiver que pagar pela vacina, quantas pessoas que não tem a capacidade econômica de pagar por essas vacinas? O acesso às vacinas tem sido desigual. Todo mundo ainda está vulnerável, porque o mundo todo é interdependente. A pandemia revelou isso de forma brutal. Na questão das máscaras, as pessoas não tinham acesso pois as máscaras não são fabricadas localmente. Com o processo de mundialização, houve uma deslocalização das indústrias, e as máscaras eram produzidas na China, que se isolou, reduziu a fabricação por conta da pandemia. Assim, os países não tinham máscaras suficientes nem para o pessoal da saúde, nem para a população em geral.

Toda a organização deveria ser repensada e os métodos de gestão também devem ser repensados, caso contrário não vamos sair facilmente dessas crises. Hoje é o coronavírus, mas amanhã pode ser uma contaminação da água, pode ser um ataque biológico, mudanças climáticas. Infelizmente nossas sociedades têm muitos problemas que são mal ou não resolvidos e colocam as pessoas em risco. É preciso repensar tudo isso.



No caso do trabalho do cuidado, a pandemia tem sido um período interessante, porque os trabalhos mais invisíveis, desprezados, aqueles tratados como absolutamente nada na sociedade, são aqueles que hoje mostram a sua importância, pois sem eles não sobreviveríamos. Acreditamos que essa é uma das lições que deveríamos tirar dessa crise sanitária. Meu exemplo, porque eu estudei as caixas de supermercado, é a questão do pessoal que trabalha com comércio nos supermercados no varejo. Veja, quando eu comecei a minha tese as pessoas me diziam: “mas o que você está estudando, imagina, isso não tem nada que estudar, eu quero que façam rápido o trabalho e eu saia de lá.” Quer dizer, durante dez anos da minha vida eu estudei as caixas de supermercado e parei não porque acabou a complexidade do trabalho, mas porque eu decidi estudar outros tipos de trabalho. É um trabalho muito complexo e que hoje vemos que é essencial, porque se não tiver a caixa de supermercado para trabalhar, para passar os produtos no caixa, você não tem como sobreviver.

O pessoal da saúde, por exemplo, que eu também estudei. Esse pessoal é completamente invisível e, mesmo hoje com a pandemia, raramente se fala deles. Fala-se dos médicos, ou mesmo das enfermeiras que também são importantes, mas tem muitos trabalhadores e trabalhadoras no setor da saúde que são essenciais, por exemplo, os técnicos de laboratório, o pessoal da limpeza, porque sem eles não tem uma única cirurgia que se faça dentro de um hospital. São os “Invisíveis da Saúde”. O pessoal da limpeza está no ponto mais baixo da escala ocupacional, ainda por cima precarizado, terceirizado. Quando você terceiriza o pessoal da limpeza, a qualidade desse trabalho não é o mesmo. Os hospitais estão mais sujos, pelo menos aqui [no Canadá], limpezas em profundidade que se faziam antes não se fazem mais, porque não tem mais tempo; eles fazem só realmente o que o contrato estabelece e, por ser um contrato

mais barato, muitas tarefas são eliminadas. Um dos resultados nefastos da gestão “lean”.

Então, setores como de limpeza que, de uma certa maneira, são os primeiros a serem cortados e reduzidos, porque não são tão visíveis, hoje tem ficado evidente o quanto são importantes, são essenciais, mas infelizmente a sociedade não valoriza o quanto deve. Tudo bem, as pessoas estão batendo palma em alguns países, outros estão batendo panela, acho que também é uma maneira de dar o reconhecimento, mas a minha preocupação é que quando a crise passar, será que esse reconhecimento vai durar? Tenho um certo ceticismo com relação a isso.

Organizadoras: Aproveitando sua menção às caixas de supermercado, uma parte de sua pesquisa passa pelos robôs, pelo o culto às máquinas e o discurso sedutor de que a máquina pode substituir o trabalho humano. Como fica o trabalho de cuidado nesse contexto? Será possível substituí-lo?

Angelo: É um engano, essa visão mágica, sedutora, que é construída para vender a imagem de que o trabalho do cuidado vai ser substituído por um robô. O que é essencial, no meu ponto de vista, para o trabalho do cuidado, é essa interação social que existe entre quem cuida e quem é cuidado, é essa relação que devemos analisar. O problema é quando você tenta simplesmente eliminar essa interação, ainda é possível chamar a atividade de cuidado? Nessa lógica de substituição por tecnologia, todo mundo vai ser perdedor, os cuidadores, mas também as pessoas que são cuidadas, porque elas vão ser transformadas em meras coisas, tratadas como se fosse a carroceria de um carro.

Há questões éticas extremamente importantes nesse debate, por exemplo, se um robô deixa cair a pessoa no chão e a pessoa se machuca, quem será o responsável por esse acidente? Há questões relacionadas



à autonomia das pessoas. Se a pessoa idosa dá a um robô o comando “me jogue pela janela”, o que a máquina faz? É possível ter robôs cuja programação não prevê esse tipo de situação e que vão jogar a pessoa pela janela, mas também pode ser que, dependendo da programação, o robô não faça. Porém, coloca-se em questão a autonomia das pessoas e o direito a essa autonomia, até para gestos menos graves, como “seguir” a pessoa em todos os espaços, incluindo no banheiro. Coloca-se em questão a autonomia e a privacidade dessas pessoas que são cuidadas. Um cuidador pode bater na porta do banheiro e perguntar “a senhora está bem?” e a pessoa responder “está tudo bem!” Existe um limite que é muito diferente daquele entre máquinas e seres humanos.

Organizadoras: Pensando nos tempos de isolamento em que a gente vive, há também um limite do que a máquina supre de demandas por cuidado, em especial afetivas.

Angelo: A questão das emoções é muito interessante, porque, na verdade, há hoje em dia uma visão mágica do computador, dos robôs, das máquinas em geral, das novas tecnologias. Ainda que pesquisadores da robótica afirmem que pode ser desenvolvido um “super robô” que vai poder exprimir emoções, dificilmente ele poderá exprimir emoções como um ser humano. O robô pode simular as emoções, mas entre a expressão das emoções e a simulação das emoções existe um abismo. Há uma redução e um empobrecimento do espectro emocional muito grande.

Por exemplo, um computador, um robô, ele não funciona com a ambiguidade, a lógica dessas máquinas é uma lógica binária. Então, como eu posso programar o robô para ter sentimentos ambivalentes, mistos, por exemplo, uma série de emoções conjuntas? Lemos o mundo com a nossa história, então como você pode fazer um robô ler o mundo com a sua própria história? Os robôs não têm história. A programação das máquinas

também precisa de atenção, uma vez que sabemos que os algoritmos são recheados de preconceitos de gênero, de raça, de classe. Somos humanos, então nossos preconceitos, nossos vieses, nossas condições, de uma certa maneira, são reproduzidos na construção dessas máquinas. Temos que ir além da visão mágica da tecnologia para conseguir enxergar e combater esses preconceitos.

Organizadoras: O trabalho de cuidado envolve emoções, tanto para quem cuida quanto para quem é cuidado e nos seus trabalhos você trata dessas dimensões do trabalho de cuidado. A gente gostaria de ouvi-lo um pouco sobre essas dimensões, quais são elas e como relações são experimentadas por quem cuida.

Angelo: Essa questão das dimensões do trabalho do cuidado nasceu das minhas reflexões sobre o trabalho no setor de serviços, quando comecei a estudar o setor nos anos 1980. O que existia na época era uma grande quantidade de literatura analisando o trabalho industrial, mas o trabalho industrial e o trabalho de serviços são completamente diferentes. E os serviços realmente ocupam um grande espaço dentro do mundo do trabalho: hoje em dia, por exemplo, aqui no Canadá, 76% dos empregos se concentram no setor de serviços. No entanto, o que algumas pesquisas fazem é utilizar os modelos e análises, que foram desenvolvidos para o trabalho industrial, para compreender o trabalho no setor de serviços, ou para compreender o trabalho de cuidado, se quisermos ser ainda mais específicos.

O problema é que essa transposição é extremamente injusta, porque ela subestima as dimensões mais importantes que existem nos serviços, no de trabalho de cuidado, que são as dimensões emocionais, as dimensões do corpo e dimensões relacionais. Essas três dimensões – estamos falando delas separadamente, por uma questão de didática,



mas na realidade elas são consubstanciais – estão todas juntas e uma interfere na outra. Isso não significa que no trabalho industrial não tenha dimensões emocionais, sim, eu posso trabalhar com alguém que eu detesto, que eu não gosto, então eu tenho um sentimento negativo, mas a minha dependência dessa pessoa é menor. É diferente quando eu trabalho, por exemplo, nos serviços e que eu tenho na minha frente um cliente, um paciente; o meu trabalho é na interação com essas pessoas com as quais um serviço ou os cuidados são coproduzidos.

Toda a relação humana comporta emoções. Então, trabalho de cuidar, no trabalho de serviço, há toda a questão das emoções no trabalho e do trabalho emocional que a socióloga Arlie Hochschild² definiu. Para poder realizar o trabalho de cuidar do outro é necessário fazer uma gestão das emoções do outro e de si próprio. Um bom exemplo do trabalho emocional é o caso de auxiliares de enfermagem e enfermeiras. Certa vez, eu conversei com uma enfermeira e ela me disse assim:

“Você sabe, essa história de que a gente não tem esse tipo de envolvimento com o paciente é tudo uma bobagem, a gente se envolve todo o tempo. Eu já chorei assim... eu gosto do que eu faço, e às vezes eu saía dum quarto e... pegava amor e carinho por um paciente e ele partiu. Entendeu? E ao mesmo tempo eu tinha que entrar lá no outro quarto, e aquele paciente estava triste. Então um dia uma colega me perguntou ‘Cleide é incrível, como que você consegue chorar nesse quarto e sorrir naquele outro?’. Eu falei, eu tenho que me controlar e chegar sorrindo e tudo bem, como eu estou. Porque o paciente do quarto não tem nada a ver, eu tenho que dar alegria pra aquele paciente que está precisando. Aquele lá se foi, mas esse aqui ficou e esse aqui tá precisando, também. Eu consigo controlar isso aí. Tá? De viver aquela dor que a pessoa tá

² Ver: HOCHSCHILD, Arlie. *The managed heart*. Berkeley: University of California Press, 1983.

precisando e chegar no outro quarto ficar sorrindo e não está passando nada pra outra pessoa.” (Cleide, Enfermeira).

Esse exemplo é excelente para ilustrar a questão da ética, do pensar no outro, em fazer independentemente das minhas próprias emoções: eu estou triste, mas quando eu entro nesse quarto o que eu faço não é plástico, não é uma coisa de imitação, é profundo, eu tenho que fazer uma gestão das minhas próprias emoções para poder realizar esse trabalho de uma maneira que seja considerado como autêntico, que não seja hipócrita. Isso exige uma carga emocional importante, que não é considerada, na maior parte das vezes, nos trabalhos que versam sobre carga mental do trabalho. Não é só uma carga mental, coexiste uma carga emocional, extremamente importante no trabalho de serviços e sobretudo no trabalho de cuidado, realmente muito importante.

Outra dimensão muito importante é a questão do corpo, porque quando se cuida de alguém, há um contato que é corpo a corpo, que não existe no trabalho industrial. Quando há toque no corpo de outra pessoa, colocam-se certos constrangimentos que não existem em outros tipos de trabalho. Lidar com órgãos sexuais de pacientes, por exemplo, é um desafio para profissionais de enfermagem, pois o toque em si pode gerar excitação, constrangendo ambas as pessoas. Ora, uma outra dimensão entra junto nessa situação, que é a diplomacia, de uso de estratégias para não deixar o outro em um sentimento de embaraço, de desconforto. Uma outra auxiliar de enfermagem me disse:

“É ter que fazer um tratamento num homem, pôr uma sonda e você se encontra com um senhor que está tendo uma ereção, isto é muito delicado. O que é que você faz com isso? Você diz seu sem-vergonha ou então... Não é necessariamente porque ele está tendo algumas ideias. Mas você fica sem jeito, é uma situação delicada!” (Sofia, auxiliar de enfermagem).



Neste caso ela disse ao paciente que tinha um problema com o instrumento que precisava ser substituído. Ela sai do quarto e pede para um colega masculino realizar o procedimento. De maneira diplomática, evitando constrangimentos.

Vemos assim diferentes dimensões do trabalho: emocional, sexual, social, que estão todas ali juntas quando o trabalho está sendo realizado e todas essas dimensões são importantes para determinar a qualidade dos cuidados. Não tem como pensar o trabalho de cuidar sem pensar nestas dimensões. Se você utiliza os modelos de análise e de prevenção, todos que foram desenvolvidos para o trabalho industrial, o resultado é a invisibilidade dessas dimensões fundamentais do trabalho, um empobrecimento do trabalho de cuidar, uma desqualificação o trabalho de *cuidar*, que é o que acontece na questão da robótica. Eles não pensam em absolutamente nessas dimensões todas que eu mencionei, então o trabalho é empobrecido para todo mundo, para o cuidador e para quem é cuidado.

Organizadoras: Quando você dá o exemplo da enfermeira, que sai de um quarto para o outro, lembramos dos seus textos sobre as caixas de supermercado, cujo trabalho também envolvia o sorriso. Como isso se reflete no cotidiano do trabalho em termos de cargas mentais para essas pessoas, no que diz respeito à saúde do trabalho?

Angelo: Essa é uma dimensão, no meu ponto de vista, muito importante, porque ela é fonte de esgotamento emocional e físico, ambos correlacionados. Por exemplo, no Canadá e nos Estados Unidos as caixas de supermercado trabalham de pé, elas não trabalham sentadas. Por questões completamente aberrantes e não científicas, os empregadores acham que os clientes vão pensar que a pessoa não está trabalhando se ela estiver sentada. Não há nenhuma pesquisa que demonstre isso, mas

considera-se no imaginário popular, ainda que nenhum cliente jamais tenha questionado a respeito.


Uma vez eu entrevistei uma caixa que falou para mim: “olha eu adoro meus clientes, eu conheço os clientes aqui, são muito legais, são muito simpáticos, eu não tenho problema com os clientes, mas eu tenho que confessar pra você que depois de oito horas trabalhando de pé, eu tenho muita dor nas costas, eu tenho dor nas pernas, dor nos pés, dor nos ombros, muita dor, então é muito mais difícil pra mim sorrir, porque eu tenho dor.” Portanto, a dimensão física tem um impacto na dimensão emocional.

Há uma dimensão cognitiva, na qual quem cuida têm de pensar, administrar e decidir qual é o remédio que a pessoa cuidada deve tomar e como responder a ela em cada situação. Quer dizer, todas as dimensões realmente são consubstanciais e elas são fabricadas e são utilizadas. Então, a carga de trabalho dessas pessoas é uma resultante de todas essas cargas, que vão ter uma sinergia e que vão produzir uma carga global de trabalho. Diferentes relações sociais de gênero, de raça e de classe também estão presentes e influenciam na carga de trabalho.

Para a pessoa que trabalha isso é muito importante, porque a quantidade de cansaço que a pessoa vai experienciar no final da sua jornada de trabalho vai estar intimamente associada a essa mistura de cargas diferentes, que muitas vezes, como são invisíveis, não são consideradas, nem mesmo pela pessoa que realiza o trabalho. “Eu me sinto cansada, eu me sinto exausta, mas eu não sou capaz de identificar a razão. Mas hoje eu não levantei nenhum paciente, não carreguei ninguém, não entendo por que eu estou tão cansada”, poderia pensar uma enfermeira.

O trabalho implica também estabelecer relações de confiança com a pessoa que está sendo cuidada. Quando se tem confiança, quando se conhece bem a pessoa com quem se está trabalhando, é possível saber





se ela vai ser violenta ou não em determinada situação, se a pessoa vai ser simpática ou não, do que decorre uma capacidade de prevenir, de antecipar o que vai acontecer. Então minha carga emocional é menor. Por exemplo, no trabalho de cuidado, uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem, elas tratam de todo mundo, mas cada paciente é único. Há pacientes que têm toda a sua capacidade cognitiva, o que é diferente de uma pessoa que tem Alzheimer ou algum tipo de demência. O tempo do trabalho vai ser diferente: 45 minutos para dar um banho, talvez funcione para uma pessoa que tenha toda a sua capacidade cognitiva, mas para uma pessoa que tenha Parkinson já avançado, 45 minutos é o tempo que você precisa para convencer a pessoa de entrar no banho.

Eu dei esse exemplo porque aqui no Canadá, no setor de saúde e serviços sociais, há a implementação da gestão “lean” onde fazem estudos de tempos e movimentos, numa visão Taylorista do início do século XX, e resolvem que para se dar um banho em uma pessoa são necessários 45 minutos. Então, calcula-se o número de pessoas que precisam ser banhadas no dia em função desses 45 minutos; o problema é que a vida real não é a vida prescrita. Como já explicou muito bem Christophe Dejour, há uma diferença entre o trabalho real e o trabalho prescrito³. Um auxiliar de enfermagem me disse: “eu estava dando banho em uma pessoa de idade e, ao final do banho, eu percebi que ela defecou na água da banheira. O que é que eu faço? Eu estava entrando nos meus 45 minutos! Vou secar a pessoa nessa água suja ou eu vou fazer o que eu faria se fosse uma pessoa da minha família?” A ética do *cuidado* está ali, mais do que evidente. E ele me disse: “eu fiz como a minha consciência mandou, tirei a água da banheira, desinfetei a banheira, enxaguei e sequei a pessoa em uma água limpa, mas eu não terminei o banho nos meus 45 minutos. Aí a supervisora vem e me pergunta por que eu não respeitei as minhas metas e se eu tenho algum problema na gestão do tempo.”

³ DEJOURS, Christophe. *O fator humano*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

Além de tudo isso, há também o racismo. Uma vez entrevistei uma enfermeira negra em São Paulo e ela me disse:

“O paciente tocou a campainha. Há duas campainhas, uma para a cozinha e outra para as enfermeiras. Quando eu cheguei no quarto, ela me disse: ‘Eu não toquei a campainha da cozinha.’ Eu respondi: ‘Mas, eu sou a enfermeira’, mas eu senti o racismo. Eu senti. [...] Então eu engoli seco, mas eu guardei pra mim. Você entendeu? Eu não respondi. Eu estava iniciando no trabalho, né? E eu precisava daquele trabalho. Eu não respondi. Assim... eu engoli.” (Maria, enfermeira).

O engolir é o trabalho emocional que ela fez, para não confrontar e dizer ao paciente que aquilo era uma atitude racista. Esse engolir se traduz em um trabalho emocional, que o racismo associado a precariedade impõe a essa trabalhadora.

Um outro exemplo também importante, porque geralmente as pessoas não falam, é a falta de higiene. Todos os trabalhadores de cuidados que eu entrevistei, cabelereiras, enfermeiras, mesmo os médicos, mencionam a questão da falta de higiene das pessoas, pois não são todos limpos e cheirosos. Há a questão da emoção moral, do nojo, e o nojo é uma emoção muito particular porque ela vem sempre acompanhada com expressões físicas, como uma tentativa de se distanciar ou uma careta de nojo. Então trabalhar com as pessoas envolve tudo isso, todas essas questões, as vezes muito banais, mas não é porque são banais que não existem, como já dizia o filósofo francês Michel Foucault.

Organizadoras: Pensando em carga mental, na pandemia a gente tem visto extremos. Extremos de cansaço dos profissionais de saúde, por exemplo. No jornal The New York Times foi noticiado, em abril de 2020, o suicídio de uma médica que era diretora do setor de emergência de um hospital de Nova York. Na matéria, o pai dessa médica falou do



sofrimento diante das cenas devastadoras causadas pelo coronavírus em seus pacientes. Como um dos temas que você pesquisa é suicídio no trabalho, queríamos saber sobre a questão emocional nesse tempo de pandemia.

Angelo: Essa é uma questão muito importante, eu li essa matéria do New York Times e como o suicídio é uma questão também multifacetada, então tem muitos ingredientes que entram nessa conta. Certamente a carga de trabalho é importante, porque em todas as minhas pesquisas, em todos os grupos ocupacionais que eu pesquisei, a sobrecarga de trabalho implica pensamentos de suicídio. Eu trabalho muito com a questão da ideação de suicida, pensamentos suicidas, por uma razão simples: eu penso sempre a prevenção.

Para mim o que é importante é ir já na fonte, na raiz do problema, que é quando a pessoa começa a pensar. Obviamente pensar no suicídio não é se suicidar, mas todo mundo que se suicida começou pensando. Então, acreditamos que começar pelas ideações de suicídio é visar a prevenção na base do problema, tentar evitar a aparição desses pensamentos. Nas minhas pesquisas aqui no Canadá com oito grupos ocupacionais diferentes, dentre as seis variáveis organizacionais estudadas, duas variáveis estão presentes em todos os grupos ocupacionais. A primeira é a sobrecarga de trabalho. Essa condição de sobrecarga de trabalho acontece hoje no setor da saúde, mas antes mesmo da pandemia essa sobrecarga de trabalho já era imensa. E quando há sobrecarga de trabalho, podem ocorrer pensamentos destrutivos. A segunda variável é a coesão social. Isso vem desde Durkheim que nos fala da anomia social. Tudo isso não é também uma novidade, mas esses dois ingredientes, aqui nas minhas pesquisas, explicam mais de 86% dos casos de pensamentos de suicídio, são dois ingredientes muito importantes.

Na pandemia temos um outro ingrediente, no meu ponto de vista importante, que é o suporte social. Com o isolamento, estamos distantes das pessoas, logo não temos o para-choque do suporte social que concretamente se traduz não somente como um suporte social emocional, mas também como um suporte social concreto. Eu vou deixar os meus filhos com os meus pais para ir trabalhar, então se estabelece uma rede, por exemplo, para a guarda das crianças. Mas isso tudo foi desestruturado pela pandemia.

Mas a questão é, se você está falando que tem que isolar, então eu estou colocando meus filhos em risco para poder ir trabalhar, como é que eu vou fazer com essa carga emocional de pensar que meus filhos podem estar sendo vítimas do vírus, para que eu possa vir trabalhar? Essa carga, ela também é grande e sobretudo para as trabalhadoras e trabalhadores essenciais. Tem mais uma coisa do pessoal da saúde e do cuidado que é o sentimento de impotência, que também está associado ao suicídio e a impotência é que todo o trabalho que eu estou fazendo, todo o esforço que eu estou fazendo, não é suficiente para resolver o problema dessas pessoas que estão morrendo. Então, apesar de todo meu esforço, apesar de todo meu trabalho, apesar de estar aqui lutando contra o medo de estar sendo contaminado, apesar de tudo isso, eu vejo que o meu esforço não está dando os resultados necessários, meu trabalho não foi tão bom quanto deveria ter sido. A pessoa vai pensar dessa maneira, então isso leva a um sentimento de impotência que também é grande, e que também é um dos ingredientes do suicídio. Com relação a essa pandemia, ainda não saímos de uma escuridão muito grande do após epidemia, porque o que vivemos hoje, todos nós, é um traumatismo muito importante e que terá consequências a longo prazo, em termos de estresse pós-traumático, em termos de pensamentos de suicídio, de problemas que ainda não estamos pensando, mas que, com uma probabilidade muito grande, aparecerá no longo prazo, no pós-pandemia.



Organizadoras: Para terminar, pedimos sugestões de leitura.

Angelo: Tenho sugestões muito interessantes, mas infelizmente elas não estão ainda todas traduzidas para o português, o que é uma lástima. Dos livros do Bauman que estão em português, eu recomendo *Danos colaterais* e *Amor líquido* além dos dois sobre o individualismo. Esses livros são extremamente interessantes para se começar a pensar a questão do individualismo, nossas relações sociais. Sobre a questão do uso das tecnologias, os livros da Sherry Turkle, professora no Massachusetts Institute of Technology: seus livros *Reclaiming Conversation*, *Alone Together*, ela questiona sobre porque esperamos mais da tecnologia e menos de cada um de nós, então ela faz uma crítica profunda da utilização da tecnologia e diz que precisamos conversar mais. A Sherry Turkle é talvez a pessoa hoje que mais tenha feito pesquisas desenvolvendo uma linha muito interessante de toda a questão de relação do ser humano com as novas tecnologias. Tem também a Shoshana Zuboff, professora emérita da Harvard University que recentemente publicou esse livro que acaba de ser traduzido em português: *A Era do Capitalismo de Vigilância*. Entretanto, o seu livro *In the Age of the Smart Machine* (1989) ainda é clássico que merece ser lido ainda hoje é atual. que fala do capitalismo de monitoramento, de vigiar, que é um grande problema hoje.

Além dessas, referências tudo o que é escrito pela Helena Hirata e pela Nadya Araújo Guimarães são leituras obrigatórias, se quisermos compreender a questão do cuidado. Veja por exemplo os livros: *O Gênero do Cuidado: Desigualdades, Significações e Identidades*; *Care and Care Workers: A Latin American Perspective*; *Cuidado e Cuidadoras: As Várias Faces do Trabalho do Care*.

Tem muita coisa interessante que está sendo publicada atualmente, discussões de diferentes tipos de mídias que também podem

ser boas. Foi divulgado e-book com um conjunto de textos em espanhol que se chama *Sopa de Wuhan*, onde grandes filósofos da atualidade, como Judith Butler e Giorgio Agamben, falam sobre a questão da pandemia. São muito interessantes, alguns mais, outros menos, mas são textos que nos levam a pensar o que é a questão da pandemia hoje.

Em francês, têm os livros de Pascale Molinier: *Le travail du care e La production du vivre. Travail, genre et subalternité*. Finalmente, em espanhol, tem o livro de Natacha Borgeaud-Garciandía: *Puertas adentro. Trabajo de cuidado domiciliario a adultos mayores y migración en la Ciudad de Buenos Aires*.





A falta e o excesso de trabalho na vida das mulheres

Bárbara Castro

Professora do Departamento de Sociologia da Unicamp e autora de “As armadilhas da flexibilidade: trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação” (Annablume, 2016).

Organizadoras: Faz alguns anos que o Brasil tem registrado índices elevados de desemprego, aumento da informalidade e dos trabalhos precários. Além disso, passamos pela reforma trabalhista em 2017 e pela reforma da previdência 2019, que reduziram ainda mais os direitos da classe trabalhadora. Você pode comentar esses dados do mercado de trabalho e seus impactos principalmente na vida das mulheres brasileiras e da população negra e de classes baixas?

Bárbara: Antes de falar do desemprego e do crescimento da informalidade recente, queria voltar para os anos de 2003 a 2014, pois esses índices de piora do trabalho começam no final de 2014. Acho importante destacar este o período porque nele há uma melhora do mercado de trabalho e isso nos possibilita entender o impacto que a piora das condições de inserção no mercado de trabalho geram na vida material e na experiência cotidiana das pessoas.

Passando pelos dados, muito rapidamente, entre 2003 a 2013 houve um crescimento do trabalho formal no Brasil, da ordem de aproximadamente 55% – vou falar aqui de números arredondados, para facilitar. Ao mesmo tempo em que ocorreu esse crescimento do trabalho formal – ou seja, um movimento de formalização do trabalho e de


ampliação do acesso aos direitos trabalhistas –, ocorreu também uma queda no trabalho informal, com uma variação da ordem de -25%¹.

Outra coisa que eu gosto sempre de destacar desse período, que é bastante relevante para se pensar na melhoria das condições de vida, principalmente das mulheres e da população negra no Brasil, é um aumento da renda relacionada ao trabalho. No período de 2003 a 2014, houve aumento de 33% da renda derivada diretamente do trabalho, o que significa um aumento do poder de consumo da ordem de R\$ 530,00. O mais importante desse aumento da renda pelo trabalho foi, na verdade, o impacto positivo na redução de desigualdades de rendimento entre mulheres negras, mulheres brancas, homens negros e homens brancos. Para ilustrar, entre 2003 e 2014 ocorreu uma ampliação de ganhos pela remuneração do trabalho das mulheres negras da ordem de 60%, enquanto para os homens brancos esse crescimento foi da ordem de 30%, sendo eles o grupo social que teve o menor impacto em termos de rendimento. Fica evidente a ampliação da remuneração direta do trabalho das mulheres negras nesse período e o impacto que isso teve na redução de desigualdade de renda vinda do trabalho.

Isso também fica visível por outros números. Pensando na diferença clássica do quanto as mulheres ganham em relação ao salário dos homens, que ajuda a avaliar a desigualdade de rendimentos de salário no Brasil: em 2003, uma mulher ganhava 30% a menos da renda de um homem; em 2014 passou a ganhar 25% a menos. Houve uma queda da desigualdade nesse período, o que também é válido para a comparação entre homens negros e homens brancos, bem como para a comparação entre mulheres negras e mulheres brancas. Tomando 2003 como referência, que foi o início desse ciclo de melhoria do mercado

¹ Os dados citados foram extraídos da PNAD e constituem a análise do texto base para a apresentação realizada em coautoria com Helena Hirata no *International Seminar on Inequalities in Argentina, Brazil and Mexico*, realizado em 2019.





de trabalho brasileiro, os homens negros ganhavam 47% do salário dos homens brancos, e no final de 2014 eles passam a ganhar 57%; é uma diferença de 10 pontos percentuais, que equivale a uma melhoria e uma queda relativa da desigualdade pelos rendimentos do trabalho. Entre as mulheres essa redução de 10 pontos percentuais na diferença salarial também aconteceu: de 49% que as mulheres negras ganhavam em relação à renda das mulheres brancas, elas passam a ganhar 59%. Tudo isso é explicado por uma série de fatores, tanto pela formalização quanto pela política de reajuste automático do salário mínimo no período, bem como pelo aumento da escolarização da população negra e das mulheres negras, que nesse período, conseguiram se inserir em melhores postos no mercado de trabalho.

Portanto, acho importante olhar para esses dados e perceber o quanto que, a despeito termos tido uma melhora no mercado de trabalho entre 2004 e 2014, o período mais recente, que começa em 2015 e continua com as mesmas tendências até agora, é de completa desestruturação desses padrões. Uma melhoria que demoramos cerca de 15 anos para conseguir e que impactou na desigualdade real, principalmente para a população negra e para as mulheres negras, ele se desconstruiu em apenas 3 ou 4 anos. Temos hoje os dados de aumento do desemprego, aumento da informalidade, sendo interessante, em termos de gênero e raça, destacar que o aumento da informalidade é muito maior entre as mulheres negras, seguidas pelas mulheres brancas, depois pelos homens negros, e por fim pelos homens brancos. Para se ter ideia, entre 2015 e 2018, que é um período de crise, de aumento do desemprego no país, houve um crescimento de 1,8% de informalidade, de um aumento de 1,8% de informalidade entre os homens brancos, enquanto para as mulheres negras o aumento foi da ordem de 14%. Assim, é possível ver a diferença que a desestruturação do mercado de trabalho tem para grupos


sociais distintos e o quanto isso é composto por um viés de gênero e de raça.

Nesse mesmo período, de 2015 a 2019, ocorreu uma paralisação, uma espécie de estagnação da melhoria de renda pelo trabalho, justamente porque foi encerrado o ciclo de reajuste do salário mínimo a partir da política que tinha sido construída nos governos de Lula e Dilma. O que ocorreu com o aumento do desemprego, da informalidade, e com o fim desse ciclo é uma freada na redução da desigualdade de gênero e raça que se via no mercado de trabalho. Por exemplo, estávamos, em 2014, com as mulheres com uma renda do trabalho cerca de 25% menor que a dos homens; em 2018, que é o último dado que eu tenho, isso caiu 2 pontos percentuais, passando a diferença para 27%. Coisa semelhante se deu se pensarmos em raça e gênero: em 2014, os homens negros ganhavam 45% do salário dos homens brancos e continuam ganhando esses mesmos 45%; também houve uma permanência na diferença salarial entre mulheres negras e mulheres brancas. Logo, vemos um congelamento da progressão da redução da desigualdade por remuneração.

Vivemos um ciclo muito difícil desde 2015, que aprofunda cada vez mais as desigualdades, mas que tem impactos obviamente distintos para homens negros e mulheres negras principalmente, que são os grupos mais atingidos pela desestruturação do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, para se ter dimensão do problema, as estatísticas que estão sendo produzidas estão tentando mensurar “o tamanho do buraco”, ou seja, olha não só para ocupação – para quem está empregado ou não –, mas também para que tipos de trabalhos que estão sendo produzidos, para quais são os novos postos de trabalho e que tipo de empregos que estão sendo gerados.

Nesse sentido, temos discutido muito, a partir da reforma trabalhista e também da reforma previdenciária, se ainda podemos pensar





o trabalho formal como um lugar que marca o trabalho protegido por direitos, muito porque dentre as pessoas com carteira assinada hoje há grupos de trabalhadores que também são precários, inseridos em cadeias de terceirização, com uma remuneração muito rebaixada e em posições de trabalho bastante flexíveis, principalmente com relação à jornada de trabalho, sejam os trabalhadores intermitentes, ou por tempo parcial. Além disso, um número expressivo de trabalhadores nessas condições são mulheres, geralmente mulheres negras.

Outro dado que precisa ser levado em consideração quando refletimos sobre o mercado de trabalho, que fica muitas vezes fica oculto na discussão emprego-desemprego, é o dado do desalento. Desalentadas são as pessoas que desistiram de procurar trabalho, ou seja, que procuram trabalho, não conseguiram se inserir em vagas de nenhum tipo e, por isso, desistiram de procurar emprego. Entre 2015 e 2018 a ampliação do desalento é assustadora, é o dado que mais cresce no nosso mercado de trabalho e que também impacta com muito mais intensidade a população negra, em especial as mulheres negras. Para dar uma dimensão da quantidade de pessoas nessa situação, o desalento hoje atinge em torno de 1,9 milhões de mulheres negras – é uma cidade de Campinas inteira de mulheres negras em desalento. Em termos comparativos, registra-se 1,5 milhões de homens negros em desalento, enquanto entre os homens brancos esse total é de 500 mil, e para mulheres brancas o total é de 650 mil. São 4 vezes mais mulheres negras em situação de desalento do que homens brancos, o que revela elementos da desigualdade que estrutura nosso mercado de trabalho.

Dessa forma, acho que a nossa principal preocupação hoje é olhar para além do dado de emprego e desemprego, formal e informal, tentando entender o que qualifica quem está fora, que está invisibilizado no caso da população em desalento. Entender também os dados de empregabilidade com mais profundidade: por quanto tempo as pessoas


estão efetivamente trabalhando, com que salário, com que remuneração, se estão em cadeias precarizadas de trabalho, em quais funções, em tarefas terceirizadas etc. Em termos de ocupação, por exemplo, há muitas pessoas que estão empregadas, mas que trabalham menos horas do que poderiam trabalhar, o que quer dizer que elas podem trabalhar 40 horas por semana, mas só conseguem colocações de 10 ou 20 horas por semana. Esse número também tem crescido, especialmente nas faixas de população mais pauperizadas do país.

Organizadoras: O panorama que você apresentou mostra que já em 2018 os números de desalento e desemprego eram preocupantes, além de o tipo de emprego gerado no Brasil ser em grande medida precarizado, com baixos salários. Em 2020, com a pandemia, o que muda nesse quadro?

Bárbara: Estamos vivendo um momento muito difícil para o mercado de trabalho no Brasil. Para refletir sobre a pandemia, temos que fazer uma separação. Primeiro, pensar qual é o tipo de trabalho que as pessoas mais pauperizadas ocupam e que relação isso tem com o fechamento do comércio e dos serviços nas cidades, ou qual a possibilidade de trabalharem em casa; em comparação, pensar quais os tipos de trabalho que a classe média e classe média alta ocupam e as possibilidades de essas pessoas continuarem trabalhando, seja presencialmente ou seja em casa.

No mesmo sentido, temos visto grandes redes varejistas, fábricas, indústrias que paralisaram sua produção concedendo férias coletivas ou realizando demissões em massa de trabalhadores, o que ocorre, justamente, porque são pessoas que não podem trabalhar remotamente. Quem organiza estoque de um supermercado, ou de uma rede varejista, ou quem trabalha em caixas de mercados e em lojas nos shoppings que foram fechados, são pessoas que precisam estar presencialmente fazendo





esse trabalho. O perfil de classe de gênero desses trabalhadores é muito específico. As pessoas que trabalham em estocagem de supermercado geralmente são homens negros de classe populares; nos caixas de supermercado são mulheres, também de classe populares; nas indústrias e fabricas são uma população mais pauperizada também. Essas pessoas continuam circulando pela cidade.

Estamos registrando o crescimento do desemprego na indústria, o aumento do desemprego nos setores de comércio e serviços que tiveram que fechar as portas pois não são considerados essenciais. Isso tem um impacto grande na maneira como, inclusive, a renda é distribuída nas unidades familiares, por que se a gente pega a composição de uma unidade familiar tradicional, heterossexual, com filhos, de um bairro da periferia, o que vemos tradicionalmente são homens trabalhando em indústrias ou na construção civil, e mulheres trabalhando em pequenos comércios, como faxineiras ou empregadas domésticas. E todos esses são tipos de trabalhos que não podem ser realizados no momento². Por isso o impacto da pandemia para essa população está sendo muito grande.

Outro aspecto a se refletir diz respeito à igualdade de gênero. Pessoas que ocupam posições medianas no mercado de trabalho, em cargos gerenciais, mesmo dentro de indústrias e empresas, que trabalham setor de recursos humanos, na contabilidade, exercem tarefas que são possíveis de serem levadas para o espaço da casa, para se fazer no período de isolamento, porque são feitas por meios telemáticos, pelo computador. Essa vida pode ser tocada virtualmente, mas as mulheres que tradicionalmente trabalham com cuidado, no setor de serviços e comércio, posições que empregam a grande maioria das mulheres no país, elas estão sofrendo grande impacto dessa pandemia. Muitas delas, aliás,


² No momento em que a entrevista foi realizada, essas atividades estavam paralisadas. O retorno dessas atividades coloca o problema do risco sanitário desigual às parcelas da população que precisam realizar seu trabalho presencialmente.

buscaram viver com os auxílios sociais que o governo implementou, ainda que de uma maneira muito caótica. Isso está expondo essas mulheres a uma maior vulnerabilidade.

Agora, quando se debate gênero, é muito importante também debater a masculinidade presente no mercado de trabalho. Nos grandes centros urbanos temos visto o crescimento de entregas por aplicativo, seja Rappi, Ifood ou outros. Mas para continuar funcionando, os pequenos restaurantes, pequenos comércios de alimentação primeiro precisam de mulheres na cozinha, mulheres que continuam circulando; depois, estimularam a “autoempregabilidade” em um setor hipervulnerável que é o de trabalho por aplicativo, que concentra majoritariamente homens pauperizados. Precisamos levar em consideração esses arranjos, as relações de gênero em termos de circulação e nas unidades domésticas, porque pensando em uma unidade doméstica tradicional, em que homem trabalhava na construção civil, ou na fábrica da sua região, ele foi demitido ou entrou em férias coletivas, passando a “fazer seus corres” com uma moto, seja própria ou alugada ou emprestada, para complementar a renda da casa. Essa pessoa que está circulando o tempo inteiro na cidade, põe em risco não só a si própria, mas a própria unidade familiar.

Portanto, quando falamos sobre a pandemia, falamos em vulnerabilidade econômica, por conta do desemprego, em vulnerabilidade social, gerada por esse desemprego, mas também em uma vulnerabilidade de ordem mais urgente, ou seja, das pessoas que estão passando fome, que estão passando necessidade, que não tem mais remuneração que possa mantê-las pagando aluguel ou comprando comida no supermercado. Elas vão para a rua trabalhar do jeito que der, por isso seguem circulando. No caso das mulheres de classes populares, devemos lembrar que não são só faxineiras, empregadas domésticas, mas também mulheres que trabalham em cozinhas de restaurantes, grandes ou pequenos, cuidadoras de pessoas idosas ou de crianças, que agora não estão mais fazendo esse





trabalho ou que estão fazendo e se expondo. Há relatos de pessoas de classe média que, para conseguirem dar conta do Home Office e dos filhos sem escola, contratam babás a despeito da pandemia, o que coloca essas mulheres em risco, porque elas têm que se deslocar de casa até a casa dos patrões de transporte público.

Muita gente continua circulando a despeito das interdições governamentais, geralmente pessoas que estão em posição de extrema vulnerabilidade econômica e social. Elas estão expostas a um maior risco de saúde para que outras pessoas sigam trabalhando de casa, com a mesma produtividade de antes. Vale aqui o exemplo anterior da babá na família de classe média, ou de uma empregada doméstica que segue indo até a casa dos patrões para cozinhar e fazer a limpeza. Essas trabalhadoras estão se expondo em excesso, estão completamente desprotegidas e em uma relação servil, que é bastante dolorida de apontar, mas que precisamos apontar. No fim das contas, quando a classe média e alta segue contratando mulheres para ajudar no cuidado de crianças no contexto da pandemia, ou para fazer a limpeza da casa, ou para cozinhar, o que estão fazendo é expor a vida dessas pessoas ao risco absoluto. É uma falta de responsabilidade e de conscientização, também, por isso é importante debater a questão ética do trabalho dos prestadores de serviço domésticos, do trabalho das cuidadoras, do trabalho das pessoas que, no fim das contas, possibilita que nossa vida continue sendo produtiva na pandemia.

Organizadoras: Voltando ao caso dos trabalhadores de aplicativos, na maior exposição dessas pessoas que permitem que recebamos comida e compras de todo tipo em nossas casas. Quem cuida dos entregadores?³

³ A pergunta foi uma referência a um trecho da entrevista concedida por Bárbara Castro ao jornalista Matheus Pichonelli do Portal UOL. Ref.: PICHONELLI, Matheus. Na pandemia, entregadores e

Bárbara: Esse foi o mote de uma entrevista que dei para o jornalista Matheus Pichonelli, que saiu no UOL, bem no comecinho da pandemia. Ele me indagou “o que vai acontecer com essas pessoas?”. Na época, minha previsão era que os entregadores de aplicativos iam continuar trabalhando e, inclusive, esse seria um dos poucos espaços de trabalho crescentes na pandemia, alternativa para uma série de pessoas que iriam cair no desemprego no contexto de pandemia. Nossa preocupação naquela pauta era a responsabilidade, na verdade a ausência de responsabilidade, das empresas em relação ao risco que esses trabalhadores estão assumindo.

Uma questão relevante é o tipo de acesso desses trabalhadores aos mecanismos de proteção, que hoje em dia são as máscaras e o álcool em gel. Equipamentos como esses são caros, ainda mais a troca de uma máscara a cada 3 horas. E mesmo seguindo as regras de limpeza e de cuidados higiênicos ainda assim esse trabalhador está exposto a contrair o vírus. Mesmo com as iniciativas anunciadas por essas empresas de aplicativos, a realidade é que elas seguem repassando os custos, seja para os microempreendedores que estão inseridos na plataforma, seja para os entregadores, ou para o consumidor final. Não existe uma responsabilização ou algum reconhecimento das empresas de que estão expondo esses trabalhadores a um trabalho insalubre, porque, no fim das contas, o vínculo de emprego não é reconhecido entre entregador e aplicativo.

É fundamental entendermos o mecanismo por trás dos aplicativos, a perversidade do funcionamento das plataformas nessa relação do trabalho que é gerado para uma população extremamente vulnerável. Não importa a ação social, a oferta de máscaras, a criação de fundos, o que continua presente é o não-reconhecimento da relação de emprego,

Ubers viram soldados no front, mas sem direitos. *UOL*, 19 mar. 2020. Disponível em:

<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/03/19/como-o-coronavirus-vai-impactar-o-mundo-das-entregas-online.htm?cmpid=copiaecola>.



ou seja, uma responsabilização total e completa sobre a exposição ao risco de saúde que esses trabalhadores estão tendo e que sempre tiveram. Vale mencionar o elevado número de acidentes graves envolvendo motocicletas e bicicletas de entregadores de aplicativos. Por isso a alta vulnerabilidade em que essas pessoas estão inseridas vem de antes da pandemia, mas claro que ela aumentou devido ao vírus. A despeito disso, as empresas seguem lucrando.


Organizadoras: Existe um dilema ético na relação do consumidor com o aplicativo. Por um lado, os aplicativos têm servido de fonte de renda para as pessoas sem renda nenhuma, por outro, tem toda essa exploração.

Bárbara: É um dilema ético que está presente entre todos nós. A esse respeito, a primeira coisa a enfatizar é que nenhuma transformação social vem só por consumo; não resolveremos um problema estrutural por atitudes que são individuais. Claro que devemos ser muito críticas, seja em debates sobre aplicativos, ou mesmo na questão do trabalho escravo no mundo da moda. Precisamos estar atentas a essas questões, olhar criticamente para essas relações de trabalho, entender o funcionamento delas e buscar em outros espaços, buscar construir pressão pública. O universo acadêmico em que estamos inseridas contribui com isso, realizando nossos trabalhos, fazendo circular as nossas análises para as pessoas que estão tomando decisões nas esferas públicas. Além disso, os sindicatos têm que se envolver muito mais a fundo nessa questão, tanto dos trabalhadores informais, quanto dos trabalhadores por aplicativos. Há um movimento de desconstrução do poder do sindicato, mas essa aliança entre trabalhadores formais e informais é muito necessária para se promover uma transformação das condições de trabalho.

Precisamos, de alguma forma, construir um espaço de conscientização mais alargado, fora dos nossos grupos especializados que têm discutido isso há tanto tempo, para que realmente impactem e consigam fazer entender que se tratam de relações de trabalho superprecarizadas. Ao fazermos o uso naturalizado e indiscriminado dessas plataformas, estamos colaborando para invisibilizar um debate amplo, sobre como podemos repactuar os direitos do trabalho no Brasil. Tivemos uma destruição muito forte da regulamentação do trabalho nessa última reforma trabalhista, mas ainda assim o que a gente teve historicamente foi sempre um mercado de trabalho altamente desregulamentado, pensando que a parcela de informalidade sempre ficou em torno de 50%. Então, o que precisamos discutir enquanto sociedade é como a gente repactua os direitos sociais, de modo que tanto trabalhadores formais quanto os informais tenham acesso.

Organizadoras: Pensando na informalidade no Brasil, com enfoque nas trabalhadoras do cuidado. A pandemia deixou clara a divisão entre classes sociais, já que as classes mais altas continuaram pagando pelo trabalho doméstico e expondo mulheres de classes mais baixas ao risco do contágio, ou exigindo que elas passassem a dormir no trabalho, abrindo mão de ficarem com suas próprias famílias. Ao mesmo tempo, uma parte da classe média dispensou as trabalhadoras domésticas diaristas, que se viram sem renda. Alguns estados decretaram o cuidado como serviço essencial, permitindo que essas trabalhadoras circulassem mesmo em períodos de lockdown, mesmo que não tivessem carteira assinada para comprovar a prestação do serviço. Seja como for, são trabalhadoras com altos níveis de vulnerabilidade, que somam mais de 7 milhões no Brasil. Quais suas impressões sobre a realidade do trabalho doméstico e de cuidado na pandemia?





Bárbara: O que temos visto em relação a essas profissionais do setor de cuidado, sejam elas trabalhadoras domésticas, babás ou cuidadoras de idosos, é uma heterogeneidade de situações. Há pessoas que moram na casa dos patrões, que continuam em uma relação de trabalho muito arcaica, que continuam como agregadas, morando no “quartinho da empregada”. Também existem pessoas de classe média com alguma consciência social, que dispensam as trabalhadoras domésticas na pandemia e continuam pagando seus salários ou remunerando as diárias, ainda que não sejam a regra.

Seja como for, tenho percebido, ainda de forma intuitiva – precisaremos fazer pesquisas de campo, coletar dados sobre isso –, que as pessoas conseguem lidar com faxina, conseguem lidar com alimentação, mas no que diz respeito aos filhos, esse é o impacto que tem sido maior pra classe média, para uma classe média que não tem poder aquisitivo muito elevado, que não tem um quarto para a babá morar, mas que também não sabe o que fazer com as crianças, especialmente quando são crianças pequenas. Pensando numa unidade familiar onde duas pessoas estão trabalhando em Home Office, as crianças demandam que ao menos uma faça o papel agora da professora, pois as escolas privadas continuam enviando lições e dando aulas, fingindo uma normalidade numa situação absolutamente anormal. Estamos vivendo uma situação de excepcionalidade, mas com regras normais de produtividade de ensino e aprendizagem. Então, o que eu tenho mais ouvido são relatos de mães e pais que dizem da dificuldade de acompanhar os filhos nas lições que as professoras passam, ou ensiná-los a gerenciar essa vida da escola agora no espaço da casa.


Essa interação dos pais com os filhos na pandemia tem resultado, a meu ver, no desespero de contratar uma outra pessoa para tomar conta das crianças, especialmente no contexto que os empregos das pessoas estão ameaçados, em que há um pânico de se mostrar o tempo inteiro

disponível para as empresas, justamente para que seu trabalho seja reconhecido como não-descartável. Como o foco é o trabalho, a alternativa para as pessoas se manterem 100% concentradas é recontratar babás, ou para quem nunca contratou, contratar agora. Essa é uma realidade que eu tenho visto crescer intuitivamente, de relatos de amigos e de pessoas em comuns, mas é uma questão para ficarmos atentas.

Sobre essas trabalhadoras do cuidado, sabemos que em sua grande parte são mal remuneradas, em sua grande maioria mulheres, que também têm responsabilidades domésticas em suas casas, mas que são deixadas para trás para que elas tomarem conta das crianças de outras unidades familiares, expondo-se ao risco, bem como suas famílias, por conta da sua circulação. Essa é mais uma questão difícil, ética e moralmente, porque muitas famílias de classe média também estão batalhando para manter seus empregos nesse contexto de pandemia e, para isso, não conseguem dedicar-se ao cuidado das pessoas dependentes em tempo integral. As pessoas dessa classe média pessoas, muitas vezes, estão com salários já bastante achatados, trabalham informalmente ou tiveram contratos reduzidos em horas e remuneração, com crianças ou pessoas dependentes em casa, que para darem conta do dia a dia precisam da ajuda de outra pessoa. No momento da pandemia, não se pode mais recorrer ao avô ou à avó, porque idosos estão no grupo de maior risco do vírus. Essas pessoas acabam contratando uma cuidadora para essas crianças; o fechamento das escolas está impondo essa realidade para muitas famílias.

Organizadoras: Muitas trabalhadoras do cuidado, especialmente cabeleireiras e manicures, buscam a inserção social e profissionalização via microempreendedorismo individual, ou MEI. Como essas pessoas estão “se virando” durante a pandemia?





Bárbara: Manicures, massagistas, esteticistas e cabeleireiras compõem a grande maioria dos microempreendedores individuais. Durante a pandemia, as práticas para garantia de sua renda têm sido muito heterogêneas, como em outras profissões. A maioria das MEI que puderam solicitar o auxílio emergencial o fizeram, mas ocorreram diversos problemas nessas solicitações, foi bastante confuso. Além disso, o valor do auxílio emergencial, de R\$ 600,00, é menor que a remuneração que essas mulheres conseguiam trabalhando⁴.

Há inúmeros relatos de trabalho clandestino dessas profissionais, ou seja, de pessoas que estão indo na casa das outras pessoas, continuando a fazer o mesmo serviço para as clientes. Muitas ligam oferecendo que podem cortar o cabelo, fazer as unhas na casa da cliente. Outras estão abrindo o salão às escondidas. Isso para continuar conseguindo sobreviver, porque não se tratam de grandes grupos empresariais que têm capital de giro disponível, são pessoas que pagam as contas conforme o mês, pagam aluguel do salão conforme o mês fecha e não têm capital acumulado; são pequenos negócios, não são pessoas que têm uma poupança e que podem passar a pandemia esperando tudo terminar. Por isso essas estratégias de se expor ao risco na casa de alguém.

É preciso destacar aqui que não são pessoas que estão violando as regras de isolamento por falta de informação ou por ignorância, não se trata disso; são pessoas que estão lutando para sobreviver no meio dessa pandemia. Isso precisa ser seriamente destacado: são pessoas que estão lutando para sobreviver, que na maior parte das vezes levam a sério regras da pandemia, mas que sem o dinheiro do trabalho não conseguem sobreviver. E o conteúdo do trabalho delas é ter contato com as pessoas, não tem como transformar isso em trabalho remoto, não é possível. Sempre que falamos de trabalho na pandemia, precisamos nos perguntar

⁴ O valor do auxílio emergencial era este até dezembro de 2020 e passa a variar de R\$ 150 a R\$ 375 a partir de março de 2021.

qual é o conteúdo do trabalho, pois se olhamos o conteúdo do trabalho, conseguimos entender quem está ou não circulando, quem consegue trabalhar em casa e quem não consegue.


Essa grande maioria das mulheres que tem MEI aberto, as autônomas, elas estão muito acostumadas com uma renda muito superior a R\$ 600,00. Com R\$ 600,00 por mês elas não conseguem pagar as contas da casa delas, ou seja, elas precisam complementar esse auxílio emergencial com algum tipo de renda do trabalho. É isso que elas estão fazendo, correndo atrás e criando soluções, como reservar horários mais restritos, usar máscara, passar álcool nos instrumentos, porque é a única possibilidade de elas levarem comida para mesa.

Organizadoras: Mencionamos anteriormente o auxílio emergencial. O tema da renda mínima nunca teve muito espaço no debate nacional, mas tornou-se tema central agora na pandemia.

Bárbara: De fato, essa é uma discussão histórica, que tem como um dos maiores entusiastas o Eduardo Suplicy⁵, mas que precisou da pandemia para ter destaque. Essa é uma discussão de justiça social que permeia grande parte da bibliografia de teoria social, que reflete em torno de uma renda básica para as pessoas terem um patamar mínimo de sobrevivência. O problema que eu vejo no auxílio emergencial é que ele vem vinculado a um contexto de emergência, que desconfio que assim que passar vai fazer desaparecer também esse auxílio. Isso ocorre, justamente, porque existe uma discussão em torno da cidadania do trabalho, vinculada à carteira de trabalho, porque foi assim que a cidadania no Brasil foi estruturada. A carteira de trabalho era o símbolo de cidadania e era o que dava acesso a uma série de direitos no país. No entanto, quando discutimos isso no contexto do capitalismo ocidental, o

⁵ SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda de Cidadania – a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez, 2007.





que percebemos é um discurso de ideologia que vincula a obrigatoriedade do trabalho ao acesso aos recursos do Estado, então há uma moralidade vinculada ao exercício do trabalho que vincula o acesso dos cidadãos e cidadãs aos serviços públicos.

Precisamos rediscutir urgentemente o nosso pacto social e desvincular qualquer forma de mecanismo de auxílio social, qualquer forma de vínculo à previdência social, qualquer forma de vínculo às licenças de saúde do trabalho remunerado com carteira assinada, das formas que temos nos organizado pelo menos desde a edição da CLT. Tenho plena clareza de que assim que essa pandemia acabar, o auxílio emergencial desaparece, mas ele desaparece justamente porque temos um pacto social que amarra a obrigatoriedade do trabalho ao recebimento dos auxílios sociais do governo, a não ser em ações de muita emergência de fome. Portanto, precisamos enquanto sociedade repensar nosso pacto social com urgência, saúde, educação universais, mas não só isso, o direito ao lazer, o direito ao descanso remunerado, o direito à licença-saúde do trabalho, seja ele formal ou informal, precisam ser universalizados. Não podemos mais fingir que 50% da população, que não possuem trabalho formal, pode prescindir de ter aposentadoria.

Precisamos desvincular o nosso arcabouço de desenho de Estado social da renda que vem do trabalho. É necessário pensarmos em uma forma de tributação que incida com mais força e mais intensidade nos grandes empresários, e aqui eu não estou falando de micro e médio-empresários. É necessária uma reforma tributária séria, que taxe grandes fortunas, que taxe grandes capitais, que taxe grandes industriais e redistribua a riqueza verdadeiramente no país, desvinculando isso do trabalho, porque grande parcela da população não consegue trabalho com salário suficiente para sobreviver. A pandemia explicita essa necessidade e eu espero que ela sensibilize mais brasileiros e brasileiras do que sensibilizava antes.

Organizadoras: Existe uma relação de mão dupla entre o tempo que as mulheres trabalham fora de casa, recebendo salário, e o tempo que elas trabalham dentro de casa de forma gratuita. Mesmo quando as mulheres ficam desempregadas ou diminuem suas jornadas no emprego, seu tempo total de trabalho não diminui, porque elas acabam dedicando-se mais ao trabalho doméstico e de cuidado. Isso, porém, não acontece com os homens. Na pandemia, essa relação parece ter ficado mais visível, inclusive pelas medidas do governo que autorizam a redução das jornadas ou suspensão dos contratos de trabalho⁶. Ou seja, mulheres e homens estão mais tempo dentro de casa, mas elas trabalham muito mais que eles. Isso tem sido mesmo uma realidade?


Bárbara: Com certeza. Nas minhas pesquisas, qualitativamente, isso aparece com grande força. Um exemplo elucidativo disso é minha pesquisa sobre Home Office⁷, que fiz antes da pandemia, mas que coincide com o momento atual. Nessa pesquisa, uma das coisas mais interessantes que encontrei foram as percepções de produtividade das mulheres que trabalhavam em Home Office em relação às percepções de produtividade dos homens. Verifiquei, inclusive, um arranjo de espaço diferente entre homens e mulheres: as mulheres que trabalhavam em Home Office geralmente ficavam no centro da casa, na mesa de jantar, observando tudo que está acontecendo, muitas delas porque tinham filhos pequenos e escolheram trabalhar em casa justamente para acompanhar ou estarem mais perto do cuidado dos filhos.

O que as mulheres dessa pesquisa me relataram é que buscam acordar antes de todos, ou seja, 5 horas da manhã elas estão acordadas

⁶ Referência ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que definiu medidas trabalhistas para enfrentamento da pandemia, instituído pela Medida Provisória 936, de 1º de abril de 2020, convertida na Lei 14.020, de 6 de julho de 2020.

⁷ CASTRO, Bárbara. Mães em home office: embaçamento de fronteiras e construção de arranjos flexíveis para o cuidado dos filhos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Caxambu. *Anais* [...] Caxambu, 2013.





trabalhando; quando a casa acorda, elas fazem café da manhã e mandam os filhos pra escola; aqui está o primeiro gargalo, porque na pandemia os filhos não vão mais à escola; com os filhos na escola elas trabalhavam concentradas até a hora do almoço, faziam almoço, os filhos voltavam; de tarde elas continuavam trabalhando, mas com diversas coisas acontecendo na casa, com TV ligada, filho interrompendo para ajudar na lição de casa ou em qualquer outra coisa; no fim do dia, quando os maridos chegavam, eles assumiam o jantar e brincavam com as crianças e elas trabalhavam mais concentradas; ficavam assim, até meia noite, porque quando a família está dormindo é um período de alta concentração de novo pra elas continuarem trabalhando. Observe que essa mulher trabalhou das 5 horas à meia noite, ou uma da manhã do dia seguinte, e relatavam para mim que se achavam improdutivas. Elas trabalham por longos períodos, com tarefas superpostas, tarefas de casa e tarefas ligadas ao trabalho remunerado, então elas não param de trabalhar um só segundo e, ainda assim, sentem-se improdutivas para o trabalho remunerado. Já os homens que eu entrevistei diziam que adoram fazer Home Office, porque chegam em casa, fecham a porta do escritório ou do quarto e ninguém bate, ninguém me interrompe, permitindo que eles trabalhem 6 horas ininterruptas; eles trabalham até melhor que nos escritórios, porque ninguém interrompe a concentração desse homem quando ele está em casa. Por outro lado, algumas das mulheres que eu entrevistei tinham histórias engraçadíssimas, tristes, mas engraçadas. Principalmente as que moram em casas, não apartamentos, relatam que quando estavam em Home Office, os vizinhos vinham bater na porta para tomar um café, comer um bolo. No pensamento desses vizinhos, se uma mulher está em casa, ela não está trabalhando, ela está à disposição de todo mundo, da família, da vizinhança, de todas as pessoas.

Então, essa redução de tempo de trabalho remunerado e ampliação das atividades domésticas para as mulheres é uma coisa que verifico,


qualitativamente, com muita frequência nas minhas pesquisas. Na verdade, existe uma sobreposição desses tempos sociais. Aliás, esse tema é debatido entre materialistas francesas nos anos 1980. Por exemplo, Monique Haicault⁸ cunhou a ideia de “carga mental”, justamente por ter estudado durante muito o tempo de trabalho a domicílio, ou seja, mulheres que trabalhavam em casa para a indústria têxtil, costurando enquanto os membros da família estavam todos ali presentes. Além disso, ela também analisou a indústria, para verificar se essa sobreposição de tempo social também estava presente para as mulheres que trabalham fora de casas. O que Haicault descobriu foi que mulheres ficam o tempo inteiro pensando nas tarefas domésticas e no cuidado enquanto estão na fábrica: “o que preciso comprar no mercado?”, “o que eu vou fazer para o jantar?”, “que dia eu preciso lavar roupa?”, “será que o uniforme da criança está lavado para amanhã?”, “será que a lancheira está pronta?”. Logo, essas tarefas, esses tempos sociais, estão o tempo inteiro na cabeça das mulheres gerando essa sobrecarga mental.

Portanto, quando as mulheres estão com o tempo de trabalho remunerado reduzido, elas chegam em casa e vão dar conta dos trabalhos domésticos e do cuidado. Na nossa sociedade, essa carga de trabalho é uma coisa imediata, ela nunca se reduz. E para pensar nos atuais smartphones, há pesquisas fantásticas⁹ mostrando como, historicamente, o uso do telefone sempre foi muito diferente entre homens e mulheres. O telefone foi criado como uma ferramenta de comunicação para empresas, para o escritório; quando o aparelho entra nas unidades domésticas, ele passa a ser utilizado pelas mulheres para construir vínculos com a família, ou seja, as mulheres faziam esse trabalho emocional de contato com familiares, ligando para avós, pais, tios, sobrinhos etc. Assim, enquanto

⁸ HAICAULT, Monique. La gestion ordinaire de la vie en deux. *Sociologie du Travail*, Elsevier Masson, v. 26, n. 3, p. 268-277, 1984.

⁹ Ver, por exemplo, o trabalho de ROSS, Karen. *Gendered Media: women, men and identity politics*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2010.





os homens usavam o telefone para finalidades basicamente empresariais, as mulheres usavam para construir um espaço da sociabilidade familiar, construir os vínculos afetivos, realizar o trabalho emocional. No caso dos smartphones, uma pesquisadora do Japão mostra como as donas de casa japonesas usam os smartphones para organizar o ritmo das atividades domésticas, servindo de instrumento para fazer a lista do supermercado, controlar os filhos na escola, organizar os tipos de tarefa que os filhos estão fazendo, mandar mensagem para que o marido traga algo do mercado, ao mesmo tempo em que estão cozinhando, ou fazendo a limpeza.

É interessante constatar como o uso do smartphone é feito pelas mulheres, o tempo inteiro, integrando as responsabilidades do cuidado e as tarefas domésticas. Nesse mesmo sentido, podemos pensar no uso da tecnologia no contexto da pandemia, afinal ela se tornou uma forma de manter os vínculos. Os tipos de uso que se tem feito das tecnologias durante a crise da Covid-19 são também genericados, tendo total correlação com essa carga mental que Monique Haicault falava, agora materializada na forma das mediações tecnológicas. São as mulheres que têm feito as chamadas de vídeo para as famílias, que organizam as *calls*, organizam as festas dos filhos pelo Zoom; as mulheres que estão gerindo os vínculos familiares na pandemia. Essa realidade não é nova, ela só está sendo mais visibilizada agora, por conta do contexto de excepcionalidade. Entretanto, a sobreposição de tempos sociais sempre foi constante na vida das mulheres, o que se replica na interminável jornada extensiva que as mulheres têm. Seja com trabalho remunerado ou não, elas sempre têm uma jornada de trabalho maior que os homens.

Organizadoras: Você nos apresentou um panorama muito rico a respeito do cuidado, que foi ruas às fábricas, das fábricas às casas, das casas aos salões de cabeleireiro. A partir de tudo isso que foi tratado,

pedimos sugestões bibliográficas ou de outras mídias, bem como suas palavras finais.

Bárbara: Primeiro eu gostaria de indicar o *Rackeando Podcast*¹⁰, da jornalista Raquel Melo, que aborda as transformações do universo do trabalho no Brasil do século XXI. Eu participei do primeiro episódio, sobre trabalho remoto, e há outros bastante interessantes. Em relação a leituras, há vários livros de feministas fantásticas que são referências básicas, como Angela Davis¹¹, Bell Hooks¹² e os livros editados pela Boitempo.

Também indico o artigo que eu e Mariana Chaguri, minha colega de departamento, escrevemos para a Revista Dados, intitulado *Um tempo só para si: gênero, pandemia e uma política científica feminista*¹³. Tratamos da questão da produtividade das mulheres na academia, pensando em desnaturalizar a associação que tem sido feita entre mulheres e maternidade. Na escrita desse artigo, tivemos como maior referência o livro *Um teto todo seu*, da Virginia Woolf¹⁴, que continua atual, porque a autora faz ali uma reivindicação sobre a necessidade de que as mulheres consigam se concentrar nas suas atividades de trabalho, para o que elas precisam ter um espaço só para elas. No artigo, nossa reflexão é que mais do que um espaço, as mulheres precisam de um tempo só para elas, acompanhando essa discussão sobre a sobreposição dos tempos sociais.

Outra recomendação que faço aqui são os textos da Cristina Carrasco¹⁵, cujas traduções podem ser encontradas nos Cadernos

¹⁰ O Rackeando Podcast pode ser ouvido em diversos agregadores de podcast. O link para o Spotify é: <https://open.spotify.com/show/6yPBS56RWVpanTV8WDWrmG>.

¹¹ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹² HOOKS, bell. *Mulheres negras, raça e representação*. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

¹³ CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana. Um tempo só para si: gênero, pandemia e uma política científica feminista. *Blog DADOS*, 22 maio 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-cientifica-feminista/>.

¹⁴ WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.

¹⁵ CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOE,



Sempreviva, da SOF¹⁶. Carrasco reflete sobre o tempo como uma medida de pobreza social, de vulnerabilidade social, pois se pensarmos na quantidade de pessoas que não tem tempo livre, que não tem tempo para o lazer ou para o descanso, essa é uma das maiores medidas para pensarmos a desigualdade. E isso tem completa relação com o trabalho das mulheres, porque na sobreposição entre trabalho remunerado e não remunerado, o que menos sobra para as mulheres é tempo livre, de lazer e de descanso. Por isso, nossa reivindicação enquanto feministas, mais do que um espaço só para si, é um tempo só para si.

2003. p. 11-49.

¹⁶ Disponíveis no link: <https://www.sof.org.br/category/publicacoes/cadernos-sempreviva/>.

A stylized, abstract illustration of a town or neighborhood. The houses are represented by simple geometric shapes in various colors: a large blue house at the top, a brown house on the left, a red house at the bottom right, and a purple house at the bottom center. The houses have simple rectangular windows and doors. Green foliage, including leaves and stems, is scattered throughout the scene, some overlapping the houses. The background is a light, warm tone. The overall style is flat and graphic.

Cuidado em movimento



Mulheres, violência e pandemia

Amelinha Teles

Diretora Fundadora da União de Mulheres de São Paulo, coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares, integra a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Organizadoras: Apesar de ainda não terem sido produzidos dados sobre a violência doméstica na pandemia, considerando sua experiência de décadas no movimento de mulheres lidando com o tema, você acha que houve um aumento no número de casos? Quais têm sido suas reflexões sobre esse tema?

Amelinha: A questão da violência doméstica, a violência dentro de casa ter aumentado com o isolamento social é previsível. Nós feministas, nós ativistas temos denunciado há décadas que dentro de casa é onde ocorre a maior incidência de violência contra as mulheres. A gente sempre fala: a casa, entre quatro paredes, é o local onde as mulheres sofrem todo o tipo de ameaça e onde muitos feminicídios ocorrem. Consequentemente, é esperado que a violência aumente nesse período em que todos estão mais dentro de casa.

No entanto, o isolamento social é uma medida necessária e importantíssima para frear o contágio da Covid-19. Eu me preocupo muito com as autoridades irresponsáveis que falam contra esse tipo de medida. Estamos vivendo uma pandemia jamais vista na história da humanidade, não é algo simples. Logo, o enfrentamento da pandemia é complexo e tem sido com o isolamento social. Na China foi assim; na Espanha; na Itália também, apesar das muitas vidas que foram perdidas.

O Brasil tem que se curvar diante dessa realidade, tem que ter a humildade de perceber que nós precisamos de isolamento social.

Dito isso, retomando a questão da violência doméstica, eu sempre friso que as mulheres têm sido as principais vítimas dentro de casa, além trabalharem muito mais em função da divisão sexual do trabalho, que é extremamente injusta, historicamente falando. São sempre as mulheres que ficam responsáveis pela maior parte das tarefas domésticas, dos cuidados com as crianças, com as pessoas doentes, até com os animais de estimação. Além disso, todo o processo de higienização da casa, dos utensílios, das roupas, quem faz são as mulheres na grande maioria das vezes. Logo, neste momento de pandemia, as mulheres estão com muitas mais tarefas, estão muito sobrecarregadas.

Somando o quadro descrito acima à convivência confinada junto com possíveis agressores, o conflito, a violência, o clima de violência, tudo fica mais acirrado, sem dúvida alguma. A grande questão é ficarmos em casa sem violência. A violência doméstica e intrafamiliar nós teremos que enfrentar de uma outra forma. Nesse sentido, as mulheres que estão em isolamento social e que estão ameaçadas ou temem serem ameaçadas de violência precisam receber um cuidado especial. As mulheres são vítimas de violência porque são mulheres, e isso não muda por estarmos em uma pandemia, em uma situação de emergência como a que estamos vivendo.

Organizadoras: Diante dessa situação de emergência que é a pandemia, conforme você descreveu, como então podemos ajudar as mulheres em situação de violência?

Amelinha: Como já estou há muitos anos nessa estrada, eu vejo assim, sempre que colocamos publicamente pleitos relacionados às mulheres, aos direitos das mulheres, somos acusadas de colocar “o carro na frente dos bois”. Muita gente diz: “não é agora que se vai discutir a



questão das mulheres, é depois que resolver o problema do coronavírus”, ou “é depois que resolver o problema da economia”, ou “é depois que resolver o problema do desemprego crescente” etc. Na minha opinião, muito pelo contrário. A questão das mulheres tem que ser priorizada, porque é a questão da vida, é a questão do cotidiano. Nós temos que defender a vida, defender a vida com saúde, então nós temos que tratar da questão das mulheres. É isso que as políticas públicas, o poder público, a sociedade, o Estado, todos têm que entender.

Se nós não resolvermos os problemas das mulheres, como que nós vamos enfrentar o coronavírus sem a atuação direta delas? É possível? Você imagina deixar para os homens resolverem isso? Eles não vão! Nós vamos morrer porque os homens não vão resolver. Então, são as mulheres que assumem esse papel de grande protagonismo no dia a dia de todos os lares e nós temos que ser reconhecidas, nosso trabalho precisa ser reconhecido, nossas questões, as nossas bandeiras. O que nós, os movimentos de mulheres, levantamos tem que ser levado muito em conta. Para que esse país tenha rumo é preciso levar em conta as mulheres. E onde estão as mulheres agora? Elas não estão bem! Então o país não vai bem. Nós temos que resolver isso.

Organizadoras: Diante do que o Brasil está passando nessa pandemia, se você estivesse na gestão pública, com a caneta na mão, que política pública emergencial você implantaria voltada às mulheres?

Amelinha: A primeira coisa que eu iria fazer é distribuição da renda. Não é possível que as pessoas fiquem na fila da Caixa Econômica Federal, aglomeradas, sujeitas à contaminação para conseguirem receber o auxílio emergencial¹ do governo. Esse dinheiro já devia estar

¹ Em 2020, face da crise sanitária e social gerada pela Covid-19, o Governo Federal realizou o pagamento de um auxílio emergencial de cunho assistencial para pessoas que ficaram sem renda durante a pandemia, fixado em três parcelas de R\$ 600,00. Por falhas no sistema e falta de organização, foram registradas extensas filas e aglomeração na frente de agências da Caixa Econômica Federal, compos-

na conta ou na mão dessas pessoas! Portanto, a primeira coisa que iria fazer era garantir renda, auxílio emergencial para que todas as mulheres administrassem e investissem nas suas casas. Esse dinheiro nas mãos das mulheres esse dinheiro, chegando a cada casa, garantiria que as pessoas não passariam fome como estão passando. São mulheres, são crianças, são pessoas idosas, pessoas doentes passando fome.

O problema econômico é resolvido defendendo as vidas. Então, eu espero que a pandemia tenha o papel de abrir os olhos, principalmente dos homens poderosos, para que valorizem o trabalho de cuidado que até hoje é invisível, esse trabalho que é tão repetitivo, de higienização da casa, das roupas, de atenção às pessoas. Esse trabalho é fundamental no enfrentamento do coronavírus e é fundamental para continuarmos a viver em sociedade, para essa sociedade humana continuar a sobreviver. A pandemia mostra isso com mais evidência, mas quando superarmos esse período é preciso que o poder público tenha outro olhar para a luta das mulheres.


As reivindicações das mulheres precisam ser levadas a sério, como prioritárias. Elas não são questões secundárias, não são questões para um dia no futuro; são para agora. Ou enfrentamos tudo isso agora enquanto sociedade ou a humanidade corre o risco de não sobreviver. Isso é o que estamos vendo e vivendo concretamente com a pandemia.

Organizadoras: Você mencionou o papel das mulheres, do cuidado, para a sobrevivência da humanidade. Essa percepção evidencia que todos e todas nós somos interdependentes. Precisamos realmente nos fortalecer enquanto sociedade, enquanto coletivo, mas o que se tem visto

tas por pessoas querendo receber o benefício. Mais informações: MENDONÇA, Heloísa; ROSSI, Marina. Com falhas no sistema e filas em agências, brasileiros se arriscam na pandemia por auxílio de 600 reais. *El País*, 24 abr. 2020. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-24/com-falhas-no-sistema-e-filas-em-agencias-brasileiros-se-arriscam-na-pandemia-por-auxilio-de-600-reais.html>.





é o contrário. Mesmo na pandemia, a preocupação de alguns é “salvar CNPJs”². Resistiremos, Amelinha?

Amelinha: Estamos passando por um momento em que a resistência se faz de uma forma muito silenciosa, por questões de distanciamento. Nós estamos isolados fisicamente, mas precisamos manter a solidariedade norteando as nossas ações. O sentimento de solidariedade talvez seja o mais necessário nesse momento, porque, muitas vezes, só o fato conseguirmos ouvir alguém, ouvir uma mulher, de ligar e ouvir o que está acontecendo na vida dela é fundamental. As pessoas agradecem pelo ato de ouvir, não é nem preciso dar conselhos ou soluções. A escuta em si dá conforto, ao menos em certa medida. Estamos nesse momento em que é preciso trocar essas formas de conforto, de ter informação, de criar possibilidades para um debate político que vá além do agora.

Sem dúvida nós vamos resistir, qualquer mudança social, qualquer melhora, qualquer avanço, depende da nossa ação, da mobilização das mulheres. Nós temos que ter essa consciência presente nos nossos atos.

² Referência à fala feita em reunião de empresários com o Governo Federal, em maio de 2020, para reivindicar a “retomada da economia” em meio à pandemia. Segundo um os empresários presentes, ocorreria a “morte de CNPJs” caso a indústria não pudesse retomar suas atividades plenamente, em contraposição a milhares de mortes por Covid-19. Notícia sobre o tema: OTTA, Lu Aiko *et al.* Dirigente empresarial prevê “mortes de CNPJs”. *Valor Econômico*, 8 maio 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/08/dirigente-empresarial-preve-morte-de-cnpj.html>.



Cuidar da vida na pandemia: trabalhos, desigualdades e sobrecargas (in)visíveis

Renata (Tica) Moreno

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Integra a equipe da SOF Sempreviva Organização Feminista e a Rede Economia e Feminismo (REF).

Organizadoras: O cuidado é um objeto de estudo em comum para nós. Como você tem visto este tema ser tratado durante a pandemia da Covid-19?

Tica: A primeira coisa é que com a pandemia, mais do que nunca, o cuidado é um tema que está colocado no debate público. As pessoas estão falando sobre isso a partir de vários pontos de vista, de diferentes lugares. Para a gente que lida com esse assunto o tempo inteiro, essa é uma boa novidade e, ao mesmo tempo, isso vem com uma série de contradições, questões e muitas angústias. Considerando o relato das pessoas durante esse período, temos visto muita dificuldade. Nesse sentido, uma questão importante é como estamos passando por esse processo de pandemia e como que a nossa sociedade vai seguir depois dele. Então, nesses marcos podemos olhar pras tensões em relação ao cuidado durante a pandemia.

Organizadoras: Quais tensões relacionadas ao cuidado emergiram na pandemia?

Tica: Estamos falando muito do cuidado nas casas, e isso tem relação com o cuidado não remunerado, que as famílias, as pessoas na família, principalmente as mulheres exercem. Isso está intensificado no período de pandemia. Mas há também o cuidado remunerado dentro das casas e fora delas, as infraestruturas e as políticas públicas para garantir

os cuidados em saúde de uma forma mais geral. Tudo isso está colocado em evidência, o que dá visibilidade a quem são as pessoas que cuidam.

Estamos vendo muito mais o rosto de quem garante o cuidado. Por exemplo, no sistema de saúde, são principalmente as mulheres que exercem o cuidado, mas na maioria das vezes apenas os médicos são reconhecidos. Há, portanto, essa questão da permanente invisibilidade. Na verdade, de invisibilização, pois se trata de um processo ativo de invisibilizar as trabalhadoras que estão na base da Saúde, que são em maioria mulheres, muitas das quais mulheres negras, que são auxiliares, que são enfermeiras e que estão ali garantindo o cuidado no SUS.

Com relação ao cuidado nas casas, a pandemia fez ecoar mais vozes de mulheres falando sobre isso, mas a sobrecarga não é uma novidade. Por exemplo, antes da pandemia já sabíamos que o número de equipamentos para o cuidado de crianças era insuficiente. Agora, com o fechamento das escolas, das creches, vemos que para um número crescente de mulheres está sendo muito difícil articular o trabalho remoto – para aquelas que estão trabalhando em casa –, com o cuidado principalmente de crianças¹.

E estamos vendo muitas pessoas assumindo responsabilidades de cuidados que não tinham, por exemplo, com pessoas da vizinhança, amigos, familiares mais velhos ou que estão no grupo de risco e não podem dar conta de muitas coisas que normalmente elas dão conta². Estas não são pessoas vistas na nossa sociedade como totalmente dependentes,

¹ Essa foi uma das questões que motivaram a realização da pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, pela SOF e Gênero e Número. A pesquisa indicou um aumento na frequência e intensidade do trabalho doméstico e de cuidado, especialmente entre as mulheres que são responsáveis por crianças de até 12 anos e idosos. As tarefas relacionadas com a comida (preparação e louças) e com a limpeza do domicílio foram as que, para estas mulheres, “aumentaram muito”. Além disso, 72% das entrevistadas indicou ter havido um aumento da necessidade de monitoramento e companhia. A sobreposição temporal e espacial das atividades de trabalho profissional e cuidado caracteriza, assim, a experiência das mulheres durante a pandemia. A pesquisa foi realizada entre abril e maio de 2020, com a participação de 2.641 mulheres, e está disponível em: [www.mulheres-napandemia.sof.org.br](http://www.mulheres- napandemia.sof.org.br)

² A pesquisa *Sem parar* indicou que 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém na pandemia. Entre as mulheres rurais, esse percentual alcança 62%. Esse cuidado não se refere apenas às pessoas da família, e inclui pessoas da vizinhança (51% entre as mulheres negras) e amigos (52% entre as mulheres brancas).



mas que agora precisam de mais amparo. Esse é mais um jeito como o cuidado está colocado no contexto da pandemia.

Agora, a contradição é que o cuidado está sendo visibilizado, todo mundo está falando sobre ele, em um momento que boa parte do cuidado volta a se concentrar nas casas. Essa realidade traz muitas questões que precisam ser discutidas.

Organizadoras: Pensando nesse cuidado que se concentra no espaço privado e que recai sobre as mulheres, em grande maioria, como entender seu significado numa perspectiva feminista?

Tica: Pensando numa perspectiva feminista tanto a partir da militância quanto da academia, o cuidado, no cotidiano, envolve trabalho, o tempo e a energia das pessoas dedicadas a esse trabalho. São muitas atividades e são muitas relações. O cuidado é um processo muito complexo, que articula diferentes dimensões. O cuidado é muito necessário, sem cuidado a vida não é possível. Por isso, a forma como o cuidado se organiza diz muito sobre a sociedade em que vivemos.

Importante destacar que o cuidado não é algo abstrato, ele está no cotidiano e na prática. Envolve quem cuida e quem é cuidado. O cuidado tem essa dimensão do trabalho, que é muito importante. Não se trata simplesmente de algo que a gente faz porque sente necessidade de fazer, ou porque a gente ama as pessoas. Por mais que muitas vezes o amor esteja presente, mas não é só esse sentimento que está envolvido na prática do cuidado.

Quando o cuidado acontece como o verbo – quando a gente cuida –, o cuidar constrói relações. Essas relações desencadeiam emoções, que não são necessariamente positivas. As emoções podem ser também negativas, porque elas podem vir com muita sobrecarga, elas podem vir com uma obrigação. O cuidado envolve também uma postura ética,

porque diz respeito à responsabilidade das pessoas sobre a vida das outras, sobre o bem-estar das outras. A ética é um componente do cuidado, o que é um consenso nas pesquisas sobre cuidado, apesar de haver diversidade de visões e olhares sobre isso.

Organizadoras: Em meio a tantas dimensões, queremos focar agora no cuidado como trabalho. A sociedade naturaliza as atividades do cuidado, sendo que muitas vezes atividades como arrumar a casa, criar os filhos, cuidar de idosos são consideradas coisas da “natureza da mulher”, como se fosse feito por instinto e sem nenhum esforço. Como essa naturalização se relaciona com a desigualdade de gênero?

Tica: Uma coisa está totalmente ligada a outra, especialmente com o reforço e aprofundamento da desigualdade de gênero. Quando olhamos para o cotidiano o trabalho doméstico e de cuidado, a gente vê que são as mulheres que estão assumindo essa responsabilidade, o que tem implicações concretas para a vida delas. Isso também tem relação com a forma como a sociedade se estrutura. Por exemplo, quando olhamos para o cotidiano de um homem e de uma mulher, vemos que as mulheres trabalham muito tempo continuamente ao longo de um dia, muitas vezes fazendo atividades simultaneamente, o que é menos visto olhamos para o cotidiano dos homens. As jornadas de trabalho das mulheres são mais extensas, mais intensas também.

Na pandemia, vemos como as mulheres estão fazendo várias coisas ao mesmo tempo, mas a gente sabe que as mulheres já fazem várias coisas ao mesmo tempo – como as costureiras, que trabalham nas oficinas junto com as crianças. No entanto, se olhamos de uma forma mais macro, vemos como que essa responsabilização das mulheres no cotidiano com o cuidado está relacionada com as estruturas da sociedade, com o ideal de família heteropatriarcal, que vem sendo reforçado até mesmo por



políticas públicas. E não apenas por meio de políticas públicas, e sim por um discurso hegemônico na sociedade de hoje, reunindo setores muito conservadores para reforçar o lugar das mulheres na família.

Essa realidade tem como base a divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza o que é trabalho de homens e o que é trabalho de mulheres, e faz com que o trabalho das mulheres, tanto na produção quanto na reprodução, seja desvalorizado; e não só em termos monetários ou financeiros, mas socialmente também³. No mercado de trabalho temos muitos exemplos sobre isso, como os relatos e estudos que mostram o grande número de mulheres demitidas quando voltam da licença-maternidade, porque ainda há essa ideia de que são as mulheres que cuidam mais dos filhos – e são mesmo. Ou nas entrevistas de emprego, quando perguntam para mulheres se elas têm filhos, mas não perguntam para homens. Aliás, normalmente os filhos não são um impeditivo na contratação de homens, mas sim de mulheres. Então, essas coisas estão relacionadas tanto na vida de cada uma quanto na estrutura da sociedade.

Organizadoras: Os reflexos da divisão sexual do trabalho são bastante visíveis nas profissões do cuidado, em sua grande maioria desvalorizada, informal, com salários baixos.

Tica: Ao olharmos para como uma sociedade se organiza a partir do cuidado, passamos a ver como a divisão sexual do trabalho estrutura tudo. Não é algo acessório: a divisão sexual do trabalho estrutura a vida, o trabalho e as instituições. Então, de fato, entender a divisão sexual do trabalho dá outro peso para o nosso debate em torno do cuidado e da desigualdade de gênero de modo geral.

³ Para entender melhor o conceito de divisão sexual do trabalho, sugerimos o verbete *Divisão sexual do trabalho* escrito por Daniele Kergoat no Dicionário Crítico do Feminismo (2009).

Organizadoras: Pensando em como os encargos do cuidado recaem de forma desigual sobre as mulheres, gostaríamos que você explicasse a ideia de bipolarização do emprego feminino.

Tica: Quando pensamos na articulação das diferentes formas de divisão social do trabalho, além da divisão sexual do trabalho, vemos como elas, entrelaçadas, configuram a base material das relações sociais, que estruturam a nossa sociedade capitalista, racista e heteropatriarcal. Então, a divisão entre homens e mulheres não é a única divisão social do trabalho na nossa sociedade, mas há também a divisão entre brancos e negros, e entre classe trabalhadora e proprietários do meio de produção, e todas essas divisões estão imbricadas.


Na organização do cuidado essa imbricação fica muito evidente. É evidente quem são as mulheres que podem recorrer, por meio de um pagamento, a outras mulheres para exercerem o cuidado, contratando uma trabalhadora como babá, como trabalhadora doméstica ou como cuidadora de idosos. Apenas uma parte da sociedade, a parte das famílias com mais dinheiro e mais rendimentos de diversas fontes, em geral famílias brancas, pode fazer essa delegação cuidado.

A bipolarização do emprego feminino é uma realidade muito importante para se refletir quando tratamos do cuidado e do trabalho das mulheres de forma geral. É uma situação que existe em várias partes do mundo em vários países. O termo quer evidenciar a existência de dois polos de emprego feminino: um deles é composto por mulheres que trabalham em ocupações mais valorizadas, reunindo um número reduzido de mulheres; o outro polo é maior, de mulheres que trabalham em ocupações mais desvalorizadas.

Tem um texto muito importante sobre isso, da Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi⁴, em que elas destacam que, na realidade brasileira,

⁴ BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.





as empregadas domésticas, em sua maioria mulheres negras, conformam o elo entre esses dois polos. Isso porque, como os homens não assumem e não fazem o trabalho doméstico, a tensão dentro das casas é amortecida quando o trabalho é passado para as trabalhadoras domésticas. Essa é uma questão incontornável no Brasil quando se fala sobre trabalho doméstico e de cuidado, porque evidencia que enquanto a sociedade, o Estado e os homens não assumem a responsabilidade por esses trabalhos, essas necessidades que são fundamentais para reprodução social acabam recaindo continuamente nas mulheres.

E, como nossa sociedade é capitalista, racista e heteropatriarcal, isso significa que nas condições mais precárias estão as mulheres negras, as mulheres que moram na periferia e que estão na informalidade há muito tempo. Nada disso começou agora, pois tem raízes na nossa história e estrutura como sociedade. E, sem dúvida nenhuma, isso precisa ser rompido para que o cuidado se organize com base na igualdade.

Organizadoras: A economia feminista é um tema bastante discutido pela organização da qual você faz parte, a Sempreviva Organização Feminista (SOF)⁵. Trata-se de uma linha de pensamento econômico que critica os economistas clássicos, incorporando uma perspectiva das mulheres que muitas vezes é esquecida pelos economistas, especialmente o cuidado. Como os conceitos e lições da economia feminista ajudam a entender a relação entre cuidado e o nosso sistema econômico?

Tica: A SOF é uma organização feminista que existe desde o ano de 1963. Nossa história já passou por dois golpes. Nessa trajetória,

⁵ Vale frisar que a SOF possui diversas publicações sobre muitos dos temas abordados nesta entrevista. Sugerimos: *Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana* (2008), organizado por Maria Lucia da Silveira e Neuza Tito; *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres* (2014), organizado por Renata Moreno; e *A produção do viver: ensaios de economia feminista*, organizado por Nalu Faria e Miriam Nobre. Todas disponíveis em: <https://www.sof.org.br/category/publicacoes/>.

quando a SOF se definiu como uma organização feminista com ação em um campo popular, já tinha referências, desde os anos 1980, em toda a formulação sobre divisão sexual do trabalho. Foi no final dos anos 1990, na luta contra a globalização neoliberal e no processo do Fórum Social Mundial, que a SOF entrou em contato com a economia feminista. Essa junção da formulação em termos de divisão sexual do trabalho e da economia feminista foi muito potente. A economia feminista ajuda a organizar uma visão feminista crítica ao funcionamento global do sistema econômico.

O que é mais fundamental da nossa análise é que percebemos não só como a divisão sexual do trabalho e a separação das esferas da produção e da reprodução são componentes fundamentais da sociedade que a gente vive, mas como existe um mecanismo permanente nessa sociedade de manter a relação entre produção e reprodução na invisibilidade, de separar esses dois âmbitos. Isso faz com que pareça possível explicar o que está acontecendo na sociedade apenas pela análise do mercado de trabalho, ou que o lucro das empresas permite dizer que a economia vai bem. O que a economia feminista mostra é que essa é uma visão enviesada do que é a economia, é uma visão parcial da economia, porque se está invisibilizando e ocultando uma parte muito importante do que sustenta a economia: todo o trabalho doméstico e de cuidados, que se realiza de forma não remunerada ou mal remunerada.

Essa é a base do sistema capitalista, não tem capitalismo se não tem trabalho reprodutivo. Isso nos ajuda a ter uma visão mais inteira do sistema, e também ajuda a organizar propostas em torno do que precisa mudar para construirmos uma sociedade baseada na justiça, na igualdade e na distribuição de responsabilidades. Se colocamos a vida, e não o mercado, no centro da preocupação, isso significa olhar para todos os processos que sustentam a vida. Um desses processos é o cuidado, mas não é só o cuidado, é tudo que tem a ver com a alimentação e com



a nossa relação com a natureza. Na verdade, esse sistema que a gente está vivendo é totalmente insustentável, do ponto de vista ecológico e do ponto de vista até mesmo humano.

Dentro dessa lógica, pensar na crise da reprodução social, na crise dos cuidados, ajuda a fazer propostas e a romper com a visão de um feminismo liberal, focado nos direitos individuais, numa ideia de que as mulheres precisam ser “superpoderosas”. E evidencia que, na verdade, todas as pessoas são interdependentes, todas as pessoas precisam de cuidados. Não adianta negar o trabalho doméstico e o cuidado. Temos que valorizar e reconhecer esse trabalho, mas sobretudo redistribuir e colocar a preocupação com a sustentabilidade da vida no centro da organização da sociedade. A economia feminista ajuda a entender o sistema em uma perspectiva crítica, ao mesmo tempo em que indica caminhos para propor alternativas. Ou seja, por onde podemos sair desse sistema que é insustentável, não dá mais para continuar nele.

Organizadoras: Você mencionou a questão da interdependência, que todos os seres humanos precisaram, quando bebês e crianças, e precisarão de cuidados ao longo da vida, em maior ou menor grau. A pandemia ajudou a revelar essa vulnerabilidade humana, coisa que a economia feminista, as feministas materialistas já frisam há décadas. Se a gente fosse tentar passar pela pandemia sem o cuidado não remunerado, pagando para alguém cuidar da gente, pagando para fazer comida, pagando para limpar a casa, a gente não teria condições. O vírus atinge de formas diferentes as classes, pessoas brancas e não-brancas, por conta das desigualdades, mas todo mundo pode ficar doente e precisar do cuidado, então é curioso perceber que tenha se tornado mais visível um debate que estamos tentando fazer de forma ampla há tempos.

Tica: Exatamente. E acrescento uma questão importante para nossa reflexão, considerando que estamos em um momento com muitas pessoas trabalhando de casa, estudando de casa, acompanhando as atividades das crianças em casa: não existe “telecuidado”. Pode existir trabalho remoto para um monte de coisas, mas, para o cuidado, não tem como. Pense no trabalho das mulheres em uma creche, por exemplo, com as crianças, é preciso do contato. O cuidado tem essa dimensão de construir relação e de construir vínculo. Isso envolve toque, envolve um nível de afetividade, envolve trocar fralda também, envolve ajudar tanto as crianças quanto as pessoas idosas dependentes ou doentes a se limpar. Então não tem “telecuidado”, porque as pessoas precisam da presença. Isso deveria ser muito valorizado, pois é um trabalho que não pode ser substituído de forma alguma por uma máquina. Conseqüentemente, o cuidado deveria ser muito mais valorizado do que essas muitas iniciativas tecnológicas para acabar com o trabalho das pessoas que estão sendo desenvolvidas.

Organizadoras: Quais iniciativas têm sido tomadas por movimentos de mulheres que você conhece, que você participa, para tentar amenizar o cenário daquelas que precisam de renda e precisam cuidar ao mesmo tempo na pandemia?

Tica: Tem muita coisa acontecendo em várias partes do Brasil. São iniciativas que vão além da distribuição de renda, mas que compreendem que a distribuição de renda é fundamental por ser, neste momento, emergencial. Fica evidente a necessidade de uma renda básica, discussão que fazemos juntamente com a da taxaço das grandes fortunas, pois coloca-se a questão estrutural de que a riqueza é concentrada e a pobreza é distribuída.



Assim, sem diminuir a importância da questão da renda, tenho visto iniciativas de solidariedade, que quando são construídas a partir dos movimentos sociais e dos processos mais comunitários, vão necessariamente para além da renda, porque então vinculadas também com um processo de identificação das necessidades, de reconstrução de laços comunitários na vizinhança. São processos que garantem que pessoas em situação de maior precariedade, que estão precisando de apoio, consigam comida e produtos básicos. Tem ainda a questão da informação, que em muitos lugares é fundamental fazer com que as pessoas saibam do que está acontecendo em relação a esse novo coronavírus, porque de fato estamos em um momento de muita desinformação e as questões básicas não chegam. Tudo isso faz parte das iniciativas de solidariedade.

Como militante da Marcha Mundial das Mulheres, em várias partes do país estamos envolvidas em processos que juntam desde as agricultoras, até as mulheres que estão precisando ter acesso ao alimento. Não só a Marcha, mas vale citar, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que está fazendo distribuição direta de produção da agricultura familiar e camponesa para famílias em situação de vulnerabilidade. Em alguns lugares, nós estamos envolvidas também em processos que dialogam bastante com essa nossa discussão, que não é só distribuir a comida para ser feita nas casas, é como distribuir comida preparada coletivamente. Por isso a escolha por marmitas solidárias. Na América Latina outras iniciativas interessantes são as cozinhas coletivas.

Tudo isso é fundamental para mostrar que estamos vivendo em uma sociedade onde tem muita gente no limite, muita gente com fome. E o mais importante dessas iniciativas de alimentação é quando juntam desde a produção, que propõe uma outra lógica, da agricultura familiar camponesa, agroecológica, até quem está precisando de um acesso imediato a comida. É importante visibilizar também a dimensão das relações reconstruídas. Há muitas dúvidas de como que vamos sair dessa

pandemia, mas do meu ponto de vista, como uma pessoa militante, nós temos condições de sair melhor se a gente consegue, nesse processo de solidariedade, reconstruir ou construir relações de comunidade no sentido bom do termo, de uma comunidade que se apoia, que é interdependente e que se entende como comunidade. Uma comunidade que não é fechada como algumas que a gente tem visto por aí, que só garante saúde para os seus, que só dá acesso aos recursos para os seus. Temos a possibilidade de disputar uma saída mais interessante desse período de trevas.

Organizadoras: Em 2020 foi publicado um relatório do Programa Mundial de Alimentação (PMA) dizendo que a pandemia pode deixar 265 milhões de pessoas sujeitas a insegurança alimentar⁶. Esse relevante dado tem muita relação com sua resposta anterior.

Tica: Essa é uma questão para o mundo inteiro. Um debate que fazemos com os movimentos sociais é sobre o modelo de produção de alimentos, pois temos muitas críticas ao modo como as empresas do agronegócio organizam a produção no mundo inteiro. Isso está relacionado, inclusive, com as origens das epidemias e pandemias. Há estudos que mostram a relação das epidemias com o modelo de produção agroindustrial, com a contaminação dos animais para os seres humanos, com a forma com que se produzem os animais, que é cruel e que tem relação com o desmatamento⁷.

Além do mais, pensando também nas pandemias e epidemias, a gente vai ter logo mais uma vacina, um tratamento, um jeito de lidar com esse vírus sem que tanta gente morra, mas isso vai ser registrado

⁶ GLOBAL NETWORK AGAINST FOOD CRISES. *Global report on food crises 2020*. [S. l.]: Food Security Information Network, 2020. Disponível em: https://www.fsinplatform.org/sites/default/files/resources/files/GRFC_2020_ONLINE_200420.pdf.

⁷ GRAIN. Novas pesquisas sugerem que a criação de animais e não os mercados úmidos pode ser a origem do covid-19. *Grain*, 2020. Disponível em: <https://grain.org/pt/article/6439-novas-pesquisas-sugerem-que-a-criacao-industrial-de-animais-e-nao-os-mercados-umidos-pode-ser-a-origem-do-covid-19>.



como patente de uma grande empresa, numa lógica que já sabemos como funciona. E depois vai vir uma outra epidemia, e de novo vamos correr atrás da solução para essa outra epidemia. Portanto, precisamos pensar em como agir antes, e isso necessariamente implica mudar o modelo de produção agroindustrial. Se não mudarmos, é muito difícil que consigamos acabar com a fome depois da pandemia e no geral.

Organizadoras: No seu doutorado⁸ você estudou cuidado infantil, os diversos arranjos das mulheres para administrar a ausência de creches públicas. Conte um pouco sobre sua pesquisa.

Tica: A minha pesquisa foi em São Paulo, eu queria entender como o cuidado de crianças estava sendo resolvido, porque tem muito debate sobre o cuidado de idosos e era preciso atualizar o debate sobre cuidado de crianças. Por isso fiz a pesquisa buscando ver como Estado, mercado e família estão organizando o cuidado em São Paulo. O que foi mais interessante foi descobrir como, considerando as desigualdades que estruturam a nossa cidade e a vida das pessoas, não existe um só modelo de como conseguir organizar o cuidado. Mesmo as pessoas que tem acesso à creche, à creche pública, têm realidades muito diferentes.

Eu entrevistei várias mulheres que trabalham cuidando de crianças nas periferias de São Paulo. Muitas delas atendem famílias que não tem acesso à creche, não tem vaga na creche, mas também famílias em que o horário da creche não é compatível com os horários do trabalho das mães e dos pais, principalmente das mães, porque tem muita mãe solo por aí. Então, mesmo com acesso à creche, ainda são necessários os serviços dessas mulheres que recebem as crianças nas suas casas a

⁸ MORENO, Renata Faleiros Camargo. *Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02102019-150924/pt-br.php>.

partir das 5h30 da manhã, quando as mães saem para trabalhar como empregadas domésticas ou no setor de serviços. Ao longo do dia, essas mulheres levam as crianças para a creche, depois buscam na creche e ficam com elas até as famílias voltarem, as mães principalmente.

Assim, há uma grande diversidade de situações em uma mesma cidade e que revelam diferentes trabalhos de cuidado, tanto dentro das famílias, quanto nas comunidades, trabalhos informais, trabalhos nas creches, a contratação de babás quando olhamos para famílias que habitam regiões mais centrais. O mais legal da pesquisa foi descobrir e conseguir mostrar e analisar os diferentes trabalhos e os diferentes sujeitos envolvidos no que significa cuidar de uma criança atualmente. E, também, toda discussão dos sentidos de cuidado, como mudam as exigências do cuidado.


Para algumas mulheres que eu entrevistei, que vivem na periferia, o mais importante da creche, por exemplo, é que as crianças sejam bem cuidadas, o que significa basicamente que elas comam – em muitas regiões, a creche é onde as crianças tem acesso à comida. Por outro lado, quando a gente olha a discussão entre as famílias com uma renda maior, ou até mesmo entre as professoras da creche, a visão sobre o cuidado já é diferente. É um cuidado para o desenvolvimento da criança, das capacidades e habilidades, da criatividade, da coordenação. Tudo isso faz parte do que significa o cuidado da criança, mas as prioridades mudam conforme as condições materiais da vida. É uma realidade profundamente desigual e agora, na pandemia, isso se tornou uma questão relevante, com a distribuição de alimentos ou do cartão-alimentação para as famílias das crianças das creches e escolas municipais.

Organizadoras: Em face a todos os temas que abordamos aqui, você tem indicações para aprofundamento nesses debates?



Tica: Uma indicação obrigatória para toda a discussão sobre cuidado e sobre divisão sexual do trabalho é Helena Hirata, uma grande referência nos estudos do cuidado, minha inspiração total. Ela e a Nadya Araújo Guimarães organizaram um livro chamado *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*⁹. Essa é uma referência básica, que reúne textos não só sobre a realidade brasileira e dão um panorama muito interessante sobre o tema.

⁹ GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena (org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.



Cuidar e mudar as coisas: reconhecendo e transformando a partir do trabalho de cuidado não remunerado e do cuidado LGBT+

Pedro Augusto Gravatá Nicoli

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro do corpo permanente de professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG. Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela UFMG. Pós-Doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG. Professor visitante no departamento de Gênero, Sexualidade e Estudos Feministas da Duke University, nos Estados Unidos (2019-2020), com bolsa CAPES PrInt. Pesquisador visitante na Organização Internacional do Trabalho, no Instituto de Estudos Avançados de Nantes e na Universidade de Estrasburgo. Coordenador do Diverso UFMG - Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero. Coordenador da Formação Transversal em Direitos Humanos da UFMG. Desenvolve pesquisas em Direito do Trabalho, Direito Social, Direito Internacional do Trabalho e Direitos Humanos, especialmente em temas como teoria e fundamentos do Direito Social, epistemologias dissidentes, precariedade, informalidade, margens do mundo do trabalho, gênero, sexualidade, cuidado, exclusão social e jurídica e vulnerabilidade.

Organizadoras: O relatório *Tempo de cuidar*, da Oxfam¹, estima que o tempo de cuidado não remunerado feito pelas mulheres no mundo equivale a uma contribuição de 10,8 trilhões de dólares por ano a economia global. Pensando nessa economia do cuidado, nossa primeira pergunta é sobre o valor do cuidado e como ele está ligado ao sistema econômico.

Pedro: Essa pergunta trata de um ponto central para os estudos do cuidado, que é o ponto do trabalho de cuidado não remunerado. Se


¹ TEMPO de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Documento informativo da Oxfam. *Oxfam*, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/#:~:text=A%20desigualdade%20econ%C3%B4mica%20est%C3%A1%20fora,a%20crise%20global%20da%20desigualdade>.

pensarmos a transformação social a partir das perspectivas do cuidado, esse talvez seja um dos pontos mais importante de reflexão. Não que os demais também não mereçam atenção, mas esse talvez represente aquele que maiores desafios impõe. Isso tanto na perspectiva institucional, na movimentação social, nos arranjos familiares, na vida concreta, na vida vivida, nos complexos processos de produção do cuidado.

O cuidado parte necessariamente do trabalho material, da condição concreta e estrutural que de alguma maneira conforma as nossas existências e as produz no mundo. Por isso afirmamos sua importância a partir desse lugar enquanto atividades ligadas à garantia da existência dos outros. Isso em volume muito grande de ações concretas e cotidianas, envolvidas no atendimento das necessidades físicas e subjetivas de quem é cuidado e de quem cuida. E essas atividades não são valorizadas nas nossas ordens sociais. Não são valorizados no ponto de vista econômico, mas tampouco são valorizados no ponto de vista ético, filosófico, social, jurídico. Seu valor não é efetivamente percebido, pois ainda que sejam atividades muito importantes, inexoráveis, afirmadas de maneira central pra que a vida possa se constituir, são socialmente lidas como de menor importância.

Isso explica uma série de estudos contemporâneos que buscam, de alguma maneira, iluminar o fato de que essas atividades existem e é gasto um volume muito significativo de horas em tarefas do cuidado. E esse volume não aparece nos dados que a economia tradicional reporta como “horas de trabalho”, que geram valor econômico. Ou seja, nem a economia política clássica, nem as economias políticas críticas conseguem expressar o valor que essas horas dispendidas representam no ponto de visto econômico. E isso é um problema grave, porque reforça a dissonância entre a nossa capacidade de compreender qual é o valor econômico social do cuidado e o volume efetivamente gasto de horas de





trabalho nessas atividades, essencialmente por mulheres – considerando gênero como um marcador importante para esse debate.

É justamente essa dissonância que projeta a desvalorização social do cuidado: as diferenças no tratamento econômico das horas que as mulheres gastam na reprodução da vida social e no cuidado das pessoas. Um dado-chave para analisar essa complexidade da avaliação do cuidado, levantado pela Organização Internacional do Trabalho, é de que atualmente quase 610 milhões de trabalhadoras do mundo são trabalhadoras de cuidado não remuneradas² em tempo pleno. Ou seja, são donas de casa, são mães que cuidam da família, são filhas que têm atribuição de responsabilidade familiar. São mulheres que se dedicam integralmente a atividades que no passado não eram sequer visualizadas socialmente como trabalho, pois estavam ligadas a um desdobramento supostamente físico, biológico ou religioso, cultural, como um conjunto de tarefas que constituiriam certas obrigações associadas ao feminino. Ouvir essas trabalhadoras, falar sobre essas trabalhadoras e enquadrá-las como efetivamente trabalhadoras é muito importante.

Voltando ao dado das 610 milhões de trabalhadoras, essas são as que trabalham em tempo integral com o cuidado não remunerado, o que significa que elas são, de muito longe, a maior categoria profissional do mundo atualmente. Se a gente considera setores inteiros ligados à economia formal, estabelecida dentro das nossas compreensões clássicas de economia, veremos uma diferença numérica muito grande. Por exemplo, na agricultura no mundo inteiro são empregados, atualmente cerca, de 500 milhões de trabalhadores. Ou seja, trabalhadoras não remuneradas de cuidado são, mesmo que a gente considere os maiores setores econômicos tradicionais do mundo, muito mais numerosas. Se considerarmos setores

² INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Care work and care jobs for the future of decent work*. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_633135.pdf.

mais específicos, e ainda enormes, como da indústria têxtil, ela emprega de maneira remunerada 60 milhões de trabalhadores e trabalhadoras no mundo.

Portanto, estamos lidando com aquela que é a maior temática do ponto de vista numérico no mundo de trabalho contemporâneo, mas que só tem sido visibilizada nas últimas décadas. Os estudos que tentam fazer uma aproximação com esse universo vão contabilizar o número de horas que são diariamente dispendidas no trabalho de cuidado não remunerado em famílias, cuidado não remunerado de crianças, cuidado de pessoas idosas, trabalho que é a garantia da reprodução material da vida. A OIT confirma o que estou dizendo com dados: cerca de 16,4 bilhões de horas são gastas todos os dias em atividades de cuidado não remuneradas, isso equivaleria a 2 bilhões de pessoas trabalhando 8 horas por dia sem remuneração em serviços de cuidado³. Isso de fato confirma um valor econômico subjacente ao cuidado, aquilo que se entende como economia estabelecida e formalizada do valor econômico. Ou seja, se fosse atribuído um valor monetário para essas horas trabalhadas, isso significaria uma alteração radical do nosso cenário de compreensão do que vale no mundo da economia. Essas são horas que tradicionalmente estão invisibilizadas. Mas se assumirmos os mesmos parâmetros de avaliação que são utilizados da economia informal para abordá-las — que é basicamente uma hora de relógio remunerada com um certo valor econômico nominal, podendo ser o salário mínimo juridicamente estabelecido — isso geraria uma transformação muito radical naquilo que se entende como valor econômico. O que se vê, essencialmente, é a manutenção do estado de invisibilidade desse valor econômico do cuidado, porque ele modificaria completamente aquilo que a gente entende como economia formalmente visualizada como tal. Tudo isso

³ INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Care work and care jobs for the future of decent work*. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_633135.pdf





vem sendo substancialmente desenvolvido pela crítica econômica dos feminismos há algumas décadas.

Para resumir, as mulheres se ocupam de maneira muito mais sistemática das horas de cuidado, seja integralmente ou não. Como mencionei anteriormente, há 610 milhões de trabalhadoras domésticas não remuneradas do cuidado no mundo, ou seja, donas de casa e pessoas que trabalham na própria família. Há ainda, um outro volume expressivo de mulheres que trabalham no mercado formal e somam à sua jornada de trabalho as horas de trabalho não remuneradas, as quais sempre superam muito aquelas que homens somam às suas jornadas de trabalho. Dados ainda da OIT confirmam que cada mulher trabalhadora no mundo gasta cerca de 4 horas e 25 minutos por dia de trabalho de cuidado não remunerado, enquanto os homens fazem em média 1 hora e 23 minutos desse trabalho por dia; ou seja 25% do que fazem as mulheres⁴. Logo, é um tema ainda fortemente marcado por essa diferença de gênero, que deverá ser sempre considerada na discussão do valor do cuidado.

O projeto *The Value of Love: Global Perspectives on the Economy of Care*, coordenado pela Duke University⁵, articula uma série de pesquisadoras e pesquisadores do mundo justamente na busca por entender como é possível pensar nesse volume descomunal de trabalho humano, especialmente feminino, empregado na esfera de cuidado. E o faz a partir de uma série de marcadores, de indicadores que possam dar uma dimensão a aquilo que historicamente foi desvalorizado. Essa maneira de abordar o cuidado é só um primeiro passo. O passo de atribuir, mensurar o volume de horas dispendidas por essas pessoas, especialmente por mulheres, no trabalho de cuidado e atribuir um valor econômico nominal. Isso nos faz entender a magnitude daquilo que se chama, de maneira geral, como a

⁴ INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Care work and care jobs for the future of decent work*. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_633135.pdf


⁵ <https://www.valuingcare.net/>.

esfera da reprodução social. Isso já vem sendo sistematizado há algumas décadas por uma série de iniciativas, organizações internacionais, pela movimentação social e feminista, no sentido de dar visibilidade a essas horas. Atribuir um valor econômico nominal serve, aqui, como uma estratégia de visibilidade econômica.

Entretanto, dar valor às horas de trabalho de cuidado não diz tudo. Por isso o projeto da Duke University, e também muitas estudiosas do campo do cuidado, pretende trabalhar nas ambiguidades desse processo. Ir além de simplesmente atribuir um montante que não está sendo pago ao trabalho, como se fosse possível compensar de maneira financeira o valor daquilo que está fortemente ligado à constituição subjetiva das comunidades, das famílias, das pessoas, a valores que efetivamente são incomensuráveis. O cuidado, aqui, se mostra como um valor que não pode ser medido pela régua simples da hora remunerada. As horas dispendidas por uma cuidadora de idosos não remunerada, uma filha, uma sobrinha, uma irmã que cuida do seu pai ou irmão idoso, essas horas podem ser eventualmente traduzidas em valores econômicos imediatos, é claro. E isso é super importante. Mas há algo ali que supera essa mensurabilidade através da régua simples do valor monetário. Por isso, há uma resistência entre muitas estudiosas do cuidado em resumir e traduzir exclusivamente em horas trabalhadas, em valor médio, o valor social dessas atividades do cuidado. O que vemos é um debate muito mais profundo em torno do cuidado, no sentido de afirmar valores não exclusivamente monetários, mas que estão ligados fortemente à autonomia subjetiva e relacional, a uma estabilidade de relações, a um processo de formação sadia, mentalmente saudável de comunidades baseadas no cuidado. E tudo isso não seria traduzível apenas como uma cifra final.

Ainda assim, a estratégia de quantificar e colocar preço no trabalho de cuidado permite trazer uma primeira visibilidade ao tema. A partir dessa estratégia de valorização econômica é preciso complexificá-





la, compreendê-la a partir de outros lugares da economia política, economias que de alguma forma estabelecem relação com o meio ambiente, com relações comunais, relações familiares, relações subjetivas. Não se pretende reduzir a esfera da economia à cifra do dinheiro, mas compreender que impactos o cuidado tem e pode ter nas relações sociais, tanto em sentido mais amplo quanto em um sentido imediato. É a partir disso tudo compreender o que significa pensar comunidades de cuidado na relação entre as pessoas, entre as pessoas e o meio ambiente, entre as pessoas e a esfera da produção de bens essenciais, de valores essenciais, daquilo que finalmente é essencial para o viver humano.

Organizadoras: Aproveitando que você abordou como a métrica do dinheiro não funciona para mensurar o cuidado em toda sua complexidade, outra métrica que é interessante de debater é a do tempo. A CEPAL, por exemplo, trabalha com a ideia de “pobreza de tempo”⁶, buscando revelar que a falta de tempo interfere inclusive na renda das pessoas, especialmente das mulheres, que possuem demandas elevadas por cuidado ao longo de suas jornadas. Entretanto, o tempo também pode ser uma métrica falha para mensurar o cuidado, se ele for pensado apenas de forma quantitativa e linear, não qualitativa e sobreposta. Como o tempo pode ou não ser usado para medir o cuidado?

Pedro: O tempo é uma dimensão fundamental para o cuidado. E talvez tenham sido os estudos do cuidado, e toda a reflexão ao redor dos sentidos do trabalho de cuidado, os responsáveis por uma abertura muito significativa do que se entende como tempo atualmente. Isso significa dizer que o tempo de uma trabalhadora de cuidado foge um pouco da percepção linear do relógio, de um tempo único, que corre numa direção


⁶ NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. *Panorama social da América Latina*. Santiago: CEPAL, 2013. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1252/1/S2013870_pt.pdf

só. Basta pensar, por exemplo, em uma mãe que incumbida do cuidado de crianças pequenas vai trabalhar externamente. Na vida dessa mãe, a partir dos inúmeros relatos, todo tempo tem um elemento subjetivo, ou um estado mental de vinculação ao cuidado que está em sua mente. A preocupação com o bem-estar das crianças, um estado de mobilização subjetiva, povoa os tempos mesmo quando há distância física. Os tempos do cuidado e de qualquer outra atividade terminam por se interpenetrar. Para essa mãe-cuidadora, a existência parece se dividir em tempos no plural. Ou temporalidades.

Dessa maneira, quando pensamos em atividades do cuidado há uma visão muito mais complexa e menos linear da multiplicidade do tempo. Isso inclui elementos que dizem respeito não só a uma multiplicidade de planos temporais que de alguma forma se sobrepõem nas esferas do cuidado, que vão se comunicar com o restante da vida do tempo, mas também uma dimensão da qualidade desse tempo. Esclareço: o número de horas gastas nas atividades de cuidado vai afetar a dinâmica do tempo em relação a todas as demais atividades, podendo inclusive ter impactos sobre as horas de trabalho remuneradas. As principais consequências envolvem o fato de as mulheres com atribuições de cuidado acabarem penalizadas em suas trajetórias de tempo profissional do trabalho remunerado, porque quanto mais horas de atribuição a tempo de trabalho de cuidado, menos horas elas vão dedicar às atividades de trabalho remuneradas e menos possibilidade de ascensão profissional terão. Segundo a OIT, um homem trabalha cerca de 46 horas por semana, enquanto uma mulher com um filho de menos de 6 anos trabalha cerca de 41 horas semanais de forma remunerada, ao passo que para uma mulher com três filhos essa média cai para 38 horas semanais⁷, o que significa menos horas disponíveis para o trabalho externalizado e ao

⁷ INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Care work and care jobs for the future of decent work*. Genebra: ILO, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_633135.pdf.





mesmo tempo uma perda de qualidade da hora do trabalho, tanto do cuidado, quanto na atividade profissional.

Além disso, os regimes de sobreposição e sobrecarga de trabalho de cuidado geram uma alteração da experiência subjetiva que está ali estabelecida. O excesso de trabalho imprime regimes quase emergenciais para prestação de atividades indispensáveis. Ou seja, passa-se a um modo precário de prestar essas atividades de cuidar das pessoas. Isso vale, sobretudo, se pensarmos nas atividades das trabalhadoras domésticas remuneradas, porque para elas há uma sobreposição das jornadas de cuidado, que faz com que a qualidade prestada no trabalho externalizado seja decorrência de uma privação ou perda das possibilidades de qualidade do trabalho de cuidado prestado para a própria família. É o caso na América Latina, onde empregadas domésticas são contratadas por meio de uma relação juridicamente estabelecida, que tem um objeto definido, mas que nas suas horas de trabalho acabam privando as suas próprias famílias daquilo que efetivamente poderia constituir essa relação de cuidado.

Organizadoras: No artigo *Cuidado em surto: da crise à ética*, publicado em 2020 na Revista Cult⁸, a renda emergencial – política adotada globalmente para suprir a necessidade de rendimentos para uma parte da população que não pode trabalhar por conta da Covid-19 – foi tratada como um meio de expressar, de forma indireta, o valor econômico para o cuidado. Qual o potencial das rendas garantidas para além da pandemia?

Pedro: O tema das rendas garantidas é essencial como estratégia de compreensão das formas de valorização institucional, por meio de direitos e garantias, das trabalhadoras do cuidado não remunerado.


⁸ NICOLI, Pedro Augusto Gravata; VIEIRA, Regina Stela Corrêa. Cuidado em surto: da crise à ética. *Revista Cult*, ano 23, edição 257, maio 2020.

Eu visualizo essa medida em um contexto um pouco mais amplo, de frentes básicas e articuladas que devem existir pelo reconhecimento da existência desse trabalho de cuidado, que passa por uma redução das cargas atribuídas às mulheres, uma redistribuição em chave de gênero, em chave de raça. É preciso que pensemos em frentes básicas e articuladas do reconhecimento justamente do valor desse trabalho, em um processo de visibilização, redução e redistribuição do cuidado. A primeira dessas frentes antecede a discussão das rendas garantidas, que é a prestação de serviços públicos de cuidado, em um certo processo de socialização e de redistribuição no tecido social daquilo que constitui a matéria básica do trabalho não remunerado de cuidados. Isso significa a oferta de serviços, ou aparelhos públicos de creche, cuidado de crianças pequenas e também de serviços públicos de cuidados de idosos.

A segunda frente é a frente dos direitos sociais afetos às trabalhadoras de cuidado não remuneradas, que devem ser percebidas dentro desse pano de fundo dos direitos sociais. A questão da renda garantida do ponto de vista da pandemia é extremamente importante, porque ela foi colocada na pauta da discussão da política ao redor da temática do cuidado por uma imposição que vem, ao mesmo tempo, de uma luta histórica dessas trabalhadoras pela visibilidade, por algum tipo de reconhecimento ao valor econômico do privado, mas também pelas contradições que a própria pandemia coloca no nosso cenário social. A pandemia impõe ao tecido social global, aos países do mundo, às cidades, aos arranjos comunitários, familiares um recolhimento, para que se possa pensar efetivamente ou prioritariamente no cuidado das pessoas, relevando o fato de que essas atividades não têm historicamente a sua remuneração garantida, e que a dedicação a elas precisa necessariamente de algum suporte material.

O que o sistema econômico promove ao atribuir essas atividades exclusivamente, ou quase que exclusivamente, às mulheres é justamente





a sua invisibilidade, fazendo com que elas fiquem presas em arranjos sociais e familiares que lhes garantem que essa zona de trabalho exista. No momento que a pandemia impõe uma certa potencialização desses universos, dessa necessidade de cuidado de maneira geral, tudo isso passa a ficar mais visível. Por isso a solução ou saída pela renda garantida reaparece recolocada nas discussões institucionais com muita força. E ela me parece uma solução importante e central para o trabalho doméstico não remunerado, porque permite uma primeira forma de reconhecimento. Como dito anteriormente, um mapeamento do número de horas distendidas pelas pessoas nas atividades de cuidado não remuneradas no contexto doméstico é de grande dificuldade, deixando pouco viável estruturar mecanismos que efetivamente remunerem aquelas que efetivamente desempenham essas atividades.


O cuidado, por muitas vezes, não se encaixa na lógica tradicional da relação de trabalho entre um empregador e um empregado. Aquela em que se estabelece um dever de remuneração da empresa que contrata e paga salário. Ou mesmo do patrão ou patroa que paga a empregado doméstica, enfim, numa relação que é bilateral. Há uma dificuldade de transpor esse modelo simples de bilateralidade para todas as atividades de cuidado, uma vez que elas beneficiam uma série de pessoas no contexto familiar, comunitário e também o próprio mercado. Primeiro pelo simples fato de que há uma liberação de mão de obra pelas atividades de cuidado para que quem é cuidado possa se integrar o mercado de trabalho. Isso cria um impasse, uma dificuldade de atribuir responsabilidade para alguém pagar essa conta, em situações que não sejam a de contratação direta. Isso porque esse número de horas se projeta diariamente em benefício social generalizado. Ou seja, é a partir das horas das atividades de cuidado que a sociabilidade pode se constituir. As pessoas estão nutridas, estão subjetivamente seguras, podem sair e fazer suas atividades externas, a partir do fato de terem sido cuidadas sistematicamente ao longo da vida.

No entanto, não há sempre uma bilateralidade nitidamente desenhada como há em uma relação de trabalho, digamos, tradicional. Isso torna difícil pensar em um salário também tradicional para essas pessoas. O que torna a reflexão da renda garantida ainda mais importante.

A visibilização do trabalho do cuidado precisa também se traduzir em uma garantia de renda, em segurança social para as pessoas incumbidas desse trabalho. Mas a questão que fica é sempre quem vai pagar esses salários. Então, há uma série de dificuldades nesse modelo que são apontadas há muito tempo por estudiosas de políticas públicas de renda e trabalho. Dentro desse contexto é que o modelo da renda garantida emerge como um modelo potencialmente muito interessante, porque não vai medir exatamente o valor do cuidado, nas horas efetivamente distendidas, mas oferece o mínimo. Que é justamente garantir que as pessoas que dedicam certo volume de horas no dia a atividades de cuidado tenham uma renda mínima para que possam sobreviver. Muitas das 610 milhões de trabalhadoras no mundo que trabalham exclusivamente com atividade de cuidado não remunerado estão normalmente associadas a relações que as põem em condição de absoluta dependência, para quem uma renda garantida poderia servir de maneira direta como reconhecimento econômico do valor do trabalho e potencialmente fomentar uma autonomia maior dessas mulheres. A renda garantida, portanto, revela-se como uma resposta à segunda frente por mim mencionada, que afeta a direitos sociais no sentido amplo, mas que também garante uma visibilidade e um reconhecimento econômico-jurídico do trabalho prestado.

Pensando ainda nessa segunda frente, outra discussão que perdura algumas décadas é da aposentadoria e direitos previdenciários das trabalhadoras não remuneradas do cuidado, chamadas “donas de casa”. Atualmente, essas trabalhadoras são consideradas contribuintes facultativas do regime previdenciário brasileiro, que prevê que elas retirem





da sua não-renda um certo valor para contribuir com a previdência, para que possam no futuro se aposentar. Mas é preciso pensar justamente em estratégias que encarem essa condição de não-remuneração e que projetem direitos sociais a partir daí. A renda garantida é uma delas, e as aposentadorias garantidas também seriam inteiramente subsidiadas, configurando uma alternativa de extrema importância. Se o mercado não remunera esse trabalho à moda tradicional, é preciso que o Estado se incumba de redistribuir economicamente valores que estão associados efetivamente ao trabalho desempenhado. Por meio de sistemas tributários e de transferência de renda que subsidiem esse volume de trabalho de cuidado indispensável para toda e qualquer atividade econômica.

Por fim, a terceira frente é a própria regulação do trabalho, que permite que o processo de redistribuição e reconhecimento das atividades de cuidado sejam entendidas na sua articulação com o trabalho remunerado. Um exemplo disso é a disciplina das licenças: a licença à gestante e a licença saúde devem progressivamente incorporar esse elemento do cuidado e tentar estimular uma redistribuição também com chave de gênero. Ou seja, devem buscar expandir os tempos de cuidado para todos os trabalhadores e trabalhadoras. E também induzir que trabalhadores homens se incumbam do processo familiar de cuidado por meio de modelos de licenças familiares. Essa é uma discussão complexa numa sociedade em que a carga é tão desigual. Em que a garantia de maiores licenças aos pais pode acabar resultando em maior carga de trabalho para a mulher, vez que esse sentido de responsabilidade pelo cuidado não vem da lei em abstrato. Mas nada disso deve impedir a necessidade de se pensar desenhos jurídicos e institucionais que expandam a igualdade nesse campo.

Em conclusão, para dar uma resposta mais direta à pergunta feita, acredito que o modelo de renda garantida deva vir em um pano de fundo de frentes básicas do reconhecimento do valor social, jurídico

e institucional do cuidado. Deve vir junto com os serviços públicos garantidos que redistribuam as atividades de cuidado, primeiro. Com direitos sociais fortes para as trabalhadoras não remuneradas, como direito à aposentadoria, acesso a benefícios ou proteções de natureza de saúde e segurança no trabalho, em segundo. E também numa terceira frente, em articulação com a própria regulação do trabalho, com iniciativas que de alguma forma encampem essa necessidade de se redistribuir também as atividades do cuidado entre homens e mulheres.


Organizadoras: Você é coordenador do Diverso UFMG – Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero⁹, programa de extensão que promove estudos e pesquisas sobre a temática. Como tem sido a realidade das pessoas LGBTQI+ na pandemia, pensando no cuidado e para além dele, nas violências, no estar dentro de famílias heteronormativas etc.?

Pedro: Pensar na realidade das pessoas LGBT a partir da temática do cuidado é algo que não se fez ainda muito. Essa é uma reflexão de extrema importância para que possamos entender os processos complexos e ambíguos de afirmação de mulheres lésbicas, de gays, travestis, transsexuais, bissexuais, pessoas intersexo e outras muitas identidades. Todas elas, de alguma maneira encontram no ambiente doméstico – ambiente no qual se concentra a maior parte das atividades de cuidado –, um espaço central para suas vidas. É um espaço profundamente ambíguo. Essa ambiguidade fica evidente, sobretudo, para as pessoas LGBT nos seus primeiros anos de afirmação das suas identidades, o processo de saída dos armários. Por exemplo, é um processo que normalmente se passa em casa e é um processo que pode ser muito violento e doloroso.

A pandemia expõe essa população, novamente, às ambiguidades desse lugar, que é o lugar típico do cuidado. Um lugar que para pessoas

⁹ Para mais informações sobre o programa: <http://www.diversoufmg.com/>.





LGBT pode gerar consequências muito fortemente ligadas à violência, sobretudo quando consideramos que os processos de cuidados nas famílias se passam ainda em um contexto de uma sociedade sexista, que presume a “normalidade” da condição cis e a “normalidade” da condição heterossexual. Logo, pessoas que desviam dessa “normalidade” do ponto de vista do gênero e da sexualidade, como pessoas trans, estão submetidas a uma série de respostas negativas, que vão se dar também sobre a sua subjetividade e, em primeira medida, na casa. É muito comum o relato de violência de jovens LGBT, que passam por situações relacionadas às esferas do cuidado nas casas, e vão fazer com que as pessoas da própria família possam cometer atos de violência, de opressão, nesse ambiente estabelecido. Assim, a temática do cuidado em si é uma temática que deve de alguma maneira compreender todas essas dimensões. Por exemplo, o cuidado não remunerado se passa nos ambientes domésticos de maneira concreta, de maneira vivida de formas muito distintas quando a gente considera que pessoas estão envolvidas nesse processo. E a pandemia, que traz uma série de consequências para a esfera do cuidado, também vai trazer consequências específicas para pessoas LGBT.

Para pessoas LGBT nem sempre os círculos de cuidado serão, então, aqueles que a gente está acostumado a ver na reflexão do cuidado. A família tradicional, heterossexual, burguesa, em suas casas, apartamentos, unidades, pode expulsar de maneira violenta as pessoas LGBT. Ou penalizá-las de maneira muito forte, tornado suas vidas insustentáveis naqueles espaços. Essas mesmas pessoas LGBT constituem, então, arranjos, núcleos, relações em que o cuidado circula de formas que nem sempre são lidas como cuidado. Mas que são profundamente ligadas às próprias experiências dessas pessoas no mundo. Elementos como amizade, solidariedade, vínculos, se reorganizam de maneira muito própria nos contextos LGBT para fazerem face à expulsão, à violência, à

privação de cuidado que gêneros e sexualidades podem trazer para essas pessoas.


As minhas reflexões a esse respeito vêm muito fortemente vinculadas às atividades do Diverso UFMG – Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero do qual eu faço parte como um dos coordenadores. Recentemente, o Diverso começou a fazer um levantamento de dados e produzir um material sobre os impactos da pandemia de Covid-19 sobre pessoas LGBT¹⁰ e acendeu-se ali uma luz que associa muito fortemente a esfera dos impactos da pandemia e a esfera de cuidados das pessoas LGBT. Na pesquisa, levantamos junto às lideranças locais em Belo Horizonte, onde estamos, as principais reclamações de pessoas LGBT no contexto da pandemia nos últimos meses. Mas também levantamos as principais pesquisas que vêm sendo feitas nacional e internacionalmente. Para a nossa surpresa, ou talvez não tanta surpresa assim, aquilo que se passa efetivamente no retorno à casa imposto pela pandemia vem fortemente como fonte de violência, de sofrimento e de potenciais violações a direitos dessas pessoas.

Pensando justamente na dificuldade de compreender os ambientes domésticos em sua ambiguidade, o coletivo Vote LGBT fez uma pesquisa com 10 mil pessoas em 2020¹¹, que registrou que 40% das pessoas LGBT falam que o primeiro grande problema gerado pela pandemia em suas vidas estava relacionado à saúde mental, como quadros de ansiedade, quadros depressivos, que muitas vezes estão associados ao fato de terem tido necessariamente, por imposição da pandemia, que retornar a casa das suas famílias. Os problemas decorrentes do isolamento se potencializam na faixa etária de 15 a 24 anos, pois são adolescentes, jovens LGBT

¹⁰ RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; PEDRA, Caio Benevides. Fora do armário e dentro de casa? *Portal UFMG*, 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/fora-do-armario-e-dentro-de-casa>.

¹¹ DIAGNÓSTICO LGBT+ na pandemia. *Vote LGBT*, jun. 2020. Disponível em: <https://votelgbt.org/pesquisas>.





que muitas vezes retornam ao ambiente doméstico, em situação de vulnerabilidade também econômica, dependentes das famílias, rompendo de certa maneira outras relações que estão fora do ambiente familiar e que, de alguma maneira, eram as esferas do cuidado que essas pessoas experimentavam. A ruptura com essas esferas de cuidado, com amigas, com relações afetivas que não estão na esfera familiar gera sofrimento. É muito comum, por exemplo, os coletivos, organizações espontâneas, ou grupos de apoio entre travestis e transexuais, que vão de alguma maneira fazer face ao fato de que as esferas tradicionais do cuidado familiar são apresentadas a essas pessoas com um grau forte de violência, coisa que a pandemia pode inviabilizar.


Há muitos casos de violência familiar no retorno da casa, o que nos obriga a pensar sempre esses ambientes de cuidado na sua dificuldade, pois eles não são a garantia do cuidado. O cuidado não passa por uma linearidade. Há processos muito difíceis que vão ocorrer nesses ambientes, que vão tornar as realidades do cuidado também ambíguas e as respostas dessas comunidades podem nos interessar. O ciclo de cuidado e as experiências de arranjos coletivos, de relações, de arranjos LGBT para cuidarem de si a partir de rejeições, que vão se passar em outros espaços que os tradicionais do cuidado, podem nos apresentar modos de perceber o próprio cuidado que vão se encaminhar no sentido de transformação das coisas. Ou seja, as pessoas efetivamente vão reconstituir seus círculos de cuidado, não a partir necessariamente dos mesmos arranjos familiares da família heterossexual, da divisão e atribuição das tarefas de cuidado apenas às mulheres, às mães. Essas pessoas, de alguma forma, vão recompor os arranjos familiares a partir da sua experiência, chegando a modos de cuidado que são o seu conjunto de estratégias vitais para que se afirme e que se mantenham potencialmente vivendo na sua condição de gênero e sexualidade.

Um conjunto de estudos contemporâneos aborda essas estratégias vitais, mas duas pesquisadoras que me interessam muito nesse momento são a Hi'ilei Hobart e Tamara Kneese. No texto *Cuidado radical*¹², elas vão falar justamente da expansão dos sentidos do cuidado nesses novos arranjos e que é preciso entender cuidados radicais como esse conjunto de estratégias vitais que suportam mundos, inclusive muito precários, como é o caso de muitas pessoas LGBT. A auto-organização e os mecanismos que não são tradicionais de cuidado – ou seja, que não são obrigações de gênero ou obrigações de cuidados tradicionais com crianças, ou com pessoas idosas, mas que nem por isso deixam de integrar a esfera do cuidado – constituem, justamente, essas estratégias vinculadas à concretude de gente que vive em uma condição particular de dificuldade por serem pessoas LGBT. E a pandemia vai visibilizar como os processos de cuidado na família são complexos, podendo eventualmente incorporar elementos da heterossexualidade compulsória ou da violência contra pessoas LGBT. A negação da possibilidade, por exemplo, das suas filhas e filhos viverem a sua sexualidade e identidade de gênero dignamente pode acontecer e acontece frequentemente. Mas mesmo que aconteça essa negação da esfera familiar, as pessoas podem e efetivamente experimentam arranjos, nossos modelos coletivos que fazem com que a necessidade que todos temos de sermos cuidados se reconstitua a partir de outros espaços, a partir de famílias estendidas, a partir de relações de identidade muito fortes de amigos e amigas, entre casas auto-organizadas de acolhimento, de redes de suporte e solidariedade LGBT que normalmente vão compor a vida dessas pessoas.

Nesse sentido, a pandemia traz um problema forte, porque muitos desses espaços de sociabilidade de cuidados entre pessoas LGBT foram interrompidos por conta da imposição de retorno à casa, o que pode

¹² HOBART, Hi'ilei J. K.; KNEESE, Tamara. Radical care: survival strategies for uncertain times. *Social Text* 142, v. 38, n. 1, Mar. 2020.





levar justamente ao quadro que eu vinha descrevendo. As consequências são a potencialização de situações de adoecimento, de sofrimento ou de problemas de saúde mental, no que se incluem quadros depressivos, quadros de ansiedade, mas também situações extremas, como suicídio. É preciso sempre lembrar que, segundo a Associação Americana de Psiquiatria¹³, pessoas LGBT têm uma chance muito superior a cometerem suicídio ou assumirem comportamentos suicidas, por conta justamente da rejeição ou da opressão de sua condição de gênero e/ou de sexualidade. A resposta a esse quadro complexo de violência, em círculos de cuidado, pode se dar em contextos fora do espaço doméstico. Assim é que esses círculos, espaços de cuidado e resistência à opressão, devem ser sempre compreendidos como uma estratégia relevante, que demandam, inclusive, valorização e visibilização, para que sejam preservados e, de alguma forma, fomentados pelo quadro que entende o cuidado como valor social.

Organizadoras: O episódio do podcast que foi ao ar com a sua entrevista se chamou *Cuidar e mudar as coisas*. Depois de tudo que foi tematizado aqui, gostaríamos de te perguntar sobre o potencial transformador do cuidado.

Pedro: Cuidar e mudar as coisas. Numa analogia bonita dos versos do Belchior. O que me parece é que os estudos do cuidado oferecem a constatação de que algo efetivamente precisa ser mudado ao visibilizar o processo de distribuição de desigual, desumana, cruel das atividades de cuidado. Um processo que coloca pessoas em condição de absoluta subalternidade, responsabilizadas em sobrecarga absurda por um número de horas que é necessário para que as comunidades humanas existam como tal. Ou seja, os estudos do cuidado apresentam um quadro muito


¹³ CABA], Robert Paul Cabaj. *Working with LGBTQ patients*. [S. l.]: American Psychiatry Association. Disponível em: <https://www.psychiatry.org/psychiatrists/cultural-competency/education/best-practice-highlights/working-with-lgbtq-patients>.

sombrio, mas vêm acompanhados do ativismo de mulheres organizadas e da produção acadêmica em muitas esferas, reclamando uma mudança radical. Afinal, não podemos conviver com esse volume de horas não reconhecidas nem remuneradas que essas mulheres executam sem qualquer reconhecimento, nem social, nem jurídico, nem econômico, e que de alguma forma sequestram sua existência e associam a todo o volume de trabalho uma invisibilidade permanente. E um trabalho, é preciso sempre lembrar, vital. Sem ele não há mundo. Não há relações sociais, nem pessoas, nem economia, nem política, nem poder, nem nada.

É preciso mudar algo e esse algo já tem sido colocado em marcha há algumas décadas, nesse processo de visibilização. Nesse sentido, as teorias do cuidado nos alimentam com algo parecido com a sugestão desse título, “cuidar e mudar as coisas”, pois trazem uma perspectiva sobre as atividades do cuidado que entende a sua centralidade. Precisamos entender que a humanidade só existe se os processos de cuidado forem primeiro implementados, e que existirá melhor se esses processos de cuidado forem centralizados e valorizados. Ou seja, todos e todas seremos cuidados de uma maneira melhor, mais enriquecida do ponto de vista da experiência subjetiva humana, intersubjetiva, comunitária, ambiental. Ao mesmo tempo, são teorias que sinalizam na direção dos processos que vão nos encaminhar para um outro universo, oferecem um outro imaginário, um outro modo de ver as coisas. Isso está certamente ligado à compreensão da visibilização do cuidado em suas múltiplas formas, remunerado ou não remunerado, o que se mistura na remuneração e não remuneração, o feito por mulheres, por mulheres negras pobres e subalternas.

Além disso, as teorias do cuidado também ofertam um caminho ético a partir disso tudo. Uma visão de mundo que compreenda que todos e todas nós somos corpos que necessariamente vamos precisar ao longo da vida uma série de operações de cuidado. Valorizar essas operações





eventualmente pode oferecer um modo de ver o mundo diferente e, por isso, o processo de mudança vai passar por esse plano mais geral, que centraliza esses arranjos que compreendam nossa precariedade essencial, mas também institucional. Há na atualidade uma série de medidas que vão se desenhando a fim de dar conta justamente da injustiça histórica em face do trabalho não reconhecido ao redor do cuidado, medidas que são multifacetadas. Algumas dessas medidas se dirigem ao trabalho remunerado, como reconhecer uma igualdade de direitos para trabalhadoras domésticas e de cuidado, garantir que elas tenham acesso à previdência social, a direitos sociais básicos. Também é preciso garantir que se redistribuam as atividades do cuidado no tecido social, e que essa redistribuição passe por uma estratégia de oferta de serviços públicos, que engajem o Estado na missão de tornar o cuidado um valor central. Enfim, é preciso reconhecer o valor econômico, eventualmente remunerar e garantir a autonomia financeira e econômica de quem executa esse tipo de trabalho, com sistemas de garantia de renda.

Isso tudo significa um conjunto enorme de mudanças e mudanças que vem, justamente, da constatação de que esse universo reclama uma série de transformações para romper com suas estruturas fundantes de desigualdade. É preciso também desnaturalizar aquilo que se entende como típico nas relações de cuidado, como se fosse obrigação natural de alguém por conta do seu gênero, da sua raça, da sua posição do mundo. Se o cuidado pode ser compreendido como necessidade inexorável, ele tem que ser uma obrigação de todos e todas. Não de um ou dois grupos em particular. E essa mudança é muito radical. Aqui, no conjunto dos saberes acumulados ao redor do cuidado, já temos as bases para a mudança. O segundo passo envolve uma série de estratégias que já estão desenhadas no mundo institucionalidade, das lutas sociais, que precisam ser expandidas, encampadas e compreendidas no seu peso e força. Pensar renda garantida não é só pensar algo emergencialmente, pois ela pode significar uma

mudança significativa no modo como se percebem as atividades do cuidado, remunerando ainda que indiretamente, ainda que de maneira parcial, ainda que de modo não plenamente satisfatório, mas pelo menos garantindo alguma forma de reconhecimento e encaminhamento dessa mudança.

O terceiro passo é compreender que esse é um processo muito difícil e ambíguo. Como mencionei anteriormente, a temática das vidas LGBT nos leva muito a isso. É preciso abrir a perspectiva do cuidado (o que já vem acontecendo no campo dos estudos do cuidado) para além daquilo que constitui um primeiro e importantíssimo espaço do cuidado, que é um cuidado familiar, para outras esferas. É preciso transpor essa mesma materialidade ou preocupação com o corpo concreto, com o meio ambiente, para as relações comunitárias, para as relações baseadas nas dissidências de gênero e sexualidade. É preciso entender que todas essas esferas podem ser, de alguma forma, afetadas por uma inflexão, um gesto que centralize o cuidado e a, partir dele, possam oferecer um modo de repensar as relações e de nos encaminhar para um mundo diferente desse que está diante de nós atualmente. Por isso tudo é que eu entendo que, de fato, é hora de cuidar e mudar as coisas.





Uma multidão de mulheres trabalhadoras exaustas, umas mais do que outras

Helena Pontes dos Santos

Especialista em Direito do Trabalho pela FDUSP e membra do GPTC/USP (Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital) e GPTC-Gênero. Feminista amefricana. Servidora pública.

Organizadoras: Você publicou o texto *Agora falando sério - ou apenas o óbvio*¹, sobre como a combinação de trabalho remoto e a necessidade de cuidar dos filhos, da casa, de familiares, gerou uma multidão de mulheres exaustas durante a pandemia. Conte um pouco sobre suas reflexões neste texto.

Helena: Essas reflexões começaram por conta de uma colega do grupo de pesquisa do qual faço parte, que ficou surpresa com o lançamento de um livro de alguns dos maiores expoentes da esquerda mundial atual. Logo que começou a pandemia eles lançaram o livro, então ela fez um comentário no grupo do tipo: “gente, eu não estou dando conta de filho, de família, de mim mesma, eles escreveram um livro, como assim?” Os comentários que surgiram, dos homens do grupo, foram minimizando a crítica. Chegou ao cúmulo de um comentar: “Ah, realmente, eu não consegui tomar cerveja essa semana.” Ela, extremamente exausta de dar conta daquela situação de cuidar de filho, cuidar de família, cuidar dos pais mais velhos. Eu estava em uma situação similar e outras amigas do grupo de pesquisa também.

¹ Publicado em 20 de abril de 2020, no blog do Prof. Jorge Luiz Souto Maior. Disponível em: <https://www.jorgesoutomaior.com/blog/agora-falando-serio-ou- apenas-o-obvio>.

Isso deixou nítido que os comentários dos camaradas não são acolhedores; os colegas de academia às vezes esquecem que o trabalho deles é fruto do trabalho invisível de alguém, esse trabalho invisibilizado de mulheres. Esse período de pandemia não permitiu esconder mais esse trabalho. E nós éramos, desde o começo da pandemia, um conjunto de mulheres bastante cansadas. Disso surgiu a ideia do texto, que buscou sinalizar algo que certamente poderia aumentar, mas também confortar as mulheres que estavam sentindo esse cansaço, pois era um sentimento compartilhado.

Organizadoras: Você fez uma crítica ferrenha a falas de colegas que disseram que “deve estar difícil para as mulheres conciliarem trabalho remunerado, pesquisa e filhos durante a pandemia.” Além dessa ideia de conciliação ser uma falácia, o que mais uma frase como essa carrega?

Helena: Às vezes os homens, tentando confortar ou consertar alguma coisa, pioram a situação. Falta, às vezes, um pouco de sensibilidade para enxergar o que é óbvio, por conta da socialização que eles tiveram que é uma socialização um tanto quanto irresponsável. Aliás, a branquitude e a masculinidade têm isso em comum, que é a questão da irresponsabilidade de não enxergar a vida da outra pessoa, a realidade da outra pessoa, porque, afinal, ela é o outro².

Nesta pandemia, eu ouvi de alguns homens bem-intencionados coisas como: “deve estar difícil agora, na pandemia, dar conta do acúmulo de tarefas.” Aí eu tive que corrigir: “não, não é agora na pandemia que está difícil, nós sempre demos conta.” A questão é, assim como nós falávamos antes da pandemia, de que isso era um absurdo, a gente está falando

² Completo para ficar melhor explicado que me referi a outrificação ou outremização, as diferenciações fictas entre seres humanos que atribuem aos grupos que se quer subalternizar – para superexplorar – características em comum e consideradas desprezíveis, o que justificaria sua desumanização, conceito presentes nos textos de Toni Morrison. É resultado da outrificação a invisibilização de todo e qualquer sofrimento ou exploração que não atinja a homens, brancos, que se encaixem no padrão heterocisnormativo.



agora na pandemia o quanto isso é absurdo e que vocês têm que se mexer minimamente para conseguir enxergar a realidade das mulheres, das suas parceiras.” Principalmente quando a gente observa isso de colegas de pesquisa que estão em um campo progressista, que estão em um campo crítico, em uma tentativa de ocupar a academia para construir, dar munição para que se construa uma outra realidade. Então não dá para aceitar esse tipo de cegueira, cegueira branca³, no melhor estilo Saramago que algumas pessoas têm.

Organizadoras: Sabemos que você é militante do movimento negro, apoiadora das Mães de Maio, um dos movimentos formados por familiares de vítimas de extermínios pela polícia. Gostaríamos de saber mais sobre a relação entre gênero, raça, classe e cuidado, especialmente em um contexto de genocídio da população negra como o que vivemos na atualidade.

Helena: As Mães de Maio são um exemplo de luta. Eu tenho muito carinho por essas mães, muito carinho mesmo, muito respeito, são mulheres que estão há 14 anos lutando contra Estado terrorista. Antes de ser modinha, antes de acontecer qualquer coisa no império⁴, essas mulheres já estavam mostrando o que acontece aqui no Brasil. Então elas são mulheres que enfrentam esse Estado genocida, apontam e denunciam a violência policial. No mês de maio, do dia 12 ao dia 19, elas organizam a Semana das vítimas da violência policial no Estado de São Paulo, e isso foi uma vitória muito grande para essas mulheres.

³ Substituo colocando que não dá para aceitar a falta de empatia e que permitamos que o sistema siga a nos alienar a tal ponto que fiquemos incapazes de nos colocar no lugar de nossos pares de classe trabalhadora. Usei aqui a palavra cegueira e a expressão cegueira branca, me referindo à obra “Ensaio sobre a cegueira”, de José Saramago e, do mesmo modo que o autor, utilizei de capacitismo, o que é inadmissível; me arrependo e me retrato.

⁴ Menção ao assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, em 25 de maio de 2020, que gerou comoção mundial por conta das denúncias realizadas pelo movimento “Black Lives Matter”, que desde 2013 denuncia a violência policial contra a população afroamericana nesse país – inclusive reproduzido no Brasil.

Maio de 2020, porém, foi muito ruim. Muito ruim elas não poderem ir para ruas, muito ruim elas não poderem protestar, muito ruim elas não terem acabado ainda o mausoléu da memória de seus filhos, muito ruim o esquecimento. O que aconteceu foi isso, eu vi aquelas mulheres sangrando e o esquecimento da maioria da mídia, da maioria das militâncias, do que é o mês de maio, não se fala disso. De repente, estoura um caso nos Estados Unidos e as pessoas começam a lembrar: “nossa, existe morte da população negra no Brasil.”

Sim, existe, existe e felizmente tem lutadoras sociais que estão aí há muito tempo. Quando a gente escuta: “nos Estados Unidos tem movimento negro organizado e no Brasil não tem”, a resposta deve ser: “sim no Brasil tem movimento negro organizado.” A gente tem o MNU [Movimento Negro Unificado] com 42 anos; a gente tem a Unegro, da qual eu sou militante⁵, com 32 anos de existência; a gente tem grupos como as Mães de Maio, a Amparar, as Mães do Cárcere. Todos esses agrupamentos fazem a mesma coisa, que é denunciar a violência e o descaso do Estado para com a população negra.

Eu sou uma feminista amefricana, eu me compreendo assim porque tenho um diálogo muito grande com a obra da Lélia Gonzalez naquilo que ela propõe como sendo a amefricanidade, e com relação ao próprio feminismo que ela propõe, que é o feminismo classista, é um feminismo que leva em consideração a questão de raça e que não consegue entender essa questão de emancipações sem que ela venha junto com a emancipação de gênero. Então essas mulheres são vítimas, várias vezes a mulher negra ela é vítima do Estado, ou da ausência do Estado, porque há uma constante ausência do Estado na vida da mulher negra.

⁵ Atualmente, não milito mais junto à União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegro). Trago da militância nessa entidade rico conhecimento adquirido pelo convívio com grandes lutadoras sociais, muitas pessoas que eram referências políticas para mim e se tornaram minhas amigas também.



A maioria das mulheres negras está em postos precários ou no trabalho informal, ou seja, os direitos trabalhistas, nem os mínimos, atingem essas mulheres. Não há uma política que permita essa mulher escolher ou não ser mãe, porque, afinal, elas são as responsáveis pela geração da farta mão de obra necessária para a formação do exército de reserva que garanta que a mão de obra seja barata no sistema capitalista, então você tem todo esse problema da falta de opção de ser mãe. Ser mãe pode ser uma escolha, mas também muitas vezes não é uma escolha, por falta de escolha de ter aborto seguro pra essas mulheres. A mulher tem um filho, cria esse filho como dá, da melhor maneira possível, trabalhando, sendo “a guerreira”, porque há uma romantização dessa mulher que trabalha de uma maneira anormal⁶ e nas piores condições para criar seus filhos; e, então, o Estado, quando bem entender, demonstra o seu poder e o seu controle, tirando a vida desses filhos. Essa é uma realidade de luto, que precisa se converter em luta.

Vemos essas crianças, esses meninos, essas meninas morrendo na mão do Estado, essas mães que são mulheres trabalhadoras super exploradas tendo que conciliar a criação de filhos sem amparo nenhum do Estado, porque, afinal, a gente não tem um Estado que, de fato, ampare essas mães. A gente vê o horário da creche, o horário da creche não é um horário que permita à mãe trabalhadora sair do trabalho, voltar para casa e pegar o filho com tranquilidade. É um horário exíguo. A escola pública não é uma escola integral, então essa mãe não tem condição de pegar e deixar o filho pra ir trabalhar, deixar o dia inteiro esse filho em um lugar seguro. Então, esse filho fica na rua e na rua ele está à mercê do Estado, o Estado que não chega ali com uma política pública de realmente levar arte, levar lazer, conhecimento... Não! Ele chega ali para “mandar bala” nessas crianças.

⁶ O emprego da palavra anormal está aqui empregado no sentido de fora da norma, em especial quando pensamos o quanto o trabalho realizado em postos precarizados se dá em total desacordo com o que prevê tanto a Constituição Federal, quando a Consolidação das Leis do Trabalho.

Organizadoras: Você tocou em um ponto central, que todo mundo precisa enxergar, que é como o Estado chega às vidas negras e, também, como ele não chega. Sabemos que o cuidado infantil não é uma prioridade nas políticas públicas e, agora na pandemia, com o fechamento das creches, das escolas infantis, isso piorou. Como isso afetou, especialmente, as mulheres negras e pobres?

Helena: A gente verifica como isso afetou as mulheres negras e as mulheres brancas de maneira diferente quando a gente vê o primeiro caso de morte por Covid-19 no Brasil, da Cleonice, que faleceu no Rio de Janeiro e que era uma empregada doméstica.

Ela não teve o mesmo acesso à saúde que os patrões tiveram, ela faleceu e os patrões ficaram vivos. Porque o patrão, um empregador doméstico, ele acha realmente que a vida dele vale mais do que a da empregada. Eu acho isso tudo muito surreal, isso me assusta, isso me irrita, isso me deixa bastante nervosa mesmo, porque é tão absurdo você achar que a sua vida vale mais do que a de outro ser humano e que para você ter uma casa limpa, você tem o direito de colocar outras pessoas em um ônibus, em um transporte público para correr risco, para levar risco pra dentro de casa. Não da tua casa, porque da tua casa você sabe que está correndo risco, mas para a própria casa dela. Não é uma escolha dela.

Um exemplo oposto é da Argentina ou de outros lugares que garantem uma renda mínima para população. Nesse momento, isso significa dar à pessoa o poder escolher se vai trabalhar ou não, porque ela tem comida em casa. Quando se tem comida em casa e se vai trabalhar, é uma escolha. Se a pessoa tivesse comida em casa, estaria hoje em dia se submetendo a trabalhar na 25 de março⁷, com a abertura do

⁷ Rua de comércio popular da cidade de São Paulo, que atrai milhares de pessoas por dia.



comércio, ou estaria trabalhando como entregador dos aplicativos? Eu acredito que não.

Aqui na Baixada Santista também teve a abertura do comércio, só que as creches não abriram, as escolas não abriram. O que fazer com essas crianças? Nós vamos ter uma recessão para as mulheres no pós-coronavírus, pós-pandemia. A gente vai ter uma recessão muito grande para as mulheres, que já está começando. Isso porque elas estão sendo demitidas por não terem onde deixar os filhos; elas não têm o que fazer com os filhos. Tem muita gente que não vai mais ser mantida em home office, muitas empresas já estão optando pelo retorno do trabalho presencial e, com esse retorno dos empregados, o que fazer com as crianças? Infelizmente, na sociedade brasileira, parece que esse é um problema só das mulheres. Quase nenhum homem vai falar para o(a) chefe: “eu não posso voltar para o meu trabalho porque eu vou ter que ficar com meu filho, com a minha filha.” Não, isso é um problema da companheira, isso é um problema da esposa, da mãe da criança, não é um problema do homem.

Organizadoras: Pensando em atitudes para alterar o *status quo*, o que precisa mudar urgentemente e que passos podemos dar para essas mudanças?

Helena: Para mudar qualquer coisa na sociedade eu acho que a gente precisa de uma educação emancipadora. Nós não temos uma educação emancipadora, nem homens e nem mulheres. Acredito muito no poder social revolucionário de educação emancipadora e educação popular, inclusive é por isso que eu estou inscrita nas PLPs [Promotoras Legais Populares], porque eu acredito muito nesse projeto da Amelinha Teles.

Acho que homens devem ter também uma educação feminista. Todo o ser humano tem potencial para ser carinhoso, tem potencial para ser agradável, afável, afetuoso, colaborativo, enfim, ser uma pessoa melhor e eu acho que o machismo destrói também as possibilidades do homem ser realmente um novo homem, ser uma pessoa melhor para o coletivo.

Eu acredito realmente nesse potencial da educação emancipadora, eu acho que esse é o principal caminho. É para ontem que as pessoas que são comprometidas com mudanças sejam a mudança, que elas ajam de forma a efetivamente promover mudanças. Ainda que sejam pequenas mudanças. Então as pessoas tem que começar a entender que dividir o trabalho doméstico. Dividir o cuidado é difícil, pois o trabalho doméstico é horrível; mas se é horrível para um homem, também é horrível para nós mulheres. Se é difícil para você enxergar um homem negro sendo sufocado por um policial por não conseguir respirar ou quando você vê que uma criança negra que foi alvejada pela polícia no caminho para a escola, se pra você é difícil, para a gente que vive nisso, convive com isso, é muito pior.

Então, as pessoas brancas e os homens que estão comprometidos com a mudança têm que começar a ser a mudança: viu uma situação errada, se meta! Meta-se a lavar a louça, meta-se a cuidar de filhos, meta-se a cuidar da avó. Meta-se em uma situação racismo! Não é difícil. Simples assim: viu uma situação de injustiça se meta.



The background is a stylized, abstract illustration of a neighborhood. It features several houses in various colors: a large blue house at the top, a brown house on the left, and a red house at the bottom right. The houses are rendered with simple geometric shapes and flat colors, with some having rectangular windows or doors. Green, leafy plants are scattered throughout the scene, some appearing to grow from the houses or the ground. The overall style is reminiscent of mid-century modern graphic design.

Trabalhadoras domésticas



Trabalhadoras domésticas na pandemia e a atuação da Fenatrad

Luiza Batista Pereira

Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e dirigente do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas do Recife.

Organizadoras: A Fenatrad representa as trabalhadoras domésticas de todo o Brasil. Qual a realidade dessas trabalhadoras na pandemia?

Luiza: Para as trabalhadoras domésticas está sendo muito difícil. Isso fica claro pelo fato de que o primeiro óbito pela Covid-19 no país, ocorrido no Rio de Janeiro, foi exatamente de uma trabalhadora doméstica, que os patrões estavam na Itália e voltaram contaminados. Eles puderam se cuidar e a trabalhadora doméstica infelizmente faleceu.

Organizadoras: A Fenatrad lançou uma campanha para garantir renda para as trabalhadoras domésticas durante a quarentena. Esse período da pandemia trouxe insegurança e pressão para as trabalhadoras que são formalizadas e, ainda mais, para aquelas que são diaristas, que não são registradas. Conte-nos sobre a campanha.

Luiza: Logo no início da quarentena a gente lançou a campanha *Cuida de quem te cuida*¹, para que empregadores deixem as trabalhadoras domésticas em casa, com salário pago, para se protegerem da contaminação do vírus. A campanha teve uma boa repercussão nas redes sociais, porém

¹ <https://www.cuidadequemtecuida.bonde.org/>.


a gente sabe que, na prática, poucos empregadores, poucas empregadoras, aderiram a essa campanha.

Além disso, também tem a questão da Medida Provisória 936/2020, que o governo aprovou logo no início da pandemia, permitindo a suspensão ou redução de horas dos contratos de trabalho, com pagamento de salários proporcionais. As trabalhadoras domésticas também estavam inseridas nessa medida, só que a escolha deve ser do empregador, ou seja, é o empregador que tem que optar por afastar a trabalhadora ou reduzir sua jornada. Apesar de valer para o trabalho doméstico, ela só abrange aquelas trabalhadoras que trabalham com a carteira assinada, o que é uma minoria. Temos o direito à carteira assinada há 48 anos, mas a maioria das trabalhadoras domésticas continua na informalidade, os empregadores não respeitam esse direito. Sem carteira assinada, a trabalhadora não pode ser contemplada pela medida do governo.

Para piorar, tem empregador que está dizendo para a trabalhadora que se ela não quiser ficar direto na casa em que trabalha, para não estar no transporte público, então ela pode pedir demissão ou será demitida, porque eles não aceitam que elas se exponham ao vírus, mas também não querem pagar o salário da trabalhadora pra ela ficar em casa, o que é um absurdo. A trabalhadora não tem culpa do que está acontecendo e isso não é uma coisa que a Fenatrad entenda como aceitável, porque a gente está vivendo um momento em que se cada um procurar fazer sua parte, claro que essa quarentena vai ter um período menor, vai durar um período menor. Mas é aquela história, a ideia de que “se eu pago, então eu posso tudo”.

Organizadoras: Em 2020, alguns estados brasileiros decretaram lockdown e consideraram o serviço doméstico como essencial, ou seja, como atividade que não poderia ser interrompida. No Pará, por





exemplo, foi autorizado que as trabalhadoras domésticas continuassem trabalhando durante essa fase mais rígida de distanciamento. Como a Fenatrad tem se posicionado com relação a isso?

Luiza: Com relação aos decretos de lockdown, cada governador está assinando de acordo com as suas necessidades. No Pará houve essa autorização do trabalho doméstico e a Fenatrad mandou ofício pedindo esclarecimentos sobre a medida. Diante do nosso pedido, foi refeita a redação, especificando quais as funções dentro do trabalho doméstico que seriam necessárias. Ficou o trabalho das babás e das cuidadoras de idosos ou de pessoas com necessidades especiais cujo o empregador estivesse exercendo outras funções essenciais, ou seja, quando o empregador seja trabalhador da área da saúde, segurança. Essas pessoas a Fenatrad entende que precisam sim de uma trabalhadora para ficar com crianças pequenas e pessoas idosas, então nossa atuação ajudou a mudar essa redação.

Outros estados também tiveram medidas parecidas, como o Maranhão. Teve também no Rio Grande do Sul, um decreto confuso em que o estado foi dividido em cores como se fosse uma UPA, onde tem a sala verde, vermelha. Também para o Ceará também foi enviado um ofício. Ou seja, é uma luta diária. O único governador que deixou o trabalho doméstico fora dos serviços essenciais foi o de Pernambuco. Então a gente está vivendo um momento bem complicado, porque cada governador está decretando do seu jeito, de acordo com a necessidade do seu estado, e a Fenatrad está atenta a qualquer decreto para poder pedir uma adequação para as necessidades da categoria.

A gente entende o seguinte: uma babá, uma cuidadora de idosos ou de uma pessoa com deficiência, cujo o empregador esteja em uma função essencial e precise trabalhar fora de casa, dá para entender a necessidade de o trabalho continuar; mas não sendo assim, não faz sentido expor a vida da trabalhadora doméstica no transporte público ou

exigir que essa trabalhadora deixe de estar cuidando da família para ficar o tempo todo dentro do local de trabalho. Temos dificuldade de fazer nossa posição prevalecer, mas estamos buscando solução ou pelo menos tentando negociar a melhor forma, para não prejudicar a categoria.


Organizadoras: Os decretos de lockdown dos estados, tal como grande parte da legislação trabalhista no país referente ao trabalho doméstico, mostram que muitas vezes os legisladores pensam com a cabeça de empregadores domésticos, mas não pensam nas trabalhadoras. E fica a contradição: se o serviço doméstico é essencial, então porque a gente paga tão pouco por ele?

Luiza: A gente sempre lutou por valorização e reconhecimento do trabalho doméstico, mas a sociedade nunca quis reconhecer esse valor. Agora, no momento da pandemia que a gente está vivendo, a “casa grande” não quer abrir mão da servidão do trabalho do trabalho doméstico e começa a valorizar, porque não quer abrir mão do conforto de ter uma pessoa dentro de casa lhe servindo. É por aí que você tira a importância do trabalho doméstico, porque se não tivesse importância, com certeza os empregadores diriam “então tá, ela vai ficar em casa”.

O governo permitiu o afastamento e suspensão dos contratos de trabalho, mas muitas trabalhadoras não têm esse direito porque a carteira não está assinada. E aí o que o empregador faz? Se aproveita da situação, pois sabe que a maioria das trabalhadoras domésticas são a renda de família, e usa do poder econômico para chegar e dizer que ela vai ter que ficar na casa onde trabalha, você não poderá voltar para sua própria casa todos os dias por conta do vírus.

Então a gente fica pensando como é que a gente pode fiscalizar isso, porque a Constituição de 1988 é bem clara, a gente não pode fiscalizar um domicílio, que é o local de trabalho de uma trabalhadora





doméstica. É diferente de uma empresa, em que o trabalhador ou o parente do trabalhador faz uma denúncia e o sindicato pode ir averiguar essa denúncia. No caso do trabalho doméstico não, porque a gente não pode ir até a casa do empregador, a gente não pode chegar e se apresentar “eu sou o sindicato e eu vim aqui verificar uma denúncia”. Então é uma situação muito difícil.

Em momentos como esse a gente vê que o trabalho doméstico, se por um lado está sendo valorizado, porque a “casa grande” entende que precisa da doméstica em casa, isso só acontece porque o empregador acha que limpar um banheiro, lavar uma cozinha, arrumar uma casa, preparar a própria refeição não são coisas para ele fazer. Existe muito a ideia de “se eu estou pagando então eu quero o serviço feito”. Acontece que aquela pessoa está se tornando um vetor de contaminação para sua própria família e para a família para qual trabalha, mas mesmo assim o empregador não quer abrir mão do conforto. E o que é que faz? Se aproveita do poder econômico para, digamos assim, obrigar a trabalhadora a permanecer no local de trabalho. Infelizmente não temos como fiscalizar isso.

Organizadoras: O cuidado remunerado no Brasil é feito, na sua grande maioria, por trabalhadoras domésticas. A importância desse trabalho muitas vezes é invisível e uma parte da luta da Fenatrad é de trazer reconhecimento e garantir a igualdade para as trabalhadoras domésticas. Conte mais sobre essa luta.

Luiza: Nós, trabalhadoras domésticas, temos esse trabalho, esse serviço de cuidar, especialmente da casa. Ao cuidar da casa, nós garantimos bem-estar. Uma casa limpa, asseada, organizada, ela propicia bem-estar e saúde. Assim, o trabalho doméstico se torna essencial, porque ele é o trabalho do cuidado. Nós preparamos refeições, e mesmo se a pessoa


pedir comida via delivery, o entregador ou o motorista do aplicativo não vai limpar a cozinha, lavar a louça.

O trabalho doméstico é base de organização da sociedade. No Brasil as pessoas aproveitam da situação em que vivemos e, cada dia mais, vemos a ampliação da desigualdade social. Muitas pessoas se aproveitam da realidade das trabalhadoras, de uma mulher que tem filhos para criar e está sem renda nenhuma, e oferecem condições de trabalho ruins. Essa mulher vai ter que escolher: ou ela deixa os filhos com fome, ou ela alimenta seus filhos e, para isso, se submete a trabalhar sem registro na carteira, a ganhar muitas vezes menos do que o salário mínimo. Em regiões como o Norte e o Nordeste é muito raro todos terem a consciência de que tem que pagar o salário mínimo. Tudo isso amplia as desigualdades sociais.

Organizadoras: As trabalhadoras domésticas estão organizadas há muitos anos para fazer suas reivindicações. O Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas foi criado em 1985, no congresso do Recife, e depois da Constituição de 1988 vocês conseguiram o reconhecimento sindical. Desde então, vocês construíram muita coisa coletivamente. A Fenatrad foi, inclusive, protagonista na elaboração da Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho. Conte um pouco mais da história da federação.

Luiza: A Fenatrad foi fundada em 1997, exatamente para agregar todos os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil. Agora, a luta da nossa categoria tem mais de 80 anos e os primeiros direitos foram conquistados em 1972, com a Lei 5.859. Já é bom tempo de história, mas infelizmente os direitos não chegam a todas, porque não foi garantido que todas as trabalhadoras fossem registradas, pelas inúmeras questões já mencionadas.





Então a federação foi criada exatamente para fortalecer os sindicatos, agregar força e ampliar a luta. Tanto que na gestão de Creuza Maria de Oliveira como presidenta da Fenatrad (2006-2015), conseguimos levar nossas reivindicações para fora do país e fundamos a Conlactraho – Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar. Aliás, entre as pessoas que estavam nessa fundação estavam grandes figuras como Lenira Carvalho, que fundou o sindicato de Pernambuco, e Nair Jane Castro Lima, do sindicato do Rio de Janeiro.

Além disso, na gestão de Creuza, conseguimos muito apoio político em Brasília, conseguimos o apoio da OIT, da ONU mulheres. Nossa luta foi até Genebra, quando seis dirigentes da Fenatrad participaram da Conferência Internacional do Trabalho, em 2011. Nessa ocasião, o Brasil foi quem levou a maior delegação de trabalhadoras domésticas, de dirigentes de sindicatos de trabalhadoras domésticas – mesmo países como Estados Unidos não conseguiram levar o mesmo número de representantes.


Um fator que ajudou muito nossa luta no período foi o governo federal. Em 2003 assumiu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, com certeza, ele por ser um operário, ele teve um olhar diferenciado para classe trabalhadora e passou a apoiar mais a luta das trabalhadoras domésticas. Em 2006 foi sancionada a Lei 11.324, que estendeu para as trabalhadoras domésticas o direito de ter feriados, ampliou o direito a férias para 30 dias corridos, com remuneração de um salário mais um terço, e garantiu estabilidade da gestante, o que antes não tinha. A mesma lei proibiu o desconto de alimentação e moradia das trabalhadoras domésticas, porque até então os empregadores podiam descontar. Essa mudança foi importante porque, muitas vezes, quando a trabalhadora deixava o emprego e procurava o sindicato para entrar com ação trabalhista, a gente pedia o ressarcimento dos descontos que foram feitos ao longo do

período trabalhado, mas o julgamento variava de juiz para juiz, porque alguns entendiam que se não estava na lei, não tinha problema descontar.

Então, a Lei 11.324/2006 garantiu isso para gente e, depois dela, tivemos uma sucessão de conquistas. Diferente do governo de Fernando Henrique Cardoso, em que o único avanço foi ampliar o direito ao FGTS para as trabalhadoras domésticas, só que como facultativo para o empregador. Posteriormente, no governo da presidenta Dilma Rousseff, nossas representantes foram para Genebra e, na Centésima Conferência Internacional do Trabalho foi aprovada a Convenção 189 da OIT, que possibilitou a ampliação da luta. Essa foi a construção da Fenatrad para a categoria ao longo desses anos.

Com o golpe de 2016, vieram as retiradas de direitos, inclusive para outras categorias de trabalhadores. A reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) foi boa só para o patrão, só para o empregador, porque para o trabalhador foi um retrocesso. Onde tudo isso vai parar? Não sabemos onde todo esse retrocesso que está acontecendo, todo esse desmonte, toda a ampliação das desigualdades sociais, mas sabemos que nunca ficaremos de braços cruzados, isso jamais. A gente continua, a luta continua.





Uma luta que não pode parar nunca: as trabalhadoras domésticas defendem seus direitos em tempos de pandemia

Louisa Acciari

Pesquisadora e codiretora do Centre for Gender and Disaster, na University College London (UCL-UK), e pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos em Sexualidade e Gênero (NESEG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Organizadoras: Considerando seu contato direto e convívio com integrantes de sindicatos das trabalhadoras domésticas de todo o Brasil, o que você pode nos contar sobre a realidade dessas mulheres na pandemia?

Louisa: Sem surpresa, o dia a dia das trabalhadoras domésticas está extremamente difícil. O que tenho visto são, principalmente, duas configurações. A primeira é de trabalhadoras que perderam o emprego e estão totalmente desamparadas, afinal, muitas são diaristas, algo em torno de 45% a 47% dessa força de trabalho, ou seja, elas não têm direito a absolutamente nada: não é ilegal dispensar essa trabalhadora sem compensação rescisória, não é ilegal não dar aviso prévio etc. Muitas dessas mulheres perderam sua fonte de renda e estão sem nada, tentando ter acesso ao auxílio emergencial do governo, mas há muita dificuldade com esse programa, em especial dificuldade de acesso, porque elas não têm celular bom, não têm internet, e ficam esperando a resposta sobre a concessão. Assim, o dinheiro demora para chegar, e quando chega é muito pouco, R\$ 600,00 por pessoa, inclusive abaixo da média salarial das trabalhadoras domésticas, que é de quase R\$ 800,00.

A segunda configuração é das trabalhadoras domésticas que permaneceram no emprego, que é uma situação longe de ser boa, pois quer dizer que elas transitam todos os dias para ir trabalhar, ficando expostas a risco. Muitas são cuidadoras de idosos e crianças, quer dizer que estão em contato direto com pessoas, com a família empregadora, aumentando a exposição. O transporte de ida e volta para casa, muitas vezes coletivo, também não é seguro. Além disso, muitas trabalhadoras não têm com quem deixar os filhos, porque as escolas estão fechadas. Dessa forma, seja porque perderam o emprego, seja porque continuam trabalhando, a maioria das trabalhadoras domésticas está vivendo uma situação muito ruim, com muitos riscos sanitários e sociais também.

Organizadoras: A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) lançou uma campanha *Cuida de quem te cuida* em 2020¹, direcionada à conscientização dos patrões durante a pandemia. Como você analisa os desdobramentos dessa campanha?

Louisa: A Fenatrad teve que aprender muito rápido a ocupar o espaço do online e conseguiu fazer isso muito bem. Um sindicalismo que vem de uma tradição muito mais do pessoa-a-pessoa, de panfletar, de conversar com as trabalhadoras nas casas delas, de fazer abaixo-assinado, de repente teve que passar a atuar no mundo virtual. Sinceramente, eu fiquei impressionada com a capacidade que elas tiveram de fazer isso, inclusive com a campanha, e a repercussão foi muito boa a meu ver. Nos primeiros meses de pandemia, foram lançados dois abaixo-assinados que falavam das trabalhadoras domésticas e ambos receberam muito apoio. Um deles foi essa campanha da Fenatrad, *Cuida de quem te cuida*, pedindo quarentena remunerada para trabalhadoras domésticas. Outro foi um

¹ Mais informações em: <https://www.cuidadequemtecuida.bonde.org/>.



abaixo-assinado de filhos e filhas dessas trabalhadoras, que também teve muita repercussão².

Aliás, toda a mobilização em torno do trabalho doméstico na pandemia comprovou que a Fenatrad tem muita capacidade de incidência e de pressão política. Cito como exemplos os casos dos governadores do Pará e do Maranhão, que tentaram inserir o trabalho doméstico na lista de profissões essenciais durante a pandemia e os decretos de lockdown, mas que tiveram que recuar depois da pressão da Fenatrad e de aliados, que entendem que a profissão não pode ser considerada essencial em toda e qualquer circunstância, pois é preciso garantir o direito à quarentena remunerada dessas trabalhadoras. Houve muito apoio de outros sindicatos, de movimentos feministas, enfim, viu-se uma capacidade de mobilização e de pressão bastante grande.

Essas campanhas tiveram impacto positivo. Entre as pessoas do meu entorno, que empregam trabalhadoras domésticas, sejam pesquisadoras ou outras pessoas de classe média, muitas relataram que souberam da campanha e que optaram por conceder quarentena remunerada para a diarista ou empregada. Nesse sentido, ao menos foi criado um patamar moral sobre a necessidade de garantir a saúde dessas trabalhadoras. Então, a Fenatrad conseguiu colocar o tema da quarentena remunerada no centro dos debates, conseguiu dar visibilidade e conseguiu criar um constrangimento para quem não está respeitando esse pedido.

Organizadoras: Na cidade de São Paulo, nos bairros com renda elevada, a pandemia fez aumentar a pressão para que as trabalhadoras domésticas, que não foram dispensadas, durmam na casa dos patrões, a fim de evitar que elas transitem pela cidade. Assim, os patrões priorizam

² *Carta-manifesto das filhas e dos filhos de empregadas(os) domésticas(os) e diaristas*. Disponível em: <https://www.change.org/p/ao-poder-p%C3%BAblico-empregadores-e-empregadoras-de-dom%C3%A9sticas-e-diaristas-e-toda-sociedade-civil-quarentena-remunerada-imediata-para-domesticas-e-diaristas>.

a segurança da sua família, em detrimento do direito ao descanso da trabalhadora doméstica, ou de voltar para casa e cuidar da própria família. Há um movimento semelhante no Rio de Janeiro?

Louisa: Apesar de ainda não termos dados macro, os relatos que chegam até mim descrevem uma grande maioria de trabalhadoras que está sem trabalhar. Entre aquelas que mantêm seus empregos e moram na baixada fluminense, houve restrição para seu deslocamento até o centro do Rio de Janeiro, com exceção das cuidadoras que foram consideradas profissão essencial. Cleide Pinto, presidente do sindicato de trabalhadoras domésticas de Nova Iguaçu, conseguiu entrar em contato com quase 200 trabalhadoras do seu território, da baixada fluminense, e quase todas estavam sem trabalhar e pedindo auxílio.

Inclusive, os sindicatos estão fazendo campanhas para arrecadar recursos financeiros para distribuição de cestas básicas para essas trabalhadoras. No caso do sindicato de Nova Iguaçu, sei que a Cleide está distribuindo cestas básicas toda a semana, algo em torno de 30, 50, 60 cestas básicas por semana, com apoio de entidades parceiras. Assim, pela necessidade e volume de cestas básicas e considerando as conversas que tive, a situação das trabalhadoras domésticas é predominantemente de desemprego, de necessidade absoluta; tem trabalhadora que não tem dinheiro para comprar fralda para os filhos, nem para comprar leite, enfim, é um desastre humanitário.

Organizadoras: Sindicatos de trabalhadoras domésticas de outros estados, como o da Bahia e de Pernambuco, também estão fazendo campanhas de arrecadação de cestas básicas para distribuir entre diaristas e empregadas que ficaram sem renda.

Louisa: Sim. Também os sindicatos de Sergipe, Paraíba, do Acre e de outros lugares. Cada sindicato tem as suas redes, consegue doações



privadas. Por exemplo, a Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas arrecadou US\$ 10.000,00 para a Fenatrad distribuir cestas básicas, mas houve uma grande burocracia para esse dinheiro chegar até o Brasil. Esse valor é muito bom, mas ao mesmo tempo é pouco se considerarmos que são aproximadamente 7 milhões de trabalhadoras domésticas no país.

Então, os sindicatos estão fazendo tudo que podem para amparar as trabalhadoras domésticas que ficaram sem renda. Às vezes eu perco a fé na humanidade quando penso nos absurdos do atual governo federal, mas quando vejo o que as trabalhadoras domésticas estão fazendo é maravilhoso, porque no meio da crise elas vão para as ruas, vão para as periferias, com máscaras, com álcool gel, elas dão um jeito de distribuir cestas básicas. É uma solidariedade com a categoria que é muito comovente.

Organizadoras: Pensando além do Brasil, como as trabalhadoras domésticas organizadas da América Latina tem lidado com a pandemia?

Louisa: Infelizmente, a situação está bem parecida com a do Brasil. Em muitos países a maioria das trabalhadoras domésticas é de diaristas, como é o caso da Colômbia, e elas estão sendo afetadas de maneira muito forte também. O país latino-americano com a melhor situação em relação ao trabalho doméstico foi a Argentina, porque teve uma resposta mais humana do governo, com ajuda de um lockdown sério desde o início, por isso o contágio foi menor e a pandemia melhor controlada.

Como mencionei, na maioria dos países as diaristas estão perdendo o emprego e, em lugares como o Panamá, as restrições de horário para circulação nas cidades foram extensas, então até a distribuição de cestas básicas para as trabalhadoras que precisam foi uma complicação. Uma

companheira no Panamá explicou que ela só pode sair de casa em certos dias e certos horários, por isso ela não consegue montar as cestas básicas e está tentando mandar dinheiro para as trabalhadoras que tem conta no banco, ou marcar um encontro nos horários possíveis para entregar o dinheiro.

Basicamente a situação na América Latina é esse: muito desemprego e quem está trabalhando está se expondo a risco elevado. Ainda assim, muitas ações lindas estão acontecendo, como em El Salvador e no Paraguai, onde as companheiras estão cozinhando coletivamente e distribuindo cestas básicas. Uma companheira do Paraguai fez arroz e frango para 120 pessoas e saiu para distribuir, por exemplo. Gestos assim são impressionantes e mostram amor, carinho e cuidado com as companheiras.

Organizadoras: Na sua pesquisa de doutorado³, você se dedicou a registrar um pouco da trajetória dos sindicatos de trabalhadoras domésticas no Brasil. Pode nos falar sobre isso?

Louisa: No Brasil, a primeira associação de trabalhadoras domésticas foi criada em 1936, ou seja, a categoria tem mais 80 anos de luta. Quando comecei meu doutorado, em 2014, meu foco era a Emenda Constitucional 72 de 2013, porque eu achava um marco revolucionário o Brasil ter decidido que trabalhadora doméstica tem direitos iguais. Eu tinha a impressão de que essa aprovação era o fenômeno social mais importante da década, porque a PEC tinha acabado de ser aprovada, mas na verdade não era (algo tão recente?). Isso porque desde os anos 1930 as trabalhadoras domésticas estão demandando esses direitos, linha

³ ACCIARI, Louisa. *Paradoxes of subaltern politics: Brazilian domestic workers' mobilisations to become workers and decolonise labour*. 2018. Tese (Doutorado) – The London School of Economics and Political Science, London, 2018.



por linha, elas demandam os direitos que foram concedidos na Emenda Constitucional de 2013 e na Lei Complementar 150, de 2015.

Então, as trabalhadoras domésticas estão organizadas há 80 anos, mas foi nos anos 1960 que o número de associações se ampliou. Importante dizer que eram associações porque, naquela época, as trabalhadoras domésticas não tinham direito a organizarem sindicatos. Essas associações tinham muito apoio da igreja católica, da juventude operária católica, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Salvador e Recife. Em 1972, é aprovada a primeira lei (n. 5859) que torna obrigatória a carteira assinada para trabalhadoras domésticas, mas que sabemos não ter sido respeitada pela maioria dos empregadores. Em 1988, com a Constituição, essas trabalhadoras passaram a ter direito de formar sindicatos, e foi a partir daí que as associações se transformaram em sindicatos. Em 1997 é quando oficialmente é formada a Fenatrad, mas antes disso elas já organizavam congressos nacionais.

Uma coisa que me marcou muito durante a pesquisa foi o congresso nacional de trabalhadoras domésticas de 1985, no Recife, que pede a inclusão da categoria nas leis trabalhistas e cita exatamente todos os direitos que, posteriormente, foram incluídos na Lei Complementar 150, de 2015. Então realmente é muita luta, muita esperança, muita paciência, muita mobilização até chegar a essa lei de 2015. Infelizmente, a lei foi aprovada e logo depois veio o golpe, depois a eleição de Jair Bolsonaro, que gosta de dizer que votou contra os direitos das trabalhadoras domésticas. Então, a batalha, agora é pelo respeito a esses direitos. Com a crise da pandemia, ficou ainda mais claro a gravidade das trabalhadoras domésticas não terem seus direitos trabalhistas, porque isso significa cair na miséria. Portanto, essa é uma luta que não pode parar nunca, elas não podem ter um segundo de descanso: lutaram 80 anos para conseguirem a lei e agora vão ter que lutar para que ela seja respeitada.

Organizadoras: Na perspectiva de pesquisadoras da área do Direito, de fato percebemos que muitas pessoas ainda desconhecem a luta das trabalhadoras domésticas e não sabem o quanto sua organização e atuação foram fundamentais para as conquistas dos direitos da categoria. Infelizmente, elas sofrem golpe depois de golpe, porque se formos pensar na Constituição de 1988, apesar delas reivindicarem igualdade de direitos, foi-lhes concedido o parágrafo único do artigo 7º; depois disso, foram mais 30 anos de luta para a conquista da Emenda Constitucional 72/2013, que finalmente concedeu mais direitos para as trabalhadoras domésticas; em 2015, a Lei Complementar 150 também foi um golpe de certa forma, porque as diaristas foram excluídas da formalização; ainda tem a Convenção 189 da OIT, que o Brasil ratificou, mas continuamos ignorando que essa ratificação deveria revogar normas que tratam trabalhadoras domésticas de forma desigual. Logo, é um processo de muitas idas e vindas, mas a organização e luta delas nunca parou. Para terminar, queremos pedir sugestões de leitura e suas palavras finais.

Louisa: Primeiro sugiro o dossiê *Trabalho, Gênero e Cuidado*, da Revista de Estudos Avançados, no qual publiquei um artigo⁴ em coautoria com Tatiane Pinto, uma pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no qual falamos das estratégias que as trabalhadoras domésticas sindicalizadas e não sindicalizadas usam para efetivar os seus direitos. Pode ser uma estratégia pequena, uma negociação interpessoal, ou uma estratégia mais organizada dos sindicatos. Tenho também um artigo em inglês, na revista *Contexto Internacional*⁵, sobre a luta pela Convenção da OIT, no qual mostro como o Brasil teve um papel

⁴ ACCIARI, Louisa; PINTO, Tatiane. Praticando a equidade: estratégias de efetivação de direitos no trabalho doméstico. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 73-90, abr. 2020.

⁵ ACCIARI, Louisa. Decolonising Labour, reclaiming subaltern epistemologies: Brazilian domestic workers and the international struggle for labour rights. *Contexto internacional*, v. 41, n. 1, p. 39-64, 2019.



importante na definição dessa pauta na OIT e em levar seus direitos para o nível internacional.

Indico a visita ao site da Fenatrad⁶, que é muito bom e, como estamos fazendo tudo online durante a pandemia, tem muitos vídeos de experiência das companheiras, das dirigentes sindicalistas falando sobre seu cotidiano, tem todos os posicionamentos da Fenatrad sobre o que está acontecendo. Também indico também o site da Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (FITH)⁷, onde há atualizações sobre tudo o que acontece na América Latina e em todo mundo, então é um lugar para conhecer as especificidades e realidades do trabalho doméstico em diferentes países e continentes.

Outro texto que recomendo é da professora Mary Castro com Maria Izabel Monteiro, do sindicato do município do Rio de Janeiro, que está na página da FLACSO⁸.

Para saber mais sobre a história do movimento de trabalhadoras domésticas, recomendo o trabalho de Joaze Bernardino Costa⁹, que fez um mapeamento dos diferentes congressos nacionais da categoria, no qual é possível ver como as pautas foram evoluindo e, ao mesmo tempo, são constantes, pois sempre envolvem a igualdade de direitos, inclusão na CLT, reconhecimento como trabalhadoras.

Como palavra final, queria dizer que o importante neste momento de pandemia é não nos desesperarmos. A situação está ruim, há muita desesperança, muitas coisas absurdas acontecendo no Brasil, mas lembrem das trabalhadoras domésticas, que com poucos recursos, com tantas dificuldades, conseguem ser solidárias, distribuir cestas básicas,

⁶ <https://fenatrad.org.br/>.

⁷ <https://idwfed.org/>.

⁸ CASTO, Mary Garcia; MONTEIRO, Maria Izabel. Trabalhadoras domésticas e a Covid-19 no Brasil. *Publicações FLACSO*, 2020. Disponível em: <http://flacso.org.br/?p=24255>

⁹ COSTA, Joaze Bernardino. *Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília, DF: Editora UnB, 2015.

Louisa Acciari

manter o carinho, manter algum grau de amor, de afeto. Precisamos fazer o mesmo, seguir o exemplo delas. E claro, quem puder doar, ajudar os sindicatos, entre em contatos com essas organizações e, também, ajudem a dar mais visibilidade a essa luta.



The background is a stylized illustration of a neighborhood. It features several houses in various colors: a large blue house at the top, a brown house on the left, and a red house at the bottom right. The houses are simplified, with flat colors and white outlines. There are also green leafy plants and vines scattered throughout the scene. The overall style is modern and graphic.

Cuidado e profissionais de saúde



Cuidado, saúde e violência na pandemia

Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira

Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1986), Mestra em Medicina (Medicina Preventiva) pela Universidade de São Paulo (1996) e Doutora em Medicina (Medicina Preventiva) pela Universidade de São Paulo (2000). Docente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, atuando principalmente nos seguintes temas: violência de gênero, serviços de saúde da mulher, atenção primária.

Organizadoras: Nos meses de março e abril de 2020, veiculou-se um número crescente de notícias sobre o aumento da violência de gênero na pandemia, inclusive de feminicídios. É possível dizer que o isolamento social fez a violência contra as mulheres aumentar?

Ana Flavia: Em primeiro lugar, entendo que temos de olhar para esses números com cuidado, porque a pandemia é bastante recente. Realmente houve um aumento muito grande de notícias, uma visibilidade muito grande da violência doméstica contra as mulheres durante a pandemia, não só no Brasil, mas também internacionalmente. Há dados de que a violência estaria aumentando na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil também. Além disso, foram publicadas recomendações das Nações Unidas e da Organização Mundial da Saúde sobre o tema. No entanto, como uma pesquisadora de violência que já fez trabalhos quantitativos, da ocorrência de casos nas casas e da ocorrência de casos nos serviços – que são ocorrências distintas –, eu acho que é cedo para sabermos o quanto a violência aumentou dentro das casas, porque para isso precisaríamos ter uma investigação, metodologicamente apropriada, que, no momento, é impossível. Os protocolos para pesquisa de violência contra a mulher neste momento de pandemia solicitam que sejam suspensas as atividades de campo, porque não podemos visitar as pessoas

em tempos de confinamento. Alternativas como a pesquisa por telefone também não cabem, pois há risco associado.


Portanto, analisando esse conjunto de dados que tem surgido, penso que, por um lado, eles dizem que aumentaram os feminicídios e a violência e, por outro lado, que diminuiu a procura por serviços presenciais de atendimento a mulheres em situação de violência. Por exemplo, aumentaram os chamados ao 190 e ao 180, mas diminuiu a demanda nos Centros de Defesa e Convivência da Mulher, nas Defensorias Públicas – que estão funcionando remotamente –, e mesmo nas Delegacias de Defesa da Mulher. Então, efetivamente, de 24 de março a 13 de abril de 2020, 16 mulheres dentro de casa foram mortas no estado de São Paulo¹. No mesmo período de 2019 morreram nove. Então, aumentou sete. Devemos olhar com cuidado para esses números, inclusive para chamar a atenção de que já vivíamos números inaceitáveis de feminicídios e, portanto, não são os números da epidemia que fazem com que digamos “ó, meu Deus, agora nós vamos ter que fazer alguma coisa frente à violência contra a mulher”, porque os números já eram consideráveis. Então, com nove mulheres assassinadas estávamos bem, mas 16 não?

Por isso, entendo que devemos olhar com cuidado para esses dados, inclusive para a diminuição das demandas presenciais, porque está relacionada à confusão para as mulheres em relação a irem ou não para os serviços, se eles estarão abertos, bem como à dificuldade de ir a qualquer lugar que possa ter aglomeração nesse momento da pandemia.

Agora, em termos teóricos, faz sentido a violência contra as mulheres aumentar devido ao isolamento? É lógico que sim. Em um período de confinamento, de crise econômica, de aumento do desemprego, de impossibilidade de os autônomos trabalharem, de fragilização das

¹ MARIANI, Daniel; YUKARI, Diana; AMÂNCIO, Thiago. Assassinatos de mulheres em casa dobram em SP durante quarentena por coronavírus. *Folha de S. Paulo*, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/assassinatos-de-mulheres-em-casa-dobram-em-s-durante-quarentena-por-coronavirus.shtml>.





redes de apoio social, a vida das mulheres que já viviam situações de violência piora. Vale lembrar que uma parte das mulheres que vivem a violência doméstica já vivem em confinamento mesmo sem Covid-19, porque elas têm a mobilidade reduzida devido ao autor da violência, seja o parceiro, o pai, o irmão ou o ex-marido. Nesses casos, as mulheres têm que se locomover com muito custo, com muito cuidado. Então, sair de casa pra ir a um Centro de Defesa e Convivência da Mulher, para ir a uma delegacia da mulher, sempre foi difícil para as mulheres, nunca foi simples, mas agora está mais difícil.


O outro elemento é o cuidado. Quando as crianças não estão indo para escola, quando parte dos familiares ou a totalidade dos familiares está confinada em casa, seja porque está desempregada, ou porque não pode fazer seu trabalho autônomo, ou porque a empresa liberou o trabalho remoto, o trabalho doméstico aumenta: fazer comida, limpar a casa, limpar banheiro etc. Com a Covid-19, as medidas de higiene aumentam mais ainda, como limpar as compras, lavar o banheiro várias vezes. Os infectologistas recomendam, para quem tem só um banheiro em casa, que cada pessoa use a sua toalha, individualmente, que devem ser lavadas a cada três dias. Esse tipo de recomendação está na TV o tempo inteiro. Mas quem lava? Quem coloca na máquina, no tanquinho, ou no tanque? Quem pega essa roupa? Quem pendura essa roupa para secar? Quem recolhe essa roupa, dobra e coloca no armário? Isso é um trabalho! Ou, quem cozinha para a família toda? Quem vai ao supermercado? Quem faz as compras? Consequentemente, o trabalho doméstico aumenta e pode haver o acirramento dos conflitos sobre quem faz esse trabalho dentro das famílias. Afinal, quando os homens, os maridos, os filhos estão em casa, corre-se o risco de as mulheres terem a ideia de tentar dividir e compartilhar o trabalho doméstico, o que ainda é, para uma boa parcela da população masculina, um aviltamento da sua posição de poder, da sua masculinidade.

Podemos pensar também na questão da sexualidade e da maior dificuldade de dizer não quando o parceiro está o tempo inteiro ali. Podemos pensar nas disputas em relação à educação e disciplina das crianças, que acontecem muito nas famílias. Podemos pensar em um aumento do uso de álcool e do uso abusivo de álcool, que não é responsável pela violência, mas que torna a violência mais frequente, mais grave. Além de tudo isso, quanto mais vulnerável a família, quanto menor a casa, podemos pensar em brigas como sobre o que vai ser visto na televisão, que é uma disputa nas famílias brasileiras. Não é a realidade da maioria da população cada membro da família ter seu computador no seu quarto, mas sim todo mundo em uma só sala, com uma televisão para ser dividida e que, estando o homem em casa, é ele quem comanda.

Assim, em pequenas decisões do dia a dia que a desigualdade de poder que permeia a sociedade, e permeia o espaço privado também, está colocada. Nas discussões cotidianas, quando o poder ou a hierarquia masculina é de alguma forma questionada ou desafiada, há mais risco de violência física, ou mesmo psicológica. Comprendemos que uma das causas da violência de gênero é que o homem acaba recorrendo à violência como forma de recuperar uma posição de prestígio e poder que ele sente como indevidamente perdida. Nesse sentido, eu acredito que estamos vivendo essa situação de maior exposição à violência, claro que com matizes e formas de expressão muito distintas a depender das diferentes configurações familiares e culturais, da classe social, da raça/etnia, dentre outros.

Organizadoras: Na resposta anterior, você disse ser preciso considerar uma soma de fatores quando em pauta a violência doméstica, especialmente nesse momento de isolamento, como a restrição de mobilidade, tensões econômicas, responsabilidades pelo cuidado. Você





também citou o aumento do consumo de álcool, dado registrado no período da pandemia². Isso pode ser ligado ao aumento da violência?

Ana Flávia: A questão do álcool é muito delicada e é uma discussão que tememos fazer dentro do feminismo. Também é difícil no interior das Universidades, por exemplo, quando em debate as festas. É uma questão difícil na sociedade em geral. De toda forma, eu acho que o álcool não é a causa da violência, até porque homens e mulheres bebem e os comportamentos agressivos são muito mais masculinos do que femininos. Na literatura tem desde quem fale da questão orgânica do efeito neurológico do álcool, até quem fale das questões relativas aos conflitos relacionados ao uso e ao abuso do álcool, como a que Bruna Angotti apresenta na sua tese de doutorado³.

As mulheres têm, desde o final do século XIX, o papel de controlar e disciplinar os homens, então elas acabam dizendo para eles não usarem. Mas o fato é que em todas as pesquisas epidemiológicas associando violência doméstica e abuso de álcool, mais ou menos em 50% dos casos de violência doméstica há abuso de álcool envolvido e, quando tem álcool, a violência é mais frequente e mais grave. Isso não quer dizer que só há violência quando tem álcool envolvido, pois mesmo nos casais em que o abuso de álcool tem um papel, quando o homem não bebe, ele também bate. Por isso, não quero dizer que a culpa seja da substância. Afinal, por que quando as mulheres bebem, elas liberam a sexualidade, enquanto os homens liberam a agressividade? Então, esses comportamentos são também culturais e dizem respeito aos comportamentos permitidos, admitidos ou até esperados para homens e mulheres.

² PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. *Alcohol use during the COVID-19 pandemic in Latin America and the Caribbean*. [S. l.]: HOPA/WHO, 8 set. 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52646>.

³ ANGOTTI, Bruna. *Da solidão do ato à exposição judicial: uma abordagem antropológico-jurídica do infanticídio no Brasil*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Organizadoras: No tema da violência contra as mulheres, da violência intrafamiliar, difunde-se uma ideia de que “violência não tem classe”, porque ela perpassa classe sociais de diferentes maneiras. Nesse momento de isolamento, casas pequenas *versus* mansões, periferias *versus* bairros ricos, como o marcador da classe social pode ser interpretado nesse contexto?

Ana Flávia: Na minha compreensão, cometemos um erro bem-intencionado quando se repete que “a violência é democrática atinge todas as classes sociais”, que “assim como a Covid-19, a violência é democrática e atinge todas as classes sociais”, pois trata-se de uma meia verdade. Ela atinge a todos, mas quem é mais vulnerável, quem tem menos recursos, corre mais riscos de ter danos. As classes média-alta e alta sofrem com o problema de morarem em casas muito grandes, de forma que se a mulher gritar ninguém escuta? Sofrem. Mas essa mulher tem mais facilmente acesso a advogado, mais facilmente acesso a psicanalista, mais facilmente acesso a se trancar em um lugar para se proteger. Já nas periferias das grandes cidades, nas favelas, nas comunidades, as casas são menores, há mais gente por metro quadrado, por cômodo. Isso é ruim para o contágio da Covid-19 e é ruim para a violência, porque chega uma hora que você não aguenta mais ver seu filho, ver seu marido. E essas pessoas têm menos recursos.

Nesse momento de pandemia, o atendimento remoto é algo que essas pessoas em situação de violência precisam acionar, por isso que a busca pelo 180 e pelo 190 aumentou, bem como a demanda por páginas na internet que atendem esses casos. Na impossibilidade de sair, essas mulheres vão buscar alternativas por telefone, por WhatsApp ou por vídeo, pois as formas de atendimento remoto para a população vulnerável das grandes cidades brasileiras é o WhatsApp – as pessoas têm telefone, mas não têm um plano que suporte uma chamada de vídeo. Além disso,



com mais miséria, com falta de gás, com falta de comida, com a luz cortada, o estresse aumenta e isso cria mais conflitos dentro das casas.

Por tudo isso, a classe social muda muito a realidade de quem vive a violência, principalmente em termos de rede de assistência. Também muda as condições que cada família pode viver na quarentena. E ainda precisamos pensar nas mulheres moradoras de rua, nas mulheres profissionais do sexo, que não estão podendo trabalhar e que muitas vezes tem o trabalho escondido da própria família, e essa renda elas não têm mais. Portanto, as configurações são todas muito distintas.

Organizadoras: Em relação aos serviços de atendimento às mulheres que estão em situação de violência, inclusive os de saúde. O que está funcionando durante a pandemia?

Ana Flávia: Na cidade de São Paulo, os Centros de Defesa e Convivência da Mulher, que são equipamentos de assistência social específicos para mulheres que estão sofrendo violência, que dispõem de psicólogas, assistentes sociais e advogadas, estão abertos. Não só estão abertos, como estão esvaziados, então as mulheres que precisam de atendimento não precisam se preocupar com aglomeração por lá. As delegacias de defesa da mulher também estão abertas, funcionando no horário normal e, além disso, por causa da pandemia, agora é possível fazer boletim de ocorrência na internet. A Defensoria Pública, que oferece orientação jurídica e defesa para a mulher que está processando seu parceiro, ou para separações judiciais, guardas das crianças e pensão, está funcionando, atendendo remotamente.

Os serviços de saúde estão abertos. Os hospitais são um lugar que eu não aconselho a ir, a não ser em caso de problemas mais graves de saúde. Em relação à atenção primária, os postinhos, as unidades básicas de saúde que estão abertas têm bastante sintomático respiratório

atualmente. Mas nas UBS, e naqueles lugares nos quais têm estratégia de saúde da família mais ainda, como são voltados a cuidar da saúde de todos de uma forma integral, é possível encontrar profissionais, médicos, enfermeiras, agentes comunitários de saúde com quem se pode conversar, ou presencialmente ou tentar algum acesso remoto por telefone.

Os serviços de aborto legal, estamos batalhando para que permaneçam abertos. O Hospital Pérola Byington fechou no início da pandemia, mas reabriu. O Hospital Municipal e Maternidade Mario Degni fechou e a gente escreveu uma carta para reabrir, porque trata-se da oferta de serviços essenciais. A epidemia vai durar, ela não é uma coisa de dias e nem de semanas, nós estamos falando de meses ou de anos, então a contracepção precisa também ser mantida. Quem tem marcado colocação de DIU tem que checar se está fazendo e pedir para fazer; quem tem que pegar pílula, tem que pegar pílula; tem que pegar a camisinha também, porque senão teremos no uma epidemia de gravidez não desejada como consequência da pandemia.

Nesse sentido, sim, eu sou medica, nós estamos recomendando que todas as pessoas fiquem o máximo possível em casa, mas cada um vai ter que pensar o que é essencial. Às vezes se separar do marido é essencial, tirar as crianças de casa é essencial. E existem abrigos para mulheres em situação de violência e eles estão com vaga. Também existe a Casa da Mulher Brasileira, que fica no Cambuci, e tem vaga de abrigo, tem delegacia 24 horas, tem psicóloga e qualquer pessoa pode chegar lá. Nós estamos batalhando para ampliar essas vagas de abrigo e pensar alternativas como aluguel social, aluguel de quartos de hotéis que estão vazios, para que as mulheres que estão vivendo uma situação insuportável em casa possam sair e ter um lugar seguro e protegido aonde elas possam passar o isolamento e depois pensar no que vai fazer.



Muitas vezes ficar em casa pode ser o maior risco. Por isso, deve-se pensar se é o caso de tomar uma atitude ou não. Afinal, eu compreendo que é difícil tomar uma decisão de se separar dentro de uma pandemia ou de se separar temporariamente, mas se há medo de que alguma coisa muito ruim pode acontecer com a pessoa, com seus filhos ou que ela possa fazer uma coisa muito ruim, ela deve considerar o caso de se hospedar em um abrigo ou tentar procurar ajuda no Centro de Defesa e Convivência da Mulher para ter um lugar protegido.

Organizadoras: Durante a pandemia alguns países implantaram meios, serviços alternativos para as mulheres pedirem ajuda. Na Colômbia, por exemplo, os supermercados se tornaram lugares que recebem denúncias de violência doméstica. Na Argentina foi criada uma senha para as vítimas pedirem ajuda nas farmácias. Você acha que isso poderia ser implantado no Brasil?

Ana Flávia: Alternativas assim são interessantes e devemos pensar nelas, mas eu ainda acho que a nossa estratégia de Saúde da Família pode dar conta. Eu tive uma reunião, em abril de 2020, com os médicos e residentes do Hospital Universitário da USP, no Butantã, e eles pediram para a reunião ser sobre a violência doméstica no meio da pandemia. Então, os profissionais da saúde estão preocupados com isso, eles sabem que a violência pode aumentar não só contra mulheres, mas contra crianças, contra idosos; além disso, as pessoas que têm problema mental grave persistente estão sofrendo mais e as pessoas que têm deficiência física, que em grande parte já vivem confinadas, estão em uma situação de maior desamparo.


Organizadoras: Como atuar para diminuir os índices de violência nesse momento? Quais são as estratégias de Medicina Preventiva que

precisam ser adotadas ou intensificadas para lidar com o cenário da pandemia?

Ana Flávia: Se pensarmos em prevenção, a primeira coisa é a transformação das normas tradicionais de gênero. Quando se tem um presidente que foi eleito, por uma maioria da população, que defende abertamente a inferioridade da mulher, a culpabilização da mulher pelo estupro, que mulher quando engravida tem que ganhar menos, que diz que ele fraquejou quando teve a última filha, isso é um estímulo à violência contra a mulher. Esse tipo de mensagem pública, somada ao fundamentalismo religioso são elementos da sociedade que ampliam a violência contra a mulher, porque deixam os agressores com menor constrangimento. Não queremos, necessariamente, colocar todos os agressores na cadeia, mas, sim, queremos constranger os agressores e explicar para eles que não pode bater, não pode xingar, mesmo que tenha vontade.

Pensando assim, a prevenção é tudo aquilo que valoriza o cuidado, que amplia o direito das mulheres, que amplia o direito da mulher ao uso do próprio corpo, a decidir se quer ter filho ou não, à sexualidade, à maternidade livre e responsável. É tudo aquilo que amplia a participação e o poder das mulheres, seja no espaço público, seja no espaço privado. Quando falo de espaço privado incluo a divisão do trabalho doméstico, a divisão do cuidado com as crianças, a divisão da cozinha, a divisão da limpeza e a valorização desse trabalho. É preciso quebrar a dupla moral sexual, ou seja, a ideia de que o homem pode trair e a mulher não, que a mulher pode ser inclusive morta pela própria traição. A dupla moral sexual aumenta a violência contra a mulher, reduz a possibilidade de um maior equilíbrio e das mulheres e homens sujeitos sociais possuidores de direitos iguais, que a meu ver seria a prevenção mais geral contra a violência.





Agora, pensando em termos de redução de danos, vale frisar que a violência na vida das mulheres começa muito cedo; desde criança elas estão expostas, quando são adolescentes estão expostas, quando casam estão expostas a diferentes formas de violência. Assim, ampliar a ideia de que a vítima nunca é culpada é muito importante, de que quem deveria se constranger é o agressor e não é a pessoa que é agredida. Apoiar as mulheres nos planos que elas têm, nos projetos de vida que elas têm, garantir que mulheres possam trabalhar, estudar, frequentar o bar com as amigas, apoiar as mulheres em todas as carreiras. Estou dizendo isso porque eu não gosto de dar uma mensagem assim: “mulher, denuncie na polícia se você sofrer algum tipo de violência, no primeiro levantar a mão.” Acho que é uma mensagem falsa. Apesar de interessante, de todo muito concordar, a verdade é que a hora que alguém levantar a mão pra você, você não sai correndo para a primeira Delegacia de Defesa da Mulher. Você pode levantar a mão de volta, você pode acabar com aquela relação, você pode tentar moldar aquela pessoa para que isso não aconteça mais, e todas essas alternativas sobre como lidar com a agressão no seu início têm consequências.

Por isso é importante que as mulheres reconheçam que elas não merecem ser xingadas, nem agredidas, mesmo quando elas não estão cumprindo com o esperado, porque a gente nunca cumpre o ideal de feminilidade da sociedade. As mulheres, muitas vezes, nas primeiras agressões psicológicas, pensam que “ah, mas é verdade, eu não gosto mesmo de cozinhar”, ou “minha comida é ruim”, ou “eu não sou mesmo muito boa dona de casa”, ou “nunca mesmo quis ser mãe, as crianças me atormentam”. É difícil encontrar uma mulher que diga uma dessas frases com tranquilidade, porque introjetamos os padrões sociais e achamos que devemos corresponder a um ideal de feminilidade de ser linda, jovem, branca, monogâmica, boa na cama só com o marido, boa cozinheira, boa mãe etc. Assim, questionar esse modelo e valorizar as diferentes

mulheres, com suas diferentes competências, desejos, capacidades, é um jeito de prevenir a violência contra as mulheres.

E claro, é fundamental recorrer aos serviços mesmo que seja para perguntar: “será que eu estou sofrendo a violência?”; ou “eu não quero me separar, mas será que tem um jeito de eu viver melhor com ele?”; ou “será que tem um jeito de eu não bater nos meus filhos?”. Afinal, muitas mães que têm períodos nos quais o cuidado não é nem voluntário nem prazeroso, mas é obrigação. Portanto, a possibilidade de ter apoio da comunidade e dos serviços, e de ter uma compreensão dos casos nas suas particularidades dentro de uma métrica mais geral, respeitando princípios gerais de respeito, a autonomia dos sujeitos e sua livre decisão, tudo isso é muito importante. Essas são questões gerais da nossa sociedade que ficam agravadas em contexto de pandemia, por isso precisamos pressionar por mais recursos do Estado para ampliar e dar qualidade e dignidade para rede de proteção social para as mulheres, para as trabalhadoras.





Enfermagem agora! Enfermagem já!

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

Livre Docente pela Universidade do Rio de Janeiro (UniRio). Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do PPGD da Faculdade de Direito de Vitória. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito da FDV (Mestrado e Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais).

Organizadoras: O trabalho de profissionais da enfermagem no cuidado de pessoas doentes ganhou destaque por conta da pandemia da Covid-19. Muitas homenagens têm sido feitas, palmas coletivas nas sacadas das grandes cidades, o apelido de heróis e heroínas. Como você vê essa repentina visibilidade?

Elda: A nossa sociedade é uma sociedade utilitarista, nós valorizamos aquilo que nos é útil, pelo menos o que nós percebemos como útil em um determinado momento. A enfermagem é uma profissão altamente desvalorizada, está muito ligada ao trabalho feminino, muito ligada ao trabalho materno. A enfermagem é nada mais nada menos do que nutrir, “aquela que nutre”. Nesse sentido, o nutrir está ligado à questão da maternidade, da mãe, aquela que se doa, aquela que se dá, aquela que se entrega e que não precisa de nada em troca. Logo, a enfermagem agora começa a ser valorizada, porque as pessoas percebem que são dependentes da enfermagem, porque percebem que esses profissionais lhes são úteis nesse momento, porque, até então, não era assim. Até então, esses profissionais eram vistos como coadjuvantes, como “paramédicos”, mas não no seu sentido etimológico, e sim, no sentido pejorativo, de profissional de segunda classe, com baixa autonomia. Hoje, as pessoas


percebem que, mais do que nenhum outro profissional, o profissional de enfermagem é importante.

Sobre essas homenagens, no meu entendimento os profissionais de enfermagem não deveriam ser vistos como heróis, porque isso os tira do seu lugar, do sentido do trabalho, daquilo que fazem, colocando-os em um lugar idealizado, que também não é favorável à enfermagem, porque não ajuda em nada seu processo de luta. São lutas históricas da enfermagem. Por exemplo, em 2020, comemoramos duzentos anos da enfermagem científica, do nascimento da enfermagem moderna, uma enfermagem que não é simplesmente a arte de cuidar, mas vai além das vocações; que é também um trabalho e é preciso ressignificar esse trabalho.

Então, acho que pessoas estão construindo em seu imaginário uma visão muito utilitarista da enfermagem, que também não nos favorece. Isso me faz lembrar da canção *Geni e o Zepelim*, de Chico Buarque. Um de seus versos diz “Joga pedra na Geni”, e é mais ou menos como se fosse isso. Coloco os profissionais da enfermagem na posição da Geni, que, na pandemia, têm importância, mas, na hora que passar esse momento, talvez as pessoas se esqueçam deles de novo. Quando eles são necessários, são valorizados; quando não são visivelmente necessários, são esquecidos. Digo no sentido de invisibilidade, porque necessários sempre foram e serão, já que não há nada que o ser humano precise mais do que do cuidar.

Os seres humanos podem viver sem moda, sem carros, sem várias coisas, mas não podem viver sem serem cuidados. E, na complexidade do mundo atual, necessita-se de um cuidado especializado, um cuidado refinado, um cuidado sofisticado, mas não se forjam enfermeiros do dia para a noite. Podemos construir hospitais em uma semana ou em duas, como a China fez, podemos produzir respiradores em muito pouco





tempo, porém não podemos forjar profissionais com a capacidade de cuidar, a não ser que eles sejam maturados pelo tempo, pelo processo ensino-aprendizado e pelo fazer e refazer muitas vezes, até que tenham as habilidades necessárias do encontro com o outro – não um encontro com o corpo do outro, mas o encontro com o outro, na sua dimensão maior, que envolve espírito, corpo, desejos e uma série de outras questões, e não meramente um corpo a ser manipulado, trabalhado, mas um corpo no qual habita um ser, muito mais do que um conjunto de células e de órgãos.

Organizadoras: O outro lado das palmas é a hostilidade. Alguns profissionais da saúde estão sendo agredidos, seja porque são vistos como agentes disseminadores do vírus, ou porque não aplicam o tratamento que o paciente quer contra a Covid-19. Como você encara essa violência?

Elda: É muito interessante como nós oscilamos entre amor e ódio, mas, na realidade, se observarmos, esses profissionais estão sendo agredidos por conta da sua condição de subalternidade, porque a sociedade os vê de maneira utilitária e não os valoriza, ou seja, a sociedade quer que esses sujeitos continuem a trabalhar nos cantos ocultos dos hospitais, sem visibilidade. Então, a sociedade agride esses profissionais pelos riscos que supostamente podem nos causar. Mas nos esquecemos que a pandemia não começa nas classes econômicas mais vulneráveis, e sim entre pessoas com melhor padrão de vida, que viajaram e voltaram.


Além disso, mais uma vez retorno ao paralelo com a música da Geni: uma hora, esses profissionais me servem, então eu vou valorizá-los; na outra hora, eles não me servem mais, então, eles estão incomodando, devem sair do ângulo da minha visão, porque eu não suporto ver o que essas pessoas representam. Porque as agressões podem representar a negação da própria condição de quem agride, da sua própria humanidade.

Organizadoras: Elda, você falou aqui sobre essa maneira utilitária de a sociedade ver a enfermagem. Pensando nessa profissão que acaba ocultada no dia a dia dos hospitais, quais são as condições de trabalho dessas profissionais? Como é o dia a dia delas na pandemia e fora dela? Por exemplo, várias notícias relataram a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) para as equipes de enfermagem em hospitais brasileiros durante a crise sanitária.

Elda: O dia a dia da enfermagem é muito sofrido. Grande parte do pessoal da enfermagem trabalha em dois, três empregos, ou seja, eles saem correndo, dão um jeito de largar um serviço alguns minutos mais cedo para correr para outro emprego e trabalhar vinte e quatro horas seguidas, trinta e seis horas seguidas, abrindo mão do descanso, da reposição de energia. Essas pessoas, então, vivem uma rotina muito próxima a de um trabalho indigno. Há, em alguns lugares do nosso país, muitos profissionais da enfermagem trabalhando em condições altamente adversas.

O problema da falta de EPI para equipes de enfermagem não vem de agora. Enfermeiros cuidam de pessoas contaminadas; com HIV e outras doenças infectocontagiosas, muitas vezes sem terem luvas suficientes, sem terem máscaras. A questão não é só a segurança do paciente, mas a segurança das pessoas que adentram no serviço de saúde, de forma geral. Então, os profissionais da enfermagem são os profissionais mais deixados à margem desse sistema. É curioso que agora surja a questão da máscara, a questão das luvas, mas essa é uma reivindicação crônica dos Conselhos Regionais de Enfermagem. Eu vejo a luta das presidentes do COREN-ES, do COREN-SP e de outros lugares, a luta das entidades para que os hospitais minimamente recebam suas reivindicações, mas, ao final, nada é feito. Ou seja, a saúde dos profissionais de enfermagem, não apenas a saúde física, mas a saúde emocional, é muito pouco considerada.





A OIT fez pesquisa mostrando o nível de violência na enfermagem¹. A violência para com a enfermagem é altíssima, os dados são alarmantes. A OIT e o Conselho Federal de Enfermagem mostram que enfermeiros sofrem violência simbólica, sofrem violência psicológica, são assediados moralmente etc. Uma aluna minha do mestrado fez uma dissertação sobre assédio moral em enfermagem² e foi muito interessante, porque foi uma pesquisa de campo e nós descobrimos que os enfermeiros não são apenas alvo do assédio moral, mas, também, de assédio sexual e outras violências. Então, o meio ambiente de trabalho na enfermagem é inóspito, sem condições de saúde física, de saúde emocional, de saúde psíquica.

Assim, as doenças ocupacionais são problemas graves que já eram enfrentados pela enfermagem, elas não começam agora. De repente, apareceu na mídia a discussão sobre o Covid-19 ser ou não doença ocupacional, como provar etc. Mas registramos um grande número de mortes entre profissionais de saúde, especialmente na enfermagem, então, provar o quê? Para mim, é claro que se trata, sim, de doença ocupacional, mas os problemas que atingem a enfermagem vão muito além.

Nós precisamos pensar e enfrentar isso com mais dureza, porque é preciso reavaliar as condições de saúde de trabalho, os enfermeiros estão adoecidos. No final da sua carreira profissional, o pessoal da enfermagem está literalmente adoecido, envelhecido. Não é à toa que muitos buscam mudar de profissão. Necessariamente, precisamos pesquisar mais a respeito, repensar essa lógica de trabalho. A enfermagem, enquanto profissão, precisa ser algo desejável! É fundamental que as vocações

¹ Trata-se do chamado *Programa conjunto: nueva iniciativa contra la violencia laboral en el sector de la salud*, publicado pela Organização Internacional do Trabalho, em outubro de 2002, na cidade de Genebra. Disponível em: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_071411/lang-es/index.htm.

² Esta dissertação, cujo título é *Violência e assédio moral em face de exercentes da enfermagem: uma análise das relações de poder estabelecidas no ambiente laboral no setor da saúde*, de autoria de Sarah Hora Rocha, foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória – PPGD/EDV, no ano de 2015, sob a orientação da Profa. Elda Coelho de Azevedo Bussinger. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/217>.

encontrem condições de serem exercidas profissionalmente. E há vocações para o cuidado, eu acredito nisso, mas as vocações precisam se encontrar ou encontrar ambientes propícios para que elas possam se desenvolver como profissões dignas.

Organizadoras: Realmente, não tem como uma profissional da enfermagem desempenhar sua vocação, ter um trabalho digno, ter saúde física e mental nessas condições que você relatou. E vale lembrar que essa é também uma profissão mal remunerada.


Elda: Exatamente. Não pode um enfermeiro ter um salário mensal de R\$ 1.300,00. É absurdo que enfermeiros, pessoas com nível superior, ganhem R\$ 1.300,00 trabalhando o mês inteiro, enquanto um médico recebe por um plantão de doze horas R\$ 1.200,00. Isso é indigno.

Organizadoras: A desvalorização do trabalho da enfermagem não é algo novo, mas uma construção histórica e social em torno da profissão.

Elda: Existe um imaginário que divide trabalho intelectual e braçal, aquele que “pensa” e aquele que “faz”. E o trabalho da enfermagem é enquadrado na segunda opção, como se fosse um trabalho meramente operacional, feito com as mãos. Por isso, ele é muito desvalorizado socialmente. Além disso, a enfermagem é um trabalho de mulheres, no sentido de que 80 a 90% dos profissionais da enfermagem são do sexo feminino³. Então, soma-se a desvalorização por ser um “trabalho de mulher” e por ser um “trabalho com as mãos”. Essa interpretação ignora que a enfermagem tem uma dimensão muito mais ampla, do pensar e do fazer, mas que é também do sentir, de um agir comunicativo, um agir

³ MACHADO, Maria Helena *et al.* Características gerais da enfermagem: o perfil sócio demográfico. *Enfermagem em Foco*, v. 7, p. 9-14, jan. 2016. DOI: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2016.v7.nESP.686>.





empático, um agir que se coloca no lugar do outro, como sujeito com quem se interage. Cuidado é isso, o cuidado tem uma dimensão dialógica, uma dimensão do afeto, uma dimensão do acolhimento.

Agora, o processo pelo qual estamos passando com a pandemia parece-me ser de um mundo que está se desfazendo da forma tal qual nós o recebemos e construímos, e nós vamos ter que reconstruir esse mundo. E na reconstrução desse mundo, a casa ocupa um lugar fundamental: a casa é o lugar da proteção, a casa é o lugar do aconchego, a casa é o lugar do resguardo. Claro que a casa pode se transformar também em um lugar da violência, afinal, a violência contra as mulheres ocorre em grande parte na casa. Teremos que ressignificar a casa, não mais como o lugar onde apenas dormimos, mas como o lugar da habitação, do trabalho. E nós vamos ressignificar o cuidado, perceber que o dinheiro não resolve o problema dos leitos que agora são disputados, tanto pelos usuários do SUS, quanto por quem tem planos de saúde.

Organizadoras: Raça, classe e gênero estão envolvidos na desvalorização da enfermagem, principalmente por ser uma profissão relacionada ao cuidado. Isso envolve a interpretação de que as mulheres “naturalmente” cuidam, como se fosse simples para uma enfermeira ou técnica exercer os papéis que são exigidos dela profissionalmente.

Elda: Pressupõe-se que é natural à profissional de enfermagem “dar-se”, então ela não precisa receber nada em troca, pode receber um salário miserável. Há uma “obrigação” de cuidar, tal como uma mãe. Essa correlação da enfermagem com a mãe, aquela que nutre, é complexa, nós precisamos repensar isso, porque, na realidade, as mães não têm que se doar infinitamente. Então, é preciso pensar a enfermagem como trabalho e, também, o trabalho das mulheres em casa como trabalho. A


maternidade é um trabalho, não tenho dúvida disso, ainda que esse não seja o foco desta entrevista.

Retomando o raciocínio, é preciso repensar a vida daquele que cuida: aquele que cuida precisa ser cuidado, precisa ter condições adequadas, energia suficiente para que ele possa cuidar. É um absurdo pensarmos que os hospitais e serviços de saúde têm locais de descanso para médicos e não para os profissionais da enfermagem. É um absurdo pensarmos que o profissional de enfermagem, normalmente uma mulher que já tem dupla ou tripla jornada de trabalho, vai de um hospital para o outro, às vezes em três serviços de saúde, e, ao chegar, não tem lugar para tomar um banho. Há tanta mesquinha com relação à questão da enfermagem que as pessoas não pensam em um local para higiene, um lugar para um banho, um lugar para guardar a roupa. Isso não é apenas uma questão de favorecimento à enfermagem, mas é uma condição necessária para aqueles que trabalham nos hospitais.

Organizadoras: Pensando sobre quem cuida de quem cuida, qual o papel dos conselhos de enfermagem, dos órgãos de classe? Como eles estão orientando essas profissionais, principalmente essas pessoas que estão na linha de frente da pandemia?

Elda: Com relação aos sindicatos, eles foram objeto de desmonte dentro do sistema capitalista. Era preciso fragilizar os sindicatos, transformá-los, por desqualificação, em um lugar não desejado pelos profissionais. Então, o número de enfermeiros que são efetivamente sindicalizados, que participam dos movimentos, é muito baixo. Os sindicatos de enfermagem lutam com uma dificuldade tremenda de trazer para perto de si a categoria, tanto enfermeiros quanto técnicos e auxiliares. Há um processo de desmonte da organização coletiva, o que tem gerado muitas dificuldades para os sindicatos. Agora, como





organizar uma categoria que trabalha em dois, três empregos e não consegue participar dos movimentos, que tem medo de perder os seus empregos? Uma categoria com medo, apreensiva, com baixo salário, vivendo situações adversas, terá muito pouca energia, pouca força para luta.

Nesse tempo em que a enfermagem vem sendo objeto de olhares de quem não os enxergava, é preciso incentivar a organização, retomar as grandes lutas da enfermagem, como a luta pela jornada de trinta horas, pelo piso salarial, por locais de descanso, por condições de trabalho, por EPI. A reivindicação da enfermagem por trinta horas está há trinta anos sendo debatida no Congresso. Isso é inadmissível.

Em relação aos Conselhos, eles têm se esforçado, têm debatido melhorias nas condições de trabalho. Mas acho que há uma luta maior que precisa ser feita por todos nós, uma luta que a sociedade precisa fazer pelos enfermeiros. Nós precisamos entender que os direitos são conquistas, ninguém cede direitos, ninguém voluntariamente entrega direitos; nós precisamos participar dessa luta, entender a importância do Sistema Único de Saúde (SUS), a importância da enfermagem, a importância daqueles que foram desvalorizados.

Organizadoras: O SUS é um tema muito relevante. Você acha que a pandemia pode ajudar o Brasil a entender a importância da defesa do SUS?

Elda: Essa é a hora. Há uma abertura neste momento para uma revisão de conceitos, pois, inclusive, os grandes acumuladores começam a perceber que a propriedade não é tudo. Não é possível que 90% dos recursos da nação estejam na mão de um pequeno grupo da sociedade. Essa alta concentração de renda, esse capitalismo selvagem, mostra que chegamos ao limite dessa economia de mercado. Saúde e

educação são fundamentalmente uma atividade do Estado. Na época da Assembleia Nacional Constituinte, a minha ideia era do sistema de saúde exclusivamente público, por isso, entendo que a palavra “complementaridade”, que foi inserida no artigo 199 da Constituição, foi um grande problema para nós, já que abriu a participação das instituições privadas no sistema⁴.

Isso ali foi a porta de entrada, aquilo que era residual, acabou se transformando no que hoje é uma grande parcela. Parte significativa dos recursos do SUS está na iniciativa privada, afinal, as Organizações Sociais são privadas. E vale destacar que as Organizações Sociais são mais custosas do que qualquer hospital do SUS.

Apesar de constantemente se atacar e desqualificar a atenção básica de saúde, nesses tempos de pandemia, o Brasil consegue dar uma resposta mínima por conta de ter um sistema básico de saúde, de atenção básica da saúde altamente qualificado. Nós temos um sistema gigantesco, complexo, o maior sistema de saúde do mundo. Com poucos recursos, conseguimos fazer verdadeiros milagres, apesar da fome estonteante do privado sobre o SUS. É muito interessante que, no Brasil, o privado é SUS-dependente, ou seja, o privado depende do SUS em sua grande maioria. Vejam que, em alguns estados do Brasil, governadores começaram a pagar leitos privados para atender casos de Covid-19 antes mesmo de ocupar os seus próprios leitos públicos.

Para concluir, eu acho que essa é a hora do SUS, é a hora de nos voltarmos às lutas históricas do Sistema Único de Saúde, de repensarmos

⁴ Nota das organizadoras: quando a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, debateu a criação de um Sistema Único de Saúde que seria direito de todos e dever do Estado, houve um debate se ele seria exclusivamente público ou se seria misto, incluindo então a iniciativa privada. Ao final, ficou previsto no art. 199 da Constituição que as instituições privadas podem participar de forma complementar do SUS, que é público. Em teoria, isso permitiria que o Estado, em casos excepcionais, contratasse ou fizesse convênios com essas instituições, aportando recursos para que elas sirvam ao SUS. Esse sistema, porém, foi desvirtuado, porque ao invés de se investir na infraestrutura pública, usando a rede privada de forma residual como estaria previsto na constituição, hoje em dia muitos dos recursos do SUS vão direto pra iniciativa privada, que inclusive inclui as Organizações Sociais da Saúde (OSS).



o SUS, de convocarmos os defensores históricos do SUS para a luta de novo. É hora de pensarmos em um modelo em que se garantam as questões básicas das necessidades das pessoas. O privado não terá interesses públicos, terá interesses sempre privados. Por isso, é a hora de repensarmos o Sistema Único de Saúde como um complexo sistema que foi gestado na academia, nos sindicatos, que foi gestado em um momento histórico nosso de lutas no Brasil, da reforma sanitária.

Organizadoras: A pandemia deixou ainda mais claro que a saúde é uma questão pública e coletiva, porque não tem para onde correr se os hospitais estão sem leitos.

Elda: Sem dúvida. O dia em que eu vi o Primeiro Ministro na Inglaterra se internando em um hospital público para tratar a Covid-19, eu fiquei pensando no simbolismo desse gesto. Isso não aconteceria no Brasil, certamente. Por isso, enquanto a classe média e a classe média alta não se cuidarem nos hospitais públicos, nós teremos esse SUS pouco cuidado porque é para “os pobres”. Nós precisamos rever isso, não tenho dúvida nenhuma.

Organizadoras: Você termina alguns de seus textos no jornal A Gazeta⁵ com a frase “Enfermagem já”. O que você quer dizer com essa expressão?

Elda: Eu me aproximei da enfermagem em 1976, época em que a grande base da pirâmide ainda era de atendentes de enfermagem. Eu sou uma pessoa otimista por natureza, sou idealista, sou realista, altamente realista, mas sou uma pessoa otimista. Eu acredito na possibilidade da mudança, eu acredito na luta, eu acredito na possibilidade de

⁵ Link para os textos da coluna de Elda Bussinguer no A Gazeta é: <https://www.agazeta.com.br/colunas/elda-bussinguer>.

enfrentamento das situações e eu acredito na enfermagem. As mulheres são de luta, de resistência, são altamente resistentes, elas foram forjadas na dor, forjadas no sofrimento, mas isso não pode se transformar meramente em uma resiliência, isso precisa ser estimulado com condições para a luta.


Então, quando que eu digo “enfermagem agora”, “enfermagem já”, ou “é a hora da enfermagem”, eu estou dizendo “vamos para a luta, vamos buscar parceiros, vamos estabelecer conexões”. É preciso que a enfermagem tenha uma aproximação entre os profissionais, uma compreensão de que a luta é de todos. Não pode haver disputa entre enfermeiros, técnicos e auxiliares ou entre enfermeiros e médicos, a luta não é essa. A luta na enfermagem é por condições de trabalho que devem atingir a todos, inclusive o pessoal da equipe técnica, operacional e de outras frentes dos hospitais. É uma luta solidária, coletiva, que passa pela compreensão de que as classes mais desvalorizadas, tidas como subalternas, precisam se unir. Os direitos não são dados, são fruto de lutas por reconhecimento, eles devem ser impostos de alguma maneira.

Nesse sentido, a tentativa de glamourizar a enfermagem não é boa. No entanto, também é altamente nociva a tentativa de docilizar os corpos dos enfermeiros, os corpos das mulheres, tentando transformá-las em dóceis corpos que trabalham por amor à profissão.

Organizadoras: Quais sugestões de textos ou outras referências você indicaria para mais aprofundamento nas questões que você trouxe nesta entrevista?

Elda: Eu diria que todos precisariam ler a pesquisa “Perfil da enfermagem no Brasil”, feita pelo Conselho Federal de Enfermagem,





capitaneado pela professora Maria Helena Machado, uma socióloga⁶. Os dados brutos da realidade da enfermagem estão ali, foram colhidos no Brasil inteiro, e é chocante ver o resultado daquela pesquisa.

Outra indicação são os textos do programa da Organização Mundial da Saúde “Enfermagem Agora”, cuja patrona é a duquesa Kate Middleton⁷. Esse projeto, que precisa ser conhecido por todos, destaca que o mundo precisa de nove milhões de enfermeiros e que é preciso valorizar esses profissionais para que a profissão possa atrair jovens. Interessante é que o programa foi criado pela OMS antes da pandemia e que, mesmo em um país como a Inglaterra, lugar onde Florence Nightingale implantou no hospital Sam Thomas a primeira escola de enfermagem, onde o salário da enfermagem é muito diferente do verificado no Brasil, há problemas para a profissão. Na era do cuidado, os cuidadores devem ser muito valorizados e valorização profissional necessariamente exige salários compatíveis com a grandeza da profissão.

Organizadoras: Para encerrar a entrevista, fica aberto o espaço para suas palavras finais.

Elda: A enfermagem precisa se transformar em objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, pois se trata de uma profissão interdisciplinar, transdisciplinar. Nesse sentido, é importante que profissionais do Direito, da Antropologia e de outras áreas se preocupem com a enfermagem. São essas as conexões que a enfermagem precisa fazer, as conexões na academia, as conexões nas organizações da sociedade civil, nos movimentos sociais. A enfermagem precisa sim estabelecer redes,


⁶ MACHADO, Maria Helena (coord.). *Perfil da enfermagem no Brasil*: relatório final. Rio de Janeiro: Fiocruz/COFEN, 2017. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/pdfs/relatorio-final.pdf>.

⁷ Site oficial do Programa no Brasil: <http://nursingnowbrasil.com.br/>.

conexões, de apoio, não apenas a enfermagem, mas as mulheres, porque a luta da enfermagem também é a luta das mulheres.

A minha palavra é uma palavra de estímulo, é uma palavra de que compreendam a enfermagem a partir de novos significados, é pensar a enfermagem, refletir sobre a enfermagem, é lutar pela enfermagem e não nos acomodarmos com as condições adversas, que muitas pessoas vão docilmente aceitando, como se fossem favores. É preciso repensar o lugar da enfermagem, um lugar que busque condições de igualdade no trabalho, bem como pensar nas especificidades da profissão e em como dar garantias a quem a exerce.





Reflexões sobre saúde mental, pandemia e autocuidado

Paula Gabriela de Souza Pinto

Psicóloga Clínica. Doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Organizadoras: Na sua experiência de psicóloga clínica, como a pandemia tem afetado a saúde mental das pessoas?

Paula: O primeiro ponto que quero destacar é que ninguém estava acostumado com uma pandemia. Toda a situação em torno da Covid-19 foi uma surpresa e ainda estamos em um processo de adaptação. Muitas pessoas têm procurado ajuda psicológica, porque estão se sentindo amedrontadas, ansiosas, e isso é normal. É normal em uma situação como essa ter medo, sentir-se inseguro, porque estamos vivendo uma série de incertezas. Nossa saúde mental é influenciada por vários fatores: fatores políticos, fatores sociais etc. Por isso, não podemos responsabilizar apenas as pessoas individualmente, pois existem questões estruturais que produzem sofrimento psíquico.

Falo isso porque, muitas vezes, achamos que o cuidado em saúde mental é um cuidado apenas pessoal, individual e subjetivo, mas precisamos pensar que para além do cuidado individual é necessário pensar saúde mental de forma macro. Essa pandemia chegou e ela está afetando todas as pessoas de formas e dimensões diferentes. Afeta mulheres de formas diferentes, homens de formas diferentes, populações negras, populações indígenas têm sido afetadas de formas diferentes, mas é um fato que a situação tem afetado todo mundo.

Além disso, é importante lembrar que, quando se discute saúde mental, alguns setores apresentam como “soluções” os manicômios e as clínicas psiquiátricas de internação, como se fossem um meio de saúde mental. O que o isolamento durante a pandemia revelou de forma patente é que isolamento não é uma prática de saúde, no sentido de que não beneficia a nossa saúde, pelo contrário, ele nos afeta de várias formas. Então, esse momento pode ser pensado como um espaço para pensarmos nas maneiras como, de modo geral, investe-se em saúde pública, em saúde mental.

É comum a sociedade se deparar com uma pessoa que tem algum tipo de transtorno mental e responder no sentido de que ela precisa ser internada, isolada da sociedade. É o que se observa nos projetos de internação compulsória. Por isso, ao nos depararmos com a situação atual da pandemia, em que todo mundo precisa ficar em casa contra a própria vontade, percebemos que isso gera estresse, ansiedade, medo etc. Assim, começamos a entender que é preciso pensar práticas de saúde mental longe dessa lógica manicomial. Não à toa que os profissionais da saúde – tanto psicólogos quanto psiquiatras – têm travado uma luta em torno de mais investimentos nos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Hoje, os equipamentos públicos que cuidam da saúde mental são poucos. Por exemplo, quando pensamos em adoecimento mental, se uma pessoa falar “preciso de atendimento psicológico gratuito, onde eu encontro?” é difícil responder, por vários motivos.

Diferente do adoecimento físico, negligenciamos nossa saúde mental. Se temos uma dor de cabeça recorrente, um pé quebrado, algum sintoma que preocupe, corremos para médico, mas se estamos com alguma questão emocional, alguma questão psicológica, na maioria das vezes achamos que a amiga vai dar conta de nos aconselhar, ou uma figura religiosa, ou até nós mesmos. E acabamos evitando, procrastinando



aquele sofrimento, até chegar a uma situação muito grave, na qual a pessoa precisará de um psiquiatra ou de um psicólogo.

Organizadoras: Você mencionou que a pandemia tem afetado as pessoas e grupos sociais de formas e dimensões diferentes. Pensando na sua formação, que soma a psicologia aos estudos étnicos raciais, como fica o cuidado e o autocuidado das mulheres negras, especialmente na pandemia?

Paula: A primeira informação interessante, que quem discute gênero já deve conhecer, é que as mulheres se cuidam bem mais que os homens. Atualmente, muitos dados têm sido divulgados sobre como a Covid-19 acomete mais e de forma mais grave os homens¹, e isso tem relação com a questão da higiene e dos hábitos.

Pensando em termos históricos, às mulheres foi designado o cuidado, o cuidar do outro. Pensando agora nas mulheres negras, há uma problemática muito maior, porque envolve a história nacional do período da escravização, em que o corpo negro era um corpo destinado ao trabalho, bem como a muitas práticas de abuso. Carregamos esse corpo que foi escravizado, foi vendido, e não estamos acostumadas a olhar para nós mesmas, a cuidar de nós mesmas. Além disso, muitas mulheres negras estão em trabalhos subalternos, precários, e são maioria das pessoas que hoje trabalham como empregadas domésticas, cuidando de outras pessoas. Então, essas mulheres que, na maioria das vezes, cuidam das suas famílias, cuidam de muitas pessoas, não se cuidam.

É difícil reconhecermos esse cuidado, olhar para nós mesmas, pensar em práticas de autocuidado. Estamos vivendo um contexto no qual se fala muito de afeto, de saúde mental, de autocuidado, mas o fato

¹ POR QUE o coronavírus está matando mais homens que mulheres? *BBC News Brasil*, 8 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52209630>.


de falarmos tanto sobre essas coisas mostra o quanto é difícil, de fato, vivê-las. Temos uma dificuldade enorme de nos cuidar, de tirar um tempo, de conseguirmos nos alimentar bem, de conseguirmos identificar relações abusivas e de pôr fim a essas relações. Tudo isso faz parte da autocuidado e revela que para a maioria das mulheres há muito mais uma facilidade em cuidar do outro, em estar disposta para o outro, mas quanto a olhar para si mesma, muitas não conseguem cuidar de si.

Organizadoras: Nos estudos do cuidado, em especial no Brasil, falamos do papel das trabalhadoras domésticas, em especial porque elas são as cuidadoras históricas do país desde a colonização. Nesse sentido, são as mulheres negras que permitem a manutenção da vida no Brasil há séculos. Você mencionou o fato de elas desempenharem o papel de cuidadoras constantes e a negação social do cuidado para elas mesmas e para suas famílias. Na pandemia, para piorar a situação, um número expressivo dessas trabalhadoras ficou sem renda, em especial as diaristas. Essas questões chegam até você?

Paula: Atualmente eu atendo muitas mulheres negras. Acho que 90% das pessoas que eu já tratei são jovens negras, na faixa etária entre os 20 e 28 anos. Quando eu olho para os relatos dessas mulheres e, para as mulheres que fazem parte de outro recorte, eu percebo que muitas famílias negras então vivendo o desemprego, as mães foram demitidas. Essa realidade tem um efeito muito grande e precisaremos pensar quais serão os impactos psicossociais pós-pandemia, porque as pessoas estão perdendo o emprego agora, mas o impacto disso não é só imediato, no mês seguinte, mas sim prolongado.

Além do desemprego, há outros fatores que percebo nas pessoas que procuram atendimento psicológico. O sofrimento de uma pessoa negra, uma mulher negra, em comparação a outras pessoas é bastante





diferente, porque há vários marcadores de raça e gênero por trás desse sofrimento. Muitas mulheres negras são reesponsáveis pela manutenção da família inteira, incluindo as filhas e filhos, os netos e netas. Elas assumem a responsabilidade financeira da família e não têm rede de apoio, não têm para quem pedir, não têm com quem contar. Nesse contexto, a maioria dessas mulheres são mães solas, não têm companheiros, e esse é um outro fator para reflexão: as mulheres negras precisam e estão se virando sozinhas, o que adoce qualquer pessoa. Como vamos pensar a saúde mental se a preocupação maior é em sobreviver, em dar conta do que é muito básico, como a alimentação e a moradia?

Organizadoras: Há notícias de que a pandemia tem gerado muito estresse e esgotamento nos profissionais da saúde que estão na linha de frente do combate da Covid-19². Há, inclusive, a notícia do suicídio de uma médica nos Estados Unidos³. Como está a saúde mental desses profissionais?

Paula: A maioria dos profissionais de saúde estão adoecidos e não se cuidam. Isso é muito contraditório, porque são pessoas que cuidam cotidianamente do outro, mas quando questionamos “quem cuida de você?” ou “como você se cuida?”, muitas respondem que não têm ninguém ou que não se cuidam. Eu trabalho com meus alunos desde o primeiro semestre da graduação em Psicologia até o décimo semestre reforçando que profissionais da saúde precisam se cuidar, que isso é um pré-requisito, uma coisa fundamental. Quem trabalha na área de saúde e não tem um autocuidado muito bom, ou quem é psicólogo e não faz terapia, não dá

² PESQUISA revela que síndrome de ‘burnout’ atinge 83% dos profissionais de saúde na linha de frente contra a Covid-19. *O Globo*, 6 set. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/pesquisa-revela-que-sindrome-de-burnout-atinge-83-dos-profissionais-de-saude-na-linha-de-frente-contra-covid-19-24626945>.


³ MÉDICA da linha de frente contra coronavírus comete suicídio nos EUA. *Folha de S. Paulo*, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/medica-da-linha-de-frente-contra-coronavirus-comete-suicidio-nos-eua.shtml>.

conta da demanda do trabalho. Temos nossas vidas, nossas demandas, nossas questões que precisam ser cuidadas para conseguirmos cuidar de outra pessoa. Então, as pessoas que trabalham no serviço público na área da saúde, em sua grande maioria, estão extremamente adoecidas, porque são tomadas pelo trabalho e não conseguem fazer pausas para se cuidar. São pessoas que reconhecem a necessidade do atendimento, mas, de forma contraditória, são resistentes em procurar ajuda.

Acho que o suicídio também é um tabu, uma discussão que precisa ser feita sobre saúde mental. As pessoas têm cometido cada vez mais suicídio e a se fala pouquíssimo sobre isso. É preciso uma discussão mais ampliada sobre o que é o suicídio, para desmistificar o tema, especialmente para a parcela da população que ainda trata a saúde mental como fraqueza, como “falta de Deus”. Por exemplo, uma fala muito presente na vida das mulheres é de que precisamos ser fortes, mas esse “ser forte” está ligado a não reconhecer o sofrimento, não chorar, ter que dar conta de tudo. Com o amadurecimento, percebemos que não é mais forte quem não chora, mas quem realmente se percebe, consegue identificar seu sofrimento e fazer uma elaboração disso, se fortalecer. Quanto mais acumulamos, negamos e vivemos como se nada tivesse acontecido, mais isso gera vulnerabilidades. Precisamos desmistificar essa ideia de que mulheres fortes não precisam de ajuda, de que mulheres fortes não fazem acompanhamento psicológico, não choram, porque isso não é verdade.

Os profissionais da saúde precisam de atenção, porque se não olharmos para nós como profissionais da saúde que precisam de cuidado, é impossível seguir de forma saudável, porque não damos conta de cuidar das pessoas. Quem está na linha de frente vê a quantidade de casos, atende essas pessoas e chega em casa preocupado, porque esses profissionais também têm famílias e não querem contaminá-las. O nível de preocupação e de





estresse é muito alto de pensar “será que eu vou infectar minha família?” ou “será que eu me higienizei bem?”. Também não podem visitar parentes, como a mãe ou a avó, porque são grupos de risco.

Além disso, viver esse momento em que muitas pessoas estão morrendo com a Covid-19, em que medidas precisam ser tomadas, mas o governo parece fazer o contrário, também tem gerado adoecimento. Isso porque o contexto atual entra em contradição com o que o profissional da saúde acredita. Essas pessoas que trabalham na linha de frente da Covid-19 estão dedicando todo um trabalho, com muita luta, e de repente se deparam com notícias, com entrevistas do presidente e de outros representantes públicos contradizendo tudo o que esses profissionais estão fazendo.

Organizadoras: Para finalizar, perguntamos se você gostaria de complementar alguma coisa ou apresentar suas considerações finais.

Paula: Quero ressaltar que não estamos passando por um período fácil. Todo o mundo está vivendo isso e é fundamental que nos cuidemos. Se alguém perceber que a ansiedade está muito alta, que sozinho ou sozinha não está dando conta, procure ajuda. No site do Conselho Federal de Psicologia⁴ há projetos, pessoas que estão fazendo atendimentos voluntários, gratuitos. É importante reconhecer quando precisamos de ajuda profissional.

Além disso, o isolamento é uma situação completamente inusitada e, para quem conseguir, é importante tentar seguir uma rotina mínima. Há pessoas que estão estudando, que estão trabalhando, então, não é preciso cobrar em relação a ter que acordar cedo e fazer yoga ou malhar em casa por exemplo, mas, dentro do seu próprio processo, é muito importante tentar manter essa rotina mínima. Para quem está

⁴ Acesso em: <https://e-psi.cfp.org.br/>.

Paula Gabriela de Souza Pinto

percebendo que a ansiedade está crescendo, que está muito preocupado, que está sofrendo demais, procure ajuda, procure psicólogos, para que você possa ter esse atendimento. Precisamos nos cuidar. Nesse momento, sobretudo, o cuidado é muito importante para que possamos sobreviver e passar por isso.



An abstract illustration featuring several stylized houses in various colors: a large blue house at the top, a brown house on the left, and a red house at the bottom right. Green foliage, including leaves and stems, is scattered throughout the scene. The background is a light beige color. The text is centered over the middle of the image.

**Cuidado infantil e
políticas públicas**



Gênero, cuidado e creches

Mariana Mazzini Marcondes

Professora Adjunta do Departamento de Administração Pública e Gestão Social da UFRN, docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP/UFRN) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do Ministério da Economia (em vacância). Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), mestra em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV). Pesquisa gênero e políticas públicas, desigualdades e política social, gestão social e política comparada.

Organizadoras: Considerando seus estudos sobre cuidado nas políticas públicas, como você analisa esse tema no Brasil da atualidade? Como a gestão pública tem lidado com o cuidado, especialmente das crianças pequenas, agora na pandemia?

Mariana: No tema do cuidado, o que nós, feministas, temos discutido sobre esse momento é que, embora algumas pessoas achem que foi na pandemia que nasceu a louça suja na pia e algumas pessoas descobriram que máquina de lavar não apita igual micro-ondas quando acaba, a verdade é que essas realidades já existiam; algumas pessoas é que simplesmente não conheciam essa realidade. Então, o que temos discutido é que a pandemia tem escancarado algumas realidades, tem aprofundado outras, mas não necessariamente ela tem produzido uma realidade nova. Assim, quando a gente foca na questão do cuidado infantil é interessante pensar o que é o cuidado e o que mudou nessa realidade, o que se escancarou e o que se aprofundou.


Quando se discute o cuidado, há milhares de formas de olhar para a questão: há o olhar de quem realiza o cuidado, o olhar de quem trabalha de forma remunerada com o cuidado, o olhar de quem milita

nos movimentos feministas em relação ao cuidado e os olhares dos especialistas, que também são diversos, porque podem vir da Sociologia, do Direito, da Economia, da Psicologia. O olhar que eu trago é da política pública, que é um dos olhares, é uma pequena peça dentro desse mosaico. Então, a partir do olhar do cuidado e da política pública, o primeiro desafio é que o cuidado tem uma certa dificuldade de “sentar na mesa” com a política pública em pé de igualdade. Nesse sentido, o primeiro drama das políticas públicas em relação ao cuidado é a própria construção do cuidado enquanto um problema público que seja legítimo, porque o cuidado não é reconhecido como um problema público legítimo, para que sejam construídas ações públicas em relação a ele, ou seja, para que haja a garantia de direito, a política pública, o financiamento público dessas ações, profissionais com remuneração adequada. Então, ele não é assumido como um problema público e esse é um desafio.

O segundo drama dessa conversa entre cuidado e política pública é que ele não é assumido como a relação do cuidado em si, essa relação complexa que envolve quem é cuidado, quem cuida ou cuidar de si, ele é fatiado. Olha-se, na verdade, para quem precisa de cuidado e é isso que a política pública legitima, o olhar setorializado: o cuidado infantil, o cuidado da pessoa idosa, o cuidado da pessoa com deficiência, completamente separados, como se fossem mundos diferentes.

Aqui entra o terceiro drama, que nos leva para discussão do cuidado infantil, que é assimetria em relação a esses cuidados legitimados. Se pensarmos no ciclo de vida, tomando como um exemplo os dois pontos do ciclo de vida que mais emanam cuidado na trajetória, que são a infância e a velhice, o que se percebe é que o Estado reconhece essas necessidades de forma diferente também. O cuidado com os idosos é reconhecido pelo Estado de forma subsidiária, ou seja, se o idoso não tem vínculo familiar, ou é muito pobre. Já o cuidado infantil é diferente, ele é reconhecido porque está associado à educação. Se refletirmos sobre a





forma como se estrutura a educação infantil no Brasil, ela é regida por uma chave chamada “indissociabilidade do educar e do cuidar”, que quer dizer que o cuidado é legítimo quando associado à educação. Isso cria uma “vantagem” nesse debate, porque o cuidado infantil é a forma de cuidado mais reconhecida, mas cria um desafio também, porque a medida que ele é reconhecido é exatamente a medida da educação, ou seja, o cuidado só é reconhecido como uma política pública, como uma ação legítima do Estado, se tem educação. E isso cria desafios.

Pensando agora na pandemia, usando o caso da creche e da pré-escola como foco do debate, chamo atenção que se cuidado infantil é legitimado na medida da educação, a primeira medida tomada como distanciamento e isolamento social é, justamente, a paralização das atividades educacionais em todo o ciclo, desde a educação infantil até o ensino superior. Isso significa uma refamiliarização muito violenta do cuidado. Violenta em diversos sentidos, porque há desdobramentos envolvendo violência física, afinal as relações familiares são complexas, mas também em termos de volume de responsabilidades dentro das casas. Explico: o pouco do cuidado que se assumia como de responsabilidade do Estado está sendo devolvido, o que no momento de pandemia é necessário, pois não ter a educação funcionando é uma medida de distanciamento. O drama dessa medida é que a realidade do cuidado infantil passa a ser exclusivamente a realidade das famílias, que é muito diversa, escancarando e aprofundando as desigualdades em relação ao cuidado.


O caso do menino Miguel e de sua mãe, Mirtes¹, que aconteceu em junho de 2020 no Recife, é emblemático e sintetiza a minha resposta a esta pergunta. O menino era um menino negro, Mirtes era uma

¹ VALADARES, João. Menino de 5 anos que estava aos cuidados da patroa da mãe morre após cair de prédio. *Folha de S. Paulo*, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/menino-de-5-anos-que-estava-aos-cuidados-da-patroa-da-mae-morre-apos-cair-de-pre-dio.shtml>.

trabalhadora doméstica negra, que trabalhava para uma família, típica da elite brasileira: um prefeito de uma cidade pequena, que não mora na cidade que governa, chamado Sergio Harker, e a esposa, Sarí Corte Real. O que acontece é que muitas pessoas da elite não querem assumir as tarefas de cuidado, porque entendem não ser de sua responsabilidade, então elas mobilizam trabalhadoras domésticas para exercer o cuidado e o trabalho doméstico em geral. Mas como Mirtes exerce o cuidado? Ela não tem acesso à creche nesse momento da pandemia, por isso teve que levar a criança com ela para o trabalho, porque não tinha outra forma. E aqui entra uma questão dramática, pois o que une essas famílias muito diferentes é que as mulheres estão demasiadamente sobrecarregadas, porque são elas que assumem o trabalho de cuidado e não podem contar com uma rede de mulheres, como podiam contar antes, como as avós, as vizinhas. Por isso, Mirtes precisou levar Miguel para casa de seus patrões. Ela desceu para passear com o cachorro e Sarí Corte Real não teve paciência com Miguel, pois na construção da elite sobre o cuidado não é a patroa que tem o “dever” de cuidar de um menino negro filho da empregada. Sarí simplesmente abandonou a criança à própria sorte ao sair do apartamento e o menino, dramaticamente, morreu caindo do prédio.

Essa é a síntese do cuidado, do modo como temos lidado com o cuidado infantil de formas muito diferentes nesse momento de pandemia. Algumas pessoas podem mobilizar recursos que envolvem, justamente, colocar em risco outras pessoas. No caso da família de Miguel, Mirtes teve Covid-19 por causa da família dos patrões, pois ela continuou trabalhando. Portanto, é essa a forma que temos lidado com o cuidado infantil na pandemia: aprofundando e escancarando as desigualdades.





Organizadoras: Em sua tese de doutorado², você estudou a transversalidade de gênero nas políticas de cuidado infantil no Brasil, na Argentina e no Uruguai. Conte sobre sua pesquisa.

Mariana: Quando eu pesquisava creches no mestrado³ e trabalhava na Secretaria de Política Para as Mulheres (SPM), fui participar de um encontro do Mercosul, da antiga Reunião Especializada da Mulher (REM), no qual o Uruguai apresentou uma proposta de criação do Sistema Nacional de Cuidados e eu percebi que seria interessante fazer um estudo comparado de países da América Latina no doutorado. A discussão era sobre transversalidade de gênero, ou seja, resumindo muito, como seria possível estruturar condições institucionais para inserir a perspectiva da igualdade de gênero nas políticas públicas, especificamente nas políticas de cuidado, de forma a aproximar ao máximo as políticas das agendas feministas, das pautas do feminismo.

Assim, minha proposta no doutorado foi de olhar para a estruturação da transversalidade de gênero no Brasil, na Argentina e no Uruguai durante o giro à esquerda, porque esses três países fizeram parte dessa conjuntura, que é bastante diversa, mas tem alguns elementos comuns. No Brasil, tivemos o Partido dos Trabalhadores no governo federal por um período longo de três governos e meio, por conta do golpe. No Uruguai, o *Frente Amplio* começou em 2005 e terminou em 2019. Na Argentina, com o Kirchnerismo via *Frente para la Victoria*, houve um período muito parecido com o do Brasil, iniciando e finalizando na mesma época. A comparação é interessante porque eram períodos de governos de esquerda contínuos, dos quais se esperam avanços das pautas feministas.


² MARCONDES, Mariana Mazzini. *Transversalidade de gênero em políticas de cuidado: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda*. 2019. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

³ MARCONDES, Mariana Mazzini. *A corresponsabilização do Estado pelo cuidado: uma análise sobre a Política de Creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

Assim, minha curiosidade era saber o que esses períodos de continuidade de governos de esquerda nesses países significaram em termos de transversalidades de gênero e política de cuidado. O que verifiquei é que os três casos têm relativa semelhança, diversos elementos em comum, mas resultados muito diferentes em relação ao cuidado. O Uruguai, por exemplo, apesar de todas as limitações, teve avanços da perspectiva de transversalidade integrada, ou seja, houve um esforço de trazer a perspectiva de gênero para o foco das políticas de cuidado e as políticas de cuidado ganharam muita centralidade. Houve a estruturação de um Sistema Nacional Integrado de Cuidados (SNIC), que se tornou a grande agenda do terceiro governo do *Frente Amplio*, que eles chamaram de *buque insignia*, como se fosse o grande navio que “levaria” as políticas sociais, com amplo consenso. Quando houve a votação da legislação uruguaia sobre o SNIC, todos os partidos aprovaram, havendo a criação de um consenso fruto do trabalho do movimento femininas – não foi obra divina. Nesse processo, ocorreu a revisão das licenças para cuidado de filhos e criação de uma licença parental de meio período.

No Brasil ocorreu uma situação intermediária. As creches ganharam maior importância, certa centralidade, saindo do financiamento da Assistência Social e entrando no sistema educacional na sua plenitude. Nesse período, foram desenhadas políticas de priorização da creche e da pré-escola no governo federal, que entraram no PAC-2 (Programa de Aceleração do Crescimento 2). Apesar do processo de priorização, ele veio muito mais atrelado à discussão da educação do que de uma perspectiva de gênero, preocupação que existiu, mas foi marginal. No caso das licenças, houve alguns avanços, por meio de novas legislações, mas voltadas a um setor do mercado de trabalho já bastante protegido, que é o serviço público, e às empresas de maior arrecadação, por meio do Programa Empresa Cidadã. Assim, tivemos um avanço, que foi aumentar





a licença-maternidade, podendo chegar 180 dias, e a licença-paternidade, podendo chegar a 20 dias, mas limitado a poucas pessoas efetivamente.

No caso da Argentina, houve também um avanço em relação à educação infantil, mas muito mais limitado do que acontece no Brasil e no Uruguai. Fez-se a reorganização das creches, com uma atenção maior para os 3 anos, do que para os 0 a 2. Já no caso das licenças, houve muito debate, mas nada mudou nas regras gerais. Ainda assim, houve avanço em relação a alguns públicos que são importantes, por exemplo, das trabalhadoras domésticas, que tiveram garantida a licença-maternidade. Importante lembrar que, nesse caso, não consideramos o governo de esquerda atual.

Para nós, que estamos preocupadas com o cuidado e o feminismo, a perspectiva comparada é interessante porque permite enxergar coisas que muitas vezes normalizamos, mas que não são normais para todo mundo, ou que não prestamos muita atenção e outras pessoas prestam. Por exemplo, no Brasil as creches são voltadas para crianças de 0 a 3 anos, sem diferenciação – ao menos em tese, apesar de haver estados e municípios que priorizam crianças de 2 a 3. Já no Uruguai, essa diferença etária é um dado: as crianças menores, de 0 a 2 anos, estão na educação não formal, que não tem obrigação de universalização, e sim uma priorização para os públicos vulneráveis. Esse modelo permite uma priorização da universalização para etapas, ou seja, volta-se para os 3 anos, porque como já foi universalizado até 4, agora o foco são os 3 anos, o que organiza a política da educação infantil em etapas diferentes, o que é muito diferente do desenho brasileiro.

A pesquisa comparada abre espaço para aprendizagens interessantes, que podemos aplicar aqui. Outra experiência uruguaia são as casas comunitárias de cuidado, que por um lado é interessante porque incorpora a lógica da complementação, mas por outro soa estranho

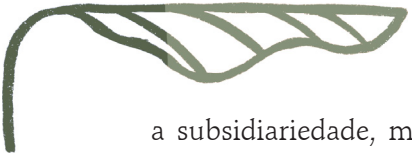
aqui no Brasil por lembrar o debate das mães-crecheiras, pois a ideia é justamente profissionalizar mulheres que já cuidam em casa. Então, é interessante trazer esses olhares diversos, ver como as coisas estão acontecendo em outros lugares e pensar alternativas para sair da solução que sempre se tem encontrado.

Organizadoras: O cuidado é socialmente entendido como uma responsabilidade individual das mulheres, que precisam se desdobrar nas diversas tarefas de seu cotidiano, mas sua resposta anterior traz a reflexão sobre o papel do Estado e das famílias no cuidado. Explique a noção de corresponsabilização do Estado pelo cuidado.

Mariana: Quando pensamos em famílias heterossexuais, há uma divisão de responsabilidades entre os sexos muito estabelecida, em que as mulheres assumem o cuidado. Por isso, o termo corresponsabilização traz a ideia de corresponsabilizar os homens pelo cuidado. Além disso, saindo da visão do cotidiano das casas e olhando para as macroinstituições, ou seja, para o Estado, para família e para o mercado, também identificamos essa divisão das responsabilizações, pois são as famílias que as assumem.

Por isso, como eu citei anteriormente, o primeiro drama do cuidado é ser considerado legítimo diante da política pública, em medida semelhante à saúde e educação, por exemplo. Porque a visão que a sociedade tem do cuidado é o cuidado familiar, a responsabilidade é familiar, de forma que Estado e mercado entram de forma subsidiária: o mercado entra quando a família pode pagar e o Estado entra quando a família “não dá conta do recado”. Subsidiariedade pode parecer um termo complexo, mas a ideia é justamente do “não dar conta”, ou seja, quando a família “não dá conta”, seja porque é pobre, seja porque é uma família monoparental etc., ali entra essa visão. Claro que defendo





a subsidiariedade, mas é preciso manter-se atento ao que essa palavra significa no campo das políticas públicas.

Sendo assim, pensar em “corresponsabilização” do Estado é dizer que o Estado não é subsidiário das famílias, mas sim é corresponsável. Muda-se radicalmente, pois estamos dizendo que o Estado deve ser igual à família na responsabilização pelo cuidado. E como que a gente responsabiliza os Estado? Por meio de garantia de direitos e implementação de políticas. No primeiro caso, corresponsabilizar o Estado pelo cuidado está atrelado à agenda feminista e à reivindicação do direito ao cuidado, direito que abarque a relação de cuidado comum todo, integrando cuidadoras, quem é cuidado, o cuidado de si. No segundo caso, a corresponsabilização do Estado por meio de políticas públicas pode envolver diversas frentes: as creches, que são um meio de desfamíliação parcial do cuidado, ou seja, de o Estado assumir a provisão do cuidado por um período, juntamente com a educação; a valorização de quem cuida, tanto de forma remunerada ou não, o que pode ser feito por meio de políticas de salários dignos, com garantias de direitos para as pessoas que cuidam, como a previdência social para as donas de casa; a garantia de direitos e de remuneração digna para as trabalhadoras domésticas remuneradas; a proteção à maternidade, por exemplo via licença-maternidade, que é uma forma de valorizar quem cuida. No entanto, tem uma outra parte dessa agenda, que se discute menos, que é como o Estado pode, por meio de direitos e políticas públicas, corresponsabilizar quem não está cuidando. Um exemplo de quem não está cuidando são os homens, então a licença-paternidade e a licença parental são formas de coresponsabilizar quem não cuida.

A discussão sobre corresponsabilização é muito feita pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, por meio dos

Consensos, especialmente Consenso de Quito⁴ e o Consenso de Brasília⁵, que são os documentos produzidos pelas Conferências Regionais sobre as Mulheres da América Latina e do Caribe. Então, a CEPAL é responsável por parte significativa do uso dessa terminologia no debate público da América Latina. Por isso acho interessante trabalhar com essa noção de “corresponsabilização”, porque ela é uma linguagem falada em outros países, então você vai encontrar essa palavra sendo usada na Argentina, no Uruguai, Bolívia. A relação entre os movimentos feministas e os organismos internacionais é sempre complexa, porque se por um lado pode-se perder parte da identidade do movimento, por outro ganha-se em linguagens comuns, em pautas comuns. Portanto, é ambíguo, mas esse é um debate que a CEPAL trava e que deve ser considerado.

Organizadoras: Entrando especificamente no tema das creches, um dado conhecido no Brasil é o déficit de creches públicas. Além disso, na pandemia, as creches fecharam temporariamente. Como isso impacta na vida das mulheres?

Mariana: É cedo para termos dados sistêmicos sobre a realidade atual, porque ainda não temos uma PNAD sobre este período⁶. Mas usando a metodologia de olhar a pandemia como algo que escancara e aprofunda desigualdades, podemos olhar para a realidade anterior e pensar em que medida que isso é escancarado e aprofundado. Pensando

⁴ COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. *Consenso de Quito*. Décima Conferência Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. Quito, Ecuador, 9 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/29489/dsc1e.pdf>.

⁵ COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. *Consenso de Brasília*. Décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Brasília, DF, 16 de julho de 2010. Disponível em: http://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/5/40235/Consenso-Brasilia_ESP.pdf.

⁶ Nota das organizadoras: conforme frisamos na Apresentação deste livro, esta entrevista, assim como as demais, foram feitas nos primeiros meses de pandemia, momento em que ainda não tínhamos dados suficientes sobre a pandemia. Especificamente, a entrevista com a Mariana foi gravada em 7 de junho de 2020.





nos dados de acesso a creche de 2008, cerca de 35% das crianças de 0 a 3 anos acessava a creche.

Um breve parêntesis nessa discussão: a creche é a etapa no sistema educacional não obrigatória, a única etapa não obrigatória. Desde 2016, a pré-escola se tornou obrigatória. Então, o que acontece, de 0 até 3 anos e 11 meses, é que as crianças não são obrigadas a ir para a creche. Por isso é importante tomar certo cuidado para não parecer que estamos dizendo que as outras crianças não estão acessando as creches porque não tem vaga, porque não é exatamente isso. Pesquisas feitas no Brasil, pelo IBGE⁷, também na Argentina, no Uruguai e em outros países da América Latina, revelam que uma das principais razões alegadas pelas famílias para crianças de 0 a 3 anos não irem à creche é achar que não é necessário nessa idade.

Por outro lado, também precisamos ter cuidado com os dados sobre a fila na creche, porque há uma demanda reprimida que não é computada. O que acontece é que nesses números aparece apenas quem está tentando acessar a creche, mas muitas famílias nem tentam, porque já partem pressuposto que não vai ter vaga. Conseqüentemente, quando começa a haver uma expansão da rede de creches, há uma tendência que essa fila aumente e não diminua, porque estimula a percepção de que essa política existe e é acessível – “se minha vizinha conseguiu uma vaga na creche, eu também consigo”. Seja como for, há uma quantidade muito grande de demanda por creche não satisfeita, que varia entre estados, municípios e classes sociais. A demanda da classe média e da classe alta é atendida, em geral, por creches privadas; mas para as famílias empobrecidas, as creches públicas são especialmente importantes, porque é com que a família vai contar, ou é isso ou é a creche clandestina da vizinha. Conseqüentemente, é fundamental o acesso a creche.

⁷ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100137.pdf> (p. 33).


Frente a tudo isso, a realidade atual cria uma dificuldade grande, porque as creches, ainda que insuficientes em número de vagas, ainda que com jornadas que não cobrem todo o período de trabalho e deslocamento das mães, são suporte fundamental para as famílias. Não é à toa que a trabalhadora doméstica Mirtes Renata de Souza falou sobre isso quando a morte de seu filho foi noticiada⁸: ela disse que a creche fechou, por isso não tinha com quem deixar Miguel para ir à casa dos patrões. No contexto da pandemia, vemos essa realidade que já era muito complexa, que já era desigual, escancarada e aprofundada.

Por isso, mesmo que não tenhamos ainda dados estatísticos, podemos esperar uma realidade de refamiliarização praticamente completa do cuidado, exceto para aquelas famílias que contam com trabalho doméstico remunerado e que não liberaram as trabalhadoras domésticas com remuneração. Para todas as outras famílias, o cuidado infantil está se dando dentro de casa, e a forma desse cuidado depende da realidade de cada família, que é absolutamente desigual. Não tem uma resposta única, mas minha hipótese, fundamentada em evidências, é que quem está cuidando das crianças são as mulheres, principalmente as mães ou as filhas; esse é um cuidado que sobrecarrega especialmente das mulheres negras empobrecidas, porque as condições de cuidado são muito diferentes, que vão desde ter ou não uma máquina de lavar, até as condições de habitabilidade, uma realidade muito diferente e com uma sobrecarga gigantesca, que ainda pode se somar a casos de violência. A ponta do iceberg mais visível dessa realidade tão desigual entre as famílias é a violência doméstica.

⁸ Em 4 de junho de 2020, o menino Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, filho de Mirtes, ficou sob o cuidado da patroa Sari Corte Real e caiu do prédio. Para mais informações:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/menino-de-5-anos-que-estava-aos-cuidados-da-patroa-da-mae-morre-apos-cair-de-predio.shtml>.





Organizadoras: Para entendermos melhor a questão da oferta de vagas nas creches, e até os pedidos feitos judicialmente para que os municípios ampliem esses serviços, queremos tratar das creches conveniadas. Elas são uma parceria com o Estado para que existam mais vagas para mais crianças, mas ouvimos que algumas oferecem serviços de qualidade inferior ao das creches públicas, pagam menos às trabalhadoras e as jornadas de trabalho são maiores. Qual sua posição em relação às creches conveniadas?


Mariana: Para situarmos o debate sobre creches conveniadas é preciso entender um pouco sobre a realidade público-privada das creches no Brasil, porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) prevê que as creches são públicas ou privadas. A creche pública é aquela ofertada pelo Estado, tendo os municípios competência federativa para isso; é o que eu chamaria de creche pública genuína. A creche privada se subdivide, pois quem presta o serviço é uma instituição privada que pode ser com fins lucrativos ou sem fins lucrativos; com fins lucrativos é aquela creche, por exemplo, contratada por famílias que pagam o serviço e levam seus filhos, ela tem que seguir regras estabelecidas pelo Estado, mas ela é ofertada pela iniciativa privada; já a creche privada sem fins lucrativos pode ser comunitária – pessoas da comunidade organizam a oferta do serviço –, confessional – ligada à Igreja –, ou filantrópica – possui estrutura de filantropia, com certificado de reconhecimento da condição de entidade filantrópica.

O convênio é uma forma de parceria, entre uma instituição pública e uma instituição privada necessariamente sem fins lucrativos, seja confessional, comunitária ou filantrópica. O tema é complexo, envolvendo um debate muito polarizado. Usando como exemplo dois polos extremos: de um lado, a opinião de que as creches precisam ser 100% públicas; de outro, a visão de que todas devem ser ligadas ao terceiro setor. As pessoas que defendem a primeira opinião poderiam argumentar

que se há um direito, previsto na Constituição, o Estado que tem que garantir tanto as vagas quanto a qualidade, a fiscalização, um padrão remuneratório das trabalhadoras do cuidado. Já quem defende a segunda visão pode alegar que o Estado não consegue prover, então quem tem que prover é o terceiro setor, ou seja, organizações da sociedade civil. Um primeiro argumento nesse sentido é de que o Estado muitas vezes não tem vínculo com o território, e a história das creches é uma história ligada às organizações da sociedade civil, então essas organizações conseguem se inserir na comunidade, sejam as comunitárias, as filantrópicas, ou as confessionais. Outro argumento é que as creches privadas sem fins lucrativos conseguem prover um serviço de melhor qualidade, porque elas podem ter recursos e fazer parcerias que o Estado não acessa – a Igreja, inclusive, é uma fonte muito importante de assistência social e de educação no Brasil. Por fim, o terceiro argumento, que é o mais atraente para o(a) gestor(a) público, é que de elas não dependem de licitação, não precisam seguir regras do orçamento público, ou seja, é muito mais fácil ampliar o serviço por meio de uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, ou até por meio de Organização Social (OS).

Nesse sentido, a judicialização das políticas de creche tem essa externalidade negativa. No município de São Paulo houve um caso de *advocacy* de uma organização que defende o direito à educação que obrigou a Prefeitura municipal a ofertar 150 mil vagas em creches. Isso foi feito sem considerar o orçamento do município, sem considerar a necessidade de um plano de preenchimento dessas 150 mil vagas. E vale dizer que esse pleito não surgiu do além, pois o aumento das vagas estava programa de metas da gestão, que era de Fernando Haddad (2013-2016). A questão é que a Justiça condenou a Prefeitura, mas como garantir essas vagas? A prefeitura não conseguiria construir creches públicas, porque isso demandaria que ela tivesse os terrenos, os recursos no orçamento, somado ao tempo de obra etc. Então, qual foi a saída? Conveniar, porque





era a forma de ampliar a rede no prazo exigido judicialmente. Portanto, esse é um debate complexo, porque as decisões geram efeitos práticos à gestão pública e isso precisa ser pensado quando se fala em judicialização de políticas públicas.

Agora, pessoalmente, eu entendo essa polarização como algo ruim. O Estado deve prover esses serviços, que são direitos, mas não necessariamente precisa prover diretamente. Não acho que é um problema o Estado ter parcerias, mas é preciso discutir os termos dessas parcerias. É preciso criar um padrão que seja único, pois não se pode ter creches conveniadas remunerando de forma diferente, com a forma de prestar o serviço diferente. Se o argumento é que as organizações da sociedade civil não atendem ao mesmo padrão público, então devemos universalizar esse padrão e todas as creches, públicas ou privadas, precisam segui-lo. Isso envolve estabelecer critérios que sejam comuns, padrões de fiscalização etc. Assim, é possível ter creches conveniadas, mas a questão passa a ser: qual creche conveniada? Eu conheço casos de creches que surgiram do movimento de luta de moradia, ou seja, são creches foram construídas pelo movimento, com um nível de capilaridade muito grande dentro da comunidade. Em um caso como este, o Estado tem que fazer parceria, tem que financiar, tem que apoiar. O problema é que muitas vezes surgem organizações que não tem nenhum vínculo com o território, que entram nas seleções, estabelecem convênios, não conhecem a comunidade.

Por tudo isso, penso que o debate é menos ter ou não ter parcerias, mas quais os termos dessas parcerias, porque uma visão puramente estatalista é limitada. Precisamos valorizar o que as organizações da sociedade civil fazem, já que muitas têm história e é importante garantir condições de financiamento, de estrutura, para que elas continuem fazendo história. Dessa forma, acho que é importante trabalhar com a ideia de que, sim, o conveniamento pode ser importante, especialmente quando se tratam de organizações que têm vínculo com o território e

com as comunidades, que têm uma história. Esse é um caminho possível para esse debate.

Organizadoras: Para terminar, pedimos indicações de leituras e outras referências para aprofundamento nos temas que abordamos nesta entrevista.

Mariana: Quando o debate em pauta são as creches, eu acho importante conhecer a história, e tem muita história. E uma pessoa que tem essa e muitas outras histórias na carne é a Amelinha Teles. Amelinha faz parte dessa luta e mobilização, então recomendo conhecer a trajetória de mulheres como ela. Para além disso, pensando em textos mais acadêmicos, mas dialoguem com o debate do movimento, recomendo toda a produção da Fúlvia Rosenberg^{9,10}, porque o olhar dela é de uma feminista na educação. Além dela, indico toda a produção da Fundação Carlos Chagas¹¹, que é o espaço que tem a sistematização desse debate.


Em um sentido mais lúdico, um esforço que podemos fazer é olhar para filmes e livros que não falam necessariamente sobre o cuidado infantil, mas que trazem alguma personagem que cuida ou que é cuidado, e tentar construir um olhar sobre aquela personagem. Pensando em filmes sobre cuidado, tem dois que eu gosto muito: *A separação*, filme franco-iraniano de 2010, do diretor Asghar Farhadi; e *Amor*, filme de 2013 dirigido por Michael Haneke, que é voltado para o debate de cuidado dos idosos. Além disso, pensando no que é esse olhar do cuidado em relação as crianças, eu acho que somos muito “adultocêntricos”, porque dificilmente olhamos o mundo pela perspectiva das crianças. Um esforço nesse sentido são

⁹ ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 51, p. 73 -79, nov. 1984.

¹⁰ ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 151-197, 2001.

¹¹ Sugestão: Portal *História da Educação e da Infância*, da Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.abrirTopico.mtw?idTopico=6>.






filmes trazem o olhar das crianças. Apensar de não ter um filme ainda sobre como as crianças entendem a pandemia, uma sugestão pode ser *A Culpa é do Fidel*, filme de 2006 dirigido por Julie Gavras, que mostra a perspectiva de uma criança frente à realidade política.

Às vezes há uma armadilha no debate do cuidado infantil que é achar que as feministas só estão olhando para as mulheres. Eu gosto muito de uma frase da Fúlvia Rosemberg, em que ela diz: “Quando tento capturar o significado da força arrebatadora dessa reivindicação em mim, e entre certas feministas, encontro sua razão de ser num projeto radical de transformação da família, que pudesse resgatar não só a mãe, mas também o pai e o filho.” Acho que essa é a questão, já que somos muito adultocêntricos, minha recomendação é que façamos um esforço maior de entender o mundo das crianças, de conversar com as crianças, perguntar o que elas estão entendendo do que está acontecendo, explicar para elas. As crianças entendem, elas têm a forma delas de entender, às vezes mais inteligente do que a nossa.

Para terminar, quero enfatizar que o cuidado é o tema mais importante, não porque somos pesquisadoras do cuidado, mas porque é ele que garante a sustentabilidade da vida humana. Por isso, precisamos refletir mais, pensar mais sobre o cuidado, e dar a devida importância para ele, porque sem ele não sobrevivemos como espécie e nenhuma espécie sobrevive.



Cuidado infantil na pandemia: perspectivas de uma educadora da periferia de São Paulo

Shirlei do Carmo

Educadora infantil e diretora da EMEI Janete Clair da Rede Municipal de São Paulo.

Organizadoras: Como está a realidade das escolas de educação infantil durante a pandemia?

Shirlei: Nesse momento, temos uma espécie de hiato nas escolas. Primeiro, o espaço físico, que é um espaço público presente em todos os bairros, está fechado e isso tem um impacto tanto para educadores, quanto para a comunidade. Claro que entendemos a necessidade desse fechamento por causa da pandemia. Depois, há o problema do modelo de trabalho em home office, que para a educação infantil, para a primeira e primeiríssima infância, é bastante complexo, porque o trabalho em si é contato, é interação entre sujeitos: sujeito bebê ou criança e sujeito adulto. Então, nesse momento, estamos vivendo uma suspensão, tentando encontrar caminhos para não perder o vínculo afetivo com as crianças.

Organizadoras: Na nossa compreensão, cuidado e educação infantil estão intrinsecamente relacionados. Como você entende essa relação?

Shirlei: Para falar de cuidado e de educação infantil, é importante entender o espaço das creches e das EMEIs dentro da educação e da sociedade. A EMEI é a etapa da educação básica com as crianças mais


jovenzinhas; já o CEI não faz parte da educação básica, ou seja, não é reconhecido legalmente como um direito essencial, uma obrigação do Estado de oferecer. Assim, para nós enquanto sociedade, o desenho do que é a educação infantil ainda está em movimento, está sendo construído.

Passamos muito tempo colocando a educação infantil nesse lugar de pré-escola, ou seja, como uma etapa preparatória para o ensino fundamental. Nos últimos dez anos, principalmente, temos mudado essa perspectiva, buscando pensar a partir do ponto de vista das crianças, entendendo que elas são sujeitos. Aproximadamente 20 anos atrás a discussão era muito adultocêntrica, o que afirmo porque foi quando eu ingressei na educação infantil. Naquela época, tínhamos um outro ponto de vista de pensar infância e pensar o cuidado, era um olhar muito mais tecnicista, de pensar em coisas preparatórias, afinal a criança era um “vir a ser”.

Então, quando chegamos ao momento atual, o que estamos desenhando é o pensar as crianças, abordagem que muda também o corpo do educador de lugar, porque ele deixa de ser entendido na figura do adulto que vai levar tudo para criança. Passamos a olhar pessoas muito pequenas e entender que elas têm muita coisa para ensinar e para viver dentro daquelas relações. Esse processo não está posto, mas está em construção, algo bastante novo.

Além disso, esse espaço do cuidar na educação infantil é muito feminino. Por todo o contexto social, cuidar de alguém não é considerado algo de valor, e quem fica com os trabalhos que são considerados menos importantes são as mulheres. Se você vai a uma universidade, a maioria dos professores são homens, mas quando você entra em uma escola de educação infantil, principalmente em um CEI ou uma EMEI, você se depara com um universo muito feminino: uma maioria de educadoras e de mães que dialogam e tentam construir essa relação de cuidar dessa





criança, que passa por uma fase em que precisa da atenção muito presente de adultos, porque seu corpo precisa de cuidados e ao mesmo tempo em que é fundamental sonhar caminhos para essa pessoa em formação. Essa construção sofreu alguns retrocessos no últimos dois ou três anos, pois voltou-se à discussão de que as EMEIs teriam o caráter de pré-escola. Inclusive, há agora discussões sobre alfabetização na EMEI, desrespeitando todo olhar da criança como sujeito, da necessidade de entender o que uma criança de 5 anos quer e precisa fazer.

Precisamos prestar atenção nesse ser, que está dizendo para gente com o próprio corpo, então o espaço da educação infantil é essencial na construção de qualquer processo de identidade, seja de um ser humano, ou seja de uma sociedade. É possível saber como uma cultura se importa com a vida quando se analisa como ela trata as crianças. Por exemplo, a ideia da construção de cidades educadoras é bastante interessante, porque se uma cidade acolhe as crianças, ela consegue acolher todo mundo. Nesse sentido, políticos e urbanistas não precisam pensar em milhares de variáveis, basta construir uma cidade que tenha lugar para bebês – para o bebê socializar, não para conter o corpo do bebê –, ou seja, se uma calçada é feita para passar uma criança de dois anos caminhando, todo mundo poderá usar a mesma calçada.

Contraditoriamente, o cuidado infantil é um dos espaços mais importantes para ser pensando, mas ainda é um espaço muito negligenciado, tanto em termos de educação, de políticas públicas, de atenção da sociedade, que ainda tem um olhar muito focado em ter um espaço para a criança ficar. Importante destacar que eu não estou deslegitimando isso, mas quando você tem um olhar voltado só para a “guarda” das crianças, você esquece de se perguntar como é o espaço em que a criança vai ficar e como é para criança ficar nesse espaço. No meu entendimento, isso é cuidar, é ter essa escuta, que muitas vezes passa por sair da posição de adulto.

Por uma série de questões históricas, é o corpo feminino tem feito o cuidado. Em todos os espaços que circulamos, as mulheres estão cuidando o tempo todo, então, nesse movimento de ser educadora da infância, exercitamos muito o olhar, o observar as crianças, tentar entender os movimentos que esse corpo está fazendo, o que eles significam. Quando você troca um bebê, você não está só trocando uma fralda, você está desenvolvendo várias relações, que passam pela criança entender como que é o corpo dela, tem o toque, tem o contato visual, tem leituras de expressões de afeto, tem várias coisas envolvidas e que são pouco discutidas pela nossa sociedade. Isso porque ainda temos uma visão um tanto higienista do cuidado, que é muito focada no estar limpo, que passa por alguém fazer isso de forma mecânica, por isso não qualificamos a discussão sobre que potências temos nos nossos corpos na hora de desempenhar relações, que estão diretamente ligadas ao cuidado e que fazemos todos os dias.

Organizadoras: Você relata em uma entrevista para o canal *Cultura das bordas* do YouTube¹ sobre sua paixão pelo magistério, mas que você pensou em desistir algumas vezes por conta da precariedade do trabalho como educadora. Atualmente, parece-nos que a precarização do ensino está se ampliando, infelizmente. O que tem te movido?

Shirlei: Esse meu movimento de pensar em sair tem relação com acreditar de verdade na educação infantil. Nos últimos meses, eu acho que pensei três vezes em pedir exoneração, o que está ligado com meu entendimento sobre a importância, porque quando você vê algo que é estruturante sendo precarizado e o seu corpo está dentro desse movimento é muito doloroso. De alguma forma, porém, a própria existência das crianças, das minhas companheiras de trabalho, que

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v3pzbdvDa84>.



continuam resistindo, dos movimentos sociais que atuam no território, dos movimentos de cultura que atuam no território, eles me fazem lembrar de quanto a existência de cada um de nós é pequena, dentro da nossa história enquanto povo.

Muitas vezes temos ansiedade, queremos as coisas para já, mas tem coisas que eu estou semeando para daqui duas gerações, isso sendo otimista. Eu trabalho com infância, quando eu desenvolvo uma relação de afeto intencional e respeitosa com a criança, é possível que eu não vá ver essa pessoa adulta, mas eu preciso de verdade acreditar que aquilo que eu estou fazendo agora, enquanto ela tem dois anos, quatro anos, vai fazer toda a diferença na constituição desse sujeito. Esse movimento como educadora de crianças muito pequenas acaba me resgatando para, quando o sol nasce, tomar uma xícara de café e tentar de novo, e continuar semeando.

Além disso, entendo que nós não estamos fazendo nada de absurdamente novo, pois há muita da nossa história que não tivemos acesso; muita coisa que estou fazendo aqui já foi feita por muitas outras pessoas. Esses movimentos de luta por sobrevivência, de desenvolver práticas de convívio comunitário, de lutar para qualificar as relações humanas, por mais que fossem nomeados de outras formas, já existiam. A conexão com culturas ancestrais ajuda nesse sentido. A cultura indígena, por exemplo, tem todo uma potência de tratar a infância de uma forma muito respeitosa, então diante dela nós não sabemos nada sobre cuidar de crianças, e olha que já avançamos um pouco. Em uma aldeia, a forma de organização do espaço é pensada para criança ter, de verdade, liberdade para uma cuidar da outra. O movimento do nosso próprio corpo já é outro, porque a gente passou por toda uma configuração cultural de contenção desses movimentos, de ter medo de viver a experiência do movimento. Quando vemos crianças brincando, a questão da vigilância do adulto é muito forte, porque temos a preocupação de a criança cair,


de se machucar, o que acaba tolhendo a apropriação do espaço por parte dela, que envolve a confiança com ela mesma.

Ao refletirmos sobre esses movimentos, vemos que há muitos saberes que foram construídos e de alguma forma eles chegam até nós, principalmente nos convívios periféricos, porque eu sou do Jardim Ângela e a cultura afro-brasileira e indígena aqui é muito forte. Minha região foi composta por pessoas que passaram por um processo de desterro e que vieram morar nessas bordas da cidade. E como a cultura do cuidar não é valorizada nem encarada como algo relevante do ponto de vista científico, ela não nos foi tolhida como outros saberes, porque quem cuida das crianças são as mulheres, que são também as pessoas que cuidam dos outros adultos, então esses hábitos de alimentação, de cuidado com o corpo, das práticas medicinais, elas continuam dentro dessa cosmovisão muito impregnada pelas culturas tradicionais. Inclusive, na hora de nomear os modos de fazer, esses carinhos uns com os outros, usamos palavras como denngo, de origem banta, e cafuné, do quimbundo.

Então, conseguir olhar para trás e ver toda essa ancestralidade nos dá um outro lugar no tempo-espaço, de entender que não estamos inventando nada, mas sim continuando uma coisa que se fazia antigamente, que não estava institucionalizada e que, nesse momento histórico, meu corpo está passando por isso institucionalizado, o que não significa que isso vai se repetir outras gerações. O momento atual é de tentar resistir, entender nossa insignificância dentro de todos esses processos históricos e, ao mesmo tempo, encarar a potência um dia de cada vez.

Organizadoras: Se você pudesse elaborar a política pública para a educação infantil nesse momento emergencial da pandemia, o que você faria?






Shirlei: De imediato, garantiria seguridade social para as mães, porque não é possível pensar na infância sem garantir que as mães estejam bem. Esse ponto é fundamental, que independente das crianças estarem ou não matriculadas nas escolas, que todas as mães tivessem direito de ter comida em casa, de vestir os seus filhos, de maternar. A pandemia deveria ser o momento de acolhermos os nossos, cuidarmos das nossas crias, porque é um momento de extremo perigo. Que tipo de seres nós nos tornamos quando discutimos como não quebrar a economia ao invés de pensarmos sobre cuidar das nossas crianças? Então, se eu pudesse elaborar a política pública, eu iria garantir seguridade social para as mães, porque depois de fazer isso, o resto podemos discutir com calma, respeitando o tempo das famílias, a história dos territórios. Com fome é muito difícil fazer planos e talvez seja essa a minha maior angústia agora como educadora, porque a maioria das conversas que eu tenho com mães, elas falam sobre a fome, e o vírus ganha um lugar muito menor quando a fome ronca no estomago todo dia.

Organizadoras: Para encerrar, deixamos espaço para suas palavras finais.

Shirlei: Tem muita coisa triste acontecendo na esfera macro, mas também tem muita coisa bonita acontecendo em lugares que são pequenos. Tem um proverbio africano que fala que pessoas pequenas, em lugares pequenos, fazendo pequenas coisas, conseguem grandes mudanças. Esse movimento que tem acontecido paralelamente à pandemia, de tentarmos encontrar formas de nos comunicar e de construir memórias sobre o que estamos vivendo, as redes de apoio, de solidariedade que tem sido muito fortes na periferia, os modos como a internet tem servido de contato com o fora de casa, tudo isso são espaços mais amplos do cuidar e que também representam o exercício humano de tentar sobreviver sempre.

The background features a stylized illustration of a neighborhood. It includes several houses with different colored roofs and walls: a large blue house at the top, a brown house on the left, and a red house at the bottom right. Green leafy plants are scattered throughout the scene. The overall style is simple and colorful.

Cuidado de pessoas idosas



Quem cuida de quem cuida? As cuidadoras de pessoa idosa diante da pandemia de Covid-19

Daniel Groisman

Professor e Pesquisador do Laboratório de Educação Profissional na Atenção à Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fiocruz. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É especializando em Políticas de Cuidado com Perspectiva de Gênero (Clacso). Coordena o curso para Cuidadores de Pessoa Idosa da EPSJV/Fiocruz desde 2008. Principais temas de atuação: estudos sobre o trabalho de cuidados e sobre a qualificação de trabalhadores para o cuidado da pessoa idosa e análise de políticas públicas, com ênfase na promoção da saúde, proteção dos direitos e cuidado da pessoa idosa.

Organizadoras: Parte relevante de sua pesquisa e de seu trabalho é sobre as cuidadoras de idosos. Pensando no contexto da pandemia da Covid-19, a população idosa foi vista como uma das mais vulneráveis. Isso teve reflexo na vida das trabalhadoras que cuidam dessas pessoas? Como tem sido a realidade das cuidadoras na pandemia?

Daniel: Antes de mais nada, é importante lembrar que a realidade do trabalho de cuidados antes da pandemia já era bastante difícil, por se tratar de um trabalho desvalorizado, precarizado, mal remunerado, invisibilizado, no qual as trabalhadoras têm baixas oportunidades de qualificação e não recebem quase nenhum apoio das políticas públicas. Historicamente, o trabalho de cuidado se confunde com o trabalho doméstico no Brasil, que é frequentemente estigmatizado e tem relação com desigualdades de gênero, de classe social e raça/cor.

É nessa conjuntura, onde as condições de trabalho das cuidadoras já estavam ruins, que a pandemia chega ao país. E ao mesmo tempo, é sobre essas trabalhadoras que recai uma responsabilidade redobrada, já que as pessoas de quem elas cuidam compõem o principal grupo de risco na pandemia.


Para tornar tudo ainda mais complicado, a gente tem o cenário pandêmico, em que as pessoas, sobretudo as idosas, precisam passar mais tempo nas suas casas, e, ao mesmo tempo, não temos políticas de apoio ou de prestação direta de cuidado domiciliar para essa população. Algumas cidades até têm programas de cuidado domiciliar interessantes, porém focalizados, mas como política de estado isso não existe no país. Então, a situação das cuidadoras é muito difícil e preocupante, nesse contexto.

Pelo contato que tenho com muitas cuidadoras, várias delas, minhas ex-alunas¹, tenho percebido que há um agravamento das condições de trabalho. Em alguns casos, por exemplo, houve pessoas que tiveram seus salários reduzidos compulsoriamente, devido aos impactos econômicos da pandemia. Estamos em uma conjuntura em que o desemprego entre a população em geral está muito alto e por conta disso, o número de pessoas que está disposta a aceitar condições piores de trabalho, por falta de outras opções, tende a crescer. Inclusive, trabalhadoras que estavam inseridas em outras ocupações ou profissões com melhores salários, por terem perdido sua renda, podem buscar um emprego como cuidadora, competindo com aquelas que já se encontravam atuando nesse mercado.

Outro aspecto a destacar diz respeito a um aumento da sobrecarga no trabalho. Há preocupantes relatos de cuidadoras que se viram obrigadas a acumular funções, seja em relação ao cuidado de outras pessoas da

¹ Menção a alunas do curso que ele coordena para Cuidadores de Pessoa Idosa da EPSJV/Fiocruz e que por ser presencial, teve as suas aulas suspensas devido à pandemia. Em 2021, Daniel foi um dos coordenadores de um novo curso, de Atualização sobre o Cuidado Domiciliar de Pessoas Idosas na Pandemia de Covid-19, oferecido de forma remota e voltado para cuidadoras remuneradas e cuidadoras familiares, oferecido em parceria com a ESS/UFRJ. Ele mesmo falará sobre isso mais adiante na entrevista.





família, ou tendo que realizar tarefas associadas aos cuidados com a casa e que normalmente não seriam da sua incumbência. Além disso, tem havido situações de ampliação da jornada de trabalho, o que é um risco para situações de exaustão e cansaço. Muitas cuidadoras já atuavam em plantões longos, como por exemplo de 12 ou 24 horas seguidas. Mas com o receio de que elas pudessem se contaminar fora do local de trabalho, cuidadoras foram requeridas a permanecer por vários dias ou até mesmo semanas seguidas nos seus locais de trabalho, sem poderem retornar para as suas casas, numa espécie de quarentena forçada. Esse é um tipo de situação muito preocupante, porque as cuidadoras têm também as suas próprias famílias, seus laços de cuidado e relações afetivas nas suas próprias casas e privá-las disso é muito complicado. Não podemos nos esquecer que as escolas estão sem aulas, os parentes mais idosos estão necessitando de mais atenção e todos nós estamos mais sobrecarregados, sobretudo essas mulheres. Além do fato de que existem leis trabalhistas que precisam ser respeitadas.

Por fim, temos ainda uma situação de falta de conhecimento, de informação sobre a ocupação remunerada de cuidador(a) de idosos. Por exemplo, tem-se noticiado que os profissionais de saúde terão prioridade na testagem da Covid-19 e no acesso a equipamentos de proteção individual, o que nem sempre acontece na prática. Entretanto, as cuidadoras não são reconhecidas como profissionais da saúde – e, de fato, não são –, mas elas também precisam de prioridade na testagem e no acesso a equipamento de proteção individual, porque o cuidado é um trabalho de proximidade, um trabalho de corpo a corpo e junto a uma população altamente vulnerável, que é a de idosos com limitações na sua funcionalidade².

² Nota do entrevistado: somente em julho de 2020, quatro meses após o início da pandemia, as cuidadoras de idosos foram reconhecidas como “trabalhadoras essenciais” durante a situação de “emergência de saúde pública” decorrente da pandemia, através da lei 14.023, de 8 de julho de 2020. Tal reconhecimento legal não significou, entretanto, que as cuidadoras tenham tido os mesmos direitos

Organizadoras: Há as cuidadoras que trabalham em instituições de longa permanência de pessoas idosas e aquelas que trabalham diretamente na casa das pessoas. Como essas realidades diferem do dia a dia do trabalho, ainda mais agora com o isolamento social?


Daniel: São realidades muito distintas. A maioria das cuidadoras atua no âmbito domiciliar, já que a maior parte das pessoas idosas mora em suas casas e apenas um número muito reduzido dessa população está institucionalizada.

No cuidado institucional existe sempre algum tipo de organização da rotina de cuidados, uma equipe multidisciplinar que pode passar orientações, apesar de existirem instituições mais estruturadas e outras com menos recursos. Assim, não é um trabalho solitário, é um trabalho frequentemente caracterizado por seguir uma organização dos tempos e uma divisão das tarefas a serem realizadas, em uma lógica mais taylorista-fordista, segundo as rotinas estabelecidas. Em relação à pandemia, existem informações que a instituição tem condições de acessar mais facilmente, porque possuem um corpo técnico ou dirigentes responsáveis, os quais podem adotar protocolos sobre como proceder para a prevenção ao contágio e no manejo de pessoas que estão com suspeita de Covid-19.

No domicílio isso frequentemente não existe. Trata-se de um trabalho muito mais solitário, onde a cuidadora tem que dar conta de muitas questões sozinha. Não há necessariamente uma rotina pré-estabelecida e quando acontece algum problema ela tem que buscar, muitas vezes por si mesma, a solução, com menos acesso a informações, orientações e recursos que possam representar uma ajuda. É claro que é difícil generalizar, que a gente está tratando de realidades complexas, heterogêneas e com muitas diferenças. Tem serviços de cuidado domiciliar,

e acesso a medidas para preservação da vida de outras categorias “essenciais” e que possuem maior capacidade de organização e visibilidade social.





por exemplo, que são realizados em equipe, mas, de uma maneira geral, eu descreveria assim.

Uma outra coisa que eu já observei é que o trabalho em instituições pode ser fisicamente mais pesado, sobretudo quando a cuidadora é responsável pelo cuidado de um número de idosos. Por exemplo, numa manhã ela precisa ajudar no banho de várias pessoas. No domicílio, o trabalho pode ser mais leve, pois é o cuidado de uma pessoa só. Mas, ao mesmo tempo, tem outros fatores de desgaste, como a necessidade de ter de se relacionar com a família ou o desvio de função relacionado a ter que assumir tarefas associadas ao cuidado da casa, como limpar e cozinhar. Na instituição, às vezes, há momentos de descanso onde é possível interagir com outras pessoas, então tem prós e contras de um tipo de trabalho e o outro. Muitas preferem trabalhar numa instituição, ainda que o trabalho seja mais pesado, porque tem uma segurança maior no sentido que o empregador é uma pessoa jurídica e não uma pessoa física.

A esse respeito, lembrei de um fato. Nós, na Fiocruz, elaboramos uma cartilha³ com orientações para cuidadores domiciliares de pessoa idosa, no início da pandemia. Constatamos que era necessário fazer esse material porque praticamente não se falava nesse assunto. A gente tinha uma série de materiais para profissionais de saúde, um conjunto de materiais para o cuidado institucional, e quase nada para o cuidado domiciliar.

Organizadoras: A ausência da regulamentação da profissão de cuidadora de idosos gera uma série de dificuldades para a vida dessas profissionais e para o reconhecimento social desse trabalho. Agora na pandemia, a questão parece pior, porque abre espaço para demandas

³ A cartilha se chama *Orientações para Cuidadores Domiciliares de Pessoa Idosa na Epidemia do Coronavírus – Covid-19*, editada pela EPSJV/Fiocruz. Disponível em:

^hhttps://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/CartilhaCuidadorIdoso_Covid-19.pdf.

abusivas por parte dos empregadores, como você nos relatou. Como você analisa essa problemática?

Daniel: O trabalho de cuidado é fracamente regulado no Brasil. Ele está reconhecido como uma ocupação pelo Ministério do Trabalho, que o incluiu na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em 2002. Em paralelo a isso, já se tentou regulamentar a profissão, ou seja; transformar a ocupação em uma profissão por meio de uma lei federal, o que não foi possível até o momento. É uma longa história.


Vou destacar um fato importante ocorrido em 2019, que foi a aprovação, na Câmara e no Senado, de um projeto de lei para regulamentar a profissão de cuidador⁴. Não era um projeto perfeito, longe disso, mas foi o projeto possível. Ele trazia uma visão muito patronal, reproduzia preconceitos contra as cuidadoras, mas tinha alguns ganhos, como estabelecer escolarização mínima e a necessidade de realização de um curso de qualificação profissional para o acesso à profissão de cuidador. Esse projeto ficou em tramitação por muitos anos no Congresso Nacional, foi aprovado em 2019 e vetado pelo presidente Jair Bolsonaro, com uma justificativa muito frágil de que a criação da profissão atrapalharia a liberdade para o trabalho.

Essa é uma questão que já estava superada na tramitação dessa matéria, porque toda regulamentação de qualquer profissão implica em algum tipo de restrição à liberdade de trabalhar⁵, o que se justifica por proporcionar maior segurança para a população. Transformar uma ocupação em uma profissão garante que aquela pessoa vai ter uma determinada preparação. Em alguns casos, precisa fazer uma faculdade, um curso técnico ou, no caso das cuidadoras, um curso de qualificação profissional. E isso tem um motivo, que é proteger o usuário e, também,

⁴ Era o PLC 11/2016, que tramitou na Câmara dos Deputados como PL 1385/2007.

⁵ As organizadoras dão como exemplo a regulamentação da advocacia, disciplinada pela Lei 8.906/1994, que nunca foi questionada pelo atual Governo Federal.





o trabalhador. Os pontos de tensionamento que marcaram a tramitação do projeto de lei estavam relacionados principalmente à definição das atribuições das cuidadoras, algo que a proposta legislativa também trazia, tendo em vista a defesa dos interesses de outras profissões já regulamentadas. Esses foram os principais debates que ocorreram ao longo do trâmite do projeto, o qual acabou sendo vetado. E ele foi vetado em um cenário de crescente desregulamentação do trabalho, por um governo autoritário, que não dialoga com os movimentos sociais e que não teve sensibilidade para enxergar a realidade e as necessidades da população no que diz respeito à questão do trabalho de cuidados.

Embora o número de cuidadoras seja muito grande, são centenas de milhares de trabalhadoras que cuidam de pessoas no Brasil, estas estão dispersas no âmbito do trabalho doméstico, principalmente, sem ter uma organização capaz de representar e mobilizar nacionalmente a categoria. Claro, existem os sindicatos das trabalhadoras domésticas, mas percebo que essas entidades não têm um olhar mais específico para as questões das cuidadoras e, algumas vezes, não são favoráveis ao pleito da sua profissionalização. Então aconteceu esse fato e o veto acabou sendo mantido pelo Congresso Nacional. Seria muito difícil, aliás, derrubar esse veto, porque isso significaria derrotar um governo no seu primeiro ano de mandato e seria necessária uma mobilização muito grande para se conseguir isso. E como isso não ocorreu, o projeto não se tornou lei, o que considero muito negativo para o país.

Além disso, o que a gente poderia pensar em relação ao contexto da pandemia, é que a não profissionalização as deixou certamente mais desprotegidas e, portanto, vulnerabilizadas. Sem uma lei que regule a profissão, fazer um curso de qualificação profissional é uma opção e não um direito. É uma opção que recai sobre as trabalhadoras, que podem não ter acesso ou recursos para pagar um curso, porque a maioria dos cursos

são privados. O curso que temos na Fiocruz é gratuito, mas ele não vai dar conta da demanda, que é muito grande.

A qualificação profissional pode ser uma exigência “do mercado” para atuar em alguns bairros mais chiques, atendidos por determinadas agências de cuidadoras, mas isso está muito longe de ser uma realidade nacional. Além do fato de que, pela fraca regulação, não há um currículo básico obrigatório para os cursos. Assim, a ausência da regulamentação fragiliza as pessoas que cuidam e, também, as pessoas que são cuidadas. Portanto, o veto foi contra quem trabalha cuidando e contra quem precisa dos cuidados. Foi um veto que reafirma preconceitos da sociedade e que essencializa o cuidado como algo da vocação, da natureza feminina e que não passa pela profissionalização, pelo estudo e muito menos pela sua inserção nas políticas públicas.

Organizadoras: Com relação ao curso para Cuidadores de Pessoa Idosa que você coordena na EPSJV/Fiocruz, sobre o qual acabou de tratar. Conte mais sobre ele.

Daniel: Primeiro é importante dizer que é um curso antigo, ele começou em 2007, mas os primeiros cursos no Brasil para cuidadoras começaram a surgir na década de 1990, por uma outra geração de pessoas que atuava nessa área. O nosso curso é pioneiro em alguns aspectos, no sentido de aprimorar um currículo e desenvolver determinadas estratégias pedagógicas. É um curso gratuito, com carga horária de 240 horas e que tem uma duração de cerca de três meses e meio, com aulas duas vezes na semana em tempo integral. Dentro da carga horária, uma parte é destinada ao estágio prático em instituições de cuidado de pessoas idosas. Quanto aos conteúdos teórico-práticos, estes se baseiam em uma grade interdisciplinar. Em função da pandemia, entretanto, não pudemos oferecer o curso em 2020, que é presencial.



Para fazer o curso, a única exigência é que a pessoa tenha o ensino fundamental completo. Esse é um dos cursos de maior procura da nossa unidade. É um curso que é aberto para a comunidade, porque muitos cursos ofertados pelas escolas técnicas do SUS são voltados exclusivamente para os trabalhadores dos serviços, ou seja; os profissionais de saúde.

Algo que eu gostaria de acrescentar é que a experiência de ter sido coordenador desse curso me transformou profundamente. Eu já atuava na área de saúde da pessoa idosa há muitos anos, já havia inclusive coordenado um centro-dia para pessoas com Doença de Alzheimer, onde haviam cuidadoras que acompanhavam os idosos. Mas a partir do contato com as alunas cuidadoras, da escuta dessas pessoas, dos seus exemplos impressionantes de histórias de vida, de seus relatos de situações dramáticas que enfrentam no seu dia a dia, meu olhar para o tema do cuidado se modificou, com reflexos importantes para a minha produção acadêmica.

Quando assumi a coordenação desse curso, em 2008, ele havia sido implantado porque havia sido reativado o Programa Nacional de Formação de Cuidadores de Idosos (PNFCI) e se tornou uma meta do governo, a formação de dezenas de milhares de cuidadoras e cuidadores no Brasil inteiro, através da Rede de Escolas Técnicas do SUS. Na época, o presidente era o Lula.

O PNFCI começou no final de 2007, porém em 2009, sem que tivesse de fato sido amplamente implementado, foi extinto. Eu fiquei chocado, na época: “como assim, o Brasil está envelhecendo, a demanda de cuidado aumenta cada vez e há enorme procura por esse tipo de curso? As escolas que participaram da primeira fase do projeto avaliaram como muito positiva a experiência. Por que esse projeto foi encerrado, de uma maneira tão arbitrária e tão súbita?” Essa pergunta me levou a fazer

uma pesquisa de tese, para entender essa discussão⁶, que tem relação com temas muito importantes que atravessam a nossa sociedade, como as desigualdades de gênero, a exploração histórica do trabalho doméstico, a desresponsabilização do Estado no que diz respeito ao problema dos cuidados e a luta de determinadas corporações do campo da saúde, como por exemplo, a enfermagem, pelo monopólio do mercado dos serviços de cuidado.

A minha inserção, tanto como pesquisador como professor nesse campo me motivou a me juntar às pessoas que lutavam pela valorização do trabalho de cuidado e pela regulamentação da profissão de cuidadora. Tais questões se relacionam a um tópico muito importante, que é a necessidade do reconhecimento do direito ao cuidado.

A gente tem uma situação muito ambígua sobre como o problema dos cuidados é tratado na sociedade, hora como questão pública, hora como problema privado. Penso em um exemplo: no início da pandemia, no Rio de Janeiro, o governo do estado implantou um bloqueio nas estações de transporte público que ligam a região central da cidade aos bairros periféricos onde os trabalhadores mais pobres residem. Só poderiam entrar nas estações de trens os trabalhadores dos serviços essenciais. As cuidadoras passaram a ser impedidas de embarcar, porque não tinham um crachá, uma carteira profissional e uma legislação que as definisse como essenciais. Mas o fato delas não poderem ir trabalhar afetava os seus empregadores. E quem são os empregadores? São, muitas vezes, as pessoas dos bairros ricos. Essa situação rapidamente ganhou visibilidade na imprensa, o que fez com que o governo do estado providenciasse uma solução para o problema, de forma a que essas trabalhadoras pudessem continuar trabalhando. Isso “resolveu o problema”, mas as outras questões

⁶ GROISMAN, Daniel. *O cuidado enquanto trabalho: envelhecimento, dependência e políticas de bem-estar para o Brasil*. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/838646.pdf>.



relativas ao trabalho de cuidado na pandemia, tais como a sobrecarga de trabalho, o acesso a equipamentos de proteção individual e a orientações sobre lidar com essa situação inteiramente nova e desafiadora, voltaram a uma situação de invisibilização, permanecendo como questões do âmbito privado.

Organizadoras: Você mencionou a centralidade do cuidado no Brasil que está envelhecendo. Como poderemos enfrentar os desafios e avançar, em termos políticos e sociais, para amparar melhor quem cuida e quem é cuidado no país?

Daniel: Com relação à essa pergunta, um tema urgente que a gente precisa discutir diz respeito a necessidade de termos estratégias para reduzirmos as desigualdades de gênero, porque toda a discussão sobre a questão do cuidado, está intimamente ligada a essa questão. O cuidado não é reconhecido como direito, porque é visto como uma obrigação, sobretudo das mulheres no âmbito das famílias. São elas que, ao assumirem o cuidado de seus parentes, muitas vezes se sobrecarregam e se prejudicam em suas carreiras profissionais ou de estudo. O cuidado, quando prestado de forma não remunerada não é reconhecido como trabalho, o que aumenta a desproteção social dessas pessoas: terão mais dificuldade para se aposentarem, já que o tempo dedicado aos cuidados não será computado como tempo de trabalho. E se conseguirem se aposentar, receberão benefícios menores, pela mesma razão. Além do fato de poderem ficar em situação de dependência econômica dos seus parceiros, o que pode ser um fator de risco para relacionamentos abusivos.


Assim, pensar em reduzir as iniquidades de gênero se articula necessariamente com a necessidade urgente de adotarmos e ampliarmos a oferta de políticas de cuidado para a sociedade, no sentido de que o cuidado possa ser um direito para quem dele necessita e uma opção

para quem quer prestá-lo, ao invés de uma pura e simples obrigação. É necessário que o Estado, a sociedade, as famílias e os indivíduos possam se corresponsabilizar pelos cuidados, para que as pessoas que cuidam recebam apoios para isso, seja na forma de serviços ou através de auxílio monetário, o que permitiria inclusive, repartir essa responsabilidade com outras pessoas, serviços ou instituições. O cuidado não remunerado precisa ser visto como trabalho e ter o seu valor computado e reconhecido pelo que representa para o PIB nacional. Além disso, as pessoas que cuidam de forma remunerada, como as cuidadoras de idosos, precisam ter a sua profissão reconhecida.

Ter políticas de cuidado, significa que esse não é um problema restrito à esfera privada, mas uma questão que temos que enfrentar como sociedade. Como ficam as pessoas que não possuem famílias e necessitam de cuidados? Como ficam as famílias que não possuem disponibilidade para cuidar? Como ficam aqueles que necessitam de contratar cuidadores(as), mas não dispõem de recursos para tal? A sociedade na qual quero envelhecer é uma sociedade que se preocupa com o cuidado e não se omite em relação a isso.

Assim, o que a gente pode fazer a curto e médio prazo é dar uma maior visibilidade para essa questão e tentar sensibilizar a sociedade para esse problema. É importante que as instituições acadêmicas possam subsidiar essa discussão com informações obtidas através de pesquisas e levantamentos, inclusive censitários, mas para além disso, é necessário articular as agendas dos diversos movimentos que estão atrelados a esse campo, como movimentos feministas, movimentos de direitos das pessoas que necessitam de cuidado, seguimento das pessoas idosas, militantes da área das pessoas com deficiência, pessoas engajadas na proteção às crianças, movimentos dos usuários e trabalhadores da saúde mental, dentre outros. E junto com isso, é importante a mobilização de atores no legislativo e na gestão pública.





A gente está passando por um período muito conturbado na arena política do nosso país. Junto com a crise sanitária, econômica e social associadas à pandemia, temos também uma crise política e, em algumas esferas, de gestão. As questões maiores tendem a se sobressair, como a necessidade de proteção da democracia e, no caso do cenário pandêmico, a própria proteção à vida das pessoas. Mas ao mesmo tempo as pautas setoriais, as pautas relativas aos direitos não podem ser esquecidas, porque isso nos afeta a todo o momento. Eu não sei se vamos conseguir avanços em relação ao tema do reconhecimento do direito ao cuidado no curto, médio, ou no longo prazo, inclusive porque estamos experienciando um cenário de graves retrocessos no país, mas o que eu acho que pode ser feito vai nessa direção. É importante, sempre, que não percamos a nossa “esperança equilibrada”, como diz uma conhecida canção.

Organizadoras: Você pode indicar leituras ou outros materiais sobre o tema do cuidado?

Daniel: Recentemente concluí uma pós-graduação sobre políticas de cuidado, oferecida pela CLACSO (Conselho Latino Americano de Ciências Sociais)⁷. Eu participei da primeira turma desse curso e tive acesso a publicações de autores de toda a América Latina. Um dos livros que gostaria de recomendar é o da Natacha Borgeaud-Garciandía, intitulado *El trabajo de cuidado* e que foi editado em 2018⁸. Além disso, recomendo o livro organizado pela Nadya Guimarães e Helena Hirata, intitulado *O gênero do cuidado* (2020). E, para quem tiver interesse especificamente sobre a questão do trabalho de cuidados de idosos na pandemia, recomendo uma visita ao site do projeto que coordenei em 2020 e 2021, quando

⁷ O curso se chama *Políticas de cuidado com perspectiva de gênero*, coordenado por Karina Batthyány e Joan Tronto. Mais informações podem ser encontradas no site: <https://www.clacso.org/pt/politicas-del-cuidado-con-perspectiva-de-genero/>.

⁸ Esse livro é de acesso aberto e pode ser acessado no seguinte link: <https://www.fundacionmedife.com.ar/el-trabajo-de-cuidado>.

realizamos uma pesquisa nacional sobre os impactos da pandemia sobre as condições de trabalho e saúde das pessoas cuidadoras de idosos na pandemia de Covid-19⁹.

Organizadoras: Para acabar, pode nos deixar uma palavra final?

Daniel: Para as pessoas que sobreviverem à pandemia de Covid-19, nunca é tarde para tentarmos recuperar o cuidado como valor. Se nos preocuparmos em cuidar um dos outros, se nos dispusermos a cuidar de quem cuida, se reconhecermos nossa fragilidade diante das imprevisibilidades da vida e nossa interdependência como seres humanos que vivem em sociedade, poderemos ter condições de construir um mundo melhor. Se a dura lição que aprendemos ao custo de numerosas perdas de vidas decorrentes da pandemia de Covid-19 no país servir para que possamos nos preocupar com a incorporação de uma ética do cuidado nas nossas relações sociais, estas perdas não terão sido inteiramente em vão. Joan Tronto, uma autora importante da epistemologia feminista sobre os cuidados, diz que o cuidado é fundamental para as democracias. Se queremos viver em um mundo verdadeiramente democrático, temos que ressignificar os sentidos do cuidado na nossa vida cotidiana e, também, enquanto sociedade.

⁹ Quando esta entrevista foi realizada, a etapa de campo desta pesquisa ainda não tinha se iniciado, mas a mesma já se encontrava em fase de preparação e organização. Os principais produtos e resultados do estudo podem ser acessados no site: Disponível em: www.covid19.cuidadores.fiocruz.br.





Cuidado de idosos e emoções na pandemia

Anna Bárbara Araujo

Doutora e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora de pós-doutorado (bolsista Fapesp) no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (NESEG/UFRJ) e ao Laboratório de Estudos de Gênero e Interseccionalidade (LABGEN/UFF). Temas de interesse: trabalho de cuidado, trabalho doméstico, interseccionalidades, desigualdades, políticas públicas, emoções e teoria feminista.

Organizadoras: Nossa primeira pergunta é sobre o cuidado de pessoas idosas e como esse trabalho geralmente é relacionado à ideia de amor e o afeto.

Anna Bárbara: O cuidado tem relação direta com a divisão sexual do trabalho. O cuidado é um trabalho generificado, um trabalho que é realizado majoritariamente por mulheres, e essa relação com o “feminino” vem também com outras qualificações. O cuidado costuma ser associado com sentimentos positivos, como o “trabalho do amor”, o “trabalho do coração”, mas o que minhas pesquisas têm mostrado, e eu estudo particularmente o cuidado remunerado de idosos, é que não são só emoções positivas aparecem nessas atividades.

As emoções que circulam nas relações de cuidado não são só o amor e o carinho. Uma outra emoção que é muito vinculada ao cuidado por parte das cuidadoras de idosos, tanto aquelas que trabalham privadamente, oferecendo seus serviços no domicílio, como aquelas que trabalham por meio de uma política pública, é a paciência. Nas entrevistas o que aparece muito é uma narrativa de que elas precisam ter paciência, precisam ser pacientes com os idosos. Isso porque os idosos às vezes

não escutam bem e é preciso ter paciência para repetir; às vezes andam devagar, fazem as coisas com mais dificuldade, e é preciso ter paciência com esse tempo, para respeitar o tempo do idoso. Às vezes o idoso gosta de repetir as mesmas coisas e aí a cuidadora tem que ter essa paciência pra escutar a mesma história várias vezes, sem demonstrar frustração, sem demonstrar nenhuma emoção ruim.

No entanto, é claro que essas emoções que a gente consideraria negativas, emoções “ruins”, também aparecem no contexto do cuidado. Em especial quando as cuidadoras estão lidando com a última fase da vida, aparece muito no discurso delas uma narrativa de medo da morte desses idosos. Muitas vezes também, depois que esse idoso falece, aparece uma narrativa de frustração. Quando se discutem as emoções no cuidado de idosos, as emoções como demanda do trabalho, pensar como as emoções são tornadas parte do trabalho das cuidadoras, do trabalho de cuidado, é importante também a gente olhar para essas emoções que às vezes ficam menos visíveis, essas emoções que a gente pode chamar de negativas.

Organizadoras: É realmente muito interessante perceber que, algumas vezes, as emoções negativas ficam escondidas na relação entre quem cuida e quem recebe cuidados.

Anna Bárbara: Essa discussão sobre as emoções no trabalho, ela é muito cara aos estudos sobre cuidado. A maioria das pesquisadoras que discutem cuidado, acabam, em algum momento, falando sobre emoções, porque realmente em relações que são de muita proximidade – no caso do cuidado de idosos, por exemplo, envolvem dar banho, tocar o corpo do outro, ter uma intimidade muito grande –, muitas vezes, acabam surgindo emoções diversas. A dimensão emocional é, portanto, muito relevante, inclusive as cuidadoras falam que elas têm que “amar o trabalho”, ou



seja, não é como se desse pra fazer sem emoções, não dá para fazer esse trabalho sem ter emoção alguma.

Organizadoras: Se o trabalho de cuidado já demanda emocionalmente, a carga mental da pandemia pode ter gerado um peso ainda maior sobre as cuidadoras, em especial se considerarmos que elas lidam com idosos, considerados grupo altamente vulnerável à Covid-19. Como estão as cuidadoras nesse contexto de pandemia?

Anna Bárbara: O que eu tenho visto e me deixa muito preocupada, na verdade, são relatos de cuidadoras que estão sendo impedidas de voltar para casa pelos empregadores. Imagina o que significa para essas mulheres terem que passar uma quarentena, que não tem data para acabar, junto com os idosos cuidados: o que isso significa em termos de carga de trabalho, o que isso significa em termos de preocupação com suas próprias famílias. Não temos ainda pesquisa sobre isso, para poder fazer um panorama mais amplo, mas, enfim, há relatos de cuidadoras que estão passando a quarentena junto com os idosos e isso pode gerar muita sobrecarga emocional para essas trabalhadoras, que precisam, também, da sua hora de descanso, precisam, também, conciliar o cuidado dos seus próprios familiares.

Por outro lado, há cuidadoras que estão vivendo com muito medo, ou medo do desemprego, de perderem seus empregos por conta da pandemia, ou o medo contínuo de ter que sair de casa, pegar transporte público, para ir trabalhar e manter sua renda. Então é uma situação muito difícil para as cuidadoras e elas estão muito vulneráveis. Vulneráveis porque elas lidam com essa população que é mais vulnerável, que têm mais risco de morte ou de complicação séria por conta da pandemia. Risco também porque elas podem, em alguma medida, ser responsabilizadas,

inclusive caso venham a contaminar algum idoso. Então é um momento, pelo que tenho acompanhado, de muito medo para as cuidadoras.

Organizadoras: Existe um sindicato, um canal, um espaço para que as demandas das cuidadoras de idosos sejam endereçadas ou isso não é tratado em esfera coletiva?

Anna Bárbara: Apesar de ter um número significativo de cuidadoras que trabalham em instituições de longa permanência ou em residências terapêuticas, tem um número significativo de cuidadoras que trabalham em domicílio, e elas podem ser consideradas trabalhadoras domésticas. Então, o que eu tenho visto, é que várias demandas das cuidadoras têm sido, nesse momento de pandemia, tratadas pelos sindicatos de trabalhadoras domésticas.

Ao mesmo tempo, aqui no Rio De Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, bem como em vários outros estados, as cuidadoras também têm associações próprias, que não possuem o status de sindicato, mas são associações que também estão lidando com essas demandas, demandas próprias do trabalho nesse contexto de pandemia. No caso da associação aqui do Rio, uma das primeiras ações, quando começou a quarentena, foi demandar que as cuidadoras fossem consideradas trabalhadoras de serviços essenciais, para efetivamente poderem transitar pela cidade. Isso porque, ainda em março de 2020, o governo do estado impôs algumas barreiras para o transporte intermunicipal e, como muitas cuidadoras moram em periferias e na região metropolitana da cidade, a associação reivindicou esse direito de circular pela cidade para trabalhar. Muitas dessas trabalhadoras não têm carteira assinada e elas não tinham nem como provar que eram cuidadoras, então o governo teve de disponibilizar um documento para



que os empregadores assinassem e elas mostrassem para polícia caso fossem barradas ao utilizar o transporte público.

Organizadoras: Na pandemia, imaginamos que um esforço emocional adicional das cuidadoras seja poupar os idosos das angústias dessa conjuntura e passar confiança para eles. Você avalia que a dimensão emocional do cuidado foi exacerbada no contexto pandêmico?

Anna Bárbara: Essa preocupação com o desgaste emocional da cuidadora aparece antes da pandemia, essa necessidade, por exemplo, de não preocupar o idoso, de poupá-lo, de evitar demonstrar determinadas emoções de frustração mediante uma situação desagradável ou, até mesmo, de demonstrar pena do idoso. Como a literatura vem mostrando, nesse contexto de pandemia, com certeza isso se exagera, porque é uma situação que é inédita para todo mundo ou para praticamente todo mundo. Então, as cuidadoras também têm que manejar muito bem que emoções elas vão fazer circular com os idosos, vão poupá-los de determinadas emoções ou determinadas conversas, para evitar situações desagradáveis para esse idoso.

Nesse sentido, é relevante também pensar quais são os canais coletivos que as cuidadoras têm para conversar sobre as emoções que fazem parte do trabalho. Há situações muito diversas, por exemplo, as cuidadoras que trabalham de forma particular: em geral elas trabalham sozinhas ou em duplas e aí não há muito esse espaço de troca para conversar sobre esses problemas. Já as cuidadoras, por exemplo, que eu estudei no doutorado, que trabalham no meio de uma política pública, elas trabalham em equipe e com supervisão, então já é um outro cenário de apoio emocional que essas cuidadoras estão recebendo pra lidar com suas frustrações, que, de alguma forma elas não podem deixar transparecer para os idosos. Eu julgo que é muito importante ter esses espaços coletivos

de troca, para partilhar as emoções que estão aflorando nesse momento tão complicado que todos nós estamos vivendo.

Organizadoras: Pode dar alguma sugestão de leitura para quem quer conhecer mais sobre essas questões?

Anna Bárbara: A Helena Hirata tem um artigo muito relevante sobre a demanda emocional do cuidado, que foi publicado na *Cadernos Pagu*, intitulado *Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado*¹. Outro que também merece menção é da Bila Sorj, que foi publicado na revista *Tempo Social*, chamado *Socialização do cuidado e desigualdades sociais*².

Organizadoras: Aproveitamos para indicar um texto da própria Anna Bárbara, que se chama *Gênero, reciprocidade no mercado, no cuidado de idosos*, publicado na revista de Estudos Feministas³. Para encerrar a entrevista, deixamos espaço para suas palavras finais.

Anna Bárbara: Acho que é extremamente relevante a gente discutir o tema do cuidado agora na pandemia; pensar, discutir quais são as emoções que estão emergindo no cuidado nesse contexto. Também acho importante desconstruir a ideia de que o cuidado só se relaciona a emoções positivas. Talvez precisemos conversar, como alguns grupos de mães já tem feito, mas conversar mais a sério sobre a dimensão da frustração, da raiva, do medo que também fazem parte das relações de cuidado.

¹ HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 46, p. 151-163, abr. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100151&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

² SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 123-128, jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

³ ARAUJO, Anna Bárbara. Gênero, reciprocidade e mercado no cuidado de idosos. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100200&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.



As relações de cuidado não são isentas de conflito, não são isentas de disputa, inclusive da possibilidade de violência também. Então, é relevante pensar sobre isso sem partir de um ponto de vista normativo, pois tomar como pressuposto que o cuidado é sempre positivo e sempre faz emergir o que é melhor no ser humano acaba tornando o cuidado muito pesado para as mulheres. Essa necessidade de ter que demonstrar que o cuidado é sempre algo positivo, algo que a gente faz com amor, com muita dedicação, gera grande carga emocional.

The background features a stylized illustration of houses and foliage. The houses are rendered in various colors: a large blue house at the top, an orange house on the left, and a red house at the bottom right. The foliage is depicted with green outlines and some solid green areas. The overall style is simple and graphic, with a textured, paper-like appearance.

Considerações Finais



Cuidar, verbo coletivo: um ano depois

Bruna Angotti

Doutora e Mestra em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Vice-coordenadora do Núcleo de Antropologia do Direito (Nadir) e do Grupo de Pesquisa Mulher, Sociedade e Direitos Humanos da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Professora na graduação em Direito na UPM. Advoga no Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos - Cadhu. Pesquisadora fundadora do Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT).

Regina Stela Corrêa Vieira

Doutora e Mestra em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Professora de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Integrante do Núcleo Direito e Democracia do Cebrap.

Mais de um ano se passou desde que estreamos o *podcast Cuidar, Verbo Coletivo*, em 1º de maio de 2020. Diferente do que imaginávamos, a pandemia da Covid-19 não se limitou àqueles meses, estendendo-se até o presente junho de 2021, e não temos perspectiva de um controle global do vírus, por enquanto. Há vacinas, o que um ano atrás não era uma realidade, mas elas ainda não chegam a todos os países e não foram produzidas em quantidade necessária para toda a população. No Brasil, a média diária de mortes pela doença é de mais de 2.000 pessoas e estamos perto de chegar ao horror de 500 mil óbitos e 18 milhões de casos¹, com indicativos de novas ondas de contágio nos próximos meses.

¹ MORTES por Covid-19 ultrapassam 491 mil no Brasil. *Valor Econômico*, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/06/15/mortes-por-covid-19-ultrapassam-490-mil-no-brasil.ghtml>.

São tempos difíceis, nos quais as diversas dimensões do cuidado exacerbadas na pandemia, que foram mote do *podcast*, seguem chamando a atenção. Categorias de profissionais essenciais aos trabalhos de cuidado, que não puderam se isolar nesse período, não foram priorizadas na vacinação. Trabalhadoras domésticas, garis, professoras e professores, operadoras de caixas de supermercado estão entre categorias que registram os mais altos índices de mortalidade por Covid-19^{2,3}, mas que não entraram ou entraram tardiamente nos grupos prioritários para vacinação⁴. Além disso, palavras como *burnout*, depressão e desesperança passaram a compor um número crescente de conversas privadas, matérias jornalísticas e pesquisas científicas⁵.

As entrevistas apresentadas neste livro falam de um tempo passado – próximo em cronologia, distante no abismo social e emocional no qual o Brasil se encontra. Nelas há alguns dados concretos dos efeitos iniciais da pandemia e a previsão do perigo iminente, indícios e reflexões do porvir no cotidiano das pessoas, na saúde, na economia. Ainda assim, pouco se falava sobre vacina, por exemplo, e mesmo os piores prognósticos não previam que, no Brasil de junho de 2021, milhares de pessoas morreriam todos os dias de uma doença contra a qual já há imunizantes e que foi controlada em alguns países do mundo.

Gostaríamos de fechar o livro de forma mais animadora, mas os tempos não permitem. Ainda assim, tomamos um fôlego de esperança


² SOARES, Marcelo. Mortes entre caixas, frentistas e motoristas de ônibus aumentaram 60% no Brasil no auge da pandemia. *El País*, 5 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/caixas-frentistas-e-motoristas-de-onibus-registram-60-a-mais-de-mortes-no-brasil-em-meio-ao-auge-da-pandemia.html>.

³ KLINTOWITZ, Daniele *et al.* Trabalho, território o Covid-19 no MSP. *Instituto Polis*, maio 2021. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/trabalho-territorio-e-covid-no-msp/>.

⁴ Conforme Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/23/plano-nacional-de-vacinacao-covid-19-de-2021>.

⁵ MACEDO, Fausto. Um ano de pandemia e a Síndrome de Burnout. *Estadão*, 8 maio 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/um-ano-de-pandemia-e-a-sindrome-de-burnout/>.





– pensando na alegria dos encontros que se deram entre abril e julho de 2020, na importância de se registrar a experiência do *podcast* em livro, na potência de reunir pessoas tão inspiradoras para pensar e discutir as diversas dimensões do cuidado nos primeiros meses da pandemia – e fazemos aqui um brevíssimo balanço da experiência.

Optamos pelo *podcast*, como mencionamos na Apresentação, pois nossa vontade era de explorar a temática do cuidado em um formato diferente e mais acessível que os tradicionais textos acadêmicos, para ampliar o público interessado no tema e, também, para permitir que pessoas, especialmente mulheres, extremamente sobrecarregadas durante a pandemia, pudessem ter acesso a esses debates enquanto executavam atividades de cuidado, como arrumar a casa ou lavar a louça. A gravação de áudio permite que as mãos fiquem livres para esse trabalho.

Ao todo, realizamos aproximadamente 15 horas de entrevistas brutas, que se transformaram em dez episódios no *podcast* e em 17 capítulos para este livro. Dentre as pessoas entrevistadas, de diferentes origens e formações, priorizamos entrevistar mulheres e buscamos garantir representatividade racial. O registro dessas falas, vindas de espaços e vivência bastante diversos, foi de grande importância para a pluralidade de visões e para nos dar um panorama amplo dos debates relacionados ao cuidado que foram propostos.

Conseguimos cumprir com o objetivo de levar a um público amplo os debates do cuidado, tematizados com a profundidade que o tema exige, mas de forma leve e acessível, usando a pandemia como mote, uma vez que ela ampliou as tensões relacionadas ao cuidado nas casas e no debate público. Em 6 de junho de 2021, registramos mais de 3.350 execuções⁶ (subtraídas as vezes em que uma mesma pessoa escuta um mesmo episódio repetidamente). Ademais, o *podcast* foi ouvido no

⁶ Dados retirados da plataforma Simplecast, que recolhe as estatísticas do Spotify, Deezer e Apple Podcasts, somado ao Soundcloud – todas plataformas nas quais o *podcast* está disponível.

Brasil e em mais 16 países, com um número relevante de execuções na França, nos Estados Unidos, em Portugal e no México.

Além disso, o *podcast* serviu de ferramenta para encontros acadêmicos e para nossas atividades docentes, em diversas regiões do país:

- a) escrevemos um capítulo de livro no qual refletimos sobre a ferramenta do *podcast* para o ensino jurídico⁷;
- b) redigimos um artigo para a sessão Reflexões na Pandemia, da Revista Dilemas⁸;
- c) fomos convidadas a integrar o dossiê *Cuidado* da Revista Coletiva, da Fundação Joaquim Nabuco, tanto com a indicação do *podcast*⁹, quanto com um texto de difusão científica¹⁰;
- d) apresentamos e refletimos sobre a experiência do *podcast* no canal ConfrontArt, no YouTube, voltado a reflexões sobre arte e direito, coordenado pelas professoras doutoras Danielle Ayres (UFSC), Silvana Beline Tavares (UFG) e Lilian Balmant (UFRJ);
- e) participamos do *podcast* *Aceleração e Ressonância*, produzido e apresentado pelo Prof. Dr. Guilherme de Almeida (USP);

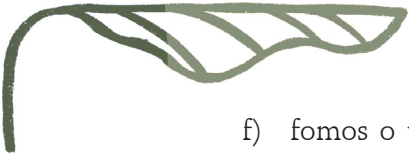
⁷ ANGOTTI, Bruna; VIEIRA, Regina Stela Corrêa. O uso de *podcast* como ferramenta para o ensino jurídico: o caso da série 'Cuidar, Verbo Coletivo'. In: ABRUSIO, Juliana (coord.). *Covid-19: impactos jurídicos na tecnologia*. São Paulo: D'Plácito, 2020. p. 57-69.

⁸ ANGOTTI, Bruna; VIEIRA, Regina Stela Corrêa. O *podcast* 'Cuidar, Verbo Coletivo': uma forma de falar sobre cuidado na pandemia. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-92>.

⁹ Disponível em: <https://www.coletiva.org/podcastcuidar>.

¹⁰ VIEIRA, Regina Stela Corrêa. Cuidado no Direito: invisibilidade e desvalorização do essencial trabalho doméstico e de cuidado. *Revista Coletiva*, Recife, 2021. Disponível em: <https://www.coletiva.org/artigo-cuidado-no-direito>.



- 
- f) fomos o tema do episódio *Cuidado e afetos na pandemia*, do podcast Transmissão Direitos Humanos¹¹;
 - g) conversamos com a Defensora Pública Clarisse Binda (DPMA) e com o Prof. Rafael Mendonça (PUC-Rio) no podcast Ser Social¹².

Vale ressaltar, ainda, que o conteúdo do podcast passou a ser indicado em disciplinas universitárias e grupos de pesquisa. A Profa. Luciana Gross, da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, inseriu o podcast como referência básica para participantes de um grupo de pesquisa que ela coordena, chamado *Direito e Gênero*. A Profa. Patrícia Tuma Martins Bertolin, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, usa o material em suas aulas da pós-graduação em Direito. O Prof. Pedro Nicoli, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), indica o podcast na disciplina *Tópicos em Direito do Trabalho – Trabalho doméstico, reprodução social, cuidado e direitos* e no grupo de estudos do Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e Gênero (Diverso UFMG). Também na UFMG, a Profa. Anna Paula Vencato, da Faculdade de Educação, inseriu episódios na disciplina da pós-graduação *Processos e discursos educacionais III – Gênero e Cuidado*. Além disso, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Regina incorporou dois episódios como atividades assíncronas na disciplina *Direito do Trabalho na Pandemia*, ofertada à graduação em Direito em 2021.

Também soubemos do uso do podcast por coletivos do movimento social. Por exemplo, pelo núcleo de mulheres do coletivo *Direito para quem?* e por participantes do curso de educação popular em direitos Promotoras Legais Populares (PLPs). Outro exemplo é da Federação Nacional das

¹¹ Disponível em: <https://www.transmissaodh.com.br/post/cuidado-e-afetos-na-pandemia>.

¹² Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/04FMaSnj1PQIcfKhRbMglT>.

Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), que faz menção ao podcast em seu site. Isso nos mostra que conseguimos, em alguma medida, transpor os muros das universidades, um dos nossos principais objetivos.

Não foram poucas as vezes que nos perguntaram sobre a previsão da próxima temporada do *Cuidar, verbo coletivo*. Sempre respondemos com sinceridade, que tema e vontade não nos falta, mas que nos falta tempo. Revisitar as entrevistas para colocá-las no papel, entrar novamente em contato com as pessoas entrevistadas e receber de volta a generosidade delas em autorizar a publicação do texto e seu entusiasmo com a publicação deste livro, fez, certamente a vontade aumentar. Por enquanto, ficamos com a potência da experiência.





Posfácio

Durante a primeira metade do ano de 2020, nos primeiros meses da pandemia de Covid-19, enquanto eu permanecia em casa (permaneço ainda, mais de um ano depois), trabalhando em *home office*, tive contato com o *podcast Cuidar, verbo coletivo*, mais um trabalho conjunto das pesquisadoras Regina Stela Corrêa Vieira e Bruna Angotti, que tanto admiro, que agora me cabe posfaciar. Naquele período tão difícil e incerto – que acabou por se prolongar muito mais que o necessário, em face da falta de seriedade do governo federal brasileiro em lidar com o vírus e da perda de importância da ciência, da pesquisa e da inovação no Brasil –, eu buscava novas formas de ocupar meus (poucos) espaços vazios na agenda, com atividades que não exigissem tanto dos meus olhos, já tão sobrecarregados pela tela do computador. O *podcast Cuidar, verbo coletivo* foi um desses achados.

Ouvi os episódios do *podcast* na medida em que foram lançados. Alguns, deitada na rede, como boa paraense; outros, enquanto lavava a louça ou desempenhava (nas minhas horas “vagas”) algum outro tipo de tarefa de cuidado com a casa ou a família, coisas tão próprias do dia a dia das mulheres. Por isso, optei por escrever este Posfácio na perspectiva da mulher, mãe, dona de casa, que também é pesquisadora, professora universitária e autora. Nossos múltiplos papéis se misturam para constituir quem somos e, no caso das mulheres, isso é permanentemente exaustivo e cruel – porque boa parte do que fazemos é invisível e sem valor econômico.

O dito “trabalho reprodutivo”, aquele que é realizado todos os dias, pelas mulheres, em favor de nossas famílias e em nome do nosso amor que nutrimos por elas, na maior parte das vezes, nem sequer é notado – a não ser quando não é feito. Chama-se “trabalho reprodutivo” porque garante a reprodução da vida: que os membros de nossas famílias se alimentem, se vistam, residam em espaços limpos, entre tantas outras


necessidades que precisam ser permanentemente atendidas, como a compra de alimentos, por exemplo, e que assegure o suporte fundamental para o exercício do “trabalho produtivo”, desempenhado no mercado de trabalho, dotado de valor econômico e socialmente valorizado.

O trabalho reprodutivo tem cabido preponderantemente às mulheres, desde sempre, em face da *divisão sexual do trabalho*, dinâmica observada nas mais variadas sociedades, em que se verifica haver atividades que cabem aos homens, coexistindo com outras que cabem às mulheres. Mas não é só isso; há o fator hierarquização. As atividades ditas “masculinas” são sempre mais importantes que as “femininas”, situando as mulheres em condição social desfavorável, em todos os aspectos. Destaco, por exemplo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, em geral marcada pela precariedade.

Apesar da naturalização de uma pretensa aptidão das mulheres para o desempenho das tarefas de cuidado – o que as levaria a exercê-las também no mundo do trabalho, já que essas atividades seriam uma extensão do que elas sempre fizeram no lar – é preciso destacar que isso não passa de *essencialismo de gênero*. A neurociência desconstruiu o mito de que haveria diferenças significativas entre “cérebros de homens” e “cérebros de mulheres”, ou algo que determinasse precondições para o exercício de determinado tipo de atividade por um grupo ou outro. Há, contudo, diferenças individuais, que independem de fatores como o gênero das pessoas. Segundo Gina Rippon, pesquisadora em neurociência cognitiva na Aston University, em Birmingham, em seu livro recentemente publicado no Brasil *Gênero e os nossos cérebros*,

precisamos entender realmente os fatores externos que modelam estas diferenças individuais, com as variáveis sociais, com o nível de engajamento em redes sociais reais e autoestima, e variáveis de oportunidade, como prática esportiva, hobbies ou experiências em videogames, acompanhando medidas mais padrão, como escolaridade e ocupação. cada uma dessas coisas pode alterar o cérebro – às vezes de forma independente do sexo e às vezes muito





próximas a ele, mas contribuirão para o mosaico singular que agora sabemos que caracteriza cada cérebro.

Assim, as mulheres têm sido socialmente condicionadas a ser as principais responsáveis pelas atividades do cuidado e, mesmo que tenham também assumido o papel de provedoras, continuam desempenhando essas tarefas dentro do lar. Segundo o IBGE, em 2018, as mulheres brasileiras são as únicas responsáveis pela manutenção de 37,3% dos lares brasileiros e, segundo pesquisa *Sem parar, o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*, realizada pela Sempreviva Organização Feminista em 2020, cerca de 50% das mulheres passaram a se responsabilizar pelo cuidado de alguém (independentemente do panorama anterior). Esses dados evidenciam a importância da temática tratada no *podcast Cuidar, verbo coletivo* e, se houve algum aspecto positivo neste período tão difícil, sobretudo para as brasileiras mais pobres e negras, foi a visibilização dessa realidade imposta pela “dupla jornada”, debate que não se pode deixar evanescer.

As mulheres são a maioria dos trabalhadores na “linha de frente” do combate ao vírus, na condição de enfermeiras ou técnicas de enfermagem principalmente, o que não foi desconsiderado pelo *podcast*. Esse tipo de trabalho, considerado manual e frequentemente invisibilizado, têm sido de fundamental importância para o enfrentamento dos desafios da pandemia, conforme se depreende do episódio específico voltado à temática.

Também o trabalho doméstico, exercido no Brasil principalmente por mulheres negras, a nos lembrar permanentemente do nosso passado escravocrata, chegou a ser reconhecido em algumas localidades brasileiras como “necessidade essencial”, o que justificaria a sua não interrupção durante o período de isolamento social. Vale lembrar que, no país, a primeira vítima do vírus pertencia a essa categoria, tendo sido contaminada por seus patrões, que haviam retornado de viagem à Itália.


Até quando a sociedade brasileira normalizará questões como essa?

A questão do cuidado infantil mostrou-se uma das mais relevantes, durante os períodos de isolamento social, em que o pacto entre Estado, pais e escola foi rompido. Ao permanecer em casa, enquanto os pais estavam em *home office*, criaram-se sérios problemas ao trabalho remunerado das mães: nas famílias incluídas digitalmente, passou a ser necessário acompanhar o ensino à distância dos filhos, que, na maior parte das famílias brasileiras, tem sido assumido pelas mulheres; nas famílias não incluídas digitalmente, coube às mulheres (e, em alguns casos, às meninas) cuidar das crianças pequenas nos períodos em que antes estariam na creche/escola. Assim, houve um retrocesso significativo no patamar de inserção das mulheres brasileiras no mundo do trabalho: voltamos à década de 1990.

Seria difícil tecer considerações sobre todos os temas trazidos à discussão por este projeto inspirador. Os dez episódios do *podcast Cuidar: verbo coletivo* são excelentes. Não sei dizer qual o melhor. Não se trata de um trabalho simplesmente acadêmico, tendo sido ouvidos os seguintes acadêmicos e/ou militantes: Nadya Araújo Guimarães, Helena Hirata, Angelo Soares, Bárbara Castro, Amelinha Teles, Tica Moreno, Pedro Nicoli, Helena Pontes dos Santos, Luiza Batista Pereira, Louisa Acciari, Ana Flávia d'Oliveira, Elda Bussinguer, Paula Gabriela de Souza Pinto, Mariana Mazzini Marcondes, Shirlei do Carmo, Daniel Groissman e Anna Bárbara Araujo. Agora são eternizados em livro, a fim de que o tempo e as novas tecnologias (quem sabe o que virá depois?) não permitam que toda essa riqueza se perca. Sinto-me honrada com o convite para redigir este Posfácio, que devo atribuir ao carinho que ambas as organizadoras têm por mim.

Tenho contado com a parceria de Bruna e Regina há anos. Eu as apresentei, em um daqueles muitos momentos em que exercia o que sinto que é um dos meus maiores talentos: ser ponte. Bruna lidera comigo o grupo de pesquisa Mulher, Sociedade e Direitos Humanos, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde realizamos (no passado e no





presente) tantos trabalhos juntas. Eu a convenci a fazer o doutorado, no dia em que a conheci – e esse foi só o começo. Regina foi um presente de seu então orientador, meu amigo, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Homero Batista da Silva, que permitiu que eu pudesse contribuir um pouco para a sua formação, desde o mestrado. Passou a integrar nosso grupo de pesquisa, onde os talentos de ambas se somaram. Hoje, o grupo de pesquisa Mulher, Sociedade e Direitos Humanos, que eu e Bruna coordenamos na Universidade Presbiteriana Mackenzie, e o GENTE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Segurança Social, Trabalho Decente e Desenvolvimento, que Regina colidera na Universidade do Oeste de Santa Catarina, são parceiros, com produções conjuntas.

Anos depois de ter promovido essa parceria entre Bruna e Regina Stela, recebi o convite para este Posfácio e não poderia deixar de contar essa linda história. A rivalidade feminina tem sido um mecanismo do Patriarcado – lamentavelmente exitoso, em muitas ocasiões – para que mulheres não somem forças. Não permitimos que isso aconteça conosco. Ambas me consideram uma espécie de “madrinha”. Eu as considero o futuro: a garantia de que esses temas continuarão a ser tratados com seriedade e comprometimento.

Convido quem ainda não ouviu o *podcast Cuidar, verbo coletivo* a fazer isso sem mais delongas.


São Paulo, junho de 2021

Patrícia Tuma Martins Bertolin

Doutora em Direito do Trabalho pela USP

Professora do Programa de Pós-graduação em Direito Político e Econômico da

Universidade Presbiteriana Mackenzie



Entre abril e junho de 2020, nos primeiros meses de pandemia global decorrente da Covid-19, o podcast *Cuidar, Verbo Coletivo* foi gravado com a proposta de tratar das múltiplas dimensões do cuidado exacerbadas pela crise sanitária. Naquele momento, “cuidar dos outros” e “cuidar de si” se tornaram expressões cotidianas, mas as reflexões em torno desse “cuidar” eram poucas. Ainda sem saber que a situação se prolongaria pelos anos seguintes, esse incômodo nos moveu a ouvir pesquisadoras(es), integrantes de movimentos sociais e trabalhadoras do cuidado sobre a complexidade e centralidade do cuidado para a vida social, ainda mais no contexto pandêmico. A pluralidade de perspectivas e a riqueza dos debates promovidos pelo podcast estão, agora, perenizadas neste livro.



UNOESC
Fazendo parte da sua vida.